

José Edimar de Souza
Organizador

GRUPOS ESCOLARES NO RIO GRANDE DO SUL

Escolarização primária em perspectiva regional no século xx

2ª edição / E-book



Este livro consiste em uma importante contribuição para a história da educação brasileira, especialmente, para a história da escola. Resultado de pesquisa colaborativa envolvendo diversos pesquisadores, o livro reúne estudos realizados com rigor e acuidade sobre instituições escolares públicas criadas no estado do Rio Grande do Sul, particularmente, nas regiões da Serra Gaúcha e no Vale dos Sinos.

O ensino primário ministrado nos grupos escolares, elementares e escolas complementares é escrutinado nos diversos textos desta obra, cujo maior mérito é aproximar o leitor desse potente e inquietante universo escolar. Interrogando práticas, representações e culturas, o livro põe em evidência a história local, atores sociais e políticos que estiveram implicados na expansão das oportunidades educacionais no interior do estado, além de agradecer o leitor com a história institucional que ganha narrativas vívidas e instigantes no fértil exame das culturas escolares.

Sobressaem nos textos a atuação diligente e competente das professoras e diretoras e é possível apreender a diversidade étnica

e social das crianças que adentram os muros das escolas graduadas. O cotidiano se desvela na análise circunstanciada e interpretativa sobre as práticas educativas, o ensino das matérias, as lições morais e cívicas e nas múltiplas formas em que as escolas serviram aos propósitos de construção da nacionalidade cultivando o patriotismo e realizando comemorações cívicas, festividades, desfiles. Outras práticas também examinadas pelos autores põem em questão os fundamentos da sociedade moderna; as práticas de ordenação do tempo e do espaço, os exames, as festas de formatura, a retórica arquitetônica, as intenções pedagógicas inscritas na cultura material escolar – mobiliário, livros, cartilhas, materiais didáticos.

A conjunção entre história e memória inscrita neste livro põe em relevo a centralidade e o papel estratégico, político, sociocultural e econômico da escola elementar no passado e no presente. A densidade analítica dessa obra e sua atualidade convidam à leitura!

Rosa Fátima de Souza Chaloba

**Grupos escolares
no Rio Grande do Sul
Escolarização primária em
perspectiva regional no século XX**

José Edimar de Souza
Organizador

**Grupos escolares
no Rio Grande do Sul**
**Escolarização primária em
perspectiva regional no século XX**

2ª edição
E-book



São Leopoldo
2022

© Dos autores – 2022

Editoração: Oikos

Capa: Juliana Nascimento

Imagem capa: Crianças e professores em Desfile Cívico na Avenida Adriano Dias, aproximadamente final da década de 1950. Leia-se “O Brasil é feito por nós”, no cartaz. Fonte: Arquivo institucional da Escola Estadual de Ensino Fundamental João Blos, Campo Bom.

Imagem da contracapa: Álbum fotográfico Ensino Municipal de Caxias do Sul 1943-1948. Código: BR RS APMCS PM-06-01-15-01-13, p. 13. Fonte: Arquivo Municipal João Spadari Adami, Caxias do Sul.

Revisão: Rui Bender

Diagramação e arte-final: Jair de O. Carlos

Conselho Editorial (Editora Oikos):

Avelino da Rosa Oliveira (UFPEL)

Danilo Streck (Universidade de Caxias do Sul)

Elcio Cecchetti (UNOCHAPECÓ e GPEAD/FURB)

Eunice S. Nodari (UFSC)

Haroldo Reimer (UEG)

Ivoni R. Reimer (PUC Goiás)

João Biehl (Princeton University)

Luiz Inácio Gaiger (Bolsista de Produtividade CNPq)

Marluza M. Harres (Unisinós)

Martin N. Dreher (IHSL)

Oneide Bobsin (Faculdades EST)

Raúl Fernet-Betancourt (Aachen/Alemanha)

Rosileny A. dos Santos Schwantes (Uninove)

Vitor Izecksohn (UFRJ)

Editora Oikos Ltda.

Rua Paraná, 240 – B. Scharlau

93120-020 São Leopoldo/RS

Tel.: (51) 3568.2848

contato@oikoseditora.com.br

www.oikoseditora.com.br

G892 Grupos escolares no Rio Grande do Sul: escolarização primária em perspectiva regional no século XX. 2. ed.; E-book. / José Edimar de Souza. – São Leopoldo: Oikos, 2022.

266 p.; il.; 16 x 23 cm.

ISBN 978-65-5974-072-7

1. Educação – Rio Grande do Sul – História. 2. Grupo escolar – Rio Grande do Sul – História. I. Souza, José Edimar de.

CDU 37(816.5)(091)

Catálogo na Publicação: Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil – CRB 10/1184

Sumário

Apresentação da 2ª edição: Os grupos escolares no Vale dos Sinos e na Serra Gaúcha – mapeando o campo	7
<i>José Edimar de Souza</i>	
Apresentando: os grupos escolares em dimensões regionais	24
<i>José Edimar de Souza</i>	
Prefácio à 2ª edição	31
<i>Dóris Bittencourt Almeida</i>	
Prólogo	35
<i>Alicia Civera Cerecedo</i>	
I. GRUPO ESCOLAR NO VALE DOS SINOS	
1. Educação no RS: os colégios elementares e os grupos escolares – uma revisão de literatura (1909-1950)	40
<i>Isabel Rosa Gritti</i>	
<i>Silvana Maria Gritti</i>	
2. Os grupos escolares em Campo Bom, Sapiranga e Novo Hamburgo/RS (1930-1934): os processos de constituição e de escolarização	54
<i>José Edimar de Souza</i>	
3. Grupo Escolar Visconde de São Leopoldo (São Leopoldo/RS, anos 1940): anatomia de um espaço educativo moderno	83
<i>Jauri dos Santos Sá</i>	
4. Grupo Escolar Maria das Neves Marques Petry – Novo Hamburgo/RS (1942)	95
<i>Paulo Daniel Spolier</i>	
5. Nos caminhos do ensino: trajetórias e memórias do grupo escolar de Campo Vicente (1959)	108
<i>Vania Inês Avila Priamo</i>	
<i>Rodrigo Luis dos Santos</i>	
6. A salvaguarda de uma história: práticas e cultura escolar do Grupo Escolar Antônio Vieira na cidade de Novo Hamburgo/RS (1950-1967)	119
<i>Estela Denise Schütz Brito</i>	
<i>Ariane dos Reis Duarte</i>	
<i>Pedro Reinaldo Cipriani Manfroi</i>	

II. GRUPO ESCOLAR NA SERRA GAÚCHA

7. Movimentos e a emergência do grupo escolar de Antônio Prado/RS (1918-1930)..... 134
Manuela Ciconetto Bernardi
 8. De Collégio Ellementar (1914) a Grupo Escolar Estadual José de Alencar (1918) em São Francisco de Paula: o contexto inicial dessa instituição escolar nos Campos de Cima da Serra 144
Dilnei Abel Daros
 9. Grupo Escolar Frei Caneca de Flores da Cunha/RS: a presença da Caixa Escolar (1925-1940) 158
Rafael de Souza Pinheiro
José Edimar de Souza
 10. De Colégio Elementar a Grupo Escolar Bento Gonçalves da Silva: inventários de materiais e livros escolares (Bento Gonçalves/RS, 1930-1939) 170
Terciane Ângela Luchese
 11. Uma instituição cívica: representações do nacionalismo nos grupos escolares estaduais de Caxias do Sul/RS (1930-1950) 185
Samanta Vanz
Elisângela Cândido da Silva Dewes
José Edimar de Souza
 12. O Grupo Escolar de Picada Velha: dinâmicas e culturas de uma escola estadual para a zona rural de Garibaldi/RS (1939-1952) 199
Cassiane Curtarelli Fernandes
 13. Grupo Escolar de São Marcos, Farroupilha/RS: uma análise das atas de exames escolares (1938-1948) 212
Gisele Belusso
Fernando Ripe
 14. A trajetória do bairro Galópolis/Caxias do Sul-RS e o Grupo Escolar Paraná (1939 a 1977) 229
Geovana Erlo
Luiza Horn Iotti
 15. Professora Ida Marcucci Zanellato: das aulas em sua casa ao Grupo Escolar Henrique Emílio Meyer (Caxias do Sul/RS, 1931 a 1968) 246
Elise Testolin de Abreu
Cristian Giacomoni
- Posfácio 260
- Sobre os autores e as autoras 263

Apresentação da 2ª edição:

Os grupos escolares no Vale dos Sinos e na Serra Gaúcha – mapeando o campo

A presente obra é resultado de projeto de pesquisa financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), Edital 04/2019, processo número 19.255.00013035 “Instituições escolares no Vale do Rio dos Sinos e na Serra Gaúcha – práticas e processos de escolarização na primeira metade do século XX” e que se desdobra em nova pesquisa, também financiada pela FAPERGS cujo título é: *Grupo escolar no Vale dos Sinos e na Serra Gaúcha no século XX: histórias, culturas e práticas*, processo número 21/2551-0002214-0, e que viabilizou a publicação desta segunda edição.

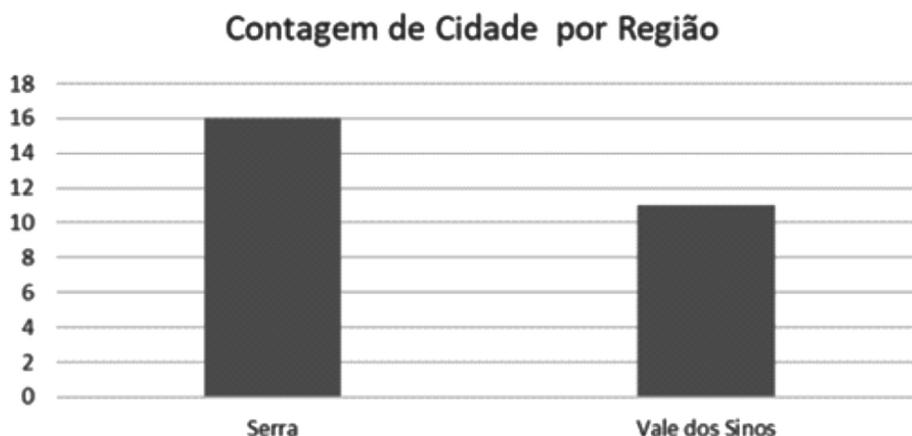
Para Gonçalves Neto e Carvalho¹ (2020, p. 54) investigar instituições escolares representa compreendê-las nas suas mais complexas relações sociais. Como o próprio termo indica, refere-se ao instituído, tratando-se de entidades que “asseguram os elementos centrais, os pilares de uma sociedade” e que “espalham-se pelas diferentes áreas que compõem o tecido social, como política, economia, cultura, saúde e, importante para o nosso caso, educação [...]”. Nesse sentido, as instituições evidenciam na sua historicidade as experiências dos indivíduos, das relações de contexto antes mesmo dela existir e dos processos de continuidade das memórias da sua existência.

Em relação às duas regiões definidas pelo Conselho Regional de Desenvolvimento – COREDES aqui identificadas como Vale dos Sinos e Serra Gaúcha, os processos de escolarização ocorrem em regiões que foram colonizadas por imigrantes europeus, principalmente, das etnias alemã e italiana. Trata-se de um estudo que buscou investigar a história da escola, de um tipo específico de instituição educativa: os grupos escolares. Nesse sentido, do conjunto de 47 (quarenta e sete) municípios investigados, 14 (catorze) no Vale dos Sinos e 33 (trinta e três) na Serra Gaúcha, como se identifica no

¹ GONÇALVES NETO; Wenceslau; CARVALHO, Carlos Henrique de. Instituições escolares e história da educação brasileira: análise dos CBHE e do NEPHE-UFU. *Quaestio*, Sorocaba, SP, v. 22, n. 1, p. 51-71, jan./abr. 2020.

Gráfico 1, procuramos apresentar neste trabalho dados das instituições mapeadas até 2021.

Gráfico 1: Relação de municípios das regiões investigadas em 1969



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

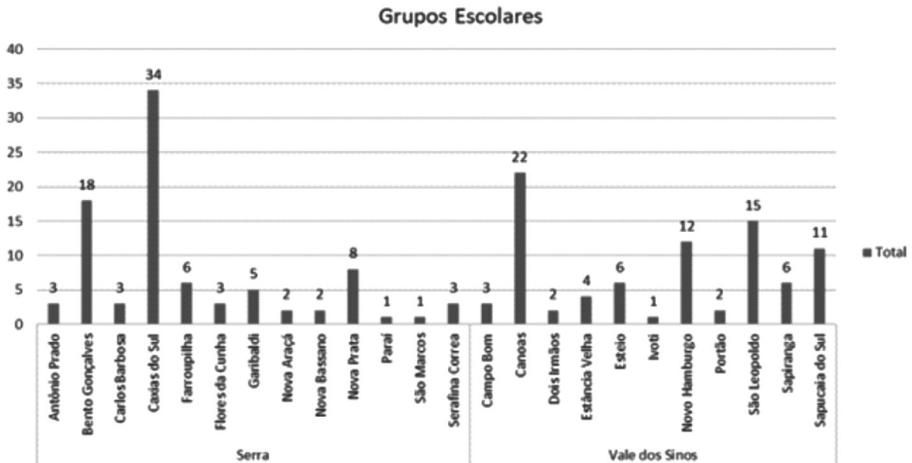
As referidas regiões escolhidas guardam similaridades no que se refere à colonização europeia que se desenvolveu no país a partir de 1824 com a chegada dos primeiros imigrantes alemães, instalando-se principalmente no Vale do Rio dos Sinos e dos imigrantes italianos, que foram instalados principalmente na região da Serra Gaúcha, a partir de 1875. Como resultados identificam-se similaridades no que se refere ao sentido atribuído à escolarização nas primeiras décadas do século XX. A relevância social da escolarização nestas regiões é um processo que agregou diferentes construções identitárias em relação a seus contextos originais, como: a importância da instituição escolar, da presença ao culto ou à missa, às festas e quermesses do lugar. A escola representou ainda lugar de convivência desses diferentes grupos sociais, instituiu e reatualizou tradições e hábitos que priorizaram a escola como um legado necessário para os filhos dos colonos. A escola pública, portanto, figurou ao lado da escola paroquial, da escola étnica.

O Gráfico 2 possibilita identificar o número de instituições em cada município, considerando ainda que até 1969 algumas localidades ainda compreendiam grandes regiões e um conjunto de 177 instituições escolares²,

² Tomando como base o documento: RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 19.818. Reclassifica escolas, de 13 de agosto de 1969.

época do apogeu destas instituições, considerando ainda cidades como Caxias do Sul, Bento Gonçalves e Nova Prata, bem como Canoas, Novo Hamburgo, Sapucaia do Sul e São Leopoldo, como as que mais implantaram grupos escolares entre as décadas de 1930 e 1960.

Gráfico 2: Relação de grupos escolares nas regiões investigadas em 1969



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

A dinâmica de pesquisa sobre a temática que vem sendo desenvolvida desde 2019 possibilitou orientação de dissertações de mestrado e tese de doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul. Além disso, a mobilização para mapear e construir uma história desse tipo de instituição escolar traduz no seguinte quadro de resultado até o momento³:

³ Destacam-se outros estudos que foram orientados sobre a temática: Grupo Escolar Erny Zorzi (Caxias do Sul, municipal); Grupo Escolar José de Alencar (São Francisco de Paula); Grupo Escolar Padre Efren (Vacaria). Embora se tenha identificado os grupos escolares Pena de Moraes, Maguari, Conceição, Estação Forqueta, Frigorífico Rizzo e Vila Seca ainda não foi possível acessar documentação sobre as referidas instituições.

Quadro 1: Relação de instituições já identificadas/pesquisadas⁴

VALE DOS SINOS			
Município	Instituição	Referência	Observação
Estância Velha	G.E Humberto de Campos	Souza (2022)	No prelo
Novo Hamburgo	G.E Pedro II	Souza (2021)	
	G.E Maria das Neves Petry	Spolier (2021)	
	G.E Antônio Vieira	Brito; Duarte e Manfroi (2021)	
Campo Bom	G.E Madre Benícia	Souza (2015)	
	G.E de Campo Bom (Ildefonso Pinto)	Souza (2021)	
Sapiranga	G.E João Pessoa (G.E João Blos)	Souza (2021) Souza (2021)	
	G.E Genuíno Sampaio	Souza (2020)	
São Leopoldo	G.E Visconde de São Leopoldo	Sá (2021)	
Nova Hartz	G.E de Campo Vicente (G.E 28 de Fevereiro)	Priamo; Santos (2021)	
SERRA GAÚCHA			
Farroupilha	Colégio Farroupilha	Santos; Souza (2021)	
	G.E Jansen	Pilleti; Souza (2020)	
	G.E São Marcos	Ripe; Belusso (2021)	
Antônio Prado	G. E Antônio Prado (G.E Prof. Ulisses Cabral)	Bernardi (2021)	
Flores da Cunha	G.E Gen. Osório (G. E Frei Caneca)	Pinheiro; Souza (2021)	
Bento Gonçalves	G.E Bento Gonçalves	Luchese (2021)	
São Marcos	G.E Maranhão	Souza; Silva (2022)	No prelo
Nova Prata	G.E Onze de Agosto	Souza (2022)	
Caxias do Sul	G.E Paraná	Erlo; Iotti (2021)	
	G.E Henrique Emilio Meyer	Abreu; Giacomoni (2021)	
	G.E Guiuseppe Garibaldi	Giacomoni (2018)	
	Colégio Elementar José Bonifácio	Sobroza; Souza (2019)	
Garibaldi ⁵	G.E Picada Velha (G.E Rural de Arcoverde)	Fernandes (2021)	EEEF Cardeal Arcoverde Denominação atual

Fonte: Elaborada pelo autor (2022).

⁴ Os trabalhos constam nas duas obras já publicadas: SOUZA, J. E. **Grupo escolar no Rio Grande do Sul:** escolarização primária em perspectiva regional no século XX. 1. ed. São Leopoldo: Oikos, 2021; SOUZA, J. E. **Escola no Rio Grande do Sul (1889-1950):** ensino, cultura e práticas escolares. 1. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2020.

⁵ Destaco a tese de Fernandes (2021), que investiga, os grupos escolares: Carlos Gomes (Garibaldi), Caruarú (Farroupilha), Carlos Barbosa (Carlos Barbosa), Daltro Filho (São Marcos).

Nesse sentido, os grupos escolares contribuíram para introduzir princípios da escola nova nestas localidades. Identifica-se que havia necessidade da implantação de uma escola para formação das lideranças locais, bem como atender as demandas dos industriários nas primeiras décadas do século XX, considerando ainda que a presença do grupo escolar garantiria, por meio dos seus alunos, uma projeção de modernidade.

Acrescentamos ainda um mapeamento inicial das instituições escolares identificadas no Decreto nº 19.818. Reclassifica escolas, de 13 de agosto de 1969, buscando-se organizar informações e reconhecer as permanências e as novas designações atribuídas às referidas instituições, como pode ser conferido no Anexo desta apresentação.

A expectativa é que a leitura possa suscitar novos questionamentos, futuros estudos e cumprindo uma função ontológica, uma vez que “a história nunca é capaz de dar conta de tudo o que aconteceu na história” (FICO, 2021, p. 32)⁶.

Prof. Dr. José Edimar de Souza
Universidade de Caxias do Sul – UCS

⁶ FICO, Carlos. Quem escreve a História: a qualificação do historiador. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Novos combates pela História**. Desafios Ensino. São Paulo: Contexto, 2021. p. 25-47.

ANEXO

Região/grupo escolar (1969)	Instituição Estadual atual	Informações sobre a instituição
Serra Gaúcha		
Antônio Prado		
Prof. Ulisses Cabral	Col. ⁷ Estadual Professor Ulisses Cabral	Criado em 25 de fevereiro de 1926, pelo decreto SEC nº 3618, com o nome de “Grupo Escolar da Cidade de Antônio Prado”, o educandário comemora seu aniversário em 29 de março, data do início de seu funcionamento: 29 de março de 1926. (Fonte: https://revistavidanocampo.blogspot.com/2016/03/colegio-ulisses-cabral-90-anos.html).
Caetano Reginato de Nova Roma		
Bento Gonçalves		
Gen. Bento Gonçalves da Silva	E.E.E.F. Gen. Bento Gonçalves da Silva	Ver estudos de Terciane A. Luchese
Imaculada Conceição	E. E. E. M. Imaculada Conceição	
Maria Goretti	E.E.E.F. Maria Goretti	
Visconde do Bom Retiro	Col. Estadual Visconde de Bom Retiro	
Pedro Vicente da Rosa	E.E.E.F. Pedro Vicente da Rosa	
Irmão Egídio Fabris	E.E.E.F. Irmão Egídio Fabris	
José Farina	E.E.E.F. José Farina	
Zona da Antena	E. E. E. F. Comendador Carlos Dreher Neto	Localizada no bairro Jardim Glória, a Escola Estadual de Ensino Fundamental Comendador Carlos Dreher Neto iniciou suas atividades em 25 de abril de 1966, com a denominação de Grupo Escolar Zona da Antena. Na época, as instalações eram provisórias e as aulas aconteciam nas residências de Máximo Bortolini e Renato Trucolo. A instituição só começou a funcionar em seu prédio próprio quatro anos depois, já com o atual nome. (Fonte: http://www.camarabento.rs.gov.br/institucional/noticias/escola-carlos-dreher-neto-e-homenageada).
Gen. Amaro Bittencourt	E.E.E.F. General Amaro Bittencourt	A escola foi construída e batizada lá pelo ano de 1944, pelo então comandante, coronel Carlos Gomes. Era conhecida na época como GEGAB - Grupo Escolar General Amaro Bittencourt, depois mudado para Escola Estadual de Ensino Fundamental General Amaro Bittencourt, quando foi transferida para rua Giacomo Baccin, s/nº em Bento Gonçalves. O bairro é agradável, nas cercanias do quartel, onde hoje funciona um Batalhão de Comunicações. (Fonte: http://albertobittencourt.blogspot.com/2012/10/a-escola-de-meu-avo.html e https://www.escol.as/243371-general-amaro-bittencourt).
Barracão		
No Km 2		
Ângelo Salton		
Ipiranga		

⁷ Col. utilizado para Colégio. E.E.E.F. para Escola Estadual de Ensino Fundamental e E.E.E.M. para Escola Estadual de Ensino Médio.

Grupos escolares no Rio Grande do Sul
Escolarização primária em perspectiva regional no século XX

Prof. Ângelo Chiamolera	E. E. E. F. Prof Angelo Chiamolera	A escola foi fundada em 1892, quando moradores do distrito de Faria Lemos resolveram construir um local para instruir seus filhos. O primeiro professor foi Antônio Poletto, que recebia seu salário da Itália e lecionava em italiano. Em 1902, um de seus alunos, o professor Ângelo Chiamolera, o substituiu, encarregando-se da função até 1936, quando se aposentou. Em 1941, a instituição tornou-se Grupo Escolar de Faria Lemos e em 1959 recebeu a atual denominação. (Fonte: http://difusora890.com.br/camara-de-bento-presta-homenagem-para-escola-angelo-chiamolera-pelos-75-anos/).
Pe. Vicente Rodrigues		
Prof. José Pansera		
Afrânio de Melo Franco		
São Valentim	E.E.E.F. São Valentim	
Carlos Barbosa		
Sede	E.E.E.F. Carlos Barbosa	
Arcoverde	E.E.E.F. Cardeal Arcoverde	Instituída em 07 de janeiro de 1939, através do Decreto Estadual nº 7.675, a instituição foi chamada inicialmente de Grupo Escolar Rural de Picada Velha e oferecia ensino do 1º ao 4º ano. Após outras denominações em 15 de dezembro de 2000 passou a ser chamada Escola Estadual de Ensino Fundamental Cardeal Arcoverde. Com o tempo a escola e a comunidade foram crescendo e atualmente atende 86 alunos do 1º ao 9º ano nos turnos da manhã e tarde. (Fonte: https://www.carlosbarbosa.rs.leg.br/institucional/noticias/mocao-de-louvor-aos-80-anos-da-escola-cardeal-arcoverde).
Zona Pizzolli		
Caxias do Sul		
Presidente Vargas	E.E.E.F. Presidente Vargas	
Henrique Emílio Meyer	Col. Estadual Henrique Emílio Meyer	Ver dissertação de Elise Testolin
Clemente Pinto	E.E.E.F. Clemente Pinto	A atual Escola Estadual de Ensino Fundamental Clemente Pinto foi fundada em 1º de agosto de 1939 pelo então prefeito Dante Maruccci. Inicialmente, funcionou como um pequeno grupo escolar pertencente ao município, em uma casa de dois pavimentos de propriedade do sr. Pedro Tessari, na esquina das ruas Tronca e Marechal Floriano, onde hoje situa-se a loja Conexão Urbana. A estrutura compreendia quatro salas de aula na parte inferior, além de biblioteca e cozinha, na superior. Nos anos 1960, o então Grupo Escolar Municipal Clemente Pinto mudou-se para um novo prédio, construído na esquina das ruas Euclides da Cunha e Sarmiento Leite, a duas quadras dali. Posteriormente assumido pelo Estado, o colégio passou a atender por Escola Estadual de 1º Grau Clemente Pinto. (Fonte: http://wp.clicrbs.com.br/memoria/2014/08/28/os-75-anos-do-colegio-clemente-pinto/?topo=35,1,1,,35 e https://caxias.rs.gov.br/noticias/2014/09/secretaria-da-educacao-prestigia-homenagem-aos-75-anos-da-escola-estadual-clemente-pinto).
Cel. José Pena de Moraes	E.E.E.F. Coronel José Pena de Moraes	

Maguari	E.E.E.F. Maguary	
Aristides Germani	E. E. E. M. Cavalheiro Aristides Germani	
Prof. Apolinário Alves dos Santos	E.E.E.M. Prof. Apolinário Alves dos Santos	
João Triches	E.E.E. M. João Triches	Em 1949, surgia na Vila Operária, a Escola Municipal Padre Antônio Vieira, atendendo a 59 alunos. Estando localizada no perímetro urbano passou para o Ensino Estadual. Em 09/05/1956, foi transformada em um Grupo Escolar e, no ano de 1958, conforme Decreto 8478 de janeiro, passou a denominar-se Grupo Escolar João Triches. Em 1962, o Grupo Escolar João Triches recebe novas instalações no Bairro Pio X. Em 1975 a escola inaugurou um novo bloco. A escola passou a atender uma média de 1500 alunos. Com o funcionamento do primeiro grau completo e sob a responsabilidade do Governo Estadual, em 1979, conforme Decreto de Reorganização nº 28734, de 10/05/79, passou a ter denominação de Escola Estadual de 1º Grau João Triches. O estabelecimento oferecia, então, Ensino Fundamental, Classe Especial e Pré-Escola. A partir de 14/12/2000, teve sua designação alterada para Escola Estadual de Ensino Fundamental João Triches, conforme Portaria de Alteração de Designação nº 00313- D.O. 14/12/2000. Em 17/05/2006, a escola alterou sua designação para Escola Estadual de Ensino Médio João Triches. (Fonte: http://escolajoaotriches.blogspot.com/ https://www.facebook.com/pages/EEEM-Jo%C3%A3o-Triches/428272597374500).
Dante Marcucci	E.E.E.F. Dante Marcucci	
Abramo Eberle	E.E.E.F. Abramo Eberle	
Ivanyr Euclínia Marchioro	E.E.E.F. Ivanyr Euclínia Marchioro	
Bairro Cruzeiro		
José Venzon Eberle	E. E. E. F. José Venzon Eberle	Em funcionamento desde 1954, no Bairro Bela Vista, em uma residência cedida pelo ex-padrinho do Centro Cívico Escolar Benício Pontalti, a instituição iniciou com apenas uma sala de aula. Posteriormente, se tornou a primeira escola da comunidade. A atual unidade escolar, como está funcionando, foi criada pelo decreto estadual 28.873, de 29 de maio de 1979. (Fonte: https://www.jornalponto inicial.com.br/2019/10/17/escola-estadual-jose-venzon-eberle-recebe-homenagem-do-legislativo/ https://pt-br.facebook.com/pages/Col%C3%A9gio-Estadual-de-Ensino-Fundamental-Jos%C3%A9-Venzon-Eberle/419159464832105).
Melvin Jones	E.E.E.M. Melvin Jones	
Dr. Theodósio Rocha Netto	E.E.E.F. Dr Theodosio Rocha Netto	
Santa Marta		
Olga Maria Kaiser	E.E.E.M. Olga Maria Kayser	

Grupos escolares no Rio Grande do Sul
Escolarização primária em perspectiva regional no século XX

Profa. Maria Luiza Rosa	E. E. E. F. Professora Maria Luiza Rosa	Em 8 de abril de 1961, foi fundada as Escolas Reunidas da Avenida São Leopoldo. O casarão construído por volta de 1955 foi vendido para dar lugar à instituição de ensino. Em 8 de janeiro de 1964, a então Escola da Avenida São Leopoldo recebia o nome de Grupo Escolar Professora Maria Luiza Rosa, em homenagem à pedagoga. Em 17 de maio de 1979, o então Grupo Escolar Professora Maria Luiza Rosa autorizou o funcionamento do ensino de 1º grau, a partir de 1979, passando a chamar-se Escola Estadual de 1º Grau Incompleto Professora Maria Luiza Rosa. Em 15 de dezembro de 2000, através da Portaria de Alteração e Designação, passou a chamar-se Escola Estadual de Ensino Fundamental Professora Maria Luiza Rosa. A escola funcionou em três prédios diferentes, em momentos de sua história. (Fonte: http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/geral/noticia/2017/11/o-legado-de-maria-luiza-na-educacao-10017134.html http://portalmariadigital.blogspot.com/ https://pt-br.facebook.com/pages/EEEFProf%C2%AA-Maria-Luiza-Rosa/263240810363346).
Evaristo de Antoni	E. E. E. M. Evaristo de Antoni - CIEP	Fundada em 30 de setembro de 1952, com apenas duas salas de aula e 15 alunos a escola era chamada de Escola Isolada da Zona Gethal. Com o passar dos anos e o crescimento do bairro, a instituição de ensino foi transferida para o salão da Igreja São José, que foi alugado pela esposa de Evaristo de Antoni. Em 1988 a escola recebeu um parecer favorável ao pedido encaminhado para o funcionamento do ensino de 2º grau. Na rua Genoveva Ursola Orlandin, no bairro São José, onde está localizada a escola desde 1971, até hoje, que aconteceu um histórico acidente. Em 12 de setembro de 1992 houve um incêndio que destruiu toda a parte administrativa e algumas salas de aula. Assim, a escola teve que ser demolida e os alunos transferidos para outras escolas. Em 1994 com o término da construção do CIEP, a escola foi reinaugurada e os alunos regressaram à instituição. Atualmente a escola possui 88 professores, 9 funcionários e 1860 alunos, nas modalidades: ensino fundamental, ensino médio e EJA. (Fonte: http://camaracaxias.rs.gov.br/noticias/index/4341 http://escolaevaristodeantoni.blogspot.com/ https://www.facebook.com/pages/EE-Ens-Med-Evaristo-de-Antoni/166439806730681).
Zona Michielon		
Engenheiro Dario Granja Sant'Ana	E.E.E.F. Eng Dario Granja Sant Anna	
Abramo Pezzi		
Santo Antônio		
Mateo Gianella	E.E.E.F. Matteo Gianella	
Abramo Girardi		
Desvio Rizzo		
Santa Lúcia do Piaí		

Paraná	E. E. E. F. Ismael Chaves Barcellos	<p>O ato oficial que criou a Escola foi publicado no Jornal do Estado em 07 de janeiro de 1939. O Ismael, carinhosamente assim chamado por toda a comunidade, começou sua trajetória de ensinar em 16 de março do mesmo ano. No galpão velho na beira do rio, uma professora jovem, chamada Dona Zulmira iniciou o ensino das primeiras palavras no então Grupo Escolar Paraná. Em 1947, a Escola era denominada Grupo Escolar Paraná em homenagem ao Estado vizinho. Funcionava então no prédio da Cantina de Vinhos Comerlato. Em 1954, passa a funcionar em prédio próprio, construído pelo Estado, em terreno doado pelo Senhor Antônio Comerlato, terreno situado na Rua Hércules Galló, n.º 151. Quinze anos depois da autorização de funcionamento, o Estado presenteava a comunidade com um prédio para a Escola. Em 1974, a Escola passou a atender também os alunos do Colégio Chaves Irmãos, que era administrado pelas religiosas da Congregação do Sagrado Coração de Maria e havia sido extinto. Ocupou inclusive o prédio do mesmo, onde atualmente se localiza. Em 1975, o Grupo Escolar Paraná sai do prédio construído em 1954, que é cedido para o funcionamento da E.E. de 2º Grau Galópolis e passou a atender seus alunos no prédio que pertencia ao Lanificio São Pedro e em salas cedidas pelo Sindicato de Fiação e Tecelagem de Galópolis. Reorganizada pelo Decreto 26.465 de 23 de dezembro de 1977, a Escola passou a denominar-se E.E. de 1º Grau Ismael Chaves Barcellos. No ano de 1981, o Lanificio São Pedro é vendido ao Grupo Kalil Sehbe S/A e o Estado adquiriu o terreno e o Prédio onde se localiza a Escola. A partir do ano de 2000, por meio da Portaria de Alteração de Designação nº 0013, Diário Oficial de 14/12/2000, a Escola passou a chamar-se Escola Estadual de Ensino Fundamental Ismael Chaves Barcellos. (Fonte: https://caxias.rs.gov.br/noticias/2009/10/escola-estadual-ismael-chaves-barcelos-e-homenageada-na-semana-de-galopolis https://www.facebook.com/pages/Escola-Estadual-Ismael-Chaves-Barcellos-RS/271639822936922 https://www.melhorescola.com.br/escola/publica/esc-est-ens-fun-ismael-chaves-barcellos). Ver estudo de Geovana Erlo e Luíza Iotti.</p>
Prof. Serapião Mariante	E.M.E.F. Erny de Zorzi	Ver monografia de Patrícia Bortoluzzi
José Generosi	E.E.E.M. José Generosi	<p>Em 11 de junho de 1941, foi inaugurado o então chamado Grupo Estadual de Estação Forqueta, em terreno doado por José Generosi e Joaquim Slomp. Em 1962, passou a ser denominado Grupo Escolar José Generosi e, a partir de 1978, tornou-se Escola Estadual José Generosi. É a única escola de ensino fundamental e médio da região. Sobre a realidade e os desafios da época, a diretora Nair Maria Concatto relatou as dificuldades estruturais, entre as quais destacava a intenção de construir um ginásio para esportes. Para a ampliação de salas de aulas e espaços administrativos, professores e pais de alunos promoviam festas para arrecadar dinheiro. (Fonte: https://pt-br.facebook.com/pages/Escola-Jose-Generosi/261598067321883 http://desviorizzo.com.br/guia/empresa/visualizar/titulo/30228816-escola-jose-generosi-caxias-do-sul-forqueta-rs http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/geral/noticia/2017/08/memoria-cidadania-na-escola-jose-generosi-9858019.html http://camaracaxias.rs.gov.br/noticias/index/2566).</p>

Grupos escolares no Rio Grande do Sul
Escolarização primária em perspectiva regional no século XX

João Pilatti	E.E.E.M. João Pilatti	<p>Criado pelo decreto nº 7675 de 07/01/1939, publicado no diário oficial, na mesma data, o então grupo escolar Osvaldo Aranha inicia suas atividades educacionais. Permaneceu com essa denominação até meados de julho do mesmo quando então recebeu a nova designação: “Grupo Escolar de Criúva”. O Grupo Escolar de Criúva iniciou seus trabalhos com os seguintes materiais: 31 classes (de duplas), 29 bancos (de duplas), 3 quadros negros, 1 cadeira, 2 mesas, 1 mapa do Brasil e 1 do Rio Grande do Sul, que pertenciam ao município de São Francisco de Paula. Recebendo somente no início do ano letivo de 1940 outros materiais, tais como, apagadores, revista “Brasil Novo” e materiais de primeiros socorros. Todo o material recebido era listado em livro próprio. A biblioteca começou a tomar forma somente em 1941, quando começou a receber alguns livros de História Infantil, tais como: “História de Lagoa Grande”, “Histórias Encantadas”, “No País da Bicharada e outros. Já em 1949, contava com 256 obras no seu acervo. Em 1955, inicia o curso supletivo com as professoras Iracema de Lurdes Amoretti e Erone Antonietta Fradizzi. A partir de 24/05/1957, iniciou o turno da tarde no Grupo Escolar de Criúva, assumindo como professora Olinda Dutra Soares. Em 23/05/1962, através do decreto nº 13753, o grupo Escolar de Criúva recebe nova designação, passando a “Grupo Escolar João Pilati”, assinado pelo então Secretário Da Educação, Justino Quintana, do governo Leonel Brisola. Por tudo que ele doou e fez para a comunidade foi lhe prestada homenagem e reconhecimento denominando a escola com o nome dele. Em 15/03/1972, foi reiniciado o ensino supletivo no Grupo Escolar. Em 18/05/1973, foram suspensas as aulas por falta de alunos, ou seja, já nesta época, a evasão neste tipo de ensino era grande. Em março de 1974, recomeçou o ensino supletivo que durou até 15/07/1974. Anos foram se passando, até que depois de muita luta, muitos ofícios e pedidos feitos pela direção da escola, uma reivindicação antiga foi conquistada: a implantação da 6ª série, em 1976, através da portaria 4943, de 03/05/1976. Assim sendo, novamente a escola recebeu outra designação passando a denominar-se Escola Estadual de 1º Grau Incompleto João Pilati. Em 04/03/1983, através da Portaria de Autorização de Funcionamento nº 6319, publicada no Diário Oficial da mesma data, a escola completa sua criação, passando a denominar-se Escola Estadual de 1º Grau João Pilati. Assim pôde oferecer a toda sua comunidade o 1º Grau completo, sem as crianças precisarem buscar complemento em outras localidades. De lá para cá, muitos e muitos foram os alunos que concluíram o 1º Grau em Criúva. Depois de conquistar a implantação do 1º Grau completo, as buscas não cessaram, pois, o prédio velho de madeira, construído em 1954, “o Brizolão”, como era chamado, e que existe a réplica dele, feita pelo Srº Jacob Pezzi, estava em más condições. Até que o velho prédio incendiou – em 12/02/1998. A escola ficou alojada no salão da comunidade até o ano de 2001. Posterior a essa data, estudantes e professores retornam ao prédio recém-construído.</p>
--------------	-----------------------	---

		Em 2002, deu-se a inauguração do prédio. A partir do ano de 2006 a escola passa a atender também os estudantes do Ensino Médio. (Fonte: http://escolacriuva.blogspot.com/ https://estado.rs.gov.br/escola-joao-pilati-de-caxias-do-sul-desenvolve-projeto-de-fechamento-automatico-de-janelas http://escolacriuva.blogspot.com/ https://www.saomarcosonline.com/80-anos-da-escola-joao-pilati-sera-comemorado-com-almoconeste-domingo-28/ https://www.melhorescola.com.br/escola/publica/esc-est-ens-med-joao-pilati).
Profa. Francisca Andrade dos Santos		
Dona Hercília Petry	E.E.E.F. Dona Hercília Petry	
Rua Andrade Neves		
Farroupilha		
Carlos Fetter	E.E.E.F. Carlos Fetter	A escola Carlos Fetter iniciou as suas atividades em 25/05/1962. Recebeu este nome em homenagem ao senhor Carlos Fetter, um dos primeiros moradores do município. Foi um dos grandes colaboradores da comunidade, doando terras para a construção de igrejas, cemitérios. (Fonte: http://escolacarlosfetter.blogspot.com/).
José Fanton	E.E.E.F. José Fanton	A instituição pública de ensino foi criada em 1962 e funciona da Educação Infantil até as séries finais do Ensino Fundamental. Está localizada no Bairro Santo Antonio. (Fonte: https://pt-br.facebook.com/josefanton.fanton https://www.spacofm.com.br/educacao-qualidade-escola-estadual-carlos-fetter-conquista-nota-8-no-ideb-; noticia13876.html).
Carlos Fanton		
Sílvia Jaconi		
Jansen	E.E.E.M. Júlio Mongoni	Ver dissertação de Fernanda Piletti
Farroupilha	Colégio Farroupilha	Ver dissertações de Deise da Silva Santos e Cassiane C. Fernandes
Flores da Cunha		
Frei Caneca	E.E.E.M. Frei Caneca	Ver dissertação de Rafael Pinheiro
Subúrbios		
Nova Pádua		
Garibaldi		
Carlos Gomes	E.E.E.F. Carlos Gomes	
Dante Grossi	E.E.E.M. Dante Grossi	
João Machado Rosa	E.E.E.F. Joao Machado Rosa	
Linha Tamandaré		
Armando Peterlongo	E.E.E.F. Armando Peterlongo	
Nova Araçá		
Luiz Isaias Zucchetti	E.E.E.M. Luiz Isaias Zucchetti	
Silva Jardim		

Grupos escolares no Rio Grande do Sul
Escolarização primária em perspectiva regional no século XX

Nova Bassano		
Pe. Pedro Antônio Colbachini	Col. E. Pe. Colbachini	<p>Criada em 27 de junho de 1936, com a denominação de Grupo Escolar de Nova Bassano, pelo decreto número 6.240. Iniciou seu funcionamento em 02 de março de 1937. Na época, Nova Bassano era o segundo distrito de Nova Prata, onde era prefeito Adolfo Schineider, sendo governador o General Flores da Cunha. A primeira diretora foi Avelina Finger Davi. Em 1959 passou a denominar-se Grupo Escolar Pe. Pedro Antônio Colbachini. O Colégio recebeu esta denominação patronímica, em homenagem ao primeiro padre a chegar em nossa terra, acompanhado pelos imigrantes italianos. Pe. Pedro Antônio Colbachini é também o patrono do Colégio. Em 1960 iniciou a funcionar o Jardim de Infância. A história do Colégio Colbachini, a partir da década de 60, se confunde com a história da Escola Agrícola, escola particular, criada em 1961 pelo Pe. Mario Bianchi. Em 1975 iniciou o funcionamento da 6ª série, estendida nos anos subsequentes à 7ª e 8ª série, ao mesmo tempo em que foram cessando estas séries no curso ginasial do Colégio João XXIII, processo encerrado em 1977. No mesmo ano, com a reorganização do ensino no país, seu nome foi alterado para “Escola Estadual de 1º Grau Pe. Pedro Antônio Colbachini”. A partir de 1986, houve também a passagem gradativa da escola particular à pública, e a cessação progressiva da Escola de 2º Grau João XXIII, que deixou de funcionar no ano de 1989. Neste momento, no 2º Grau, houve apenas a oferta do curso de Preparação para o Trabalho (ou Científico). A partir de 26 de março de 1987, a instituição foi transformada em “Escola Estadual de 1º e 2º Graus Pe. Pedro Antônio Colbachini”. A partir do ano de 1989 retomou-se a oferta do Curso de 2º Grau em Técnico em Contabilidade, interrompida no ano de 2000, pela nova reestruturação do ensino no país, passando a ser, a partir de então, Ensino Médio (nos 3 anos de estudo), com Curso Técnico em separado (em mais 1 ano de estudo). Neste ano, assim, mudou também a denominação da instituição, passando a ser “Colégio Estadual Pe. Colbachini”. (Fonte: http://colegiocolbachini.blogspot.com/ http://www.colegiocolbachini.com.br/novo/institucional/historia https://pt-br.facebook.com/colegiocolbachini/).</p>
Carolina Bodanese		
Nova Prata		
da Zona Norte		
Onze de Agosto	E.E.E.M. Onze de Agosto	Ver indícios na dissertação do PPG História da UCS. Trabalho de Tobias Spagnolo (2015). Em estudo pelo acadêmico Weslei Vivan.
José Chiochetta		
Monsenhor Peres		Provável escola estadual do município de Vista Alegre do Prata
de Vila São Jorge		
Dr. Antônio Serraglio		
Fernando Luzzati		
Caetano Polessello		

Paráí		
Barra Grande		
São Marcos		
Maranhão	E.E.E.M. Maranhão	
Serafina Corrêa		
Carneiro de Campos		
Bairro Gramadinho		
Linha 15 de Novembro		
Vale dos Sinos		
Campo Bom		
Ildefonso Pinto	E.E.E.M. Ildefonso Pinto	Ver estudos de José Edimar de Souza
João Blos	E.E.E.F. João Blos	Ver estudos de José Edimar de Souza
La Salle	E.E.E.M. La Salle	
Dois Irmãos		
Da Sede	E.E.E.M. 10 de Setembro	
De Morro Reuter	E.E.E.M. João Wagner	
Ivoti		
Da Sede	E.E.E.M. Prof. Mathias Schutz	
Portão		
Da Sede	E.E.E.F. 9 de Outubro	
Rincão do Cascalho	E.E.E.F. Adolfo Gustavo Krummenauer	
Sapiranga		
Cel. Genuino Sampaio	Instituto Estadual de Educação de Sapiranga I. E. ⁸ Cel. Genuino Sampaio	Ver estudos de José Edimar de Souza
Mathilde Zatar	I. E. Mathilde Zatar	
Amaral Ribeiro		
Campo Vicente	Escola Municipal de Educação Infantil Dois de Dezembro (Nova Hartz)	Ver o trabalho de Vânia Priamo e Rodrigo L. dos Santos
José de Oliveira Neto		
Almeida Júnior	E.E.E.F. Almeida Júnior	
Estância Velha		
Bairro Lira		
Bairro das Rosas		
Humberto de Campos	E.E.E.F. Humberto de Campos	
Rincão dos Ilhéus		
Esteio		
Bernardo Vieira de Mello	E.E.E.M. Bernardo Vieira de Mello	É a primeira escola estadual do município de Esteio-RS. A Escola Estadual de Ensino Médio Bernardo Vieira de Mello, localizada sito à Rua dos Ferroviários, 102, foi criada no ano de 1937, data anterior da construção do prédio onde hoje funciona a Escola Bernardo, a mesma atendia seus alunos num pequeno prédio de madeira nos arredores da atual Av. Dom Pedro, passando a denominar-se no início de sua implantação como Grupo Escolar. A EEEM Bernardo Vieira de Mello foi idealizada após

⁸ Instituto Estadual.

Grupos escolares no Rio Grande do Sul
Escolarização primária em perspectiva regional no século XX

		profunda discussão com o Governador da época, o senhor Euclides Triches, quando este foi informando da necessidade da criação de uma escola estadual no Vale dos Sinos já na década de 30. O ensino era somente o Primário, regido pela Lei 4024/66. Também havia atendimento a alunos pertencentes à “Classe Especial”, ou seja, alunos que apresentavam alguma dificuldade mais acentuada além das que normalmente se constata nas séries iniciais. Na década de 60, o Grupo Escolar abrigou as escolas Bernardo Vieira de Mello, a EEEM José Loureiro da Silva e EEEM Caetano Gonçalves da Silva em suas dependências, sendo depois desmembradas nas atuais escolas estaduais de nosso município. (Fonte: http://escolabernardo-esteiors.blogspot.com/ https://www.facebook.com/pg/escolabernardo/about/?ref=page_internal)
Caetano Gonçalves da Silva	E.E.E.M. Caetano Gonçalves da Silva	Em 1957 a Escola chamava-se Grupo Escolar Bento Gonçalves. Criada em 11 de fevereiro de 1958, pelo Decreto nº 8.621/58, com sede em Esteio, na Avenida Dom Pedro, nº 200. Atendendo crianças de 1ª a 5ª séries do Ensino Fundamental. Em 24 de abril de 1970 recebe como doação da Prefeitura Municipal de Esteio, na gestão do então prefeito Clodovino Soares o terreno situado na Avenida Dom Pedro, nº 790. Em 1975, o Grupo Escolar muda para o novo prédio. Em 30 de dezembro de 1975, pelo parecer 1.163/75, do Conselho Estadual de Educação, com a portaria 1.574, é autorizada a implantação do Ensino Supletivo. Em 06 de abril de 1976, é autorizada a implantação da 6ª série do ensino fundamental, depois em 1977, autorizada a implantação da 7ª e das 8ª séries. Em 22 de dezembro de 1977, pelo decreto de reorganização nº 26.443, o grupo escolar passa a ser denominado Escola Estadual de 1º Grau Caetano Gonçalves da Silva. Em 15 de setembro de 1993, a escola é autorizada a criar a Classe especial para deficientes visuais. Em 2001, pelo decreto nº 41.286 de 18 de dezembro, a escola passa a denominar-se Escola Estadual de Ensino Médio Caetano Gonçalves da Silva, com a criação da modalidade EJA para o Ensino Médio. Em 2007 foi instituído o Ensino Fundamental de 9 anos. (Fonte: http://caetanohoje.blogspot.com/2011/09/historico-completo-da-escola.html https://www.facebook.com/pages/Escola-Caetano-Gon%C3%A7alves-Da-Silva/615188945194534).
Ezequiel Nunes Filho		
Santo Antônio Maria Claret		
Tomé de Souza	E. E. E. F. Tomé de Souza	A Escola Estadual de Ensino Fundamental Tomé de Souza foi fundada em 24 de abril de 1956. Atualmente oferece atendimento aos alunos desde o 1º ano ao 9º ano do Ensino Fundamental. Também oferece a educação Infantil Para alunos a partir de 4 anos em parceria com a Prefeitura Municipal de Esteio. (Fonte: https://pt-br.facebook.com/pg/tomedesouzaesteio/about/?ref=page_internal).
Três Portos		
Novo Hamburgo		
Antônio Vieira	E.E.E.F. Antonio Vieira	Ver estudo de Estela Brito, Ariane Duarte e Pedro Manfroi

Rincão dos Ilhéus		
Leopoldo Petry	E.E.E.F. Leopoldo Petry	Fundada em 1930. A escola na década de 30 funcionava no prédio do Armazém Hartz. Por cerca de 10 anos, de 1963 a 1972, funcionou na instituição, no turno da noite, o curso Mobral, que tinha por objetivo alfabetizar adultos. Na ocasião, a escola era conduzida pelas diretoras Rosa Cruz e Eny Lourdes. Em 1968, pelo decreto Estadual 18.952/68 - DO 08/03/68 foi criado o ginásio que foi determinado pelo Decreto Estadual 19.538/69 - DO 22/01/69 de Ginásio Estadual Leopoldo Petry, em homenagem ao Sr. Leopoldo Petry. Em 1978 funcionava com 800 alunos matriculados de 5ª a 8ª série, 7 salas de aulas, 48 professores, em 3 turnos, 3 funcionários na secretaria e 3 auxiliares de serviços gerais. De conformidade com a resolução 111/74 do CEED, pela portaria nº 22.729/79 passou a designar-se e denominar-se Escola estadual Leopoldo Petry - 5ª a 8ª série. Em 1991 contou com uma extensão localizada na Av. Buenos Aires, 79, e em 1996, foi transferida para a Av. Montevideú, atendendo 800 alunos oriundos do Bairro Santo Afonso. Manteve essa situação até final de 1997. Em 2000 a portaria 74/01, DO 22/03/01, alterou a designação para Escola Estadual de Ensino Fundamental Leopoldo Petry, baseado na LDB 9394/96. Em 2005, um prédio novo foi inaugurado após anos de lutas. (Fonte: https://ayrtonseena02.weebly.com/histoacuterico.html https://portal.camaranh.rs.gov.br/noticias/19-07-2011-escola-leopoldo-petry-e-homenageada-pelos-81-anos https://pt-br.facebook.com/pages/Escola-Leopoldo-Petry/433865226720493).
Vila Jaeger		
Dr. Wolfram Metzler		
João Ribeiro	E. E. E. F. Joao Ribeiro	
Madre Benícia	I.E. Madre Benícia	Ver estudos de José Edimar de Souza
Maria das Neves Petry	E. E. E. F. Maria das Neves Petry	Ver estudo de Paulo Spolier
Otávio Rosa	E. E. E. F. Otavio Rosa	
Pedro Adams Filho	E. E. E. F. Pedro Adams Filho	
Prof. Alfredo Clemente Pinto	E. E. E. F. Professor Alfredo Clemente Pinto	
Profª. Luiza Teixeira Lauffer	E. E. E. F. Profª. Luiza Teixeira Lauffer	
São Leopoldo		
Villa Lobos	E.E.E.M. Villa Lobos	
Prof. Emílio Boeckelo	E.E.E.F. Professor Emilio Boeckel	
Marechal Ilha Moreira	E.E.E.F. Mal. Ilha Moreira	
Arroio da Manteiga	E.E.E.M. Emilio Sander	Criada em 1938, chamava-se Escola Isolada do Arroio da Manteiga e contava com a professora Ida Zorn Schimdt. Ocupava o espaço emprestado pela Sociedade Cantores do Arroio da Manteiga. (Fonte: https://pt-br.facebook.com/pages/Escola-Emilio-Sander/293463240771581 https://www.youtube.com/watch?v=r2Ip5vkuWuo).
Dr. Caldre Fião	E.E.E.M. Dr. Caldre Fião	

Grupos escolares no Rio Grande do Sul
Escolarização primária em perspectiva regional no século XX

Mário Sperb	E.E.E.F. Dr. Mário Sperb	
Dr. João Daniel Hillebrand	E.E.E.F. Dr. João Daniel Hillebrand	
16°. RO		
Padre João Batista Réus		
Santa Catarina	E.E.E.M. Polisinós	A Escola é formada hoje pela unificação de três escolas: Escola Estadual Santa Catarina – fundada em 1955, que atendia de Pré-escola à 4ª série (currículo). Escola Polivalente – fundada em 1972, atendendo alunos de 5ª à 8ª série, caracterizada na época, por oferecer disciplinas técnicas. Escola de 2º Grau no Bairro Rio Branco – fundada em 1988, ocupando o prédio do Polivalente e funcionando à noite. A unificação destas escolas ocorreu em 1995, sob denominação de Escola Estadual de 1º e 2º Graus no Bairro Rio Branco, atendendo alunos de pré ao 3º ano do Ensino Médio. Atualmente atende níveis de Ensino Fundamental Séries Iniciais, Finais e Ensino Médio, atendendo a três turnos-manhã tarde e noite. De acordo com o desejo da comunidade, em 1999, passou a chamar-se “Escola Estadual de Ensino Médio POLISINÓS”.
Visconde de São Leopoldo	Colégio Estadual de Ensino Técnico Visconde de São Leopoldo	Ver estudo de Jauri Sá
Vila Duque		
Firmino Acauan	E.E.E.M. Firmino Acauan	
Scharlau		
Olaria Daudt	E.E.E.F. Olaria Daudt Atualmente pertence à Sapucaia do Sul.	A Escola Estadual de Ensino Fundamental Olaria Daudt foi inaugurada em 1962, no pátio da então Fábrica de tijolos Olaria Daudt (atual Areião), eis o motivo do nome, próximo ao Pesqueiro (ponto turístico), em frente ao rio dos Sinos, bairro carioca, Sapucaia do Sul/RS. Em 1980 foi transferida para o lado da igreja, no mesmo bairro. No entanto, em 1985 teve entorno de 70% da sua estrutura destruída por um incêndio, passando a serem administradas aulas na atual associação do bairro. Somente a partir de 1998 encontra-se no atual endereço - Av. Isdralit 1570 - Bairro Colonial - Sapucaia do Sul/RS. Localizando-se bem na divisa dos bairros Colonial e Carioca, fundos do Jardim Zoológico. (Fonte: http://construindoamemoriasocial.blogspot.com/p/escola-estadual-de-ensino-fundamental.html https://www.facebook.com/pages/Escola-Estadual-de-Ensino-Fundamental-Olaria-Daudt/491330167727847).
Sapucaia do Sul		
Vila Jardim		
Alcides Maya	E.E.E.F. Alcides Maya	
Capão da Cruz		
Maria Medianeira	E.E.E.F. Maria Medianeira	
Sede	E.E.E.F. de Sapucaia do Sul [?]	
Três Portos		
Vila Freitas		
Vila Piratini		
Vila São José		
Vila Vacchi		
Vila Silva		

Apresentando: os grupos escolares em dimensões regionais

A presente obra tem como objetivo compartilhar resultados de projeto de pesquisa financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul – FAPERGS, edital 04/2019: “Instituições escolares no Vale do Rio dos Sinos e na Serra Gaúcha – práticas e processos de escolarização na primeira metade do século XX”. Processo número 19.2551.00013035, ao qual manifesto minha gratidão. Desse modo, a pesquisa situada no campo da História da Educação se caracteriza pela iniciativa de mapear e analisar o processo de constituição dos grupos escolares em duas regiões específicas do Estado.

Nas últimas décadas, os estudos locais/regionais têm motivado diferentes pesquisadores, sobretudo, com ampliação dos programas de pós-graduação e multiplicação de linhas de pesquisas de fundamentos, formação e prática, bem como de história e história das instituições. A dimensão regional representa uma possibilidade para ampliar as lentes teóricas diante de uma diversidade empírica de fontes documentais, orais, icnográficas preservada em arquivos públicos e também arquivos pessoais.

A região assume nessa pesquisa um horizonte de desenvolvimento e de estrutura portadora de uma identidade que se configura a partir de distintos contornos estabelecidos com um sistema global de relações, uma vez que, como argumenta Reckziegel¹ (2015, p. 5), “a renovação do conceito de região implicou a noção de que o regional é menos um espaço físico e mais um conjunto de relações e articulações”, que se dão em âmbito particular do social e do cultural.

A dinâmica de trabalho na captura, organização e análise se entrecruza com as relações interpessoais que adquirem sentidos singulares, pois, ao mesmo tempo que promovem um encontro geracional entre pesquisadores em diferentes estágios formativos e sujeitos entrevistados, a temática da história das instituições familiarizam os mesmos com os saberes da vida em comunidade. O resultado desse encontro, além de possibilitar ampliar o *locus* compreensivo das relações e das práticas em dimensão local, projetam e permitem traduzir a

¹ RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. Apresentação. In: HEINSFELD, Adela *et al.* (orgs.). **Fazendo história regional. Política e cultura**, v. 1. Méritos, 2015. p. 5-8.

materialidade e os modos como se imbricam às redes mais amplas e complexas dos processos que envolvem determinados empreendimentos e situações organizacionais.

A história dos grupos escolares, dos processos de institucionalização e das práticas de escolarização se evidencia como resultado desse estudo pioneiro² sobre esse objeto de pesquisa. Além disso, procura traduzir, pelo viés cultural, os percursos iniciais e os primeiros tempos de funcionamento da organização do ensino primário elementar graduado distanciando-se do formato das escolas (aulas isoladas), como argumenta Souza (2015)³ e dos Colégios Elementares no nosso Estado, como argumenta Grazziotin e Almeida (2016)⁴.

Como efeito da modernização pedagógica instituída no Brasil, no início do século XX e com a pretensão de reorganizar o ensino elementar, no Rio Grande do Sul, a partir de 1909, são implantados os primeiros Colégios Elementares. Nesse sentido, a escolarização que acontecia especialmente nas aulas isoladas, nas escolas étnicas e/ou paroquiais passou a contar com uma nova proposta de oferta de ensino. A partir de 1915, os grupos escolares passaram a figurar ao lado dos Colégios, mas sobretudo a partir da década de 1930 é que a forma de ensino impactou diferentes regiões do Estado.

Em relação às duas regiões definidas pelo Conselho Regional de Desenvolvimento – COREDES aqui identificadas como Vale dos Sinos e Serra Gaúcha, em destaque no mapa da figura 1, os processos de escolarização ocorrem em regiões que foram colonizadas por imigrantes europeus, principalmente,

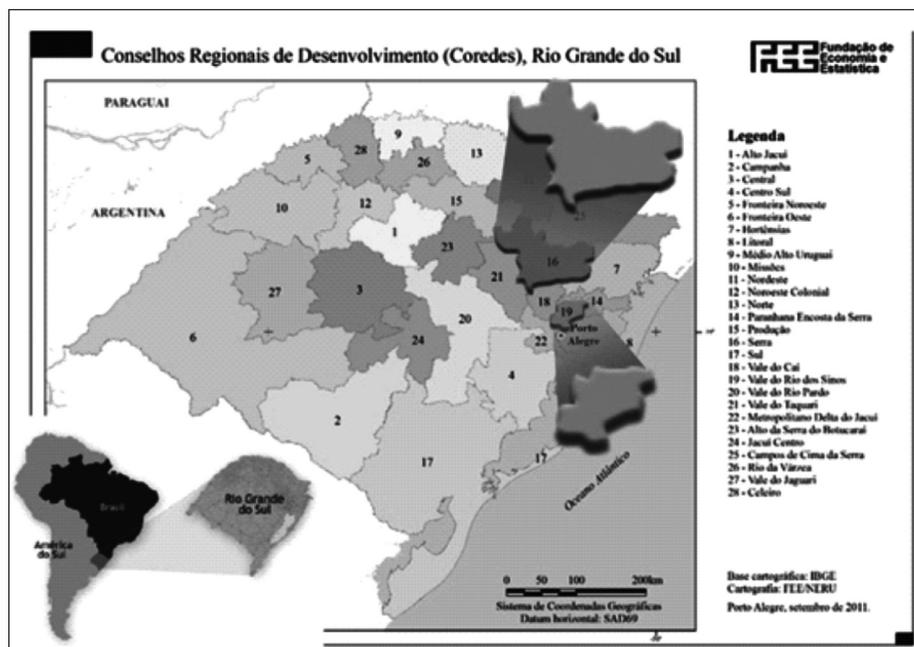
² A temática dos grupos escolares, especialmente no meio rural, é um campo de estudo que ainda carece de investigações. Pode-se dizer que os grupos escolares estavam ligados aos centros urbanos e a um processo de modernização, ao ponto de serem consideradas escolas modelares. Apesar disso, existiram, embora em menor número, grupos escolares em zonas rurais. Essa temática pretende ser abordada na segunda fase desse projeto, ampliando também a temporalidade dos estudos para a segunda metade do século XX e para os grupos escolares municipais, embora a obra de Souza (2020) apresente estudos iniciais sobre essa questão. Ver em SOUZA, José Edimar de (org.). **Escola no Rio Grande do Sul (1889-1950):** ensino, cultura e práticas escolares. Caxias do Sul, RS: Educus, 2020.

³ SOUZA, José Edimar de. **As escolas isoladas:** práticas e culturas escolares no meio rural de Lomba Grande/RS (1940 a 1952). 2015. 295 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, São Leopoldo, 2015.

⁴ Na historiografia da história das instituições escolares no Rio Grande do Sul, destaco o primeiro estudo sobre Colégios Elementares e os Grupos Escolares, o trabalho organizado por: GRAZZIOTIN, Luciane S. Santos; ALMEIDA, Dóris Bittencourt de. **Colégios Elementares e Grupos Escolares no Rio Grande do Sul. Memórias e cultura escolar. Séculos XIX e XX.** São Leopoldo: Oikos, 2016; bem como o primeiro volume da Série Estudos em História e Historiografia da Educação organizado por: RIPE, Fernando; SOUZA, José Edimar de; OLIVEIRA, Maria Augusta Martiarena de (orgs.). **História e Historiografia da Educação no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Editora Fi, 2019.

da etnia alemã e italiana. Atualmente há 14 municípios⁵ no Vale dos Sinos e 33 municípios⁶ na Serra Gaúcha. Identificou-se um total de 177 instituições escolares no final da década de 1960⁷, época do apogeu destas instituições, considerando ainda cidades como Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Nova Prata, Canoas, Novo Hamburgo, Sapucaia do Sul e São Leopoldo como as que mais implantaram grupos escolares entre as décadas de 1930 e 1960.

Figura 1: Divisão das regiões COREDES, Rio Grande do Sul



Fonte: Adaptado por Samanta Vanz (2021) a partir de Mapas-FEE, 2010

⁵ O Vale dos Sinos está localizado na Região Metropolitana de Porto Alegre; recebeu este nome em função do rio que corta a maior parte dos municípios que compõem este vale; compreende 14 municípios, a saber: Novo Hamburgo, Campo Bom, Sapiranga, Araricá, Canoas, Dois Irmãos, Estância Velha, Esteio, Ivoti, Nova Hartz, Nova Santa Rita, Portão, São Leopoldo, Sapucaia do Sul.

⁶ Localiza-se na região nordeste do Estado do Rio Grande do Sul. É constituída por 33 municípios: Antônio Prado, Bento Gonçalves, Boa Vista do Sul, Campestre da Serra, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Coronel Pilar, Cotiporã, Fagundes Varela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Guabiju, Guaporé, Ipê, Montauri, Monte Belo do Sul, Nova Araçá, Nova Bassano, Nova Pádua, Nova Prata, Nova Roma do Sul, Parai, Protásio Alves, Santa Tereza, São Jorge, São Marcos, São Valentim do Sul, Serafina Corrêa, União da Serra, Veranópolis, Vila Flores e Vista Alegre do Prata.

⁷ Tomando como base o documento: RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 19.818. Reclassifica escolas, de 13 de agosto de 1969.

A presença desses grupos sociais conduz a movimentos importantes em nível de desenvolvimento regional que acabam impactando na escola, nas formas de conviver e socializar, bem como no seu jeito de fazer e progredir na educação.

A história das instituições educativas considera as relações internas e externas, os processos e organização, das permanências e (*des*)continuidades na sua configuração, dos modelos pedagógicos, dos planos socioculturais e temporais. Perceber a escola a partir da sua criação e implantação, das relações com contexto, da sua evolução e dos saberes e culturas, dos percursos profissionais e acadêmicos está no horizonte desta obra. Nesse sentido, endossa Magalhães (2018, p. 42-43)⁸:

Na história das instituições educativas, há continuidades, dissemelhanças e rupturas, ainda que, como salientou Arnould Clause, ‘a autêntica relatividade da pedagogia situa-se muito mais ao nível das finalidades e das intenções que ao nível dos meios e dos processos’ (CLAUSSE, 1976, p. 60). [...] O institucional educativo e as instituições educativas, tal como são analisadas aqui, apresentam uma materialidade, uma representação/funcionalidade, uma apropriação/ ideiação. São construção histórica. Comportando relatividade, assinalam o tempo longo e a perspectiva estrutural a que conferem substância e sentido. Deste modo, as instituições educativas tornam-se objecto de uma observação histórico-pedagógica de dimensão macro.

Este livro está organizado em duas partes: os grupos escolares no Vale dos Sinos e os grupos escolares na Serra Gaúcha. O esforço para compor a história dos grupos escolares de ensino primário deve-se ao dedicado e comprometido trabalho de vinte e três autores⁹ em quinze capítulos¹⁰, que apresentam o resultado deste projeto e seus desdobramentos.

No primeiro capítulo, “*Educação no RS: as escolas elementares e os grupos escolares – uma revisão de literatura (1909-1950)*”, Isabel Rosa Gritti e Silvana Maria Gritti se debruçam sobre a análise da revisão de literatura relativa à temática a partir de revistas e periódicos eletrônicos como a Revista de História da Educação, Cadernos de História da Educação, Revista Linhas, Revista HISTEDBR On-line, Revista Brasileira de Educação e em banco de dados como a BDTD-

⁸ MAGALHÃES, Justino. A instituição educativa na modernização do local. Perspectiva histórico-pedagógica. *Rivista di storia dell'educazione*, n. 1, 2018, p. 41-55.

⁹ Ainda preciso agradecer a Karoline Sander Farinha, bolsista de Iniciação Científica com subsídio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico – CNPq/UCS.

¹⁰ Importante destacar o conjunto de municípios aqui representados, do Vale dos Sinos: Campo Bom, Novo Hamburgo, Sapiranga, São Leopoldo e Araricá; da Serra Gaúcha: Caxias do Sul, Garibaldi, Bento Gonçalves, Antonio Prado, São Francisco de Paula e Garibaldi.

Banco Digital de Teses e Dissertações e Scielo. Esse trabalho reforça a tese de que estudos sobre a história das escolas elementares e dos grupos escolares gaúchos carecem de outros olhares e sobre outros aspectos.

No segundo capítulo, *“Os grupos escolares em Campo Bom, Sapiranga e Novo Hamburgo/RS (1930-1934): os processos de constituição e de escolarização”*, José Edimar de Souza recompõe aspectos da implantação das primeiras instituições em três municípios da grande Porto Alegre e o modo como tais processos estão imbricados com o contexto local e de imigração desta região.

No terceiro capítulo, *“Grupo Escolar Visconde de São Leopoldo (São Leopoldo/RS, anos 1940): uma breve história da vida escolar”*, Jauri Sá apresenta relações entre as tramas políticas locais e o projeto elaborado pela Secretaria de Obras Públicas do Estado (SOP/RS) e examinado pelo Departamento de Educação Primária e Normal, da Divisão Técnica e Centro de Pesquisas e Orientações Educacionais da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Saúde Pública (SESP/RS), seguindo critérios de caráter médico e pedagógico para adequar o ensino às modernas edificações públicas.

No quarto capítulo, *“O Grupo Escolar Maria das Neves Petry – Novo Hamburgo/RS (1942)”*, Paulo Daniel Spolier discorre sobre a história do Grupo Escolar do Bairro Industrial, criado em 1942 a partir da fusão das aulas (escolas) isoladas dos matadouros Kroeff e Provenzano; ele teve sua história ligada à pessoa da professora Maria das Neves Marques Petry, cuja trajetória na primeira metade do século XX se confunde com as dinâmicas por que passou a educação no município de Novo Hamburgo.

No quinto capítulo, *“Nos caminhos do ensino: trajetórias e memórias do Grupo Escolar de Campo Vicente (1959)”*, Vania Inês Avila Priamo e Rodrigo Luis dos Santos constroem uma genealogia para compreender os processos de criação e alterações nas designações e formas de identificação das escolas estaduais rurais reunidas no interior de Sapiranga até sua identificação como grupo escolar em Araricá.

No sexto capítulo, *“A salvaguarda de uma história: práticas e cultura escolar do grupo escolar Antônio Vieira na cidade de Novo Hamburgo/RS (1950-1967)”*, Estela Denise Schütz Brit, Ariane Duarte e Pedro Manfroi alargam suas análises ao trabalhar com as representações em torno da instituição e a influência do nacionalismo, a partir do periódico local *O 5 de abril*; além disso, é o capítulo que encerra a discussão sobre os estudos da região do Vale dos Sinos.

No capítulo sete abre a análise de um conjunto de trabalhos sobre a região da Serra Gaúcha, intitulado *“Movimentos e a emergência do Grupo Escolar de Antônio Prado – RS (1918-1930)”*, de Manuela Ciconetto Bernardi (UCS);

discute os movimentos para a criação do Grupo Escolar entrelaçando questões políticas e administrativas quase uma década antes da sua efetivação e o modo como a presença da escola contribuiu para sanar o problema do analfabetismo.

No capítulo oito, “*De Collégio Ellementar (1914) para Grupo Escolar Estadual José de Alencar (1918) em São Francisco de Paula: o contexto inicial dessa instituição escolar nos Campos de Cima da Serra*”, Dilnei Abel Daros descreve as primeiras décadas de instalação do Grupo Escolar Estadual José de Alencar (1918-1940) evidenciando algumas dificuldades estruturais como a ausência de móveis para receber os alunos, fazendo com que as aulas se desenvolvessem inicialmente nas residências dos docentes.

No capítulo nove, “*Grupo escolar Frei Caneca de Flores da Cunha/RS: a presença da Caixa Escolar (1925-1940)*”, Rafael de Souza Pinheiro e José Edimar de Souza abordam a importância da criação da caixa escolar no grupo escolar como instrumento ligado ao assistencialismo, de arrecadação de diferentes materiais e objetos para doação aos estudantes pobres, como meio de mantê-los assíduos nos grupos escolares.

No capítulo dez, “*De Colégio Elementar a Grupo Escolar Bento Gonçalves da Silva: inventários de materiais e livros escolares (Bento Gonçalves/RS, 1930-1939)*”, Terciane Ângela Luchese analisa um período de significativas transições para a história do Colégio Elementar Bento Gonçalves da Silva, sito no município de Bento Gonçalves; entre 1930 e 1939, vivenciou (a) a mudança de um prédio improvisado para o funcionamento escolar em prédio próprio (1936) e (b) a transição legal de Colégio Elementar para Grupo Escolar.

No capítulo onze, “*Uma instituição cívica: representações do nacionalismo nos grupos escolares estaduais de Caxias do Sul, RS (1930-1950)*”, Samanta Vanz, Elisângela Cândido da Silva Dewes e José Edimar de Souza abordam representações do civismo e do nacionalismo a partir da análise da história de instituições escolares no município de Caxias do Sul, RS, entre 1930 a 1950.

No capítulo doze, “*Uma história do Grupo Escolar Rural De Picada Velha (Garibaldi/RS, 1939-1952)*”, Cassiane Curtarelli Fernandes caracteriza, a partir da cultura escolar, aspectos da implantação e das práticas de escolarização nesta localidade.

No capítulo treze, “*Grupo Escolar de São Marcos, Farroupilha/RS: uma análise das atas de exames escolares (1938-1948)*”, Gisele Belusso e Fernando Ripe buscaram compreender não somente o processo de criação e instalação do Grupo São Marcos, mas as possíveis negociações locais mediadas pela municipalidade com o governo estadual. Nessa linha investigativa, evidenciam a

prática organizacional da instituição a fim de ordenar tempos e espaços para iniciar e encerrar o ano letivo, bem como para realizar os exames escolares.

No capítulo catorze, “*Grupo Escolar Paraná e a trajetória escolar do bairro de Galópolis/Caxias do Sul-RS, de 1939 a 1977*”, Geovana Erlo e Luiza Horn Iotti analisaram o processo de escolarização do bairro Galópolis, localizado na zona sul da cidade de Caxias do Sul, sob a luz da criação do Grupo Escolar Paraná e seus desdobramentos dentro do recorte temporal que parte de 1939 – ano do Decreto de sua instituição – e vai até 1977 – quando troca a denominação para Escola de 1º Grau Ismael Chaves Barcellos.

No capítulo quinze, “*Professora Ida Marccucci Zanellato: das aulas em sua casa ao Grupo Escolar Henrique Emílio Meyer (Caxias do Sul/RS, 1931 a 1950)*”, de Elise Testolin de Abreu e Cristian Giacomoni, é o último capítulo, versando sobre a origem e criação da instituição e as relações com a trajetória da professora Ida Marccucci Zanellato, como uma das protagonistas na edificação desta instituição escolar.

Os trabalhos abordam a ênfase da cultura e das práticas em dimensões regionais de produção e desenvolvimento da escolarização, destacam os processos de transição entre as aulas (escolas) isoladas reunidas e/ou da evidência da coexistência de tipos de instituições em transições para a forma mais popular de organização do ensino primário. Os grupos escolares são percebidos pelas relações humanas, pela aprendizagem do viver com o outro e pelas tentativas de projetar nos alunos uma relação com o Estado, com um sentimento nacional e moderno de trabalho, de compreender os ritos e a influência que as instituições e a passagem pela escola formal podem produzir culturalmente na sociedade daquele período.

Que esta obra possa provocar, a partir dos traços de representações aqui reunidas e analisadas em perspectiva cultural, novos ânimos para conhecer algo daquilo que se sabe não mais existir.

Prof. Dr. José Edimar de Souza (org.)

Prefácio à 2ª edição

Era uma vez um Grupo Escolar...: os usos da memória para melhor contar histórias

Para falar sem rodeios, não temos nada melhor que a memória para significar que algo aconteceu, ocorreu, se passou antes que declarássemos nos lembrar dela (RICOEUR, 2007, p. 40).

Ao desenvolver a leitura da obra “Grupos Escolares no Rio Grande do Sul: escolarização primária em perspectiva regional no século XX”, organizada pelo professor José Edimar de Souza, tenho sensações, tal qual uma “viajante” que “circula por terras alheias” (CERTEAU, 1994, p. 270), alguém que olha por trás de vidraças do tempo e espaço e se depara com *paisagens* que fazem pensar. Avanço pelos capítulos e visualizo o mapa do estado. Dou asas à imaginação e me vejo, partindo de Porto Alegre, a percorrer estradas que levam até o Vale do Rio dos Sinos, depois à Serra rio-grandense até chegar à região dos Campos de Cima da Serra. Para além dos deslocamentos geográficos, provocada sobretudo pelas belas fotografias que aparecem ao longo do livro, procuro imaginar como seria a vida das pessoas naquelas localidades, em outras temporalidades, refletindo, especialmente, na constituição dos Grupos Escolares, tema em questão na obra aqui prefaciada. Assim, os municípios de São Leopoldo, Novo Hamburgo, Nova Hartz, Garibaldi, Farroupilha, Caxias do Sul, Flores da Cunha, Bento Gonçalves, São Francisco de Paula, Antônio Prado foram emergindo das páginas. Como seria viver naqueles cenários rurais, alguns deles em crescente urbanização? O que pensavam e como agiam professoras, professores e estudantes? Em tempos pretéritos, como seria o cotidiano em cada uma das escolas apresentadas?

Ao considerar os processos de escolarização no Rio Grande do Sul, em seus estratos de tempo, percebo a importância dos estudos reunidos neste livro, que retiram do esquecimento memórias dessas instituições educativas, permitindo, por meio da pesquisa acadêmica, que não se apaguem esses passados. Paul Ricoeur (2007) defende que “não existe nada melhor que a

memória...” (p. 40), reivindica sua função matricial, pois é apenas por meio dela que é possível nos aproximarmos da história, “na medida em que a memória continua sendo a guardiã da problemática da relação representativa do presente com o passado” (p. 100). E assim, acreditando na força da memória escolar, as autoras e os autores deste livro convocaram passados em seus textos, através da mobilização de fontes diversas: documentos orais, fotografias, ego-documentos, registros oficiais das escolas, imprensa de grande circulação, entre outros. E também apostaram no aprofundamento conceitual para melhor compreender epistemologicamente os grupos escolares: representação, cultura escolar, modernização pedagógica, imigração, nacionalismo, práticas escolares, arquitetura escolar, biografia são alguns dos conceitos tramados. Seguindo os passos da operação historiográfica, produziram inteligibilidades para os fenômenos investigados, escreveram versões da história dos grupos escolares, perdendo, nessas versões, presenças do passado (CHARTIER, 2009), “presenças que são como murmúrios que se deixam perceber” (CERTEAU, 2008, p. 15). Enfim, ao construir narrativas historiográficas, Isabel, Silvana, Jauri, José Edimar, Paulo, Vania, Rodrigo, Estela, Ariane, Pedro, Manuela, Dilnei, Rafael, Terciane, Elisângela, Samanta, Cassiane, Gisele, Fernando, Geovana, Luiza, Elise e Cristian fizeram algo grandioso, próprio do ofício do historiador: elas e eles nos contaram histórias sobre os grupos escolares dessas regiões do Rio Grande do Sul.

O livro inscreve-se no campo temático de investigações da História da Educação e nas discussões sobre patrimônio histórico-educativo. Augustin Escolano (2017) nos fala da educação patrimonial como um “ethos de desejo” (p. 280), em seu potencial de constituir uma “nova educação histórica da cidadania” (p. 269). As memórias da escola, para o autor, se constituem em bens culturais, de caráter coletivo, representativos de inúmeras práticas desenvolvidas no interior das instituições, nas interfaces com contextos mais amplos. Podemos dizer, concordando com Escolano, que, durante muito tempo, esses bens da escola foram apagados da memória oficial, interessada, exclusivamente, em documentos dotados de determinada oficialidade. Em suas palavras, “agora esses bens são buscados, conservados e difundidos, porque nos pertencem e nos definem como sujeitos histórico-culturais” (p. 274).

E nessa perspectiva, como não se comover com tantas memórias trabalhadas no livro? Em vários textos, observa-se a importância das comunidades se envolverem e se mobilizarem para que os Grupos Escolares fossem, de fato, implementados. Quantas sensibilidades podem ser evocadas ao olhar para as fotos escolares, sobretudo aquelas que mostram estudantes e

professores, suas expressões faciais e corporais, elas dizem muito daqueles contextos. As máquinas fotográficas capturaram instantes, flagrantes de cenas de escola, provavelmente planejadas para aqueles momentos. Como não se impactar com as imagens dos edifícios escolares? Alguns são monumentais, ainda mais se considerarmos que o livro se refere ao interior do estado do Rio Grande do Sul. E como não lembrar de Leonel Brizola, idealizador do modelo de arquitetura escolar, as “brizoletas”, evocado em um dos capítulos? E o que dizer de biografias de professoras, suas escritas de si, em forma de ego-documentos, que emprestaram seus nomes aos Grupos Escolares? *A viajante* segue o percurso, sensibilizada, quando lê as narrativas de antigos estudantes, que recordam dos longos caminhos percorridos a pé até a escola, das brincadeiras no recreio, dos uniformes... Ainda, faço um destaque para os detalhes da relação de móveis, utensílios e material de escola necessários em 1929, artefatos que evidenciam as concepções que se tinha da cultura material escolar e que, entendo eu, se aproximavam de uma ideia de escola, afinada aos discursos escolanovistas, que postulava o cuidado com o estudante e defendia melhores metodologias de ensino.

Gostaria ainda de fazer um comentário acerca das instituições de salvaguarda documental dos municípios, apresentadas nos diferentes capítulos, importantíssimas para a preservação da memória e para a conseqüente produção historiográfica. E, além disso, ressaltar o valor dos arquivos pessoais, pois, muitas vezes, as pessoas, pelos afetos que lhes movem, guardam mais que as instituições, como mostram alguns textos. Neste tempo em que vivemos, de apelo à memória, somos instados a conservar papeis que outrora tinham apenas valor pessoal. Tais materialidades podem se transformar em testemunhos preciosos. Como uma espécie de legado da educação, passam a integrar o patrimônio institucional, pois apresentam indícios da cultura a que fazem parte.

Neste garimpo pelas memórias de grupos escolares em duas regiões do estado, quatorze histórias foram contadas, histórias singulares. Em todas elas, a importância dos indícios, localizados pelos autores, que permitem entrever, a partir de perspectivas microscópicas, as grandes transformações vividas pela sociedade brasileira, que adentrava nos parâmetros da modernidade, considerando que tais referências produziram ressonâncias nos modos de escolarizar. A constituição dos Grupos Escolares, nas primeiras décadas do século XX, é um forte sintoma da modernidade em curso no Brasil que atingiu primeiramente as grandes cidades, mas, paulatinamente, alastrou-se até as localidades menores.

Termino a *viagem*, feliz, por conhecer histórias de escolas, as quais eu nem imaginava. Escolas do passado com culturas e liturgias que provocam ecos no tempo presente. Como nos diz Carlota Boto, “para pensar na escola que desejamos, é preciso meditar a escola que recebemos” (2017, p. 23). Passado, presente e futuro se entrelaçam na frase, e, sabemos, é o presente que assume a condução dos nossos gestos de lembrar. Para quê? Por quê? A memória da escola, trabalhada na narrativa historiográfica, pode nos ajudar a atentar para as adversidades do tempo em que estamos vivendo, e, quem sabe, nos permitirá acreditar e lutar por uma escola melhor, para os que virão.

Profa. Dra. Dóris Bittencourt Almeida
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Referências

- BOTO, C. **A liturgia da escola moderna**. Campinas: Papyrus, 2017.
- CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: as artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994 (volume 1).
- CERTEAU, M. de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. São Paulo: Editora Unicamp, 2007.
- CHARTIER, R. **A história ou a leitura do tempo**. Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- ESCOLANO BENITO, A. **A escola como cultura: experiência, memória e arqueologia**. Campinas, SP: Alínea, 2017.

Prólogo

Desde hace varias décadas la cultura escolar ha sido un concepto articulador en el campo de la historia de la educación (Juliá, 1995; Viñao, 2002; Escolano, 2008). Tomando como coordenadas básicas la organización del tiempo y del espacio en la escuela, nos hemos preguntado cómo se ha ido articulando en el nivel global una cultura escolar que hace similares las escuelas en diferentes partes del mundo. En el concepto de gramática escolar (Tyack y Cuban, 2000) se enfatizan las similitudes en un proceso único hacia la globalización (Schriewer, 2000), en el que, desde mi perspectiva, se pierden las particularidades que hacen que las escuelas en distintos países, regiones y locales se diferencien entre sí (Civera, 2013).

En esta tensión entre la homogeneización y las diferencias hay dos dimensiones que me parece importante destacar. Primero, la importancia de la escala regional de análisis, que permite analizar la forma en que se viven los procesos de globalización y los procesos de apropiación de las tendencias homogeneizadoras en la cultura escolar (Lionetti, Civera y Werle, 2013). Segundo, los análisis de procesos de escolarización: la idea de cultura escolar parte de la historia cultural y pone énfasis en la dimensión cultural y pedagógica en la conformación de la escuela, mientras que los estudios que analizan cómo la escuela ha adquirido presencia e importancia en las regiones tienen que ampliarse hacia las dimensiones económicas, políticas, sociales, demográficas, étnicas y de género que intervienen en los procesos de instalación, permanencia y cambio de las escuelas, y las formas en que la escuela se va distribuyendo (o no) en la geografía (Civera, 2011). En estos estudios hay un mayor énfasis en las relaciones de las escuelas con su entorno (Nespor, 1997).

El análisis regional y el análisis de la escolarización, juntos, han sido perspectivas especialmente desarrolladas en el estudio de las escuelas en las zonas rurales e indígenas en América Latina e Iberoamérica, entrelazando diferentes tipos de historiografía (Civera, 2013; Civera y Costa, 2018). En las mesas sobre educación en congresos como el Congreso Iberoamericano de Historia de la Educación Latinoamericana (Cihela) y la International Standing Conference of History of Education (ISCHE) he escuchado, a lo largo de los años, muchos estudios sobre las escuelas en Brasil que se enfocaban en

instituciones o establecimientos locales. Algunos eran trabajos muy descriptivos o de recuperación de la memoria escolar, o biografías de maestros y otros tenían propósitos analíticos más profundos. Trabajos muy valiosos que si bien daban cuenta de la riqueza particular de cada lugar, de cada cultura, la atomización de la escala local dificultaba formarse panoramas más generales y establecer comparaciones, si bien daba cuenta de la riqueza particular de cada lugar, de cada cultura.

El libro coordinado por José Edimar de Souza (a quien siempre agradeceré llevarme a conocer las escuelas de la región) tiene la gran virtud de adoptar la escala regional y enlazar los estudios de escuelas y establecimientos escolares que han existido a lo largo del siglo XX, diferenciando dos subregiones, el Vale dos Sinos y la Serra Gaúcha. Ello nos permite ubicar los procesos de escolarización en un espacio geográfico determinado, tomando en cuenta sus diferenciaciones e inequidades internas. La relación entre uno y otro texto se facilita porque muchos de ellos parten de la histórica cultural y el concepto de cultura escolar. Ayuda también inaugurar el libro con un texto que ubica la historiografía de la educación en la región.

En el libro se agrupan investigaciones sobre maestros muy influyentes en la escolarización, historia de instituciones educativas, transformaciones de establecimientos escolares, procesos de escolarización, arquitectura escolar, contenidos y prácticas escolares, etcétera. Tiempo y espacio son considerados elementos constitutivos de la cultura escolar, pensados, en buena medida, desde la materialidad de la escuela, lo cual es un enfoque que ha rendido buenos frutos en el campo de la historia de la educación en el siglo XXI.

Bien sabemos hoy, con el cierre de planteles escolares que hemos tenido en todo el mundo por la pandemia de Covid-19, que la escuela no es sólo el edificio escolar y sus aulas, pero los edificios y su arquitectura son componentes simbólicos de gran importancia, son educadores en sí mismos, que, en combinación con su ubicación geográfica, nos hablan de propósitos culturales y modernizaciones, forcejeos políticos, limitaciones económicas, iniciativas locales, procesos de inequidad, clasificación y marginación social, racial y de género (Viñao, 2008; Escolano, 1994).

La presencia o ausencia de establecimientos escolares puede propiciar procesos de inmigración y promover o frenar el desarrollo económico regional, priorizar algunas prácticas modernizadoras frente a otras. Las permanencias y los cambios en los establecimientos y los objetos con los que trabajan las escuelas producen características específicas en los procesos educativos que crean los actores involucrados: los maestros, los alumnos, las madres y padres de familia,

las autoridades y élites locales, los grupos étnicos o religiosos, la administración estatal y federal.

Los textos integrados en este libro, como todo buen trabajo de historia, se basan en fuentes primarias. Son, además, fuentes muy importantes: las locales. Se rescatan testimonios orales de actores locales, archivos escolares y locales, fotografías y documentos de diverso tipo. La lectura es más agradable, además, al integrar fotografías de grupos escolares, planos, exámenes.

Así, podemos ver cómo en esta región la escolarización en el siglo XX tuvo un diseño institucional que dio importancia a la creación de grupos escolares, una figura intermedia entre las escuelas aisladas y los colegios, no presente en otras regiones de América Latina.

Queda en quienes lean este libro, la creativa tarea de armar los puentes entre los textos para ver la región en su conjunto y, desde la particularidad regional, comparar con procesos de escolarización en otras regiones de Brasil, América Latina y todo el mundo.

Profa. Dra. Alicia Civera Cerecedo
Departamento de Investigaciones Educativas,
Cinvestav, México
acivera@cinvestav.mx

Bibliografía

CIVERA, A. (2011). "Introducción: hacia el estudio de escuela de los campos latinoamericanos", en A. Civera, J. Giner, & C. Escalante, **Campesino y escolares**. La construcción de la escuela en el campo latinoamericano (págs. 303-348). 2011: Miguel Angel Porrúa, pp. 5-32.

CIVERA, A. (2013). "Range and limits of rural school historiography in Latin America: 19th and 20th Centuries. Some Reflections", en Barnita Bagchi, Eckhardt Fuchs and Kate Rousmaniere (eds.). **Connecting Histories of Education: Transactions**, Transculturism and Transnationalisms, Berghahn Books, Oxford.

CIVERA, A.; COSTA RICO, Antón (2018). Desde la historia de la educación: educación y mundo rural, **Historia y Memoria de la Educación**, (7):9-45, España, 2018.

ESCOLANO, A. (1994). La arquitectura como programa. Espacio-escuela y curriculum, **Historia de la educación**, 97-120.

ESCOLANO, A. (2008). La escuela como construcción cultural. El giro etnográfico en la historiografía de la escuela. **Espacios en blanco** (18), 131-146.

JULIA, D. (1995). La culture scolaire comme objet historique. **Paedagogica Historica**. International journal of the HISTORY OF EDUCATION, I, 353-382.

LIONETTI, L.; A. CIVERA; WERLE, F. (2013). **Sujetos, comunidades rurales y culturas escolares en América Latina**, Editorial en América Latina, Editorial Pro-historia, Argentina.

NESPOR, J. (1997). **Tangled up in school**. Politics, Space, Bodies and Signs in the Educational Process. New Jersey : Lawrence Erlbaum Associates.

SCHRIEWER, J. (2000). World-System and interrelationship Networks: The Internalization of Education and the Role of Comparative Inquiry . En T. Popkewitz, **Educational Knowledge: Changing Relationships Between the State, Civil Society, and the Educational Community** . New York : State University of New York Press.

TYACK, D.; COBIN, M. (2000). The “grammar” of schooling: why has it been so hard to change? **American Educational Research**, III, 453-479.

VIÑAO, A. (2002). **Sistemas educativos, culturas escolares y reformas**. Continuidades y cambios. Madrid: Morata.

VIÑAO, A. (2008). Escolarización, edificios y espacios escolares. **CEE Participación educativa**, 16-27.

I.

GRUPO ESCOLAR
NO VALE DOS SINOS

- 1 -

Educação no RS: os colégios elementares e os grupos escolares – uma revisão de literatura (1909-1950)

*Isabel Rosa Gritti
Silvana Maria Gritti*

Introdução

O presente texto apresenta uma revisão de literatura sobre as escolas elementares e os grupos escolares no Rio Grande do Sul, no período de 1909-1950. Resulta de um trabalho de busca que, a partir dos achados ou não, revela as potencialidades e/ou necessidades de mais pesquisas, considerando que uma revisão de literatura pode se constituir, ela própria, em pesquisa (LUNA, 2013).

Conforme Búrigo (2014), as escolas elementares foram criadas pelo decreto n. 89, de 1897, que reorganizou a Instrução Primária no Estado, sendo todas do mesmo grau e, de acordo com a sua localização dentro do Estado, foram classificadas em três entrâncias. Os grupos escolares foram criados em 1915 (BÚRIGO, 2014). Eram escolas com até 200 alunos, formados a partir da reunião de aulas. Contando com mais de 200 alunos, eram convertidos em colégios elementares e, diminuindo o número de alunos, estes voltavam à condição de grupos escolares.

As buscas foram realizadas em revistas e periódicos eletrônicos e banco de dados usando as combinações colégios elementares; grupos escolares; escolas primárias, acrescidas de *and* ou *or*. Foram encontrados estudos em forma de artigos, teses e dissertações com períodos que iniciam antes do delimitado – 1877, e se prolongam até 1970 e cujas publicações foram realizadas de 1999 até 2019.

Tais publicações foram achadas na Revista de História da Educação (4), na Revista Linhas (1), na Revista HISTEDBR On-line (1), na Revista Brasileira de Educação (1) e em banco de dados como a BDTD – Banco Digital de Teses (2) e Dissertações (3) e Scielo (1). Foram encontrados estudos em forma de artigos, de teses e dissertações. Embora pequena a quantidade de trabalhos encontrados, eles versam sobre diferentes aspectos da educação primária gaúcha no período considerado.

A partir da observação e análise dos achados e da identificação de elementos comuns, organizamos as seguintes categorias: arquitetura escolar, currículo, a nacionalização, a legislação e reorganização do ensino, fotografias como documento de pesquisa da história da educação, escolas e suas memórias, educação rural, a educação física na formação de professores e Colégios Elementares e Grupos Escolares no Rio Grande do Sul: memórias e cultura escolar – séculos XIX e XX: o olhar recente sobre as escolas elementares e os grupos escolares.

Arquitetura escolar

A arquitetura escolar como obra humana inserida na paisagem representa o desejo presente e as aspirações para o futuro dos seus filhos e da sociedade. Portanto, “determinar o que e como uma escola deve organizar seu espaço físico, pressupõe uma série de significados sobre os princípios educativos, assim como qual indivíduo se deseja formar” (ERMEL, 2011, p. 33).

A pesquisa de Ermel (2011) analisa o projeto e construção do Colégio Elementar Fernando Gomes em Porto Alegre-RS, entre os anos de 1913-1922. A criação dos colégios elementares estava vinculada ao ideal positivista de modernização do Estado e da educação.

No Rio Grande do Sul (ERMEL, 2011), a expansão do número de escolas ocorreu em prédios próprios ou alugados, adaptados para tal finalidade. A maioria dos prédios era alugada, o que comprometia grande parte dos recursos destinados à educação, e nos prédios não havia espaços adequados ao ensino e aos preceitos de higiene e saúde da época. Assim, a construção de prédios escolares era considerada uma necessidade à melhoria da qualidade do ensino primário e também um (ERMEL, 2011, p. 154) “investimento em sociedade livre de epidemias e enfermidades deveria começar pelo crescimento saudável do corpo infantil e a escola primária transformou-se no lócus privilegiado para propagação deste discurso”.

Diante disso, a preocupação era elaborar um projeto que servisse de base para as construções escolares. Conforme Ermel (2011, p. 90)

um “projeto-tipo” de “escola pública” é mencionado no Relatório de Obras Públicas de 1899. Em 1928, foi lançado um concurso de projetos para a construção de prédios de escolas públicas ao mesmo tempo que se investiu na fiscalização das escolas existentes. Diferentemente do “projeto-tipo”, os projetos deveriam ser distintos de acordo com a tipologia das escolas. As novas construções deveriam estar alinhadas aos conceitos da moderna pedagogia.

A construção do Colégio Elementar Fernando Gomes fez parte do processo de renovação do espaço urbano da capital do Estado. Representa um

ideal de escola, necessária à formação integral do cidadão republicano e “um dos melhores exemplos de monumentalidade dos prédios públicos proposto pelo positivismo” (ERMEL, 2011, p. 128). Os aspectos da sua construção e sua localização, no centro da cidade, são representativos do seu significado no projeto republicano de desenvolvimento da escola como ‘templo do saber’ (ERMEL, 2015, p. 155).

Apesar dos discursos sobre a necessidade de construção de prédios escolares, poucos foram construídos. Para além de abrigo, as construções arquitetônicas das escolas representam um programa educativo e de relações no seu interior e com a comunidade (ERMEL, 2015).

Currículo

O currículo escolar, elemento central da organização da escola, só pode ser compreendido na sua historicidade. Devido a essa centralidade (ARROYO, 2013), é campo de disputas, politizado e normatizado, como mostram os estudos de Corsetti (2000) e Búrigo (2014) a respeito dos currículos das escolas elementares no Rio Grande do Sul no período da Primeira República até o governo Vargas

De acordo com Corsetti (2000, p. 176), os conteúdos escolares das escolas públicas gaúchas, durante a Primeira República, serviram para transformá-las “em instrumento fundamental da política do Estado gaúcho, para a consecução dos objetivos de modernização, em paralelo à garantia da estabilidade e do controle social”. Com o regulamento da Instrução Pública de 1897, tem início a reorganização do currículo das escolas públicas. Através deste são definidas as matérias de ensino nos colégios distritais e nas escolas elementares. Os conteúdos são definidos em 1899, quando foi aprovado um novo programa de ensino para as escolas primárias elementares e complementares do Rio Grande do Sul, sendo este complementado em 1910 com o programa dos colégios elementares.

De acordo com Corsetti (2000), o novo currículo das escolas públicas gaúchas primárias, elementares e complementares caracterizou-se por uma lógica indutiva dos conteúdos, por disciplinas com caráter prático e doutrinário. Os conteúdos são apresentados de forma gradual, do simples ao complexo, do próximo ao distante, do concreto ao abstrato.

O aspecto doutrinário sagrou-se através da educação moral e cívica. Deixada, a princípio, a cargo dos professores a responsabilidade de decidir seus tempos e conteúdos, transforma-se em matéria de ensino e os conteúdos formados pelos “conhecimentos que interessavam ao projeto republicano” de formação do cidadão (CORSETTI, 2000, p. 180).

Os conteúdos de ciências físicas e naturais, assim denominadas a partir de 1910 nos programas das escolas elementares, apresentados desde 1899 como “Lições de Coisas”, abordavam questões de higiene. Em uma época de inexistência de políticas públicas de saúde, as escolas tinham a tarefa de cuidar da educação e da saúde. Com essa mesma intenção, a de “influir no melhoramento da raça”, são aprimorados os conteúdos de educação física (CORSETTI, 2000, p. 183). A princípio denominada de ginástica e tendo como objetivo a recreação, a educação física passou a preocupar-se com o desenvolvimento da beleza e vigor físico. Dessa forma, os conteúdos de ciências e educação física vão servir aos propósitos higienistas e eugenistas do governo republicano gaúcho.

Mas não apenas através dos conteúdos a escola servirá aos propósitos do governo. Doenças ou moléstias contagiosas eram motivos de afastamento temporário ou permanente da escola. Introduziu-se a ficha antropométrica e, ao final do ano letivo, a inspeção médico-sanitária. Os candidatos a professor deveriam provar não possuir doença ou defeito físico incompatível com o exercício do magistério. As palestras semanais que abordavam questões da moral e higiene fechavam o conjunto de ações com o objetivo de formar no cidadão, segundo Corsetti (2000, p. 185), “os valores que interessava ao projeto de modernização conservadora do Estado”.

O currículo das escolas elementares incluía a preparação para o mercado de trabalho condizente com a lógica positivista de diferenciação e hierarquização dos saberes (CORSETTI, 2000). Enquanto nas áreas rurais, ensinavam-se aos meninos conhecimentos rudimentares de agricultura, nas áreas urbanas aprendiam-se trabalhos manuais que eram diferenciados de acordo com o sexo.

Os programas das escolas gaúchas eram estruturados em função da realidade econômica do Estado, baseados na atividade agrícola e comércio, de familiarização com a lógica capitalista e de um projeto de desenvolvimento industrial futuro.

Quanto ao ensino da história, manteve-se a mesma lógica dedutiva e de culto aos vultos e heróis, servindo, dessa forma, aos interesses conservadores do governo positivista em manter relações amistosas e o consequente apoio da Igreja Católica.

Ao analisar o ensino de aritmética nos programas de ensino primário, no Rio Grande do Sul, estabelecido pelo decreto n. 89, de 1897, Búrigo (2014, p. 15) destaca estarem em “consonância com a orientação positivista e o viés modernizante e cientificista da administração estadual”, evidente pela importância dada ao ensino da aritmética e da geometria, estudadas diariamente e isto reitera o caráter indutivo, prático e gradual dos conteúdos.

Até o governo Vargas, os decretos que vieram na sequência, pouco alteraram os conteúdos de aritmética, reiterando o apelo a um método intuitivo de ensino onde o livro didático deveria se constituir em mero auxiliar do processo. A insistência nas recomendações sobre o método e o uso do livro indicam haver “descompasso entre o método prescrito e o praticado” (BÚRIGO, 2014, p. 17) remetendo à formação dos professores.

Em 1939, de acordo com Búrigo (2014), o decreto n. 8.020 apresentou um programa de ensino para as escolas primárias, declarado como experimental e, portanto, dependendo dos resultados da sua aplicação, sujeito a alterações. A aritmética e a geometria são conteúdos da disciplina de matemática. Além disso, o decreto estabeleceu o mínimo a ser ensinado em cada disciplina e em cada ano, com orientações detalhadas ao professor (BÚRIGO, 2014); seu objetivo é o controle do ensino e do trabalho dos professores.

Este novo programa recebe influências da Psicologia da Educação e do movimento da Escola Nova. Na busca de um ensino eficiente (DECRETO nº 8.020 apud BÚRIGO, 2014, p. 20), “a ação do professor deveria estar baseada na compreensão do pensamento da criança, ao tomar como referência ‘os conhecimentos de ordem matemática que a criança possui ao ingressar na escola’ (...) e ‘descobrir as dificuldades ainda não dominadas pelo aluno’ neste processo”.

O crescente controle externo das atividades escolares incluía as provas objetivas dos exames finais, que decidiam o futuro dos estudantes para o ano seguinte. Como resultado, altos índices de reprovação e um ensino cuja preocupação com a formação do cidadão cedeu espaço para um ensino “voltado para as provas”, e a reprovação antecipada dos estudantes considerados fracos (BÚRIGO, 2014, p. 22).

Ainda sobre o que era ensinado nas escolas, temos o trabalho de Peres (1999) que analisa os livros de leitura *Queres Ler* e *Quero Ler*, usados a partir de 1920, nas escolas primárias do Rio Grande do Sul.

Peres (1999) destaca que o livro *Queres Ler* foi produzido por Olga Acauan e Branca Diva Pereira de Souza, depois de uma experiência formativa, realizada no ano de 1914, no Uruguai. Naquele país puderam conhecer os métodos e os materiais pedagógicos utilizados nas escolas públicas, considerados avançados, e provavelmente tiveram contato com a obra *Primeiro Livro de Leitura Queres Ler?* do professor uruguaio José Henrique Figueira, do qual o *Queres Ler* foi adaptado.

Este, o *Queres Ler*, chega às escolas trazendo uma concepção de leitura como um ‘trabalho inteligente’ capaz de ampliar conhecimentos e habilidades (PERES, 1999, p. 94). Com notas de orientação e instrução aos professores,

recomenda-se o ensino da leitura e da escrita concomitantes. O autor propunha um ensino da leitura com significado associando as palavras, as imagens e ideias, o denominado “método intuitivo analítico sintético” (PERES, 1999, p. 101).

O *Quero Ler*, produzido na sequência do *Queres Ler*, por Branca Diva Pereira de Souza, propõe o ensino da leitura a partir de textos de diferentes temáticas, marcando a ‘introdução do método global de ensino de leitura’ (PERES, 1999, p. 101).

A nacionalização, a legislação e a reorganização do ensino

Este item abriga os trabalhos que tratam questões relacionadas ao período de nacionalização da educação, inaugurado em 1937 com o Estado Novo. Nesse período que se produziu uma legislação com o objetivo de homogeneizar e também exercer o controle das ações nas escolas gaúchas, a expansão da rede e sua modernização e a racionalização do trabalho pedagógico, como desdobramentos da política federal para a educação. Desse período temos os trabalhos de Jacques (2015) e Vicente e Amaral (2018).

Jacques (2015) investigou as mudanças ocorridas no Colégio Farroupilha, de Porto Alegre/RS, no período de 1937 a 1961, que, enquanto instituição de ensino particular, de origem alemã, procurava manter-se enquanto instituição de ensino, diante da política educacional do Estado Novo, expressa nas leis federais e do Estado e implementadas sob rigorosa fiscalização e controle dos órgãos competentes para tal.

O Colégio, criado pela Sociedade Beneficente Alemã, passou a funcionar em 1886, para oferecer um ensino a uma elite filha de imigrantes e descendentes de alemães. Com uma carga horária e um currículo de acordo com as exigências para oferecer um ensino laico e de qualidade melhor do que aquela ofertada nos demais colégios alemães, criados como forma de manter a língua e a identidade étnica, precisou adaptar-se para “contribuir na formação de um novo homem como colaborador da ordem social” (JACQUES, 2015, p. 305).

De acordo com Jacques (2015), diversas mudanças foram realizadas no colégio, que adotou uma política de boas relações com os órgãos do governo, responsáveis pela implementação do projeto de educação nacional e, portanto, de fiscalização e controle. Nesse sentido, destaca-se a mudança no nome, direção e corpo docente, substituição do alemão pelo português na redação de documentos e no próprio currículo. Naquele momento, foi necessário adaptar-se às exigências de um Estado ditatorial para sobreviver enquanto instituição.

A preocupação com uma educação moral e cívica esteve presente desde o início da República (CORSETTI, 2000). De acordo com Jacques (2015,

p. 18), a partir das fontes analisadas, no Colégio Farroupilha de Porto Alegre/RS, “provavelmente os princípios de formação moral e cívica se sobrepuseram à formação intelectual e às práticas educativas” no período considerado – de 1937 e início do Estado Novo até 1961 com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei 4.024.

O trabalho de Vicente e Amaral (2018) apresenta o decreto nº 78 de 1944, publicado pela prefeitura municipal de Pelotas/RS, que “organiza o regimento interno dos grupos escolares e escolas isoladas do município”. Este se insere no contexto dos anos finais do período do Estado Novo, sendo os prefeitos, nomeados interventores pelo governo do Estado. Do ponto de vista econômico, o município cresceu e se desenvolveu com as charqueadas. Mesmo com o declínio dessa atividade ocorreram investimentos públicos e privados em educação. Investir em educação era uma forma “de a elite local manter um *status* cultural” (VICENTE; AMARAL, 2018, p. 900), enquanto para as igrejas era uma maneira de aumentar sua presença na comunidade.

No Rio Grande do Sul, na década de 1940, ocorreu a expansão da rede de escolas, fruto da política positivista de modernização conservadora do governo do Estado e da nacionalização do ensino. Pelo Regulamento da Instrução Pública de 1927, o ensino primário ficou sob responsabilidade dos municípios que recebiam ajuda do governo do Estado, devendo seguir suas diretrizes, cabendo ao Estado sua fiscalização. Com o decreto nº 78, a prefeitura municipal de Pelotas enquadrava a educação municipal nesta política.

O decreto que enquadrava as escolas municipais em grupos escolares e escolas isoladas estabeleceu normas de funcionamento e controle sobre as atividades escolares e da comunidade. Propôs a criação dos Círculos de Pais e Mestres, Clubes Agrícolas e outras de acordo com as necessidades do ensino e do meio onde a escola estava inserida, desde que obedecessem às regulamentações do órgão responsável.

Fotografias como documento de pesquisa da história da educação

As fotografias podem se constituir em documentos de pesquisa da história da educação. Ao discutir como elas se constituem nesses documentos, Ermel (2018, p. 335) destaca que as imagens fotográficas “representam fragmentos da cultura escolar” e que recebem como fontes de pesquisa o olhar do presente para compreender o passado.

As fotografias são provas do realizado e servem para publicizar feitos (ERMEL, 2018). As imagens fotográficas não são meras ilustrações; elas servem à leitura e expressam traços culturais de uma época podendo evocar lembranças, sentimentos e emoções.

Ermel (2018) analisou um conjunto de fotografias publicadas pelo governo gaúcho em 1924 e destaca que as fotografias foram usadas pelo governo republicano para mostrar a construção da escola pública, material e imaterial. A maior parte delas é composição externa, com a presença dos prédios escolares, demonstrando a importância dessas construções no programa educacional daquele governo e na qualidade do ensino.

Todas as imagens internas eram das salas de aula, destacando a abundância dos materiais disponíveis, e momentos de formação de ‘alunas-mestras’ em uma época em que essa formação representava um privilégio.

A composição dos elementos das fotografias permite perceber diferenças na estrutura organizacional da educação pública, a exemplo dos prédios escolares, assim como as mudanças ao longo do tempo (ERMEL, 2018).

As autoras Oliveira, Tambara e Amaral (2009) analisaram fotografias do Grupo Escolar Dr. Joaquim Assumpção, fundado em Pelotas no governo republicano de Augusto Simões Lopes (1924 a 1928) e construído para ser uma escola modelo do ideal republicano.

O conjunto de fotografias analisadas possibilitou estabelecer categorias de análise. Como documentos históricos, as fotografias são importantes pela análise que se faz delas, e não pela sua produção. Implica pensar em uma relação entre aquilo que é mostrado e a produção da mensagem. As fotografias criam “uma visão do mundo a partir do mundo” (OLIVEIRA; TAMBARA; AMARAL, 2009, p. 21). As fotografias acumulam memórias e são imagens que, quando publicadas, adquirem um sentido diferente de quando guardadas nos álbuns de fotografias. A guarda e a conservação demonstram vínculo com o fotografado, e a publicação é propaganda.

O registro fotográfico das escolas e dos eventos está relacionado à sua importância para a sociedade e para a própria escola. Registra-se o que se quer mostrar e/ou guardar como memória.

As fotografias como fontes de pesquisa da história da educação permitem realizar comparações entre elas e identificar presenças e ausências (OLIVEIRA; TAMBARA; AMARAL, 2009).

Escolas e suas memórias

Sobre escolas e suas memórias temos as pesquisas de Piletti (2018) e Fernandes (2015) que, através de entrevistas e da análise de documentos e fotografias produzidos nas próprias escolas, possibilitaram construir uma história da educação nesses espaços, identificar os sujeitos e as suas práticas.

Piletti (2018) investigou os processos e práticas que constituíram o Grupo Escolar Jansen (GPE) em Farroupilha/RS no período de 1937-1958. Utili-

zando a memória como documento resgatada através de entrevistas, também foram analisados fotografias e documentos escritos produzidos na escola.

A escola foi criada e começou a funcionar no ano de 1938, período do Estado Novo e da nacionalização do ensino “instituído nas escolas étnicas num período em que pouco ou nada se aprendia sobre língua, história e cultura nacionais. (...) onde o desenvolvimento de ações ligadas às práticas do civismo se iniciou. (...) um dos princípios básicos da escola” (PILETTI, 2018, p. 83), e os feitos na educação serviam como propaganda do governo.

De acordo com Piletti (2018), as observações dos inspetores, nos seus relatórios, evidenciavam a aplicação dos princípios de higienismo e do caráter prático dos conteúdos das disciplinas.

Em uma época de necessidade de expansão do número de escolas, era importante a contribuição da comunidade para a construção e o funcionamento destas (PILETTI, 2018). Os melhores benfeitores recebiam homenagens que podiam incluir a troca do nome da escola. No caso da escola Jansen, homenageia o doador do terreno para sua construção.

Através das memórias dos sujeitos escolares, procura-se compreender a necessidade de conciliar tempos de trabalho e estudo, ao mesmo tempo que a existência da escola pública representava um incentivo ao estudo, trabalho e progresso pessoal (PILETTI, 2018).

Ser professor no Grupo Escolar Jansen significava acumular funções docentes e de direção. Sem formação adequada, o professor era figura importante e respeitada na comunidade (PILETTI, 2018).

Da investigação realizada, Piletti (2018, p. 84) destaca que ela “permitiu-me perceber a importância da educação no meio rural para a formação integral dos sujeitos, bem como o valor de cada indivíduo na composição de uma história coletiva”.

Fernandes (2015) pesquisou a história educacional do Grupo Escolar Farroupilha, à época no município de Caxias do Sul, depois Farroupilha, no período de 1927-1949. O grupo foi formado pela junção de duas escolas isoladas, adquirindo mudanças de *status* curricular, com a inclusão de estudos de agricultura prática, ao mesmo tempo que representava uma diminuição de custos com aluguéis de prédios escolares.

A decisão de criar escolas, de acordo com Fernandes (2015), obedece a critérios pedagógicos, ao contexto populacional e econômico da área de instalação; no caso do Grupo Escolar Farroupilha e de mais três grupos escolares nas áreas rurais do município de Farroupilha no período de 1930-1940, somaram-se outros critérios como as relações entre as instâncias de poder estadual e municipal e o processo de nacionalização do ensino.

Fernandes (2015) destaca que mudanças de organização das escolas implicam mudanças de denominação. Na escola investigada, um desses momentos se deu com a emancipação de Farroupilha do município de Caxias do Sul. De Grupo Escolar de Nova Vicenza passou a denominar-se Grupo Escolar Irene Flores da Cunha, uma homenagem à esposa do general Flores da Cunha, governante do Estado. Com a instalação do Estado Novo e a mudança de governo e de denominação, passa a ser agora Grupo Escolar Farroupilha, uma deferência à história do Estado.

O ano de 1938 marca o início da construção de um edifício próprio para abrigar o colégio, com diferentes espaços, para atender as necessidades de um ensino de acordo com as modernas concepções educacionais.

As festividades e comemorações da escola, definidas pelo Regimento Interno das Escolas Primárias, são consideradas práticas educativas servindo para internalizar o patriotismo e os valores de uma cultura brasileira, nos estudantes e na comunidade, visto que saíam dos muros da escola (FERNANDES, 2015). Objetivos semelhantes tinham as atividades do Clube Agrícola, que, ao valorizar a terra e suas riquezas, contribuía para formar uma consciência nacional.

Sobre o corpo docente da escola em questão formado por mulheres, “infiro que elas ingressavam no magistério muito jovens, algumas vivenciando a transição entre infância e adolescência, assumindo, desde cedo, as responsabilidades do fazer docente e as representações do ser professora” (FERNANDES, 2015, p. 197). Leigas, a formação era realizada nas escolas complementares ou de formação de professores e em momentos de formação em serviço, dentro da própria escola. Este último se constituía em momentos de estudo e discussão dos princípios, métodos e práticas da Escola Nova.

Com a reorganização das escolas, surge o grupo escolar, e com ele a figura do diretor. Nas escolas isoladas, as professoras acumulavam as funções pedagógicas e administrativas. O diretor era escolhido pelo governo do Estado; figura de prestígio e distinção, cuidava das questões pedagógicas e administrativas da escola.

Os estudantes, todos brasileiros, constituíam uma diversidade cronológica, racial, social, étnica, conciliando tempos de escola e trabalho, no processo de formação (FERNANDES, 2015).

Educação rural

Diante da necessidade de formação de uma nova mentalidade de acordo com os valores do projeto de modernidade pretendido, a educação rural foi “objeto de minucioso esforço de governo” (WESCHENFELDER, 2003,

p. 17). Analisando a educação rural no período de 1950-1970, a autora destaca a existência de uma rede de ações articuladas direcionadas não só à escola, seus estudantes e professores, mas às populações rurais, com vistas a essa formação.

No interior da escola, a formação dos professores em serviço era parte dessas ações. De grande importância nessa formação e, portanto, nas práticas pedagógicas, foram impressos como a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul e o manual didático Escola Primária Rural.

Alinhado aos princípios de modernização do ensino, “o planejamento escolar foi considerado uma poderosa tecnologia que ajudou a constituir estudantes produtivos e docentes-líderes-exemplares. [...] materializar escolhas do que deveria ser trabalhado com vistas à transformação necessária” (WESCHENFELDER, 2003, p. 190).

A educação integral ficava a cargo das atividades dos clubes agrícolas. Questionando práticas e realizando experimentações, objetivavam uma mudança de mentalidade nos sujeitos rurais.

As missões rurais constituíram outra forma educativa das populações rurais. O alvo de suas ações era a família rural desenvolvendo projetos que visavam à melhoria das condições de vida. Ao trabalhar com a família, atingia toda a comunidade.

Nessa rede de ações onde todos os rurais eram envolvidos, aos jovens rurais ex-alunos pretendeu-se proporcionar uma formação para a liderança na comunidade.

Os princípios higienistas estavam presentes não somente nos currículos escolares. Estendidos aos demais segmentos da comunidade, todos eram convocados à higienização do corpo e da casa (WESCHENFELDER, 2003).

A educação física na formação de professores

Com a República, o processo de adaptação da educação aos novos tempos é também um processo de metamorfose da educação física como elemento curricular na formação de professores primários (LYRA; MAZO; BEGOSSI, 2018). Esses autores (2018) investigaram como se deu esse processo, no período de 1877-1927, destacando avanços e retrocessos. Inicialmente como *Gymnastica*, em determinados momentos é substituída por uma educação *physica*, responsável pelo desenvolvimento de hábitos saudáveis e disciplina-mento dos corpos. A inspeção médica insere-se nessa perspectiva.

Em 1877, a educação física é incluída no currículo de formação de professores, através da disciplina de *gymnastica*, esgrima e exercícios militares (LYRA; MAZO; BEGOSSI, 2018). Ofertada no primeiro ano do curso ape-

nas aos alunos do sexo masculino e, sem espaços adequados para essa prática, dificultando sua evolução. Já em 1901, embora com espaço/tempo reduzido, está presente nos três anos do curso de formação de professores primários. Em 1906, aparece como conteúdo da disciplina de pedagogia, evidenciando a formação para o trabalho com a educação física, e não o professor de educação física. Em 1916, a disciplina de *gymnastica* consolida a educação física na formação de professores.

Os autores destacam a importância do pensamento de Rui Barbosa e Fernando de Azevedo na constituição da disciplina de educação física (LYRA; MAZO; BEGOSSI, 2018).

Colégios elementares e grupos escolares no Rio Grande do Sul: memórias e cultura escolar – séculos XIX e XX: o olhar recente sobre as escolas elementares e grupos escolares

O trabalho de Belusso (2017), uma resenha da obra “Colégios Elementares e Grupos Escolares no Rio Grande do Sul: Memórias e cultura escolar – séculos XIX e XX”, organizada por Luciane Sgarbi Santos Grazziotin e Dóris Bittencourt Almeida, reúne diversos pesquisadores e diferentes olhares sobre a educação gaúcha no período.

A obra está organizada em três eixos. O primeiro eixo é o que trata das normatizações organizadoras do ensino público gaúcho no período de 1894-1911. Nos três capítulos que compõem o primeiro eixo, “o fio condutor é desencadeado, inicialmente pela produção dos dispositivos de regulação da educação primária”, no dizer de Gisele Belusso. Já no segundo eixo, composto por quatro capítulos, destacam-se a história e o processo histórico de criação dos colégios elementares enfatizando o ensino técnico profissional e a arquitetura dos mesmos. No eixo de número 3, reservado aos colégios elementares no Rio Grande do sul, a discussão centra-se em torno das culturas e práticas escolares desenvolvidas nas referidas instituições de ensino dependendo de sua localização urbana ou rural.

Considerações finais

A realização de um trabalho de revisão de literatura constitui-se em pesquisa capaz de indicar possibilidades de mais pesquisas, uma vez que possibilita a identificação dos espaços em branco. Os trabalhos encontrados abordam diferentes aspectos do tema pesquisado no período de 1877-1970; possibilitam de forma incipiente uma visão em leque da história da educação no Estado do Rio Grande do Sul. A história das escolas elementares e dos grupos escolares gaúchos carece de outros olhares e sobre outros aspectos.

A realização deste trabalho permitiu perceber a educação no seu papel formativo do cidadão e o seu papel político de implementação de um projeto de desenvolvimento social e da própria educação.

Podemos dizer que a história da educação no Rio Grande do Sul é também a dos problemas da educação. As questões ligadas à qualidade do ensino, estrutura física dos estabelecimentos, o número de professores e sua formação, assim como os processos avaliativos aparecem enraizados desde o início da República.

Referências

- ARROYO, M. **Currículo**, território em disputa. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- BELUSSO, G. Colégios elementares e grupos escolares no Rio Grande do Sul: memórias e cultura escolar – séculos XIX e XX. **Revista História da Educação**, v. 21, n. 53, p. 332-337, set./dez. 2017,
- BÚRIGO, E. Z. Aritmética nas escolas primárias gaúchas na primeira metade do século 20: o ensino prescrito. **Revista História da Educação**, v. 18, n. 44, p. 9-25, set./dez. 2014.
- CORSETTI, B. A construção do cidadão: os conteúdos escolares nas escolas públicas do Rio Grande do Sul na Primeira República. **Revista História da Educação**, v. 4, n. 8, 175-192, jul./dez. 2000.
- ERMEL, T. de F. **O “gigante do alto da bronze”**: um estudo sobre o espaço e arquitetura escolar do Colégio Elementar Fernando Gomes em Porto Alegre/RS (1913-1930). (Dissertação) Mestrado em Educação, Faculdade de Educação, PUCRS, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/2896>>. Acesso em: 2 maio 2021.
- ERMEL, T. de F. A escola primária no Rio Grande do Sul através das fotografias: espaços, sujeitos e cultura material (1924). **Revista Linhas**, v. 19, n. 40, 331-359, maio/ago. 2018.
- FERNANDES, C. C. **Uma história do Grupo Escolar Farroupilha**: sujeitos e práticas escolares (Farroupilha/RS, 1927-1949). 2015. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Caxias do Sul, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.uces.br/xmlui/bitstream/handle/11338/1100/Dissertacao%20Cassiane%20Curtarelli%20Fernandes.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 4 ago. 2021.
- JACQUES, A. R. **O ensino primário no Colégio Farroupilha**: do processo de nacionalização do ensino à LDB 4.024/61 (Porto Alegre/RS: 1937/1961). 2015. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação, Pós-Graduação em Educação, PUCRS, 2015. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/6455>>. Acesso em: 2 maio 2021.
- LUNA, S. V. de. **Planejamento de pesquisa**: uma introdução. 2. ed. São Paulo: EDUC, 2013.

LYRA, V. B.; MAZO, J. Z.; BEGOSSI, T. D. A educação física no currículo de formação de professores primários no Rio Grande do Sul (1877-1927). **Revista Brasileira de Educação**. 2018. V. 23. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782018230040>>. Acesso em: 9 ago. 2021.

OLIVEIRA, M. A. M. de; TAMBARA, E.; AMARAL, G. L. do. As fotografias do arquivo do Grupo Escolar Dr. Joaquim Assumpção: imagens de práticas escolares no grupo escolar modelo do governo de Augusto Simões Lopes (1924-1928), Pelotas, Rio Grande do Sul. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 9, n. 34, p. 19-36, 2012. DOI: 10.20396/rho.v9i34.8639577. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639577>>. Acesso em: 4 ago. 2021.

PERES, E. T. A produção e o uso de livros de leitura no Rio Grande do Sul: Queres ler? e Quero Ler. **Revista História da educação**, v. 3, n. 6, jul./dez. 1999.

PILETTI, F. **Memórias de escolarização no meio rural de Farroupilha/RS: o Grupo Escolar Jansen (1937-1958)**. 2018. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Caxias do Sul, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/4400/Dissertacao%20Fernanda%20Piletti.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 2 maio 2021.

WESCHENFELDER, N. V. **Uma história de governmentação e de verdades – Educação Rural no RS 1950-1970**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/4154/000397490.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 5 ago. 2021.

VICENTE, M. de A.; AMARAL, G. L. do. Grupos escolares e escolas isoladas em Pelotas-RS: o decreto n° 78 de 4 de novembro de 1944. **Cadernos de História da Educação**, v. 17, n. 3, p. 897-917, set./dez. 2018.

Os grupos escolares em Campo Bom, Sapiranga e Novo Hamburgo/RS (1930-1934): os processos de constituição e de escolarização

José Edimar de Souza

Considerações iniciais

A história é construída pelo pesquisador, a partir da seleção de fatos considerados relevantes e que, interpretados a partir da aplicação de um método, contribuem para escrita da história. Ao compor cenários sociais, a história, em suas distintas perspectivas e metodologias, proporciona entender os valores, os sentimentos, o acontecer da vida humana além dos fatos, sob diferentes perspectivas e contextos. A história cultural possibilitou ampliar os horizontes interpretativos de fontes e de fatos, passando a conceber a história nas suas múltiplas funções e possibilidades, fazendo avançar o conhecimento e qualificando as relações humanas.

Esta pesquisa compreende um estudo histórico de cunho analítico documental situado no campo da história da educação. Nesse sentido, pretende-se investigar a história de instituições escolares, os processos e práticas de escolarização do ensino primário desenvolvidos em três municípios do Vale do Rio dos Sinos, valendo-se de documentos acessados em acervos de diferentes arquivos. A ênfase neste trabalho foi colocada no processo de implantação dos primeiros grupos escolares em três importantes municípios dessa região: grupo escolar de Novo Hamburgo, Campo Bom e Sapiranga¹.

¹ Inicialmente a denominação das instituições era apenas associada com o nome do município, ou “grupo escolar da vila”, indicando a condição do território (se era distrito, vila ou município). Na criação havia essa particularidade em relação à alteração de designação ou na definição da identificação. Embora as três escolas investigadas tenham pouca alteração na forma como foram identificadas, no conjunto da análise, das instituições que compreendem as duas regiões em estudo neste projeto de pesquisa, observa-se não apenas um volume grande de alterações de identidade, mas também mudanças de configuração e administração da escola (aulas reunidas, subvencionada pelo município e posteriormente pelo estado ou contrário). Outro aspecto que se pretende desenvolver é sobre os grupos escolares no meio rural; destacam-se trabalhos iniciais, de Bortoluzzi e Souza (2020), sobre o Grupo Escolar Erny de Zorzi, em Caxias do Sul, e, em Novo Hamburgo, o estudo de Souza e Duarte (2016) sobre o grupo escola Madre Benícia. Como o foco neste projeto foram os grupos escolares estaduais, geralmente instalados na região central dos municípios, essa questão ficará para um novo projeto que se caracteriza como segunda fase da pesquisa.

Ao analisar e compreender, a partir de práticas, representações e cultura, os processos de escolarização constituídos na primeira metade do século XX, especialmente, sobre as instituições de ensino graduado, ou seja, os grupos escolares, colégios elementares e as escolas complementares, a escolarização é aqui entendida a partir de Faria Filho como um fenômeno educativo que possibilita refletir sobre as políticas estabelecidas, os modos de constituição e organização dos saberes e práticas escolares desenvolvidos em um determinado espaço e tempo.

Para Viñao Frago e Escolano Benito (2001, p. 26), “o espaço-escola não é apenas um ‘continente’ em que se acha a educação institucional, isso é, um cenário planejado a partir de pressupostos exclusivamente formais no qual se situam os atores que intervêm no processo de ensino-aprendizagem para executar um repertório de ações”. O espaço escolar é investigado como uma construção social e cultural que considera as representações da arquitetura e da gramática de escolarização a partir de um sistema de valores, de ordem, de suas estratégias e táticas. Desse modo, a simbolização em torno da instituição escolar reconhece suas potencialidades culturais e pedagógicas que marcaram etapas de criação, constituição, trajetórias docentes e estudantis e, sobretudo, forjaram identidades locais em diferentes partes do nosso Estado.

A escola como lugar representa ainda uma construção, uma possibilidade, espaço de encontro, de elaboração individual e coletiva, de reflexão, aprendizado e evolução; território de tensões e de práticas em que a liturgia e ritos sociais permitem tecer relações entre o “fechado e o aberto”, “o próprio, o alheio, o comum” que se configuram.

Para quem imagina que a escola sempre foi “para todos”, se é que algum dia conseguimos concretizar essa máxima, compor uma genealogia sobre a história da escola pública primária é indispensável para compreender as funções e finalidades desta instituição e contribui para entender os argumentos em favor do direito e acesso à educação pública.

Pesquisar a história da escola significa considerar as inúmeras variáveis possíveis de investigação, como argumenta Grazziotin (2019): formação de professores, práticas pedagógicas, arquivos escolares, organização do ensino, etc. A ampliação das novas temáticas e metodologias utilizadas nas últimas décadas para investigar as instituições escolares reconhece a força que a história cultural produziu neste campo.

Nosella e Buffa (2013) argumentam que a história das instituições podem ser organizadas em três fases: a primeira se caracteriza pela criação dos programas de pós-graduação no Brasil, entre as décadas de 1950 e 1960; a segunda se refere à expansão desses programas de pós-graduação no contexto

da ditadura civil militar, entre as décadas de 1970 e 1980, e a terceira está associada à consolidação da pós-graduação, a partir da década de 1990, momento em que há inclusão de novas temáticas como objeto de estudo. Nesse sentido, a instituição escolar passou a ser investigada a partir de uma diversidade teórica e metodológica. Para Grazziotin (2019), os efeitos da consolidação no Rio Grande do Sul se percebem na criação e ampliação de Programas de Pós-graduação em Educação, bem como de linhas de pesquisas voltadas à história da educação, das instituições e dos processos e práticas educativas.

Para Souza e Faria Filho (2006, p. 15), associado ao eixo de investigação das instituições escolares, o interesse pela cultura escolar também foi uma das temáticas que emergiram como centro de interesse dos pesquisadores a partir da década de 1990 e sintetiza, “pode-se dizer que essa história significou uma redescoberta do ensino primário”.

Souza-Chaloba (2019) argumenta que a temática dos grupos escolares tratada em perspectiva nacional está por ser escrita. E que os estudos pioneiros em dimensões regionais cobrem as primeiras décadas do século XX, por exemplo, o trabalho de Souza (1998), em São Paulo; Faria Filho (1996), em Minas Gerais, e Peres (2000), sobre o Rio Grande do Sul, entre outros². Embora a proposta desta pesquisa seja a análise em perspectiva regional, o tônus da investigação procurou avançar o viés da caracterização e da institucionalização e compreender as culturas e práticas de escolarização. Nesse sentido, os resultados dessa pesquisa suscitaram novos questionamentos: que desdobramentos tais instituições tiveram ao longo da sua trajetória³? Que relações de poder se identificam nas tramas de relações entre os entes sociais envolvidos na institucionalização? Como aconteceu o processo de instalação dessas instituições em duas regiões de imigração? Como as trajetórias de vida de estudantes e docentes contribuíram para produção de uma cultura escolarizada? De que forma a presença da escola contribuiu para que os sujeitos envolvidos do pro-

² Não querendo incorrer em esquecimento de trabalhos significativos para a temática, dado o espaço desse artigo, é relevante citar ainda que muitos dossiês foram produzidos, demonstrando a importância do tema para história da educação; destaco um dos trabalhos mais recentes, produzido por Santos e Vechia (2019).

³ Souza e Faria Filho (2006) argumentam sobre a necessária crítica que deve ser feita à pretensão de modernização do ensino que essa modalidade escolar pretendia alcançar no início do século XX. Caberia aqui acrescentar alguns questionamentos como, por exemplo, percorrer indícios diante das singularidades de cada realidade institucional, aquelas que alcançaram êxito, os locais em que o investimento público se concretizou, com a construção dos “edifícios modelares” e uma arquitetura renovada, bem como as fragilidades que oportunizam refletir sobre os processos que levaram à precariedade das escolas primárias deixando de representar os objetivos do projeto original.

cesso escolar concretizassem seus projetos de vida? Que marcas e sentidos se associam às instituições e se evidenciam nas memórias da comunidade em que estão inseridos? Como o patrimônio edificado de escolas centenárias pode contribuir para se projetar novos horizontes de ensino e aprendizagem, fazendo avançar a estrutura, a forma de organizar e de fazer a educação? São questões que seguem, para problematização de futuros estudos e novos projetos de pesquisa.

A história dos grupos escolares se confunde com a história do ensino primário no Brasil. Eles começaram a ser implantados no Estado de São Paulo, a partir de 1890, de acordo com Souza (1998). O contexto republicano contribui para a implantação destas instituições escolares, sobretudo a influência do positivismo científico brasileiro e a crença de que, pela educação pública, se alcançaria a manutenção e desenvolvimento da nova estrutura política nacional.

A base para este novo modelo⁴, mais complexo, racional e moderno, de organização da escola situava-se, principalmente, na experiência da escola norte-americana, embora esse modelo de escola graduada⁵ estivesse se difundindo, guardadas as particularidades em diferentes países do mundo, com a difusão do método intuitivo ou lições de coisas⁶. É fundamental destacar a figura do intelectual brasileiro Rui Barbosa, que, junto com outros intelectuais da elite brasileira, considerava necessário e ideal este modelo de educação para a população a fim de se construir uma ideia de nação (SOUZA, 1998).

Vidal (2006) acrescenta que os grupos escolares foram responsáveis por aglutinar em um mesmo edifício as antigas escolas isoladas, organizando professores em séries que passavam a corresponder ao ano civil e eram concluídas pela aprovação ou retenção dos alunos em exames finais.

Essa nova organização produziu uma nova gramática no cotidiano escolar, com a obrigatoriedade e o controle de frequência. Além da figura do

⁴ Nesse sentido, representam uma nova fase da história da escolarização, mais autônoma e independente, como argumenta Faria Filho (1996).

⁵ Souza (1998) indica que seria aquela escola orientada por um sistema vertical de ensino, com cursos e níveis que se sucedem. Entre as características estão: o agrupamento de alunos classificados por critério de nivelamento; professores designados para cada grau de ensino; equivalência entre um ano escolar do aluno e um ano de progresso instrutivo; determinação prévia dos conteúdos das diferentes matérias para cada grau; promoção rígida e inflexível dos alunos grau a grau, entre outros.

⁶ O método intuitivo ou lição de coisas que se disseminou no Brasil a partir da segunda metade do século XIX, baseava-se nos princípios teóricos de Pestalozzi e Froebel e sua influência avançou nas primeiras décadas do século XX. Este método era entendido como um eficiente instrumento pedagógico para formar alunos com domínio suficiente em leitura, escrita e noções de cálculos e para se alcançar a modernização pedagógica (SOUZA, 2015).

diretor, oferecendo organicidade, novos ritos e símbolos foram associados à escola pública primária. Para Vidal (2006), a homogeneidade da escolarização também contribuiu para produzir uma nova hierarquia pública funcional, disseminando novos valores e normas sociais. Souza (1998) acrescenta que três fundamentos são indispensáveis nessa nova racionalidade empregada no ensino primário: a classificação dos alunos, um plano de estudos e o emprego do tempo.

Oliveira e Warde (2021), em ampla revisão de literatura sobre os tipos de escola, consideram que os estudos pioneiros de Souza (1998) e o modo como suas pesquisas têm desdobrado⁷ a temática dos grupos escolares e reunido investigadores de diferentes partes do país, permitem que se trabalhe com a hipótese de o grupo escolar ter se tornado hegemônico e uma referência, de eficácia e eficiência, para estabelecimento e classificação dos demais tipos escolares⁸.

Os grupos escolares também aparecem em algumas tipologias como escola modelo, escola central, escola graduada. Sabe-se que as escolas de formação de professores, com alteração dos regulamentos, também incluíam classes de aplicação, ou como referência de escolas para as demais tipologias. Especialmente as escolas reunidas e as escolas isoladas, em maior número em todo o país, tinham nos métodos de ensino e na figura docente representações daquilo que foi, durante muito tempo, associado com a modernização pedagógica.

Os primeiros colégios elementares foram criados no nosso estado a partir de 1909, sendo instalados nos grandes centros urbanos. Em 1909, foi construído o Colégio Elementar em Bento Gonçalves, em 1912 o de Caxias do Sul, e em 1913 o de São Leopoldo, sendo os primeiros das duas regiões analisadas (Vale dos Sinos e Serra Gaúcha); os colégios elementares surgiram da fracassada iniciativa da escola complementar. O Decreto n. 1.576, de 27 de janeiro de 1910, e o Decreto n. 1.575, de 27 de janeiro de 1910, respectivamente, referem-se ao regimento interno e aos novos programas de ensino destes colégios.

Bastos e Tambara (2011) acrescentam que, diferentemente de outros estados brasileiros, como São Paulo, que implantou os grupos escolares no final do século XIX, no Rio Grande do Sul a influência desta reforma de ensino deriva da proximidade com os países platinos, como o Uruguai.

⁷ Dentre o grande número de estudos citam-se como exemplos Souza; Pinheiro e Lopes (2015), Souza; Silva e Sá (2013).

⁸ A investigação ainda apresenta diferentes nomenclaturas associadas ao ensino primário na primeira metade do século XX, como sinônimo e/ou aproximação ao grupo escolar, bem como aquelas que se diferenciavam dos critérios estabelecidos para a tipologia de escola graduada.

Os colégios elementares pretendiam substituir as antigas escolas elementares⁹, de primeiras letras, cujo foco se concentrava no ensino da leitura, escrita e dos cálculos e que se localizavam, em sua maioria, no espaço rural. Em contrapartida, o colégio elementar sugeria a divisão dos alunos em diversas salas, funcionando em um único prédio, de modo simultâneo (SOUZA, 2020b). Nesse sentido, o ensino foi dividido em três classes com duas seções compreendendo seis anos de escolarização. A partir da década de 1915, os primeiros grupos escolares (escolas reunidas¹⁰) são instalados no Rio Grande do Sul e figuram ao lado dos colégios elementares até o final da década de 1930. No contexto da modernidade pedagógica, o ensino primário se consolidou no Rio Grande do Sul na década de 1930. Peres (2016) acrescenta que, em 1939, todas as escolas urbanas eram denominadas de grupos escolares, mas, identificamos em nossa pesquisa, que na prática nem todas as escolas apresentassem a estrutura de tal proposta institucional.

Peres (2016) acrescenta que algumas modificações na estrutura de organização das classes aconteceram posteriormente à criação dos colégios, como a de 1916, promovida pelo Decreto n. 2.224, de 29 de janeiro de 1916, que propôs a divisão do ensino em inferior (três seções), médio e superior (duas seções). Uma nova orientação, estabelecida pelo Decreto n. 3.903, de 14 de outubro de 1927, reformulou o ensino primário, que voltou a contar com três classes subdivididas em seções, definidas da seguinte maneira:

[...] Este continuava sendo ministrado em escolas isoladas (um só professor/uma só classe com no mínimo, 45 alunos nas escolas urbanas, 40 nas suburbanas e 15 nas rurais), em grupos escolares (escolas reunidas em um prédio único – três ou mais professores e até 200 alunos) e nos colégios elementares (com uma matrícula superior a 200 alunos e o número de professores que variava de cinco a oito) (PERES, 2016, p. 32).

Em 1927, conforme o Almanack de 1935, havia 1.307 aulas subvencionadas estaduais e 402 escolas isoladas, 48 colégios elementares e 26 grupos

⁹ Para Tambara (2016, p. 12), as escolas elementares ou colégios distritais faziam parte da implantação do projeto republicano para instituir “um divisor de águas entre o antigo e o novo regime”, começando a ser instituídas em 1901. Nesse projeto, consta a intensificação do ensino laico e obrigatório, a opção pelo ensino intuitivo, a constituição da figura do diretor de escola nas escolas graduadas, a atribuição a estados e municípios da gestão e implantação deste nível de ensino, o que implicou um processo de municipalização, a coeducação e a feminização do magistério. A “forma republicana” previa a liberdade de ensino como premissa de atuação do estado e a criação de colégios distritais. Os colégios distritais seriam instituídos onde o estado verificasse a necessidade deles, bem como em quantas classes e professores fossem necessárias. Dentre os professores, um deles seria o diretor indicado pelo presidente do estado mediante proposta do inspetor geral.

¹⁰ Geralmente criados em localidades que garantissem a frequência de pelo menos 200 alunos e em que o aluguel do prédio fosse custeado pelo município.

escolares. A nova regulamentação da instrução primária alterou significativamente a organização do ensino, ampliando os tipos de escolas. Além das escolas isoladas, dos grupos escolares e colégios elementares, a escola maternal e subvencionada¹¹ bem como a escola complementar para formação de professores passaram a figurar no rol de tipologias.

A construção dos grupos escolares parece ter sido uma estratégia encontrada pelo governo do estado para solucionar o problema da criação e ampliação do atendimento do ensino primário graduado em condições mais modestas. “Como não era possível, em face da lei orçamentária, continuar as construções sumptuosas que exigem somas vultosas (800 contos per capita), resolveu adoptar novo typo de constucção mais modesto como convém às democracias e com capacidade mínima para 300 alumnos, cujo valor não alcançava a 250 contos de réis cada um” (ALMANACK, 1935, p. 27).

O modelo dos grupos escolares não se desenvolveu da mesma forma e tempouco ao mesmo tempo no início do século XX. Grosso modo, até a década de 1930 percebem-se iniciativas de implantação, e, entre 1930 e 1950, um esforço da administração pública para ampliar a oferta e o acesso à escola primária nesta nova forma de organização do ensino. Portanto, é importante ressaltar que a beleza e monumental estrutura dos prédios escolares não predominou em todas as regiões e nem mesmo nos estados de São Paulo e Minas Gerais. Em sua maioria, prevaleceram as construções modestas, bem como para os grupos instalações adaptadas. Percebem-se ainda outras alternativas, como a ampliação das escolas isoladas e a criação das escolas reunidas, como uma estratégia intermediária para implantação dos grupos escolares¹².

Instituir e escolarizar: os grupos escolares em Novo Hamburgo, Campo Bom e Sapiranga

Uma instituição escolar é constituída por paredes e muros e tem um mobiliário utilizado por professores e alunos. No entanto, compreendemos que também é um “lugar” de práticas, de rituais, existindo uma organização de tempos e espaços apropriados pelos sujeitos que ali estiveram, em um determinado período histórico, na relação com o entorno da instituição. Magalhães (2010), analisando a realidade portuguesa, chama nossa atenção para a

¹¹ Souza (2020a) argumenta que a natureza da subvenção também funcionava de diferentes formas, em alguns casos combinando recursos de diferentes entes públicos (união, estado e município).

¹² No Rio Grande do Sul, o status que os Colégios Elementares representaram pode ser percebido nas narrativas de diferentes manifestações da comunidade de Novo Hamburgo, que durante anos pleiteou a elevação do grupo escolar Pedro II.

potencialidade da correlação local – regional no estudo das instituições educativas. Nesse sentido, reconhece a perspectiva de renovação e interação social “sujeito-realidade”, ampliando fontes arquivísticas e conferindo sentido aos testemunhos abordados no contexto em em emergem.

Compreender é explicar a realidade histórica de uma instituição [...] é integrá-la de forma interativa no quadro mais amplo do sistema educativo, nos contextos e nas circunstâncias históricas, implicando-a na evolução de uma comunidade e de uma régia ou seu território, seus públicos e zonas de influência (MAGALHÃES, 2004, p. 133-134).

Para Gonçalves Neto e Carvalho (2020), as instituições escolares representam o entrecruzamento de um conjunto de particularidades que acontecem na sociedade, produzindo mudanças e transformações no ambiente e, conseqüentemente, conflitos. Para Revel (2010, p. 119), “é uma condensação e uma concretização de representações sociais que se tornam ao mesmo tempo criadoras de identidade e de exigências no seio de um grupo”.

Em Novo Hamburgo, Campo Bom e Sapiranga, a história da educação está associada à presença dos imigrantes alemães na região a partir de 1826. Nesse sentido, o ensino primário, em Novo Hamburgo, passou a atender sua comunidade a partir de 1832, quando foi construído o prédio escolar em que também funcionava a igreja. Esta primeira escola do município atualmente chama-se Pindorama, sendo uma das unidades da Instituição Evangélica. Na época, a escola era vinculada à Igreja Evangélica Três Reis Magos. Em 1859, o senhor Carlos Lanzer, primeiro professor formado em curso de magistério, assumiu a direção da Escola Evangélica em Hamburgo Velho.

Em Campo Bom, a escola instituída em 1828 era dirigida pelo pastor Frederico Christiano Klingelhöffer. Na igreja de Klingelhöffer, aos domingos, realizava-se o culto divino e, nos dias da semana, funcionava uma escola cujo mestre era o próprio pastor¹³. No município de Sapiranga, a escola da comunidade era dirigida pelo pastor João Jorge Klein, que ministrava as aulas em sua residência. Essa escola originou a instituição mais antiga ainda em funcionamento, o atual Instituto Sinodal Duque de Caxias, fundado no ano de 1850.

Os imigrantes alemães instituíram as escolas comunitárias em diferentes localidades e, além do ensino doméstico, realizado pelos familiares, utilizando a “ardósia” – pedra para riscar as primeiras letras – foi com a implanta-

¹³ Souza (2018, p. 71) argumenta que as atividades escolares e religiosas, no primeiro ano, foram realizadas nas próprias famílias, consistindo de leituras bíblicas e orações, assim como de noções primordiais de leitura, escrita e cálculo. Com a chegada do pastor e professor Frederico Christiano Klingelhöffer, essas atividades foram assumidas pelo clérigo.

ção das primeiras cadeiras de ensino primário que uma rede de ensino público começou a ser construída em nossa região. Como já referido anteriormente, Campo Bom, em destaque na Figura 1, é pioneira no que se refere à escolarização dos imigrantes alemães, pois desde 1826 possuía a escola étnica ou escola da comunidade Trindade, instituição atualmente identificada como Colégio Sinodal Tiradentes, uma das mais antigas do sul da América.

Figura 1: Campo Bom, 1926



Fonte: Stocker Júnior (2010)¹⁴

Novo Hamburgo, Campo Bom e Sapiranga são municípios do Vale dos Sinos, situado no estado do Rio Grande do Sul; localizados na Região Metropolitana de Porto Alegre, estão situados a aproximadamente 50 km da capital do Estado. Na história do seu processo de emancipação, todas as localidades estão vinculadas a São Leopoldo. O primeiro distrito a se emancipar foi Novo Hamburgo, em 5 de abril de 1927; este processo motivou iniciativas para que municípios vizinhos como Campo Bom e Sapiranga se emancipassem nas décadas seguintes.

Do conjunto dos distritos da antiga Colônia, Novo Hamburgo foi pioneira no processo emancipacionista. Isto se deve ao fato de que, desde o final

¹⁴ Álbum Fotográfico lançado na ocasião da elevação a distrito de São Leopoldo, em 1926. (Recuperada dos Acervo digital de Roberto Atkinson/extraído do acervo do memorial do trem.)

do século XIX, existia um próspero crescimento artesanal e industrial. Este episódio se caracteriza como um dos mais importantes para a história das Câmaras municipais do Rio Grande do Sul, considerando o enfrentamento feito pelo poder legislativo de São Leopoldo ao “poderoso Borges de Medeiros”, que havia se posicionado favorável à petição realizada pela frente emancipacionista de Novo Hamburgo, liderada por Pedro Adams Filho (GERTZ, 2006).

Campo Bom e Novo Hamburgo destacavam-se como importantes contribuintes para receita de São Leopoldo, aspecto que gerou alguns tensionamentos com a emancipação de Novo Hamburgo. Além disso, são municípios pioneiros na exportação de produtos do setor coureiro-calçadista. Campo Bom realizou a 1ª Feira de Amostras de Produtos Industrializados do Vale dos Sinos (1960), que originou a FENAC (Feira Nacional do Calçado), em Novo Hamburgo (1963). Em uma tentativa de reativar os primórdios desta 1ª Feira, em 2006 surge a Festa do Sapato, que se encontra na sua 7ª edição (2018).

As emancipações de Sapiranga e Campo Bom só aconteceram na década de 1950. O primeiro município se emancipou em 28 de fevereiro de 1955, e o segundo apenas em 31 de janeiro de 1959.

A primeira metade do século XX ficou conhecida no Brasil como período de continuidade da expansão da educação pública, manifestação da propaganda republicana.

Proclamada a República, a escola foi, no Estado de São Paulo, o emblema da instauração da nova ordem, o sinal da diferença que se pretendia instituir entre um passado de trevas, obscurantismo e opressão, e um futuro luminoso em que o saber e a cidadania se entrelaçariam trazendo o Progresso. Como signo da instauração da nova ordem, a escola devia fazer ver. Daí a importância das cerimônias inaugurais dos edifícios escolares. O rito inaugural repunha o gesto instaurador (CARVALHO, 2003, p. 23).

No caso do Rio Grande do Sul, Bastos (2005) argumenta que, na década de 1930, a escola assumiu um caráter estratégico na obra da reconstrução nacional. Como política social, a escola seria a instituição legítima para imprimir na sociedade “certa unidade de pensamento”. O nacionalismo estava presente nas discussões, debates e realizações do governo estadual desde o início do século XX, sendo visível, por exemplo, nas subvenções escolares que contribuem para este projeto de governo. Além disso, entre 1930 a 1945, cresceu o número de escolas públicas, ora pela subvenção, em função do processo de nacionalização do ensino, como já foi referido anteriormente, ora pela criação de novas instituições de ensino. Além disso, outras ações que envolveram a instância educativa contribuíram para qualificar o ensino público gaúcho.

Embora a presença das escolas isoladas tenha figurado ao lado das escolas paroquiais e dos colégios étnicos, é na década de 1930, do século XX, que se percebe de forma mais estruturada a edificação e institucionalização dos grupos escolares. O ensino público primário começa a se efetivar nestas localidades em 14 de julho de 1930, com a criação do grupo escolar de Novo Hamburgo, posteriormente identificado como D. Pedro II.

O grupo escolar inicialmente foi instalado na Rua 1º de março, n. 42, “instalado de forma precária, em um prédio de madeira, que anteriormente era uma fábrica de banha”, como relata Gastão Spohr (1965[?])¹⁵ em suas reminiscências. Em matéria publicada no Jornal O 5 de abril de 1935, indica que na sua criação havia 7 professores para 170 alunos. E em 1935 havia ultrapassado a marca de 400 alunos e onze professores.¹⁶ E a denominação “Pedro II” foi atribuída apenas em 1933, e em 1942 é construído o novo prédio¹⁷, instalado na Rua Borges de Medeiros, como se identifica nas imagens das Figuras 2 (matéria do jornal O 5 de abril da época) e 3, produzidas pela professora Beatriz Fischer¹⁸, na década de 1990. Entre os primeiros professores cita-se Elvira Brandi Grin, uma educadora de referência no município. O primeiro diretor foi o professor Jardelino Petersen¹⁹.

¹⁵ SPOHR, Gastão. Reminiscências. Acervo do Colégio 25 de Julho, folhas avulsas. Arquivo. Geral 1990. 2 folhas datilografadas 1965[?]. O primeiro aluguel teria sido de quatrocentos mil réis aos proprietários irmãos Albino e Ervino Schmitt.

¹⁶ No grupo escolar, os 400 alunos eram atendidos da seguinte maneira: “4 seções de analfabetos dirigidas pelas professoras Izabel Tschiedel, Elvira Brandi, Frederica Pacheco e Honorina L. Nunes; 2 primeiros anos, dirigidos pelos prof. João Pereira da Rosa e Dionéa Macalão; 2 segundos anos dirigidos pelas prof. Christiana Haag e Dora Santiago; um 3º e 4º ano dirigidos pelo diretor Jardelino Petersen e finalmente os 6º e 7º anos dirigidos pela professora Nair Becker. A instrução física é ministrada pelas prof. Nair Becker e Dionéa Macalão; a instrução religiosa (Catholica) é feita semanalmente e com grande devotamento pelo snr. Vigário Schimoeller [...]” (O 5 de abril, 1935). Nesse mesmo ano, cabe destacar que havia duas bibliotecas na instituição. Atuando como bibliotecárias as professoras Elvira Brandi e Zozina Soares. “Foram creadas 2 bibliothecas, uma infantil, para as seções mais adiantadas, com um numero de 200 obras, entre ellas o conhecido Thesouro da Juventude e a pedagógica e didática para consulta dos srs. Professores, num total de 80 volumes, entre eles o Diccionario Internacional e Enciclopédia.”

¹⁷ A empresa contratada para construção do novo prédio foi Haessler & Woebcke LT; ele ficou pronto em 2 de dezembro de 1941.

¹⁸ Agradeço à professora Beatriz Terezinha Daudt Fischer pela gentileza de compartilhar fontes do seu arquivo pessoal para este estudo.

¹⁹ De acordo com Spohr, Jardelino Petersen era natural de Taquara e permaneceu como diretor do educandário até 1937, quando foi substituído pela professora Nair Maria Becker. Jardelino, posteriormente, foi removido para a Coletoria Estadual, onde se aposentou como funcionário público.

Figura 2: Novo edifício do Grupo Escolar D. Pedro II (1942)



Fonte: Jornal *O 5 de Abril* (1942)

Figura 3: Colégio Estadual 25 de Julho, de Novo Hamburgo (1995)



Fonte: Arquivo pessoal de Beatriz Fischer

Distante de realizar aqui uma genealogia sobre a história institucional²⁰, destaca-se que em 31 de julho de 1954 foi criado o curso Ginásial, em 1959, a instituição transforma-se em Colégio Estadual 25 de Julho e, em 1966²¹, foi criada a escola normal. Em 1978, criou-se a Escola Estadual de 1º e 2º graus 25 de Julho, atualmente identificada como Colégio Estadual 25 de Julho.

A proposta pedagógica, a figura do diretor, a estrutura arquitetônica, bem como a cultura escolar instituída com os grupos escolares apresenta-se como uma propaganda de modernização do ensino até então desenvolvidos nestas regiões. A possibilidade da seriação, a presença de um diretor acompanhando e supervisionando o trabalho docente, também agregam nesta perspectiva a qualidade pedagógica e formativa. Ao analisar os documentos, percebe-se que havia uma expectativa ainda sob influência do próprio positivismo de que esta escola poderia contribuir para manutenção do regime republicano.

Em Novo Hamburgo, o grupo escolar e as professoras estaduais, durante muito tempo, foram referência no processo de formação dos professores, sobretudo para as professoras de escolas isoladas, como identificado em outro estudo (SOUZA, 2015). Além disso, muitos docentes da instituição ocuparam cargos de gestão em diferentes situações da história da educação do município. Como é o caso da professora Nair Becker, que foi Delegada de Ensino, ou ainda de Suely Glória Fontana Copetti, que exerceu atividades na Secretaria Municipal da Educação e atuou ainda no processo de implantação do Ensino Superior, com a criação da FEEVALE.

O grupo escolar representava o espaço culminante das ações sociais no que se refere à educação, mobilizando e envolvendo a comunidade em diferentes projetos. Ainda em relação à formação, como se identifica no excerto abaixo, a escola promoveu, em 1931, a Semana da Educação, promovida pela As-

²⁰ Conforme consta em matéria publicada em 1935 no jornal O 5 de abril, o elevado número de alunos do grupo escolar e as diferentes instituições que funcionavam no mesmo: caixa escolar, biblioteca e inúmeras campanhas pela alfabetização (considerando a particularidade de se ensinar a língua pátria), as iniciativas para ajudar as famílias carentes, a intenção de elevar o grupo escolar à categoria de Colégio Elementar. Em 1936, na edição de 5 de junho de 1936, publicam-se diferentes manifestações de setores da sociedade, dentre eles do prefeito municipal, da Associação Hamburguesa de Esportes Atlético (AHEA). Destaco a passagem do Diretor da Instrução pública do Estado, Affonso Guerreiro Lima “A elevação desse Grupo a Colégio Elementar é, sem dúvida, um acto de inteira justiça, em vista do grau de prosperidade a que attingio pelo esforço e competência de todos os que nelle trabalham. Entretanto, como a instrução publica, por força da reforma constitucional, está em pleno período de remodelação, torna-se necessário aguardar a elaboração do Código da Educação, que regulará o assumpto e concretizará a justa aspeiração dessa localidade e de outras do Estado”.

²¹ Pelo Decreto n. 17865, de 15 de abril de 1966, criou Curso Normal de grau colegial, transformou grupo escolar em Escola normal, transformou o Curso primário em Curso de Aplicação.

sociação Brasileira de Educação, com uma programação que envolvia participação de professores das escolas estaduais, das subvencionadas e rurais, bem como das escolas municipais.

GRUPO ESCOLAR

Foi installada, no dia 13 deste mez no Grupo Escolar desta Villa a Semana da Educação, patrocinado pela Associação Brasileira de Educação, sediada no Rio de Janeiro.

Para que se revistisse de maior interesse, as discussões do programa elaborado, foi convidado especialmente para comparecer às sessões, **o Sr. Cel. Prefeito** e demais autoridades, bem como algumas **pessoas gradas**.

Programma das conferencias:

Dia 13, dissertação a cargo do Director do Grupo, Sr. Jardelino Petersen.

Thema: “A emancipação mental do Brasil; problemas sociaes e políticos correlacionados com a **educação popular**, especialmente pelo ensino agrícola”.

Dia 14, a cargo da professora Srta. Zozina Ferreira Soares.

Thema: “A escola regional nos seus aspectos: urbana, rural, marítima e fluvial. A prosperidade nacional pela educação no trabalho apropriado às diversas zonas do paiz”.

Dia 15, a cargo do professor João Pereira da Rosa.

Thema: “A escola marítima e fluvial e os seus cursos de pesca. Apparelhamento necessário a esses estabelecimentos de educação e futuro immenso dessa industria”.

Dia 16, a cargo da professora d. Frederica Schütz Pacheco

Thema: “A educação rural. O problema brasileiro e a sua economia”.

Dia 18, (Dia da Bôa Vontade) a cargo da professora Srta. Christiana Haag.

Thema:” A educação dos adultos. Importancia do ensino e methods especificos relativos aos meios urbanos e ruraes.

Dia 20, a cargo da professora d. Elvira Brandi Grin

(O 5 de Abril, 15/05/1931, p. 2).

Entre as décadas de 1930 e 1950, a visão de uma pedagogia da Escola Nova perpassa práticas de diferentes escolas no Estado; identifica-se que atividades com cartazes e ilustrações com esquemas explicativos constituíam uma estratégia didática sob a égide da intuição e da contextualização dos saberes no desenvolvimento da aprendizagem, bem como de forte cunho nacionalista o que se evidencia nos programas de formação.

A escolarização primária em Campo Bom nas primeiras décadas do século XX ainda preservava aspectos da forma de escola doméstica; até a década de 1930, a população em idade escolar era atendida pela escola da comunidade evangélica, o atual Colégio Sinodal Tiradentes²², pelas aulas públicas fede-

²² Sobre a história do Colégio Sinodal Tiradentes, cito obra de Dreher (1992) e Souza (2019) que reúnem artigos que contribuem para compreender este aspecto.

rais instaladas em algumas localidades do distrito, bem como aulas públicas estaduais e municipais²³. O registro nos relatórios da intendência municipal indicam um pequeno número de aulas e a existência do grupo escolar de Campo Bom, organizado a partir da reunião de algumas aulas que funcionavam na região central do referido distrito.

Em Campo Bom, a história do grupo escolar implantado em 1933 se relaciona à presença da 15ª Aula Pública implantada em 1926, com a chegada à localidade de Campo Bom da professora Ida Guilhermina Knieling de Souza, como se identifica na fotografia da Figura 4, abaixo:

Figura 4: Aula da professora Ida Guilhermina K. de Souza (1926)



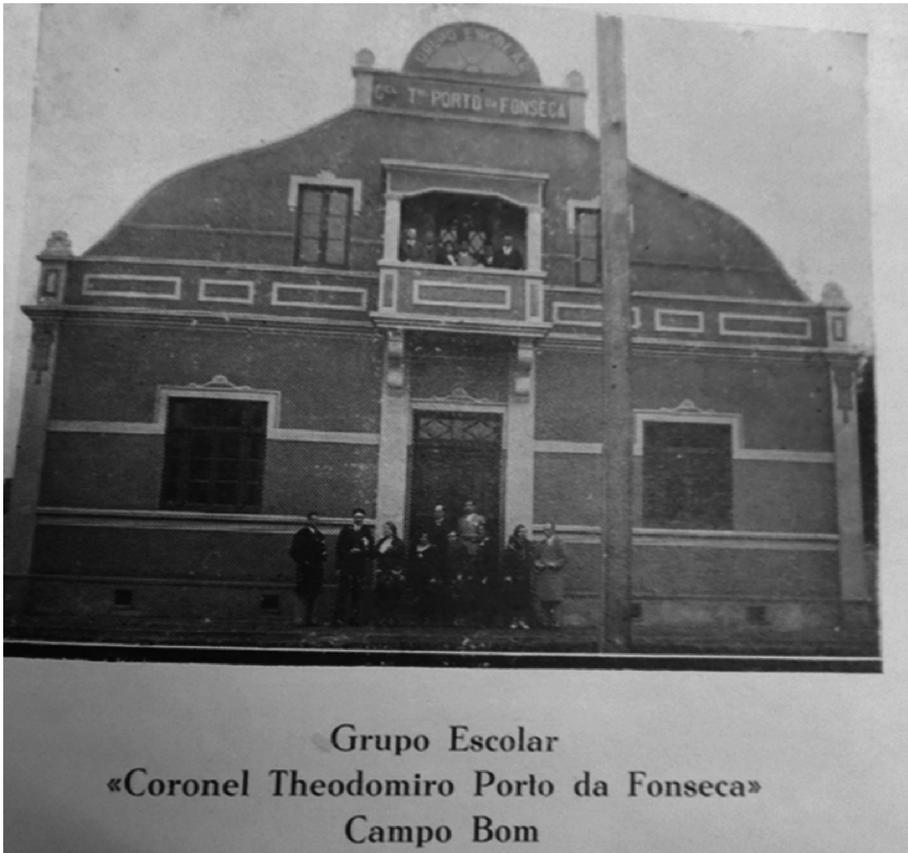
Fonte: Stocker Júnior (2010)

O senso de ação comunitária e a mobilização dos moradores para ter escola também se estenderam à implantação de instituições públicas, talvez

²³ Dreher (1992) indica que havia cinco escolas em Campo Bom, em 1930: a escola primária particular evangélica; escola particular católica; escola primária federal; escola primária municipal e a escola primária estadual. No Almanaque Escolar do Estado do Rio Grande do Sul, organizado pela Diretoria da Instrução Pública de 1934, consta: apenas o grupo escolar de Campo Bom e uma Aula Pública Federal, sob regência das professoras Glória Velho e Amália de Oliveira e Silva; havia ainda aulas subvencionadas pelo município dos professores Antonio Anschau e Gustavo Foerster e da professora Luiza Knieling.

uma contribuição cultural dos grupos sociais destas comunidades nas primeiras décadas do século XX. Nesse sentido, um grupo de moradores constituiu uma Comissão Procriação do Grupo Escolar²⁴. O êxito da campanha resultou na criação do Grupo Escolar de Campo Bom, pelo Decreto Estadual, n. 5.412, de 22 de agosto de 1933, como se identifica na Figura 5:

Figura 5: Grupo Escolar de Campo Bom (1934)



Fonte: Relatório da Intendência Municipal de São Leopoldo, 1934

²⁴ Entre os integrantes estavam representantes da indústria e comércio. Cito: Emílio Haubrich, João Fritsch, Gustavo Vetter, Ernesto Kunz, Alfredo Spitzer, João Pedro Dias, Walter Thoen e as mães de alunos: Florência Pereira, Dalila Blos, Ida von Reisswitz Zerwes, Lídia Uhlmann Schneider, Lili Vetter Kunz e a professora Ida Guilhermina. Essa comissão fora assessorada pela assessora da Secretaria de Educação, professora Camila Furtado Alves.

A fotografia do grupo escolar registra professoras e alunos na ocasião da visita do prefeito municipal de São Leopoldo, no ano de 1934. Percebe-se a presença da professora Ida Guilhermina, sua irmã Luiza e seu esposo João Francisco de Souza. É importante destacar que o prédio foi construído pelo industriário Gustavo Vetter e ainda preserva a fachada original, mesmo em estado de deterioração. Há no “balcão”, no alto, local de onde se hasteava a Bandeira. Atualmente o prédio está desocupado e em péssimo estado de conservação.

De acordo com Evaldo Dreger (2018)²⁵, um dos egressos deste grupo escolar entrevistado sobre as memórias da escola, o projeto de construção do grupo escolar foi do industriário Gustavo Vetter e seus amigos.

Foi do Gustavo Vetter e dos companheiros dele, pra construir um grupo escolar, que eles chamaram de grupo escolar Coronel Teodomiro Porto da Fonseca [...]. Então essa Dona Guilhermina, Ilda Guilhermina Klinner era a professora que dava no início, mas numa sala de aula, onde todas as séries, 1°, 2°, 3°, 4°, 5° série era dado em conjunto, na casa particular dela. Depois, então, veio com a construção daquele prédio, que eles pra homenagear esse Intendente de São Leopoldo, que era esse Coronel Teodomiro Porto da Fonseca, eles deram o nome pra esse Grupo Escolar Teodomiro Porto da Fonseca, mas não podia usar, ele era vivo ainda, [incompreensível]. E depois eles saíram dali e exatamente essa data até 1937, quando eu recebi esse diploma, que depois passou a chamar, ser Ildfonso Pinto quando construíram lá na rua Maestro Amaral.

Ao analisar os relatórios da Instrução Pública de São Leopoldo, identifica-se a preocupação que a administração municipal destinava à educação no interior do município. O Distrito de Campo Bom refletia a concepção de uma época em que a educação contribuiria para formação de “bons homens para a pátria”. O prefeito municipal Theodomiro Porto da Fonseca argumenta:

A instrução primaria constitui sempre para a minha administração uma das mais evidentes preocupações. Tenho empregado os maiores esforços no sentido de disseminá-la, tanto quanto possível, dentro do município. A população colonial que compreende perfeitamente a necessidade que tem de bem conhecer a língua-pátria, recebe com o maior dos benefícios a criação de novos grupos escolares nos districtos, que vêm sempre satisfazer velhas aspirações e cobrir necessidade que têm tanto de uteis como de patrióticas (SÃO LEOPOLDO, 1934, p. XX).

O Grupo Escolar ficou conhecido, por curto período, como Grupo Escolar Theodomiro Porto da Fonseca e funcionou até 1934 em uma sala anexa

²⁵ Nasceu em Campo Bom, em 1924, e foi um dos egressos do grupo escolar de Campo Bom a ser entrevistado. Foi um importante cidadão para o município, articulador no censo para emancipação, em 1959. Além disso, foi o primeiro vice-prefeito e posteriormente prefeito.

à residência de D. Guilhermina, na Rua dos Andradas, n. 209. A casa atualmente não existe mais. A referida professora exerceu a docência entre 1927 e 1944, quando se aposentou como Diretora do Grupo. As memórias de Norma Zerwes, que foi aluna da professora Ida, assim resumem: “A professora D. Guilhermina destacou-se, desde logo em Campo Bom, pelo grau de excelência em sua atuação profissional” (ZERWES, 2004, p. 47).

O contexto do Estado Novo de Vargas, no final da década de 1930 e na primeira metade da década de 1940, contribuiu para o desenvolvimento do uso da língua vernácula como também procurou disseminar um sentimento nacionalista. Sobre este aspecto, Celina e Vitalina o rememoram e destacam em suas narrativas. Celina de Souza nasceu em 13/10/1930, em Rolante, filha de Otilia Nunes Monteiro e Vidal Rodrigues e desde a primeira infância reside no município de Campo Bom. Embora tenha estudado no grupo escolar, não concluiu o ensino primário. Assim como a sua irmã, Vitalina Pereira²⁶ que nasceu em 28/04/1934, em Morro Grande, 4º Distrito de Santo Antônio da Patrulha, ela também desde muito pequena reside em Campo Bom. Sobre esse período que antecede o ingresso na escola, Vitalina descreve como era a vida da família, que migrava pelas cidades próximas da capital em função do trabalho do pai, que “cortava mato”:

Meu pai e minha mãe trabalhavam na roça, nós era muito pobre, mas meu pai sempre botou os filho todos no colégio, todos tinham que estudar, aí nós chegava em casa e ia ajudar eles também, era o serviço que nós tinha que ajudar a fazer. Mas nós tivemos uma vida muito pobre... agora a gente tá bem, graças a Deus.

Celina e Vitalina evidenciam em suas narrativas que a devoção a Deus sempre esteve presente no contexto familiar e escolar. Rezar, agradecer e apresentar uma postura amável e subserviente é algo que se observa, nos gestos, na trajetória construída, no modo de vida e nas ações empenhadas pelas irmãs na comunidade em que se inseriram. As duas residem no bairro 25 de Julho, muito próximas, e a reunião da numerosa família parece ter sido um dos aspectos marcantes para ambas.

Quando chegou a Campo Bom, a família constituída de nove irmãos se instalou no bairro Santa Lúcia, no alto de um morro, distante do centro do município, onde funcionava a escola, como rememora Vitalina (2018):

Era uma casa grande assim, sem forro né, grande de madeira e de chão. Chão batido. E tinha só a rua que passava e ia pra Sapiranga era uma rua de chão também, muito feia, bem esburacada, era que ia pra Sapiranga e nós morava ali pertinho na Santa Lúcia.

²⁶ Embora os documentos de registros familiares indiquem o nome de Vidal Rodrigues, Vitalina (2018) indica: “isso não tá certo, era ele ... Vidal Rodrigues Filho”.

Sobre as aulas, assim se refere Celina (2018):

Nós tinha caderno, e escrevia na pedra também, e nós chegava (sic) lá e tinha que ler... levantava na classe e tinha que ler toda a página ali que ela dava para estudar, nós tinha que ler [...] nós tinha assim de pano, uma sacolinha de pano que bota os livro dentro. [...] Os caderno, livros, outras coisas assim... lápis... tinha uma sacolinha de pano (Celina, 2018).

Na pesquisa de doutorado foi possível identificar o nome desta “sacola de pano” como cartapácio. Vitalina (2018) também indica o uso da mesma pasta para levar os materiais escolares: “o material nós levava assim num saquinho de pano que faziam, tipo que chamavam ... catapaço (sic), botava de lado. E a roupinha era uma sainha pagueada azul e com a blusinha branca com a gravatinha azul da mesma da sainha”. Nem sempre usavam o uniforme, mas nas ocasiões festivas, como nos exames finais ou na atividade cívica, o uso era obrigatório. E para os alunos que não tinham condições para adquiri-lo, as professoras o providenciavam, inclusive sapatos. Como o município é pioneiro na exportação de calçados para fora do Brasil, havia um empenho grande das professoras para que os alunos estivessem bem apresentados durante as atividades e programações da Semana da Pátria.

Vitalina e Celina lembram que a professora Ida Guilhermina, mesmo depois de aposentada, sempre estava na escola, auxiliando, contribuindo, olhando pelos alunos mais pobres. Por isso,

Nos dias de cantar o hino, ia todo mundo pra frente do grupo, ali no meio da estrada, cantava... lembro de uma apresentação, assim, dizer um verso... uma poesia [...] Como é que era Meu Deus, não lembro como é que era... Pera aí eu sabia como é que era meu verso.... O trovão que trás a tempestade, o raio e o trovão... Cada um dizia um, um dizia da primavera, né, outro dizia do pomar... O outono que era os ã... os pomares as frutas.... Era tão lindo que nem sei, cada um dizia uma estação, e eu dizia: Eu sou o raio e o trovão Eu trago tempestade... Ou a chuva e o trovão, eu sei que o meu era assim, mais ou menos... Cada um tinha que dizer uma estação do ano (Vitalina, 2018).

Esse relato demonstra elementos da cultura escolar, como a prática dos recitais, a leitura de poesias, apresentações musicais e do canto orfeônico, mesmo que o contexto não se vincule mais ao Estado Novo de Vargas. Além disso, Teive e Dallabrida (2011) argumentam que os grupos escolares representam um símbolo de progresso e civilidade, marcas de uma política influenciada pelo pensamento e práticas do positivismo da Primeira República. Cabe considerar ainda que este modelo dos grupos escolares influenciou concomitantemente a concepção arquitetônica da escola, bem como a composição material da escola, adotando outro tipo de mobília escolar e vasto material didático.

Como argumenta Souza-Chaloba (2019), a criação dos grupos escolares contribuiu para projetar uma determinada noção de forma escolar. Sobretudo, a configuração histórica que a criação dos grupos propõe, embora considerando as particularidades de cada localidade, região e estado da federação, endossa as iniciativas de uma nova relação que a escola moderna propôs naquilo que se refere à constituição de uma autonomização das relações sociais, “convertendo a escola em um espaço específico de socialização vinculada à existência de saberes objetivados de socialização. [...] o tempo escolar passa a vincular-se à regulamentação das condutas [...]” (SOUZA-CHALOPA, 2019, p. 5).

Nesse sentido, refletir sobre dos processos de constituição dos grupos escolares em Campo Bom exige minimamente entender que a condição de escola existente até a década de 1930 representava os meios convencionais de acesso escolar, com aulas isoladas de ensino graduado e a escola étnica e paroquial da comunidade evangélica. A dimensão pedagógica que a implantação do grupo escolar possibilitou talvez esteja mais relacionada ao contexto de progresso industrial da referida localidade²⁷.

Em 10/02/1934, foi criado o Grupo Escolar Sapiranga, denominado hoje Instituto Estadual Coronel Genuíno Sampaio. O atual Instituto Estadual Coronel Genuíno Sampaio, ou apenas “Genuíno Sampaio”, tem sua história a partir da década de 1930, com a implantação do grupo escolar que posteriormente recebeu a designação de Grupo Escolar Coronel Genuíno Sampaio. Até 1975²⁸, a instituição funcionou no prédio situado na Rua Carlos Biehl, número 108; mesmo que fosse uma residência particular, demonstra que era um destacado prédio na municipalidade, como se observa na fotografia da Figura 7, uma fachada ampla e com identificação da instituição:

²⁷ O segundo grupo escolar do município foi criado apenas em 1958, sendo inicialmente identificado como Escola João Pessoa; em 1958, pela Portaria n. 8.613, de 11 de fevereiro de 1958, a escola municipal passou a ser administrada pelo governo estadual como Grupo Escolar João Blos. A fotografia de capa deste livro refere-se a uma participação da escola em desfile cívico pelo 7 de setembro (independência do país).

²⁸ Em 1955, com a emancipação do município, o Curso Ginásial agrega-se à instituição. Em 1956, o prédio que abrigava o Grupo Escolar Coronel Genuíno Sampaio passou a oferecer o Curso Ginásial. Nesse sentido, na parte da manhã funcionavam os cinco anos do curso primário do grupo e, no turno da tarde, as quatro séries do ginásial. Em 1958, o curso ginásial passou a ser oferecido no período noturno e passou a funcionar a Escola Técnica de Comércio. Em 1962, a escola oferecia o Curso Ginásial, Científico e Colegial ou o Clássico. Também oferecia o Curso Normal Regional nas modalidades de 1º Ciclo e 2º Ciclo e o Curso de Comércio. Em 1969, o Grupo Escolar foi transformado em Escola primária de aplicação da Escola Normal, para as alunas normalistas e que atuavam em escolas da região; funcionou até 1972 (SOUZA, 2020b).

Figura 7: Grupo Escolar de Sapiranga, 1939[?]



Fonte: Acervo pessoal da professora Hélia Koetz Pereira

O Grupo Escolar foi criado em 10 de fevereiro de 1934, através do decreto nº 5526, pelo Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, João Carlos Machado, no exercício da função de Interventor Federal. No final da década de 1930, o governador José Antônio Flores da Cunha denomina os grupos escolares para perpetuar nomes de personalidades ligadas ao desenvolvimento histórico ou educacional do Rio Grande do Sul. Através do decreto nº. 6702 de 27 de agosto de 1937, o grupo escolar passou a ser denominado Grupo Escolar Coronel Genuíno Sampaio, justificado por ser “[...] bravo oficial do Exército, prestou relevantes serviços à Pátria pela qual sucumbiu em combate (D.O., 27 de agosto de 1937)” (INSTITUTO, 2011).

De um modo geral, a década de 1930 ficou identificada pelo fortalecimento dos Estados Nacionais. Para Kerber, Schemes e Prodanov (2012), no Brasil, o Rio Grande do Sul cooperou com as ações do governo, que se valeu da escola e dos meios de comunicação: rádio, imprensa e cinema, para imprimir versões da identidade nacional. Isso ocorreu porque a crise mundial também foi responsável pela emergência de regimes autoritários em todo o mundo; portanto, o nacionalismo que se configurou teve grande poder para autorizar ou censurar seus símbolos.

A ênfase no nacionalismo ultrapassa o período do Estado Novo de Vargas. Em outro documento identificado no Arquivo Museu Municipal Adolfo Evaldo Lindenmeyer (livro de termos de visitas de autoridades do grupo escolar, com data de 1934 e encerramento em 1950), o depoimento de distintas autoridades contribuiu para compreender as representações sobre essa instituição escolar no município de Sapiranga. As professoras são consideradas como “abnegadas e beneméritas” pelo trabalho que desenvolvem com a “mocidade”. Em outra passagem, do Tenente Prado, por exemplo, há destaque para a preparação física, moral e intelectual das crianças, para contribuírem com a “ordem e o progresso da pátria”, como se pode observar nos trechos abaixo:

Beneméritas e abnegadas maestras da nossa juventude que aqui trabalham com o tradicional saber do professorado gaúcho, desejo minhas homenagens e voto de felicidades (Ernest Dorneles, março de 1934). Expresso minha excelente impressão por este estabelecimento em que com dedicação de preparo a juventude edificante seus sentidos brasileiros, um ambiente de sadio nacionalismo (Pe. Marques da Costa, setembro 1940). Visitando, com componente da comitiva do Exmo. Senhor Interventor Federal e na qualidade de comandante do 8º B.C, o Grupo Escolar de Sapiranga, logrei a impressão de tudo que vi e observei de que aqui se aprende a ter um corpo sadio, um intelecto robusto e, sobretudo, um caráter firme, resolutivo e nobre o que, de certo modo, enche de satisfação e orgulho os homens brasileiros (T. Silveira do Prado. Sapiranga, 21 de outubro de 1944).

Na Semana da Pátria de 1947²⁹, como se identifica na Figura 8 a seguir, as autoridades realizaram uma visita pela casa que acolhia o grupo escolar. Esse relato demonstra ainda elementos da cultura escolar, como a prática dos recitais, da leitura de poesias, de apresentações musicais e do canto orfeônico, mesmo que o contexto não se vincule mais ao Estado Novo de Vargas. Contudo, esperava-se da escola e do professor primário que desenvolvessem a educação das crianças pelo seu próprio exemplo moral de civilidade, pois o professor deveria ser o primeiro a ter, em seu corpo, as marcas de civilidade impressas, pelo exemplo, pela paciência, vocação e afetividade (CUNHA, 2009). As

²⁹ Em transcrição do documento sobre a Semana da Pátria de 1947, assim se refere um convite a autoridades: “Os que este tem assinado [não se entende] gentilmente convidados pelo Excelentíssimo Senhor Diretor do Grupo Escolar Ce. Genuíno Sampaio de Sapiranga, no município do Distrito de São Leopoldo, para assistirem ao início da Semana da Pátria de 1947. E com muito prazer assistiram esses festejos e depois de ser içado o Pavilhão Nacional pelo senhor Walter Bicy, [não se entende] sub Prefeito local fizeram uma visita demorada pelas dependências da casa, para assistirem em seguida um programa musical e musicas interessantes de cenas alegóricas e poesias patrióticas. Os presentes ficaram aptivamente impressionados e conseguimos aqui o seu voto de louvor ao corpo docente e discente deste Grupo Escolar pelo esforço dispendido para o pleno êxito desta solenidade. Sapiranga, 1 de setembro de 1947. Seguem assinaturas, [não transcritas]” (manteve-se, por opções teóricas, a grafia original).

Figura 8: Termo de visita, aproximadamente 1940

Termo de visita

Ad que este termo a visita foi feita em duas partes, a primeira em 1939, e a segunda em 1940, no município de São José do Rio Preto, para assistência ao ensino de Matemática e Física do 1º e 2º graus, e ensino médio para as assistências em física, e depois em sua idade. Permissão Nacional pelo Sr. Alfo Waltho Berg, Diretor Geral do Estado, para a realização de uma visita de estudos para a realização de curso para assistência, em seguida um programa variado e muito interessante de cursos algarois, e fornecimento de materiais físicos e matemáticos, impressores e conselhos aqui e seu uso de livros ao cargo de Diretor do curso docente e docente de ensino físico, tendo sido o esforço desenvolvido para o plano de visita desta natureza.

Sepia, 1º de setembro de 1940.

Alfo Waltho Berg
Willy Leon Thomaz
Dr. Edmund Oskar
Dr. Shertle Proter
Hauro José Martins
Alfredo Fagundes
Dr. Ulrich Müller
Hermann
Bertholdo Willborn
Olga Willborn
Lutimio Boarim
Em São Leopoldo, Rio Grande do Sul, e assinado.

Fonte: Arquivo do Museu Municipal Adolfo Evaldo Lindenmeyer

representações, construídas sobre a docência, estavam envoltas em perspectivas de idealizações de caráter moral e de “vocação” para a atividade docente, mesclando sacrifício que deveria ser encarado como próprio do ofício do magistério.

A organização e a importância das festividades escolares, a partir da década de 1930, foram utilizadas para fomentar o nacionalismo, sobretudo

nas escolas públicas, até a década de 1950. Com o fim do Estado Novo de Vargas, muitas instituições continuaram seguindo os programas e utilizando o canto orfeônico nas festividades (SOUZA, 2013). Além disso, as apresentações e o roteiro dos programas da Era Vargas em que os diretores costumavam explicar os significados das datas comemorativas aos alunos como uma estratégia de eficácia para imprimir a moral nacionalista parecem ter se constituído como uma prática da cultura escolar. A Igreja foi uma aliada da Escola Primária para divulgar os preceitos de civilidade e inspirar o nacionalismo cívico e a disseminação de um “ideal de criança e de homem”, educado, com boas maneiras, ordeiro, um “homem bom”.

Considerações finais

A escolarização das crianças e dos jovens se consagrou entre o final do século XIX e início do século XX a partir de diferentes finalidades, instituições e projetos culturais que circunscreveram os modos como a escola primária foi organizada. A disseminação de ideias positivistas, a influência de modelos de modernização, a valorização de um determinado tipo de grupo social e de uma cultura escolar foram práticas que contribuíram para o desenvolvimento dos processos de escolarização da população brasileira.

O investimento no setor educacional repercutiu na forma de escola implantada e/ou adaptada entre as décadas de 1930 a 1950, ou seja, o grupo escolar. Tomamos como referência os dados estatísticos produzidos pelo Almanak Escolar do Rio Grande do Sul, que registra que, em 1935, havia 350 escolas estaduais com 350 professores e 510 aulas isoladas estaduais, subvencionadas, com 510 professores, 30 aulas reunidas, com 92 professores, e seis escolas complementares com 60 professores, 104 grupos escolares e 1.007 colégios complementares, além da Escola Normal de Porto Alegre (ALMANACK, 1935).

Investigar os grupos escolares no Rio Grande do Sul, sobretudo, na primeira metade do século XX, pressupõe reconhecer suas relações com as escolas complementares e os colégios distritais, projetados no final do século XIX e implantados a partir de 1901. A criação das escolas não corresponde ao provimento imediato de docentes, embora as escolas reunidas (fase transitória para os grupos escolares) tenham representado uma facilidade neste quesito. Nesse sentido, com a supressão das Escolas Complementares, a partir de 1909, o ensino graduado se instituiu no estado com a implantação dos Colégios Elementares.

A investigação dos grupos escolares, com ênfase a partir de 1915 até 1959, mantém uma relação direta com as ideias pedagógicas e as reformas educacionais disseminadas nesse período, especialmente no que se refere ao movimento da escola nova. É importante destacar, ainda, que não apenas o currículo esco-

lar foi influenciado por ideias pedagógicas da primeira metade do século XX, mas também, os saberes desenvolvidos na escola na formação do “homem ideal”.

O modelo dos grupos escolares influenciou concomitantemente a concepção arquitetônica da escola e a composição material da escola, adotando outro tipo de mobília escolar e vasto material didático. Apesar de extinto na década de 1970, o formato dos grupos escolares foi de extrema importância na educação primária no Brasil, permanecendo vivo na memória daqueles que fizeram parte desta história, como alunos, professores e gestores. A passagem pela instituição marca significativamente as trajetórias dos sujeitos participantes, envolvendo a comunidade escolar com celebrações, implantando bibliotecas, caixa escolar, constituindo um rito e uma cultura escolar comprometida com uma concepção de cidadania; mesmo que a escola pública primária dessa primeira metade do século XX não tenha beneficiado todos os estudantes, a sua presença desempenhou um reconhecido papel na formação do caráter e forjou nesse grupo específico de estudantes uma identidade regional e nacional associada ao sentimento pátrio.

Referências

- ALMANACK ESCOLAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.** Diretoria Geral da Instrução Pública. Edição Oficial. 1935. Livraria Selbach: Porto Alegre.
- BASTOS, M. H. C. **A revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1939-1942).** O Novo e o Nacional em revista. Pelotas: Seiva, 2005.
- BASTOS, M. H. C.; TAMBARA, E. A escola nova no Rio Grande do Sul: eventos e atores em cena. In: MIGUEL, M. E. B.; VIDAL, D. G.; ARAUJO, J. C. S. (org.). **Reformas educacionais: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 a 1946).** Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: Edufu, 2011. p. 363-384 (Coleção Memória da Educação).
- BORTOLUZZI, P.; SOUZA, J. E. Grupo Escolar Erny de Zorzi (Caxias do Sul/RS – 1942/1955): as festividades escolares. **Praksis**, v. 3, p. 162-184, 2020.
- CARVALHO, M. M. C. de. A dívida republicana. A escola modelar. O freio do progresso. A reforma moral e intelectual. In: **A escola e a República e outros ensaios.** Bragança Paulista: EDUSF, 2003. p. 9-80.
- CUNHA, M. T. S. Saberes impressos, escritas da civilidade e impressos educacionais (Década de 1930 a 1960). In: YAZBECK, D. C.; DA ROCHA, M. B. M. (org.). **Cultura e história da educação: intelectuais, legislação, cultura escolar e imprensa.** Juiz de Fora: Editora UFJF, 2009. p. 233-25.
- DREHER, M. N. Apontamentos para a história da Comunidade Evangélica de Campo Bom. In: SPERB, Angela T. *et al.* (org.). **Sal da Terra.** 160 anos da Comunidade e Escola Evangélica de Campo Bom. Canoas: Escola Profissional La Salle Gráfica Editora, 1992. p. 13-46.

FARIA FILHO, L. M. **Dos Pardieiros aos Palácios:** forma e cultura escolares em Belo Horizonte (1906-1918). São Paulo, Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 1996.

GERTZ, R. Apresentação. A câmara de vereadores de São Leopoldo de 1846 a 1937. In: SILVA, H. R. K.; HARRES, M. M. **A história da Câmara na história.** São Leopoldo: Oikos, 2006. p. 56-71.

GRAZZIOTIN, Luciane S. S. Prefácio. Instituições escolares e cultura escolar na pauta acadêmica: um breve recorrido a modo de prefácio (décadas de 1990-2010). In: RIPE, Fernando; SOUZA, José Edimar de; OLIVEIRA, Maria Augusta Martiarena de (orgs.). **História e Historiografia da Educação no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Editora Fi, 2019.

GONÇALVES NETO, W.; CARVALHO, C. H. de. Instituições escolares e história da educação brasileira: análise dos CBHE e do NEPHE-UFU. **Quaestio – Revista de Estudos em Educação**, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 51-71, 2020. DOI: 10.22483/2177-5796.2020v22n1p51-71. Disponível em: <<http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/quaestio/article/view/3579>>. Acesso em: 2 set. 2021.

INSTITUTO ESTADUAL CORONEL GENUÍNO SAMPAIO. **História da escola.** Blog oficial do I. E. Cel. Genuíno Sampaio. Sapiranga, 5 de jun. 2011. Disponível em: <<http://iegenuinosampaio.blogspot.com.br/2011/07/historia-da-escola.html>>. Acesso em: 24 jan. 2015.

KERBER, A.; SCHEMES, C.; PRODANOV, C. C. Memórias das práticas educativas durante o primeiro governo Vargas na cidade de Novo Hamburgo – RS. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, SP, v. 12, n. 2, p. 139-170, maio/ago. 2012.

MAGALHÃES, J. **Da cadeira ao banco:** escola e modernização (séculos XVIII-XX). Lisboa: EDUCA-Unidade I&D de Ciências da Educação, 2010.

MAGALHÃES, J. **Tecendo nexos:** história das instituições educativas. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

NOSELLA, Paulo; BUFFA, Ester. **Instituições escolares:** por que e como pesquisar. Campinas: Alínea, 2013.

O 5 de Abril. Jornal. Grupo Escolar. 15 de maio de 1931, ano V, n. 3, Novo Hamburgo, p. 2.

O 5 de Abril. Jornal. Grupo Escolar Pedro II. Pleitea-se a sua elevação à categoria de Collegio Elementar. 5 de junho de 1936, ano X, n. 8, Novo Hamburgo, p. 2.

O 5 de Abril. Jornal. Grupo Escolar Pedro II. 15 de julho de 1935, ano IX, n. 3, Novo Hamburgo, p. 2.

OLIVEIRA, Rosana Carla; WARDE, Mirian Jorge. Tipos de escola primária e seus diferentes alcances sociais: algumas fontes de 1938 a 1946. **Dialogia**, São Paulo, n. 37, p. 1-19, jan./abr. 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.5585/dialogia.n37.19774>>.

PERES, Eliane Teresinha. **Aprendendo formas de pensar, de sentir e de agir.** A escola como oficina da vida: discursos pedagógicos e práticas escolares da escola pública primária gaúcha (1909-1959). **Tese em Educação.** Belo Horizonte: FAE / UFMG, 2000.

PERES, E. Currículo e práticas escolares da escola primária gaúcha no período da implantação da escola graduada e da institucionalização da modernidade pedagógica

(1909-1959). In: GRAZZIOTIN, L. S. S.; ALMEIDA, D. B. (org.). **Colégios elementares e grupos escolares no Rio Grande do Sul: memórias e cultura escolar. Séculos XIX e XX.** São Leopoldo: Oikos, 2016. p. 30-64.

REVEL, J. **História e historiografia: exercícios críticos.** Curitiba: UFPR, 2010.

SÃO LEOPOLDO. **Relatório de 1934 apresentado ao Exmo. Snr General Interventor Federal Dr. José Antonio Flores da Cunha pelo Prefeito Municipal de São Leopoldo Theodomiro Porto da Fonseca.** São Leopoldo: Oficinas Gráficas Rotermund & Co, 1935.

SANTOS, A. V.; VECHIA, A. As escolas que construímos: a história de instituições escolares na Revista Brasileira de História da Educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas-SP: Sbhe, v. 19, 2019.

SOUZA-CHALOPA, R. F. A contribuição dos estudos sobre grupos escolares para a historiografia da educação brasileira: reflexões para debate. **Revista Brasileira de História da Educação**, 19. <<https://doi.org/10.4025/rbhe.v19.2019.e063>>.

SOUZA, J. E. A festa da pátria: memórias cívicas na área rural de Novo Hamburgo/RS – (1930-1970). **Artelogie**, França (on-line), n. 4, 19 jan. 2013.

SOUZA, J. E. Um modo de compor as formas do ensino primário no Rio Grande do Sul: percursos de um processo. **Escola no Rio Grande do Sul (1889-1950): ensino, cultura e práticas escolares.** Caxias do Sul, RS: Educs, 2020b. p. 16-53.

SOUZA, J. E. **O pastor Klingelhöffer e a Revolução Farroupilha.** 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2018.

SOUZA, J. E. **Educar: perspectivas e construções.** Oikos: São Leopoldo, 2019.

SOUZA, J. E. Os processos de escolarização na escola normal de Sapiranga/RS (1963-1966). **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, 12(24), p. 371-395, 2020a. <<https://doi.org/10.14295/rbhcs.v12i24.11163>>.

SOUZA, J. E. **As Escolas Isoladas: práticas e culturas escolares no meio rural de Lomba Grande/RS (1940-1952).** 2015. 292 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Leopoldo, RS, 2015.

SOUZA, J. E. A subvenção de escolas públicas em São Leopoldo/RS nas primeiras décadas do século XX. **Revista Educar Mais**, 5(4), 2020a, p. 755-765. <<https://doi.org/10.15536/reducarmais.5.2021.2423>>.

SOUZA, J. E.; DUARTE, A. R. O ensino no meio rural: o grupo escolar Madre Benícia – Novo Hamburgo/RS (1940/1969). In: ALMEIDA, Dóris B.; GRAZZIOTIN, Luciane S. S. (org.). **Colégios elementares e grupos escolares no Rio Grande do Sul: memórias e cultura escolar: séculos XIX e XX.** 1. ed. São Leopoldo: Oikos, 2016. p. 192-213.

SOUZA, R. F. **Templos de Civilização: a implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1889-1910).** São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

SOUZA, R. F.; FARIA FILHO, L. M. A contribuição dos estudos sobre grupos escolares para a renovação da história do ensino primário no Brasil. In: VIDAL, D. G. **Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971).** Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006.

SOUZA, J. E. de • Os grupos escolares em Campo Bom, Sapiranga e Novo Hamburgo/RS (1930-1934): os processos de constituição e de escolarização

SOUZA, R. F.; PINHEIRO, A. C. F. ; LOPES, A. P. C. (org.). **História da Escola Primária no Brasil: Investigação em perspectiva comparada em âmbito nacional**. 1. ed. Aracaju: EDISE, 2015.

SOUZA, R. F.; SILVA, V. L. G.; SA, E. F. (org.). **Por uma teoria e uma história da escola primária no Brasil: investigações comparadas sobre a escola graduada (1870 - 1930)**. 1. ed. Cuiabá: EdUFMT, 2013.

SPOHR, G. **Reminiscências**. 1965[?]. Acervo do Colégio 25 de Julho, folhas avulsas. Arquivo. Geral 1990. 2 folhas datilografadas.

STOCKER JR, J. L. **Fotografias antigas como forma de interpretar o passado... e o Álbum Comemorativo de Campo Bom em 1926**. Dzeit/RS. Memórias [Drops]. 14 de maio de 2010. Disponível em: <<http://dzeit.blogspot.com/2010/05/fotografias-antigas-como-forma-de.html>>. Acesso em: 30 ago. 2021.

TAMBARA, E. A. C. Cartografia da gênese e consolidação do modelo republicano-castilhistas de educação primária no Rio Grande do Sul: o papel do “intelectual operador” Manuel Pacheco Prates (1894-1911). In: GRAZZIOTIN, L. S. S.; ALMEIDA, D. B. (org.). **Colégios elementares e grupos escolares no Rio Grande do Sul: memórias e cultura escolar. Séculos XIX e XX**. São Leopoldo: Oikos, 2016. p. 12-29.

TEIVE, Gladys Mary Chizoni; DALLABRIDA, Norberto. **A escola da República**. Os grupos escolares e a modernização do ensino primário em Santa Catarina (1911-1918). Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011.

VIDAL, D. G. Tecendo história (e recriando memória) da escola primária e da infância no Brasil: os grupos escolares em foco. Vidal, D. G. **Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006. p. 3-14.

VIÑAO FRAGO, A.; ESCOLANO BENITO, A. **Currículo, espaço e subjetividade**. A arquitetura como programa. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

ZERWES, Norma. **Compartilhando lembranças de um percurso de vida**. Papuesta: Campo Bom, 2004.

Entrevistas orais:

DREGER, E. **Entrevista oral sobre os modos de organizar a escola primária no Rio Grande do Sul**. Campo Bom, 6 de fevereiro de 2018. Entrevista concedida a José Edimar de Souza.

SOUZA, C. **Entrevista oral sobre os modos de organizar a escola primária no Rio Grande do Sul**. Campo Bom, 1 março de 2018. Entrevista concedida a José Edimar de Souza.

PEREIRA, V. **Entrevista oral sobre os modos de organizar a escola primária no Rio Grande do Sul**. Campo Bom, 6 de março de 2018. Entrevista concedida a José Edimar de Souza.

Grupo Escolar Visconde de São Leopoldo (São Leopoldo/RS, anos 1940): anatomia de um espaço educativo moderno

Jauri dos Santos Sá

Considerações iniciais

No outono de 1945, na Esplanada do Castelo, zoneamento que definia a nova centralidade do Rio de Janeiro, então capital federal, era inaugurado um edifício extraordinário: um volume prismático de 14 andares erguido sobre pilotis de dez metros de altura, com uma vasta esplanada aberta liberando uma praça/jardim público. Conhecido oficialmente como Ministério da Educação e Saúde Pública (MES), a icônica obra é complementada com painéis de azulejos de Cândido Portinari, jardins de Burle Marx e inúmeras esculturas que habitam uma das mais felizes colaborações entre arquitetura e arte.

Um longo processo entre o concurso oficial e a anulação (1935), a posterior nomeação dos arquitetos modernos e o lançamento da pedra fundamental (1936) e a inauguração oficial (1945) fizeram com que a obra se arrastasse ao longo de dez anos, com embates de ordem política e econômica, agravados sobretudo com o advento da Segunda Guerra. Todas essas dificuldades fomentaram medições de forças entre a tradição acadêmica e as vanguardas artísticas no país, além de experimentos na área da arquitetura. Nascia assim o edifício “considerado como o ponto inicial de uma arquitetura moderna de feito brasileiro” (SEGAWA, 2014, p. 92).

Enquanto o Palácio Capanema era inaugurado no Rio de Janeiro, 1.500 quilômetros ao sul, no município de São Leopoldo, cidade reconhecida como berço da colonização alemã no Brasil, uma construção bem mais modesta começa a ser erguida em 1945: um grupo escolar amplo, com telhado semiculto por platibanda e claras intenções racionalistas. Era a nova sede para o Grupo Escolar Visconde de São Leopoldo¹ (daqui em diante GEVSL), escola

¹ Conforme o Decreto nº 6.889, de 10/12/1937, o título de Colégio Elementar de São Leopoldo foi substituído pelo de Grupo Escolar Visconde de São Leopoldo. Numa segunda reforma, o Decreto nº 26.180 de 09/11/1977 alterou a nomenclatura para Escola Estadual de 1º Grau

pública criada em 1913, sob a denominação de Colégio Elementar de São Leopoldo.

Esse é o edifício ao qual vamos nos referir nas próximas páginas². O projeto arquitetônico da nova sede do GEVSL foi elaborado pela Secretaria de Obras Públicas do Estado (SOP/RS) e examinado pelo Departamento de Educação Primária e Normal, da Divisão Técnica e Centro de Pesquisas e Orientações Educacionais da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Saúde Pública (SESP/RS), seguindo critérios de caráter médico e pedagógico (CONSTRUÇÕES, 1944). À frente da administração na SESP/RS (depois Secretaria de Educação e Cultura) estava José Pereira Coelho de Souza, uma gestão longa que perpassa os governos de três interventores federais no Rio Grande do Sul: Daltro Filho (1937-1938), Osvaldo Cordeiro de Farias (1938-1943) e Ernesto Dorneles (1943-1945).

No âmbito federal, vivia-se o Estado Novo (1937-1945), regime ditatorial liderado por Getúlio Vargas quando “[...] as liberdades civis foram suspensas, o Parlamento dissolvido, os partidos políticos extintos. [...]. Mas, ao lado da violenta repressão, o regime adotou uma série de medidas que iriam provocar modificações substantivas no país” (PANDOLFI, 1999, p. 10). No âmbito econômico, passamos de uma nação agrícola e exportadora para uma nação urbana e industrial, embora na esfera da política educacional se observem movimentos e reformas substanciais em toda a Era Vargas (1930-1945). Porém, é na duradoura administração de Gustavo Capanema à frente do ministério (1934-1945) que os campos da educação, da cultura e das artes tiveram inequívoca atuação (BONEMY, 1999).

Convém lembrar que este foi também o ministério que apoiou a política nacionalizante de Vargas, quando a educação foi utilizada “como um dos veículos para moldar uma identidade nacional coletiva bem como para enfrentar questões relacionadas à integração dos imigrantes estrangeiros na sociedade brasileira” (ARENDDT, 2011, p. 108). Cabe recordar ainda que a ebulição na educação teve seu momento inspirador nos anos 20, quando distintas iniciativas foram realizadas no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Bahia, capitaneadas por Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Francisco Campos e Carneiro Leão (XAVIER, 2012). Embora “empíricas, esparsas, invertebradas, se pensadas para a nação” (BONEMY, 1999, p. 138), impulsionaram uma

Visconde de São Leopoldo e, em 15/12/2000, a Resolução CEED nº 253/2000 a redefiniu como Escola Estadual de Ensino Fundamental Visconde de São Leopoldo, nome que mantém até hoje (ACERVO E.E.E.F.V.S.L.).

² A pesquisa conta com a colaboração da bolsista de iniciação científica Luize França da Rocha.

estrutura mais sólida, apresentada em 1932 sob o título de Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.

Ainda que essa lógica não possa ser tomada como única justificativa para as reformas no Estado Novo, é certo que muito do que era apenas inspiração viu a possibilidade de concretização na gestão de Gustavo Capanema. Conceitos como funcionalidade, eficiência e economia, próprios dos discursos racionalistas no âmbito da arquitetura, encontraram eco nas obras públicas, em particular nas propostas de reformulação da área educacional.

Isso posto, a pauta por tópicos funcionais, como orientação do edifício e organização de programa mínimo e em consonância com o programa pedagógico, redundou numa das etapas de maior vínculo entre a arquitetura e a pedagogia educacional no país, o que justifica também o recorte temporal proposto. Portanto, é objetivo analisar o espaço educativo do GEVSL à luz dos princípios do Movimento Moderno, num momento em que a corrente racionalista se consolidava no país.

A perspectiva adotada para este texto partiu da abordagem historiográfica vinculada à cultura escolar (VIÑAO FRAGO, 1995, 2001, 2005). Associada à ideia da arquitetura como programa, a categoria espaço escolar expressa e reflete determinados discursos (SILVA, 2006), sugerindo que a cultura escolar perpassa distintas ações do cotidiano escolar. Nesta perspectiva, a cultura escolar é articulada com as culturas urbanas e problematiza as relações dos espaços e tempos escolares, com tempos e espaços sociais mais amplos (BENCOSTTA, 2001; FARIA FILHO; VIDAL, 2000, SOUZA, 1998).

Os resultados apresentados são o produto de um estudo de caso maior. A proposta *Formalidade arquitetônica na arquitetura escolar gaúcha* é desenvolvida em quatro frentes e com temporalidades distintas. A primeira, que transcorre durante o Governo Getúlio Vargas (1928-1930), se caracteriza pela implantação das escolas de arquitetura eclética e caráter monumental. A segunda, na vigência do governo de Cordeiro de Farias (1938-1943), é valorada pelas políticas de expansão da rede pública, seguindo os padrões da arquitetura racionalista. Na terceira fase, durante o governo do Euclides Triches (1971-1975), a dimensão histórica é delineada pelos acordos MEC-USAID e sua influência no Rio Grande do Sul a partir das Escolas Polivalentes. Por fim, a quarta fase, que transcorre durante o Governo Alceu Collares (1991-1995), se caracteriza pelo projeto da escola de tempo integral, instituída a partir dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEP).

Organizamos as discussões em momentos correlacionados. No primeiro, evidenciamos as tendências modernizantes da arquitetura e as aproximações no âmbito local, situando o novo edifício do GEVSL frente às exigências

da moderna pedagogia. Em um segundo momento, é traçado um percurso esquemático pelo espaço escolar do GEVSL, considerando aspectos morfológicos, usos, funções e organização. Por fim, reflexões acerca da apropriação da linguagem moderna são especuladas e revelam possíveis semelhanças com os grupos escolares difundidos no país a partir da produção carioca e paulista.

Sinais de mudança: tendências modernizantes e aproximações no nível local

Como podemos observar, as tendências modernizantes na arquitetura estavam em perfeita assimilação no país na década de 1930. E os modernos da arquitetura e da pedagogia também se aproximavam no âmbito educacional. Propostas de edifícios alinhados ao pensamento moderno eram executadas pelas comissões encarregadas das edificações escolares, num arranjo que possibilitava explorar formas geométricas simples, estruturas independentes, pátios sob pilotis e grandes aberturas envidraçadas, tendo em São Paulo seu principal foco irradiador. As linhas geometrizes da nova arquitetura escolar se afirmavam no cenário arquitetônico, disseminando-se pelo país (SEGAWA, 2014).

Em 1945, período temporal abordado neste estudo, São Leopoldo³ já era um dos centros urbanos do Rio Grande do Sul. Em 1940 a população do município aproximava-se de 52.000 habitantes, entre zona urbana e rural. Registrava-se nas páginas do jornal *Correio de São Leopoldo* o moderno local, caracterizado por imagens de obras públicas, como a hidráulica, a hidroelétrica, os sistemas de esgotos, novas ruas e avenidas. Edifícios públicos como a prefeitura⁴, escolas e praças também foram recorrentes. Impresso no mesmo edifício da prefeitura, exaltava especialmente a administração do Coronel Theodomiro Porto da Fonseca, longo no governo local.

Aliado de Getúlio Vargas, tornou-se prefeito de São Leopoldo em 1928. Participou da Revolução de 1930, sendo destacado por seu comando, foi membro e chefe local do Partido Republicano Liberal (PRL), e permaneceu à frente da prefeitura até dezembro de 1944. Em dezembro de 1945, já após o Estado Novo, concorreu e elegeu-se deputado pelo Rio Grande do Sul, o que lhe ga-

³ A cidade de São Leopoldo formou-se com a colonização alemã promovida pelo governo imperial nas terras da Feitoria Real do Linho Cãhama, nas margens do rio dos Sinos. A colonização provocou uma rápida concentração demográfica e impulsionou o crescimento de São Leopoldo, núcleo comercial e administrativo da colônia (RUCKERT, 2013).

⁴ O edifício da prefeitura foi inaugurado em 13/11/1940. A solenidade contou com a presença de Getúlio Vargas, Presidente da República, que veio acompanhado do Interventor de São Paulo, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, do Prefeito de Montevideo, além de diversas autoridades federais, estaduais e municipais (MOEHLECKE, 1998, p. 38).

rantiu ocupar assento na Assembleia Nacional Constituinte (ANC), na legenda do Partido Social Democrático (PSD).

A história local também é marcada pela influência e organização social da imigração alemã, com forte presença na vida industrial, religiosa e educacional do município (ARENDDT, 2011). No âmbito do ensino privado⁵, destacam-se jesuítas alemães e lideranças evangélico-luteranas na criação de instituições educacionais de longa história. Criadas entre 1826 e 1959, algumas delas ainda estão em pleno funcionamento.

Embora profícuo no ensino privado, o primeiro estabelecimento público estadual só foi criado em 1913. Autorizado pelo Decreto nº 1.917, de 20/01/1913, foi inaugurado oficialmente em 13 de maio, recebendo a denominação de Colégio Elementar de São Leopoldo. Iniciou suas atividades com aproximadamente 300 alunos, sendo classificado como colégio de primeira entrância. O espaço físico para as funções do ensino foi adaptado, transmitido através de escritura pública ao governo estadual em 20/12/1912. O edifício, que abrigava anteriormente uma fábrica de calçados de propriedade do Sr. Carlos Bier, estava situado na rua Independência, principal artéria da cidade, na esquina das ruas Conceição e Marques do Herval. Ali foram instalados o colégio elementar (antigo espaço fabril) e o foro da comarca (antiga residência dos proprietários).

A escola progrediu no tempo e no espaço, no entanto teve que transcorrer mais de 30 anos para que o desejo de construir na cidade um edifício escolar público à altura da sua importância se tornasse realidade. Em 1944, coroando a passagem do 16º aniversário do Coronel Theodomiro Porto da Fonseca à frente do governo municipal, foi realizada a cerimônia de lançamento da pedra fundamental do novo edifício do GEVSL. A festividade ocorreu no dia 21 de outubro e contou com a presença de Ernesto Dorneles, Interventor Federal do Rio Grande do Sul, acompanhado de comitiva de secretários estaduais, do Embaixador do Canadá, além de diversas autoridades municipais.

Ainda no mesmo mês de outubro, a direção da escola recebia um comunicado informando o início imediato da demolição do antigo edifício, e, em 12 de abril de 1947, uma reportagem no jornal *Correio de São Leopoldo* dava conta do término das obras, relacionando a demora de dois anos na conclusão ora à falta de mão de obra, ora à falta de materiais de construção. A reporta-

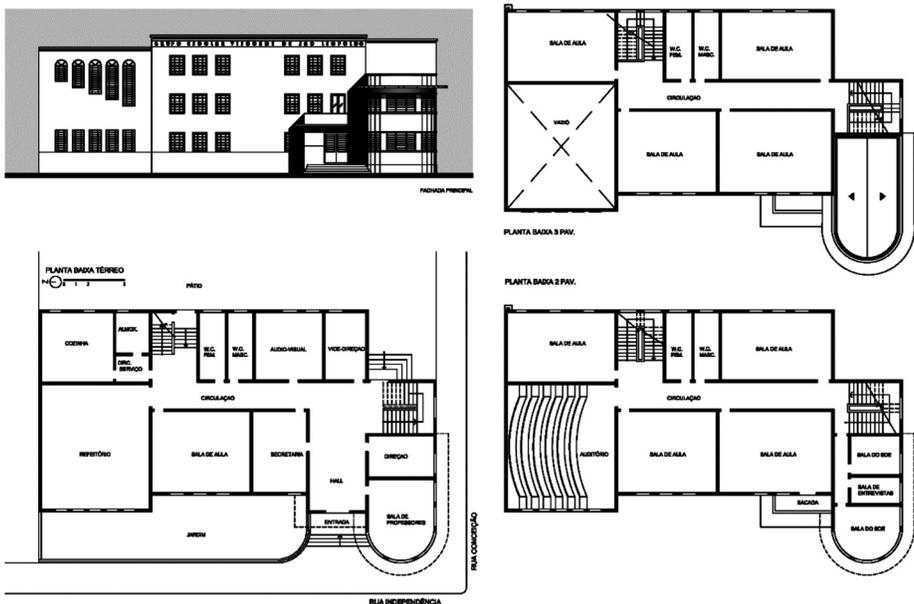
⁵ Instituto Rio Branco (1826), Colégio Nossa Senhora da Imaculada Conceição (1869-1911), Colégio São José (1872), *Neue Schule* (Escola Nova) (1880), Colégio São Luiz (1902), Escola Normal Evangélica (1926 a 1966), Colégio Sinodal (1936), Escola Técnica do Comércio (1940), Colégio Concórdia (1959) (ARENDDT, 2011).

gem também registrava a logística que manteve em funcionamento a escola durante esses dois anos, quando menciona que o grupo escolar funcionou precariamente em uma edificação alugada, próxima ao edifício em construção.

A localização do terreno para a construção do novo edifício era privilegiada. Um lote de esquina, em região nobre e de grandes dimensões, proporcionava uma visualização completa do novo marco arquitetônico da cidade. A proposta apresenta uma solução tipológica já testada e consagrada: volume compacto, com um corredor central ao longo do qual se distribuem as salas de aula, áreas de administração e serviços.

O edifício de três pavimentos possuía gabinete médico e dentário, biblioteca, refeitório e cozinha, além de um moderno anfiteatro com piso escalonado. Um enorme pátio de recreação em área intermediária unia o edifício escolar com o moderno ginásio de esportes. Com ampla capacidade de público, o galpão era flexível o suficiente para transformar-se em salão de atos, pois possuía um palco elevado para apresentações. Desde 1945, quando se erguia imponente no terreno de esquina (Figura 1), o edifício recebeu uma única ampliação, que de tão bem proposta não descaracterizou o projeto original; na verdade, parece que sempre foi pensado daquela forma.

Figura 1: Fachada e plantas do GEVSL (1947)



Fonte: Reprodução do autor

Instalado definitivamente no prédio novo, por fim São Leopoldo contava com dependências e salas de aula de acordo com as últimas exigências da moderna pedagogia. A notícia do jornal *Correio de São Leopoldo* referencia o novo amanhã na educação pública “leopoldense”. Nesse aspecto e considerando a grande relevância que o espaço físico representa para a vida em sociedade, entendemos que a dimensão educacional adquiriu importância fundamental. É com essa perspectiva em mente que vamos entrar no GEVSL e começar a conhecer um pouco sobre a anatomia dos seus espaços educacionais.

Anatomia da dimensão educativa: os espaços escolares do GEVSL

A reforma na educação tinha intenções que extrapolavam o discurso e as questões relativas à modernidade dos prédios escolares. É sabido que, no âmbito do governo do Estado, a gestão Coelho de Souza promoveu um intenso movimento de reforma, concomitante com o processo de nacionalização do ensino, e envolveu quatro grandes dimensões: a) jurisprudência sobre educação; b) reestruturação da SESP/RS; c) desenvolvimento de políticas de expansão da rede pública de ensino – construção de escolas; d) orientação, supervisão e inspeção do trabalho escolar (QUADROS, 2006).

Em 1943, ao prestar contas de seu governo, Cordeiro de Farias registrava a construção de 33 novos edifícios. A localização privilegiou, por um lado, regiões de alta densidade demográfica e, por outro, zonas onde imperava uma forte concentração de escolas estrangeiras (especialmente teuto e ítalo-brasileiras). No domínio da SOP/RS, o governo registrava que, embora com reduzido corpo de engenheiros, conseguiu cumprir o encargo de elaborar projetos arquitetônicos, organizar concorrências e fiscalizar a execução de prédios rurais e grupos escolares urbanos (RIO GRANDE DO SUL, 1943).

Cabe ressaltar que nos interessa a expansão dos grupos escolares no Estado nos anos 1940, porém, neste texto nos concentramos no GEVSL, especialmente nos seus espaços educativos. Antonio Viñao Frago (2005) nos recorda que a análise do espaço escolar implica considerar aspectos como a sua morfologia ou estrutura, diferentes usos e funções e a sua organização ou relações existentes entre os seus diferentes espaços e funções. Para o autor,

Um dos elementos-chave na configuração da cultura escolar de uma determinada instituição educativa, juntamente com a distribuição e os usos do tempo, os discursos e as tecnologias da conversação e comunicação nela utilizados, é a distribuição e os usos do espaço, ou seja, a dupla configuração deste último como lugar e como território (...). Um lugar específico, com características determinadas, aonde se vai, onde se permanece umas certas horas de certos dias, e de onde se vem (VIÑAO FRAGO, 2005, p. 17).

Para acomodar todos os novos espaços educativos, as escolas cresceram, não apenas para cima, como também para os lados. Um tipo novo começou a proliferar no Rio Grande do Sul. Eram edifícios de até três andares, padronizados e classificados em função do número de estudantes, que acomodavam 250, 350, 500 ou 750 alunos. Até o momento, não foi possível a pesquisa no acervo da SOP/RS que possibilitaria a confirmação da apropriação de diretrizes e/ou orientações determinantes para um novo modelo de prédio escolar. Não estando concluído o levantamento, opta-se por tratar neste texto das primeiras impressões.

Se tivéssemos que resumir tudo em uma única frase, poderíamos dizer que o espaço educativo moderno busca, através de suas amplas janelas, mostra-se “para fora”, “revelando uma pedagogia que defendia uma educação aberta para a sociedade” (GONÇALVES, 2012). Essa dimensão ganha visibilidade a partir do acesso principal do GEVSL, localizado ao lado do volume curvo da esquina. Apesar de discreto, estabelece um marco na fachada, colaborando na distribuição e organização dos ambientes. Há, ainda, outros dois acessos secundários que fazem conexão com o pátio e também atuam como entrada de serviço.

O perímetro da edificação é bastante recortado, salientado pelo volume curvo que se projeta na esquina, embora a estrutura formal possa ser identificada a partir de forma geométrica de um retângulo. O bloco é sólido e ancorado ao solo, e o sistema construtivo utilizado (parede portante) não permite grande integração interior x exterior, ainda que o ritmo das janelas seja bem marcado. Ao ser concebido como um volume único, os espaços foram adequados à sua forma e os setores possuem rígidas separações (também condicionado pelo sistema construtivo).

Os espaços internos revelam ambientes sem variações de altura, com exceção do auditório, que possui pé-direito duplo e pode ser identificado externamente pelo ritmo das esquadrias em diferentes alturas. A integração dos ambientes acontece especialmente pelos núcleos de circulação vertical. O principal, localizado junto ao *hall* do vestíbulo e acesso secundário, possui uma grande esquadria com vidros, onde o balé do ir e vir de alunos pode ser visto da rua. A outra volta-se ao pátio da escola próximo do acesso secundário.

No volume curvo, junto ao pavimento térreo situa-se a sala dos professores. Em frente está a secretaria, e numa posição privilegiada está a sala da direção. Com este arranjo, o pavimento abriga os espaços destinados às atividades administrativas e educativas num sentido mais amplo, enquanto que os andares superiores concentram as atividades de ensino. Tal disposição permite um controle mais imediato de pessoas estranhas, pois ali circulam indivíduos não diretamente envolvidos com o ensino (BUFFA; PINTO, 2002).

Os espaços localizados no segundo e terceiro pavimentos compunham a área reservada às atividades de ensino. Ali se buscam o silêncio e a disciplina, necessários à aprendizagem (BUFFA; PINTO, 2002). As salas de aula se aproximam da forma retangular, em grande medida condicionada pelo sistema construtivo. O tipo de organização – salas de aula com o corredor central – procura uma inter-relação entre as unidades e segue o princípio da ventilação e iluminação natural para todos os espaços, ainda que, no GEVSL, a solução não permita a ventilação cruzada devido à posição desalinhada das portas de acesso e à ausência de aberturas elevadas voltadas para o corredor.

Localizado no segundo pavimento, o anfiteatro, com pé-direito duplo e piso escalonado, era outra grande novidade para as práticas do “saber pedagógico moderno” (GONÇALVES, 2012). Com uma arquibancada executada em madeira e mobiliário no mesmo tom, esse ambiente se configura como um espaço digno para receber as mais diversas atividades. E, quando a ocasião o exigia, o moderno ginásio de esportes destinado às práticas de educação física era flexível o suficiente para constituir-se em salão de atos para apresentações, formaturas e outras solenidades cívicas e/ou do cotidiano escolar.

Como podemos observar, as novas proposições pedagógicas redefiniram o programa escolar, passando a contar com gabinete médico e dentário, cozinha, refeitório, anfiteatro e ginásio para práticas de educação física. Em outras palavras, o discurso educacional apontava para uma nova perspectiva para a arquitetura escolar (GONÇALVES, 2012). Embora seja um tanto difícil dizer exatamente qual a linguagem arquitetônica do edifício do GEVSL, certamente o prédio pode ser colocado entre os exemplares da linha racionalista, os quais levavam em conta critérios como simplicidade, padronização e economia, seguindo os ideários da arquitetura moderna. A valorização do equilíbrio compositivo, os princípios de ventilação e iluminação natural que orientavam a nova arquitetura estão presente na proposta, embora, do ponto de vista do conforto ambiental, a implantação tenha sido malsucedida, pois a fachada principal volta-se a oeste.

Considerações finais

As reformas educacionais moldaram a arquitetura dos grupos escolares no Rio Grande do Sul. Concepções arquitetônicas, discursos modernizantes e proposições pedagógicas resultaram na expansão da rede escolar pública, configurando-se esse conjunto edificado em um patrimônio que merece ser reconhecido e preservado. Por isso, a importância desta discussão a respeito do primeiro grupo escolar construído no município de São Leopoldo/RS. A instituição, com mais de 100 anos e ainda em funcionamento, passou por diver-

sas fases. Em um primeiro momento, quando se denominava Colégio Elementar, (1913 a 1937), é reconhecido pela criação e implantação da instituição no cenário municipal.

Posteriormente, a partir de 1944, quando já era denominado Grupo Escolar Visconde de São Leopoldo, é especialmente valorado pela concretização das políticas de expansão da rede de ensino estadual. Tal valorização é marcada pela inserção do novo marco arquitetônico da cidade, um reconhecimento que pode ser traduzido pela presença das mais altas autoridades estaduais na solenidade de lançamento da pedra fundamental ou na visita oficial para conhecer as novas instalações.

O edifício do GEVSL foi, provavelmente, bastante inovador dentro de uma área central da cidade onde se concentravam construções do final do século XIX. Com formas predominantemente geométricas, destaca-se a saliência do volume curvo, bastante difundida entre os edifícios escolares públicos da época. Ainda quanto à arquitetura, evidenciamos neste edifício uma aproximação aos conceitos da arquitetura moderna, ainda que a organização espacial contemple um bloco compacto, ancorado ao solo e articulado por salas de aula dispostas com circulação central.

A arquitetura original foi ampliada, entretanto esse crescimento vertical não descaracterizou o edifício. Internamente os espaços destinados ao ensino, direta ou indiretamente, ganham novos contornos na busca da linguagem moderna e das recomendações construtivas e pedagógicas. Nesse sentido, os grupos escolares difundidos pelo país a partir da produção paulista e carioca dos anos 1930/40 revelam possíveis semelhanças com elementos de composição do GEVSL. São eles: a) implantação em terreno de esquina, valorizando o marco arquitetônico; b) edifício de até três pavimentos, com porão para elevar o prédio (monumentalidade); c) uso de formas predominantemente geométricas; d) uma aproximação à arquitetura moderna.

É possível perceber a inclusão de aspectos modernos, como a caixilharia de ferro do volume da escada e do auditório, salas de aula amplamente iluminadas, vestiários, gabinete médico e odontológico e auditório. Também foi possível identificar alguns aspectos que nos permitiram estabelecer outras aproximações, como a proposta de uma educação integral e o papel político e social que a escola representava no âmbito do Estado e das cidades.

Referências

ARENDDT, I. C. História da educação no Rio Grande do Sul e em São Leopoldo. In: ARENDDT, I. C.; WITT, M. A. (orgs.). **Pelos caminhos da Rua Grande**, história(s) da São Leopoldo republicana. São Leopoldo: Oikos, 2011. p. 101-116.

BENCOSTTA, M. L. A. Arquitetura e espaço escolar: reflexões acerca do processo de implantação dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903-1928). **Educar em Revista**, Curitiba, n. 18, p. 103-141, jul./ dez. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n18/n18a08.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2020.

BONEMY, H. M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, D. (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 137-166.

BUFFA, E.; PINTO, G. A. **Arquitetura e educação**: organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas 1893-1971. São Carlos: Brasília: EdUFSCar, INEP, 2002. 174 p.

CONSTRUÇÕES escolares no Estado do Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 6, p. 422-428, dez. 1944. Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/1027/766>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

FARIA FILHO, L. M.; VIDAL, D. G. Os tempos e os espaços no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 14, p. 19-34, maio/ago. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a03>>. Acesso em: 08 jan. 2020.

GONÇALVES, R. C. A arquitetura como uma dimensão material das culturas escolares. In: SILVA, V. L. G.; PETRY, M. G. (orgs.). **Objetos da escola**: espaços e lugares de construção de uma cultura material escolar (Santa Catarina – séculos XIX e XX). Florianópolis: Insular, 2012. p. 27-62.

MOEHLECKE, G. O. **São Leopoldo, obras e iniciativas públicas**. São Leopoldo, 1998, 200 p.

PANDOLFI, D. (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

QUADROS, C. **Reforma, ciência e profissionalização da educação**: o Centro de Pesquisas e Orientações Educacionais do Rio Grande do Sul. 2006. 312 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2006. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/8911>>. Acesso em: 08 jan. 2020.

RIO GRANDE DO SUL. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Dornelles Vargas, DD. Presidente da República, pelo General Osvaldo Cordeiro de Farias, Interventor Federal no Estado do Rio Grande do Sul durante o período de 1938-1943**. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1943. Disponível em: <<http://memoria.org.br/pub/meb000000512/relatorioaprese193843riog/relatorioaprese193843riog.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

RUCKERT, F. Q. Leituras da História do Saneamento na cidade de São Leopoldo, RS. **Revista Aedos**, n. 12, v. 5, p. 229-242, jan./jul. 2013. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/aedos/article/viewFile/37289/26767>>. Acesso em: 06 maio 2014.

SEGAWA, H. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. 3. ed. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2014.

SILVA, F. C. T. **Cultura escolar**: quadro conceitual e possibilidades de pesquisa. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 201-216, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a13n28.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2020.

SOUZA, R. F. Espaço da educação e da civilização: origens dos grupos escolares no Brasil. In: SAVIANI, D. *et al.* **O legado educacional do século XIX**. 2. ed. Araraquara: Unesp, 1998. p. 35-84.

VIÑAO FRAGO, A. Historia de la educación y historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, n. 0, 1995, p. 63-82. Disponível em: <http://anped.tempsite.ws/novo_portal/rbe/rbedigital/RBDE0/RBDE0_06_ANTONIO%20VINA0_FRAGO.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2020.

VIÑAO FRAGO, A.; ESCOLANO, A. **Currículo, espaço e subjetividade**: a arquitetura como programa. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

VIÑAO FRAGO, A. Espaços, usos e funções; a localização e disposição física da direção escolar na escola graduada. In: BENCOSTTA, M. L. (org.). **História da educação, arquitetura e espaço escolar**. São Paulo: Cortez, 2005.

XAVIER, L. N. Universidade, pesquisa e educação pública em Anísio Teixeira. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 669-682, abr./jun. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702012000200017&script=sci_arttext>. Acesso em: 08 jan. 2020.

Grupo Escolar Maria das Neves Marques Petry – Novo Hamburgo/RS (1942)

Paulo Daniel Spolier

Introdução

Este texto tem como finalidade ser a porta de entrada para outros estudos.

Aqui é importante frisar que a trajetória deste autor como historiador do Arquivo Público Municipal de Novo Hamburgo tem como norte, desde sempre, abrir possibilidades de pesquisa para que temas diversos sejam abordados.

Para tanto, a divulgação do acervo institucional é imprescindível. Publicizar a documentação através de pequenos textos históricos foi uma das estratégias que encontramos, enquanto equipe, para ampliar a visibilidade da instituição e consolidar o Arquivo Público como referência de pesquisa e proteção da memória local.

Um estudo sobre a história da professora Maria das Neves Marques Petry já estava em pleno andamento quando do generoso convite para integrarmos esta obra sobre grupos escolares. A estruturação deste artigo parte, portanto, de uma pesquisa biográfica que vem ao encontro do que se propõe esta publicação, na medida em que podemos elencar inúmeros momentos em que a trajetória pessoal da professora se confunde com a formação do Grupo Escolar que leva o seu nome.

A historiografia tradicional tratou, de forma generalizada, de “grandes homens” que protagonizaram “grandes feitos”. Num mundo em que mulheres, negros, LGBTQI+ e outras minorias sociais têm seu *status* social marcado pela subserviência e opressão, a visibilidade feminina (ainda) é um desafio que se descortina para historiadores e historiadoras.

O município de Novo Hamburgo tem, como a imensa maioria das municipalidades brasileiras, sua história contada “por homens” e “para homens” – pertencendo também a um mundo em que o pensar, o poder de decisão ou mesmo o mundo das ideias são voltados a um padrão hegemônico de masculinidade heterossexual, branca e cisgênero.

Numa cidade que, desde sempre, apontou como principais elementos de sua narrativa o trabalho e o empreendedorismo, Novo Hamburgo também

segue o modelo acima mencionado nas histórias de suas principais personalidades masculinas: comerciantes, industrialistas, negociantes, políticos e esportistas homens dividem o espaço consagrado tradicionalmente para os “destacados” da cidade.

Uma análise das fontes da hemeroteca do Arquivo Público Municipal de Novo Hamburgo nos traz um pouco desta realidade, apontando, justamente, as exceções à regra nos destaques a empreendedoras femininas.

O álbum comemorativo ao centenário da imigração alemã, de 1924, traz diversas peças publicitárias exaltando a indústria e o comércio do então Segundo Distrito de São Leopoldo. Entre tantas indústrias e casas comerciais, a Cartonagem da Viúva Catharina Poisl aparece como um dos poucos estabelecimentos com direção feminina explícita no Vale do Sinos (ERINNE-RUNGS..., 1924).

Após a morte do marido, o professor Maurício Poisl, a viúva alugou o prédio onde anteriormente funcionara a Escola Evangélica de Hamburgo Velho (*Schulhaus*) e que, naquele momento, pertencia ao industrialista Guilherme Ludwig. Apoiada pelo filho Arno Poisl e seus irmãos menores, Catharina instalou no local uma fábrica de caixas e embalagens de papelão para abastecer as indústrias da ascendente economia coureiro-calçadista.

Entretanto, o caso Catharina Poisl é uma gota num grande oceano de fontes referentes a homens de negócios e suas façanhas.

Nas páginas da imprensa local nas décadas de 1920 e 1930, não raro à mulher é reservado o papel de auxiliar, de adorno. “A Srt^a Idi Bernd, esposa do Sr. Hugo Bernd e ornamento da melhor sociedade novohamburguense”, descrevia a revista *Tribuna Ilustrada* de maio de 1927.

A participação feminina na vida dos “grandes homens” era pautada pelo *backstage*, agindo nos bastidores. São mães de família divididas entre as atividades domésticas, a maternidade e a vida social da elite local, sempre devidamente acompanhadas pelos maridos ou por outras mulheres de seu meio – pois apenas assim conseguiam credibilidade e respeito diante dos demais.

No caso das mulheres pobres, as fontes mais frequentes encontram-se, justamente, no Livro de Queixas do Segundo Distrito de São Leopoldo, ou seja, nas ocorrências policiais: são mulheres pobres, geralmente negras ou pardas, agredidas ou acusadas de agressão mediante defesa contra homens ou outras mulheres ou envolvidas em litígios familiares ou de vizinhança. Estas “queixosas e valentes” são, muitas vezes, invisibilizadas nos registros, já que estão registradas em “ocorrências nas quais, muitas vezes, o nome delas não aparece, sendo identificadas como ‘a mulher de’, ou ‘a viúva de’” (MAGALHÃES; SCHEMES; ARAÚJO, 2013).

A professora Maria das Neves Marques Petry

É nesta conjuntura de consolidação republicana do início do século XX que, na localidade rural de Taimbé, em Lomba Grande, a jovem Maria das Neves Marques deu início à sua vida profissional, em uma das poucas carreiras em que as mulheres eram admitidas (ou toleradas) à época: o magistério.

Uma das crenças ilusórias que o imaginário republicano brasileiro entreteceu e que se estendeu ao século XX foi a fé do liberalismo no poder da escola. Como baluarte da concretização dessa crença erigiu-se um outro emblema: a destinação vocacionada feminina para educar a infância. Essa imagética, que se estruturou nos finais dos oitocentos e persistiu ao longo do século XX, estava voltada principalmente para um simbolismo atávico ancorado no potencial de redenção pela pureza e amor ao próximo, atributos dos quais as mulheres eram/são possuidoras, e teve o efeito de maximizar a importância feminina na educação escolar (ALMEIDA, 2004).

Investigar a vida da professora Maria das Neves Marques só foi possível pelo cruzamento de informações constantes na documentação do Arquivo Público Municipal de Novo Hamburgo e na Escola Estadual de Ensino Fundamental Maria das Neves Petry, localizada no bairro Industrial e batizada em sua homenagem. Mais do que uma biografia, este texto tem por pretensão analisar, nos limites que o fôlego nos permite, a trajetória da professora Maria das Neves relacionada às mudanças a que foi submetida a estrutura da escola pública na primeira metade do século XX.

Ingressando no magistério por volta de 1907, com cerca de 20 anos, a jovem professora assumiu a “26ª Aula Mixta do Taimbé”, em Lomba Grande, onde ficou até 1914. A escola, que funcionava nas dependências da casa da família da professora, foi o embrião da atual EMEF Bento Gonçalves, constituindo um anexo da mesma por muito tempo (SOUZA, 2015).

Um livreto com a biografia de Maria das Neves Petry foi publicado por ocasião do falecimento da Professora, em 05 de março de 1960, organizado pelo marido, Leopoldo Petry, e pela filha Therezinha Petry de Andrade, o qual possui informações biográficas e familiares sobre a vida da docente.

Maria das Neves Marques nasceu na localidade de Taimbé, Lomba Grande, então município de São Leopoldo, em 05 de julho de 1887. Filha de Pedro Antônio Marques e Constantina Marques, ambos agricultores, herdou do pai o sobrenome que o mesmo havia adotado em homenagem ao padrinho que o criou desde criança (PETRY; ANDRADE, 1960). Maria se casou, em 1914, com o viúvo e também professor Leopoldo Petry, cinco anos mais velho. Com Petry, teve seis filhos: Leopoldo Marques Petry, industrialista radicado em Araranguá, Santa Catarina, casado com Vera Hack; Pedro Marques Petry, ca-

sado com Rosinha Rocha, contador; Hedwig Petry Taegtow, casada com Egon Taegtow; Terezinha Petry Andrade, professora, casada com Agenor Andrade; Luiza Petry Friedrich, professora estadual, casada com Níveo Friedrich, advogado e prefeito de Novo Hamburgo entre os anos de 1964 e 1969; e Otilia Alice Marques Petry, religiosa radicada em Roma, através da Congregação das Irmãs de Santa Catarina, ocupando o posto de Vice-Superiora Geral da congregação (SANTOS, 2016).

Maria das Neves cursou o primário na escola da professora Maria Joaquina Barcellos de Paula, em São Leopoldo, tendo aulas particulares com a mesma professora até 1905, quando realizou concurso para o magistério estadual, obtendo aprovação e sendo lotada para reger uma aula no 2º distrito de Soledade, o que não aceitou, devido à distância. Em agosto de 1907, foi designada para a aula mista do Taimbé, lugar onde nasceu e em que ficou até o final de 1913.

Por conta do casamento, em fevereiro de 1914, através de Apostila Estadual referente à transferência de servidores, a professora Maria das Neves foi transferida da 26ª Aula para a 33ª Aula, localizada na Várzea do Rio dos Sinos, ainda no Segundo Distrito de São Leopoldo (Novo Hamburgo), mais próxima à propriedade da família do marido.

O marido de Maria das Neves, Leopoldo Petry, foi o grande intelectual da oficialidade de Novo Hamburgo na primeira metade do século XX. Não há estudo histórico, estatístico, econômico, geográfico ou sociológico do município que vise abranger esse recorte temporal que escape da consulta de sua monografia “O município de Novo Hamburgo”, cuja primeira edição saiu em 1944, tendo diversas reedições até a década de 1960. Secretário da intendência de São Leopoldo, titular da Coletoria Federal em Novo Hamburgo, tornou-se o primeiro prefeito eleito do novo município, em 1927, representando republicanos e católicos, numa chapa em que luteranos e federalistas ficaram à frente da vice intendência sob a liderança de Guilherme Ludwig, num acordo elaborado pelo intendente provisório e nome mais relevante da política hamburguense à época, Cel. Jacob Kroeff Neto (GERTZ, 2002). Durante a década de 1940, encontramos Petry na função de Oficial do Registro de Imóveis de Novo Hamburgo (O 5 de Abril, 02/10/1942), função vinculada aos alinhamentos políticos federal, estadual e municipal. Por influência de seu sobrinho, o médico Wolfram Metzler, Petry tentou alçar voos pelo Partido de Representação Popular (PRP), herdeiro do movimento integralista, durante a década de 1950, sendo eleito vereador em 1952. Católico fervoroso, fez parte da comissão organizada para angariar fundos e fiscalizar as obras da nova igreja católica de Novo Hamburgo, em 1924, junto a nomes como Pedro Adams Filho e Pedro Alles (SANTOS, 2017).

Ao lado de Petry, com certeza um dos grandes personagens das tramas políticas locais nas décadas de 1920, estava Maria das Neves: exercendo as funções de mãe, professora e esposa de uma das principais personalidades locais, Maria das Neves teve uma carreira consolidada no magistério local, infelizmente pouco lembrada na historiografia recente do município de Novo Hamburgo.

Um dos fatos curiosos verificados na análise da documentação referente à vida profissional da professora Maria das Neves é que, mesmo depois de casada, seus diários de classe são assinados como “Maria das Neves Marques”, seu nome de solteira. Conscientemente ou não, é um registro que denota protagonismo e autonomia de uma mulher frente ao homem público com quem era casada.

Junto à “33ª Aula Isolada do Matadouro Kroeff”, com pequenas férias durante as mais de três décadas em que ali esteve, a professora Maria das Neves Marques fez História consolidando localmente um modelo de escola que encontra sua origem ainda no Brasil Império.

No Ato 28, de 20 de fevereiro de 1882, o Diretor-Geral de Instrução Pública, Dr. Adriano Nunes Ribeiro, organizou a distribuição das escolas públicas de instrução primária na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. No município de São Leopoldo foram listadas dez escolas de acordo com sua localização: Cidade (duas escolas, uma masculina e uma mista), Margem do Rio do Sinos (*Neustadt*), Teutônia Velha, Sapucaya, Lomba Grande (escola do professor Henrique Meyer), Piedade, Estação Novo Hamburgo, São Miguel e Bom Jardim (SCHNEIDER, 1993).

Desta forma, podemos verificar que na área do atual município de Novo Hamburgo existiam, ao final do século XIX, a escola de Lomba Grande, a da Piedade (Hamburgo Velho, naquele momento sob a tutela do professor Francisco Xavier Müssnich, vindo “da Teotônia”), da Estação de Novo Hamburgo (D. Maria Camilla de Castro) e a escola localizada “na Margem” ou *Neustadt* (Cidade Nova), cuja titularidade estava com a professora Cecília Du Pasquier, transferida de São José do Hortêncio.

Da mesma forma que a 26ª Aula Mista, a 33ª Aula Isolada do Matadouro Kroeff possuía como corpo docente uma só professora, que trabalhava com todos os alunos concomitantemente, independentemente de seu nível de desenvolvimento ou qualquer outra particularidade. Esta estrutura, mesmo com a criação dos colégios elementares pelo Presidente da Província, em 1909, permaneceu inalterada até a Era Vargas: uma sala, uma professora e um grupo de alunos.

O Matadouro Kroeff a que se refere a escola tem origem na pensão e açogue que o imigrante Jakob Kroeff e seu filho homônimo, oriundos de

Merl, região do Palatinado, montaram na pequena povoação de Hamburgerberg na segunda metade do século XIX. Situado a meio caminho entre as estações ferroviárias de São Leopoldo e Novo Hamburgo, o Matadouro Kroeff se destacou como ponto de referência da região onde estava inserida a 33ª aula, sendo essa sua nomenclatura oficial durante muito tempo. Com os recursos levantados no comércio e a experiência com o trato da carne, os Kroeff se capitalizaram e ampliaram seus negócios. Jacob Kroeff Filho, casado com Maria Tereza Steigleder, fundou o Matadouro Kroeff & Wiltgen, em 1912, expandindo o comércio de carne com a criação de gado em estâncias nos campos de cima da serra. Concomitantemente ao poder econômico, Jacob Kroeff Filho consolidou o poder político da família. Em 1891, foi nomeado Tenente-Coronel da Guarda Nacional, sendo eleito deputado estadual dois anos depois (LUZ, 2020).

Tal poder político naturalmente trouxe benefícios ao empreendedor Kroeff. A via férrea entre São Leopoldo e Novo Hamburgo, inaugurada em 1876, ganhou um ramal exclusivo para o embarque de gado e carne no matadouro da família, o *Desvio Kroeff*. Para a instrução da família e do pequeno núcleo de pequenas propriedades que rodeavam seu matadouro e a sua residência, Jacob K. Filho contratou um professor que passou a lecionar para seus filhos e para os vizinhos. Entre os filhos, destacamos Jacob Kroeff Neto, figura central do movimento emancipacionista local. Entre as crianças da vizinhança que compartilharam da escola montada pelos Kroeff estava o filho do casal Bárbara Lorscheiter e Pedro Petry, que possuíam um pequeno moinho nas redondezas, Leopoldo Petry (SANTOS, *op. cit.*).

Desta forma, a transferência e permanência de Maria das Neves na 33ª aula do Matadouro Kroeff pode ser encarada como uma trajetória “natural” dentro do contexto político e familiar em que estava inserida.

A escola do Matadouro Kroeff funcionava no local onde hoje está a esquina da rua Antonio Carlos Kroeff com a Avenida Pedro Adams Filho, na região conhecida como Vila Kroeff, no bairro Santo Afonso, bem próxima à residência da professora. Analisando os livros de chamada da escola, entre os anos de 1914 e 1927, a 33ª aula teve uma média anual de 51 alunos, segundo a contagem feita nos livros de registro presencial que estão no Arquivo Público Municipal de Novo Hamburgo.

Figura 1: A 33ª Aula mista do Matadouro Kroeff (1920).
À direita, a professora Maria das Neves Marques Petry



Fonte: Acervo da E.E.E.F. Maria das Neves Marques Petry

Durante o ano de 1918, o Brasil foi assolado pela gripe espanhola. Estima-se que cerca de 30.000 pessoas tenham sido vitimadas pela pandemia, entre elas o Presidente Rodrigues Alves, já em 1919. A 33ª Escola Isolada do Matadouro Kroeff, em virtude da doença, teve suas aulas suspensas em novembro de 1918, antecipando o fim do ano letivo, só retornando em março do ano seguinte. A medida não foi uma ação isolada em Novo Hamburgo:

Foram instalados na cidade três hospitais de emergência: dois na Sociedade Atiradores de Novo Hamburgo e Hamburgo Velho, e um no Colégio São Jacó o serviço de enfermagem foi prestado pelas irmãs do Colégio Santa Catarina e pelos irmãos maristas. A cidade teve aproximadamente 300 casos da gripe e 20 mortes decorrentes dela. A cidade toda se envolveu durante e depois de debelada a epidemia, com contribuições ao governo municipal para o auxílio das despesas (SCHEMMES, 2006, p. 349).

O registro da professora no caderno de chamadas no início do mês de novembro de 1918 informava que “Devido a epidemia reinante nesta epocha

foi decretado pelo benemérito Governo do Estado fechar a aula supra no começo do mês de novembro do c. Anno.” (LIVRO DE REGISTRO DE PRESENÇA...).

No início do ano seguinte, entre março e agosto de 1919, a professora Maria das Neves assumiu a 38ª aula mista de *Neustadt*, próximo ao atual bairro Rio dos Sinos, em São Leopoldo, à qual ela também se refere como 38ª aula mista do Rio do Sinos, retornando após este período ao Matadouro Kroeff.

O grupo escolar da Vila Industrial

Durante a Era Vargas e o processo de nacionalização, as escolas da região colonial se tornaram alvo prioritário para as reformas a que o projeto varguista se propunha na construção de uma identidade nacional livre de “quistos étnicos” e “quintas-colunas”, nas palavras do chefe de polícia do Rio Grande do Sul entre 1938 e 1943, delegado Aurélio da Silva Py.

Entre as medidas modernizantes orquestradas pelo poder central, a instalação de Grupos Escolares, reunindo escolas isoladas que existissem num determinado raio geográfico, veio a inserir a 33ª Escola Isolada do Matadouro Kroeff numa nova conjuntura, tanto organizativa, quanto administrativa e pedagógica no cenário educacional do período getulista.

O Grupo Escolar foi uma tentativa de modernizar o sistema educacional, tendo como modelo a escola seriada, com a divisão mais homogênea possível dos alunos a partir de faixa etária e níveis de aprendizado. No Rio Grande do Sul, os grupos escolares aglutinaram várias escolas isoladas numa só instituição, a qual, em vez de uma só mestra para todos os alunos, equipou-se de um corpo administrativo, com um professor para cada sala, direção e funcionários para o bom funcionamento do educandário.

No caso do Grupo Escolar da Vila Industrial, criado pelo decreto estadual 474, de 7 de janeiro de 1942, foram fundidas as escolas isoladas do Matadouro Kroeff e do Matadouro Provenzano (na área do atual bairro Ouro Branco), ficando o corpo administrativo a cargo da diretora Maria das Neves Marques Petry e das professoras Elgin Maria Kroeff, Eny Santos Moog Ott e Maria Selly Silveira Goulart (E.E.E.F. Mª DAS NEVES, 1989).

O novo prédio, construído ainda em 1941 pela construtora Breidembach & Mosmann ao custo de Cr\$70.000,00 (setenta mil cruzeiros), fazia parte de uma padronização utilizada em todo o território brasileiro nesse tipo de construção, possuindo secretaria, vestiário, quatro salas de aula, instalações sanitárias e pátio para recreio. Na placa metálica alusiva à inauguração do educandário, ainda fixada ao prédio da escola, pode-se ler:

Este prédio foi construído pelo GOVERNO FEDERAL com a cooperação do GOVERNO do ESTADO e do MUNICÍPIO, sendo Presidente da República o Ilmo. Snr. Dr. GETÚLIO VARGAS – Ministro da Educação o Dr. GUSTAVO CAPANEMA – Interventor Federal o Cel. Dr. O. CORDEIRO DE FARIAS, Secretário da Educação o Dr. COELHO DE SOUZA, Secretário de Obras Públicas o Eng.º Civil MEIRELLES LEITE e o Prefeito Municipal o Sr. ODON CAVALCANTI C. MONTEIRO. R G do SUL 1941.

Ao que parece, a nomeação de Maria das Neves Petry como diretora do novo grupo escolar foi parte de um processo de reconhecimento pelo seu trabalho frente à pequena escola do Matadouro Kroeff, já que, em 1942, a professora teve sua aposentadoria aprovada. Em seu lugar à frente do Grupo Escolar da Vila Industrial assumiu a direção a professora Dejanira L. Vieira, a qual foi sucedida, entre outras, pela professora Luiza Petry Friedrich, filha da professora Maria das Neves Petry (PETRY, 1959); por Rafaela Machado Bueno, que sob sua direção inaugurou a Biblioteca Hans Behrend, em 1961; pela professora Iris Sauer, a qual ficou à frente da escola entre o fim de 1961 até janeiro de 1982, quando se aposentou. Em março de 1981, a professora Maria Gorete Fett foi nomeada diretora, ficando no cargo até 1991.

Após a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados, a circulação dos cidadãos com ascendência germânica foi restrita em todo território nacional. Elementos “suspeitos” necessitavam de um salvo-conduto expedido pela polícia para andarem na rua. Mesmo não tendo ascendência germânica direta e sendo reconhecida como uma das mais longevas professoras do município, Maria das Neves era casada com um Petry – que, além de ascendência alemã, tinha envolvimento com a Ação Integralista Brasileira, agora inimiga do Estado Novo – e isso já era motivo para o cerceamento de seu direito de ir e vir. No salvo-conduto de Maria das Neves Petry, expedido em 28 de janeiro de 1943 para uma suposta viagem a São Paulo, além da filiação, idade, foto e endereço, constava a observação de que “viajam duas filhinhas menores em sua companhia”.

Aposentada, Maria das Neves seguiu dando sustentação à vida política e familiar do marido, além das atividades ligadas à igreja católica. Num trecho de seu diário, endereçado à caçula Luiza e datado de 1947, transcrito pela filha Therezinha em homenagem póstuma veiculada pelo jornal “O 5 de Abril”, percebe-se o dilema da mãe trabalhadora que, apesar de pertencer à “boa sociedade” hamburguense, divide seu tempo entre a carreira no magistério e o papel de mãe e esposa:

10/04/1947 – 01h30min

Meu nenê:

(...) De noite, quando choravam, eu acendia a luz e ficava bastante tempo com eles no colo, pois como dava aula durante o dia, não me era possível segurá-los muito tempo, embora esse fosse o meu maior prazer (O 5 de Abril, 06/05/1960).

No ano de 1948, durante a celebração do Dia do Professor, realizada na Sociedade Ginástica de Novo Hamburgo, foi feita uma homenagem à pioneira Maria das Neves Petry, reunindo boa parte do corpo docente municipal. Com a presença do prefeito Carlos Armando Koch, foram feitos discursos pelo inspetor-geral do Colégio São Jacó, Alfredo Dias; pelo Sr. Carlos Luis Poisl, representando a Associação dos Antigos Alunos dos Irmãos Maristas; pelo Sr. Alfredo Marotzki, que “agradeceu, em nome dos professores, a expressiva homenagem”. Representando a Escola Normal Santa Catarina, uma aluna saudou o magistério, entregando um buquê de flores à homenageada.

Grupo Escolar Maria das Neves Marques Petry

Em 1960, quando da morte da professora, por indicação dos vereadores Eugênio Nelson Ritzel, Alcino Marks e Carlito Klein, o Grupo Escolar da Vila Industrial passou a ser denominado “Grupo Escolar Maria das Neves Marques Petry” (NOVO HAMBURGO, Indicação 50/1960).

A Vila Industrial, hoje bairro, como o nome já diz, foi território de expansão fabril durante as décadas de 40 e 50, quando as empresas dividiam espaço com as plantações de eucalipto e acácia-negra, que se estendiam até a divisa com São Leopoldo.

Um parque industrial foi se estabelecendo de forma mais incisiva na região durante a década de 1960 e a expansão da exportação de calçados. Por conta disto, os operários dessas empresas e os migrantes que chegavam em busca de oportunidades foram se estabelecendo em terrenos próximos, formando conglomerados de habitações precárias, notadamente junto à margem direita do arroio Luiz Rau.

Figura 2: Solenidade de renomeação da escola: Grupo Escolar Maria das Neves Petry. Ao centro, a foto da professora. À direita do retrato, a filha Luiza, o genro Níveo Friedrich e o marido Leopoldo Petry (com echarpe clara)



Fonte: Acervo da E.E.E.F. Maria das Neves Marques Petry

O jornal NH de 11 de abril de 1973 traz uma reportagem sobre a ocupação de terrenos nas proximidades da fábrica de tintas Killing, junto à Avenida Primeiro de Março, na vizinhança da escola, com um título revelador: “Os casebres já estão surgindo. Está nascendo uma favela na 1º de Março”. No decorrer dos anos, toda a várzea do Luiz Rau terminou sendo ocupada de forma desordenada, surgindo ali a Vila Marte, um dos pontos que ainda carecem de medidas de urbanização urgente no município de Novo Hamburgo.

Durante dois anos, entre 1967 e 1969, funcionou nas dependências da escola também um anexo do Colégio Estadual 25 de Julho, o qual deu origem, em 1969, a outra escola estadual, curiosamente nomeada Escola Estadual Leopoldo Petry, falecido em 1966. A escola, situada na Rua Rivera, distante um quilômetro na direção sul do Grupo Escolar Maria das Neves Petry, desde 2001 se chama E.E.E.F Ayrton Senna do Brasil.

A Escola Maria das Neves Petry, durante as últimas cinco décadas, foi referência para a comunidade do bairro Industrial e, também, para parte do bairro Liberdade. No ano de 2018, a escola contava com 186 alunos, divididos em nove turmas de primeiro ao nono ano do Ensino Fundamental, atendidos por um corpo docente formado por dez professores, uma coordenação pedagógica, direção e vice-direção.

Referências

A TRIBUNA ILLUSTRADA. Anno I, nº 10. Porto Alegre, maio de 1927.

ALMEIDA, J. S. As professoras do século XX: as mulheres como educadoras da infância. In: **Anais do III Congresso Brasileiro de História da Educação**, 2004. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/28652073-As-professoras-no-seculo-xx-as-mulheres-como-educadoras-da-infancia-1.html>>.

ERINNERUNGS – ALBUM ZUR JAHRHUNDERT-FEIER DER DEUTSCHEN KOLONIZATION IN RIO GRANDE DO SUL – BRASILIEN: 1824-1924. Sem editora, sem local, 1924. Acervo do Arquivo Público Municipal de Novo Hamburgo.

ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL MARIA DAS NEVES MARQUES PETRY. História do Bairro Industrial. Novo Hamburgo: 1989. Datilografado. Acervo da E.E.E.F. Maria das Neves Marques Petry.

GERTZ, R. E. **O aviador e o carroceiro.** Política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

JORNAL NH. 11 de abril de 1973.

JORNAL O 5 DE ABRIL. Edições de 02 de outubro de 1942 e 06 de maio de 1960.

LUZ, J. H. **Jacob Kroeff – Jacob Kroeff Filho – Jacob Kroeff Netto: o Hoteleiro, o Coronel, o Intendente – 1855 a 1966.** Dissertação (Mestrado). PUC-RS: Porto Alegre, 2010.

MAGALHÃES, M. L.; SCHEMES, C.; ARAÚJO, D. C. Queixosas e valentes: as mulheres e a visibilidade da violência cotidiana. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 21(3): 496, set./dez. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000300005/26500o>>.

NOVO HAMBURGO. Câmara de Vereadores. **Indicação nº 50, de 09 de março de 1960.** Sugere a denominação do Grupo Escolar da Vila Industrial para Professora Maria das Neves Marques Petry.

PETRY, L.; ANDRADE, T. P. **Homenagem à Professora Maria das Neves Marques Petry.** Rotermond: São Leopoldo, 1960.

PETRY, L. **O Município de Novo Hamburgo.** Rotermond: São Leopoldo, 1959.

RIO GRANDE DO SUL. **Apostila Estadual de 17 de fevereiro de 1914.** Remoção da Professora Maria das Neves Marques Petry da 26ª escola de 1ª reentrância do Taimbé para a 33ª de mesma categoria, na Várzea, ambas no município de São Leopoldo.

RIO GRANDE DO SUL. **Livro de registro de presença da 33ª aula mixta do Mata-douro Kroeff (1914-1929)**. Acervo do Arquivo Público Municipal de Novo Hamburgo.

SANTOS, R. Imigração, política e intelectualidade: aspectos da trajetória de Leopoldo Petry. **Anais do III Encontro de Pesquisas Históricas**. PPG/PUC-RS. 2016. Disponível em: <<https://ephisrs.files.wordpress.com/2017/01/82-st10-06-santos-rodrigo-luis-dos2.pdf>>.

SANTOS, R. Interesses relacionais: confluências entre intelectualidade, religiosidade e política na trajetória de Leopoldo Petry. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, n. 153, dez. 2017, p. 143-155.

SCHEMES, C. **Pedro Adams Filho**: empreendedorismo, indústria calçadista e emancipação de Novo Hamburgo (1901-1935). Tese (Doutorado em História). PUC-RS: Porto Alegre, 2006.

SCHNEIDER, R. P. **A instrução pública no Rio Grande do Sul 1770-1889**. Editora da Universidade/UFRGS: Porto Alegre, 1993.

SOUZA, J. E. **As escolas isoladas**: práticas e culturas escolares em Lomba Grande/RS (1940-1952). Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Unisinos. São Leopoldo, 2015.

5. Nos caminhos do ensino: trajetórias e memórias do grupo escolar de Campo Vicente (1959)

*Vania Inês Avila Priamo
Rodrigo Luis dos Santos*

Considerações iniciais

Este capítulo busca reconstruir aspectos referentes à história do grupo escolar de Campo Vicente, hoje bairro do município de Nova Hartz/RS. O município de Nova Hartz está localizado na região metropolitana de Porto Alegre e faz parte da região que foi colonizada por imigrantes alemães e seus descendentes a partir de 1846. Hoje conta com uma população estimada de 21.875 pessoas (IBGE, 2020). Na ocasião, o Arroio Grande, que hoje corta o centro do município, servia como limite entre os municípios de Taquara, na sua margem esquerda, e São Leopoldo, na sua margem direita. O atual bairro Campo Vicente não faz parte do núcleo inicial de colonização alemã do município. Com muito de sua história ainda por ser pesquisada, até pouco se pensava que o lugar tivesse tido início a partir da chegada do trem e a construção de uma estação férrea, com inauguração datada de 15 de agosto de 1903 (MOEHLECKE, 2004).

Porém, ao realizar um estudo sobre o cemitério comunitário existente no bairro, e pesquisando no livro de Registros da Comunidade da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) (COMUNIDADE DE PICADA HARTZ, p. 109), levantamos um sepultamento ocorrido no ano de 1888, em que constava que o mesmo teria sido realizado no cemitério de Campo Vicente. Desta forma, podemos afirmar que, mesmo antes do local se desenvolver no entorno da estação de trem, ele já existia como um pequeno núcleo populacional que emprestou seu nome à estação quando da construção da estrada de ferro.

O lugar tem uma história bem peculiar que acabou por forjar algumas características que o diferenciam do restante do município; se nos detemos nestas questões é porque entendemos que elas explicam alguns elementos que vamos trabalhar adiante. Embora tenha sido o local que, por muito tempo, foi o mais desenvolvido do atual município, em função de nele estar localizada a

estação do trem, ele acabou por não se tornar a sede do mesmo. Uma das hipóteses para explicar isso é que no período em que o trem começava a deixar de ser tão central na vida das pessoas e no transporte de cargas e passageiros, na então localidade de Picada Hartz a indústria calçadista teve seu alvorecer e, aos poucos, foi se tornando o centro da economia local. Outro ponto importante de destacar é que os processos de emancipação dos municípios vizinhos, acabaram por ir anexando a localidade de Campo Vicente sucessivamente. Desta forma, o lugar pertenceu a Taquara, posteriormente, quando da emancipação de Sapiranga, passou a integrar seu território. Mais tarde, quando Parobé se emancipou, Campo Vicente passou a compor seu território, até que em 1987, com a emancipação de Nova Hartz, Campo Vicente se torna um dos seus bairros.¹ Esta constante troca fez com que o local construísse uma visão muito própria de si, criando uma identidade local que por muitos anos não se ligava à da sede, de modo que quando os moradores do bairro se deslocavam até o centro da cidade diziam que estavam indo a Nova Hartz.

Por ter sido por muito tempo o centro econômico do que hoje é Nova Hartz, os moradores de Campo Vicente se diferenciavam dos de outras localidades que hoje formam o município, por se comunicarem mais facilmente em português em função dos constantes contatos com pessoas fora do seu núcleo familiar e do seu círculo de amigos de descendência alemã, o que acabava por gerar alguma rivalidade com os moradores dos núcleos populacionais vizinhos. Mesmo depois da desativação da estrada de ferro, em 1964, continuou a gozar, por um período, de um status de local desenvolvido e com pessoas que possuíam uma boa condição financeira.

Após apresentarmos nosso local de pesquisa, seguimos o trabalho nos utilizando de uma abordagem que se dará dentro da perspectiva teórico-metodológica da História Cultural, uma vez que ela abre possibilidade para pensarmos nos cotidianos, nas diferentes realidades sociais (CHARTIER, 1990). Nós nos utilizaremos, ainda, da metodologia da História Oral para transformar memórias em fontes históricas, em documentos, com o mesmo cuidado de utilização, interpretação e contextualização aplicados aos documentos tradi-

¹ Sapiranga foi o 5º Distrito do Município de São Leopoldo até 28 de fevereiro de 1955, quando se tornou um município autônomo. Neste processo emancipacionista, foram anexadas ao território sapiranguense as localidades de Araricá (também distrito de São Leopoldo), Picada Hartz (cujo curso d'água Arroio Grande dividia os municípios de São Leopoldo e Taquara) e Campo Vicente (este vinculado ao município de Taquara). Em 1982, quando Parobé, então distrito de Taquara, se emancipou, Campo Vicente foi anexado ao seu território. Por fim, em 1987, quando Nova Hartz (antiga Picada Hartz) se tornou município, Campo Vicente passou a fazer parte desta nova cidade emancipada.

cionais, como é o caso da legislação e das matérias jornalísticas, pois, como escreve Joutard (1999), tanto a fonte oral quanto a escrita é cheia de subjetividades, por terem sido produzidas por pessoas que carregam consigo suas próprias subjetividades. Se a memória é seletiva e parcial, da mesma forma os documentos tradicionais, em papel, também o são. Neste sentido, é pertinente a assertiva da historiadora Lynn Hunt, ao advertir que

os documentos que descrevem ações simbólicas do passado não são textos inocentes e transparentes; foram escritos por autores com diferentes intenções e estratégias para lê-los. Os historiadores sempre foram críticos com relação a seus documentos – e nisso residem os fundamentos do método histórico (HUNT, 2001, p. 18).

Daí a importância de trabalhos como este, que possibilita fazer uma triangulação entre as memórias do depoente, outros testemunhos e outras fontes documentais, para desta forma nos permitir aproximar mais de uma narrativa que contemple a pluralidade dos fatos e de vivências.

Doravante, como forma de aprofundar elementos de cunho histórico e das rotinas jurídico-administrativas relacionadas com a formação escolar em Campo Vicente, nos dedicamos ao arrolamento e varredura em possíveis fontes, como na imprensa e documentos emitidos pelos órgãos públicos. Como já mencionado anteriormente, os documentos e as fontes jornalísticas também requerem um cuidado em sua análise. Neste sentido, nos apropriamos das considerações de Maria Helena Capelato acerca da riqueza de possibilidades de uso da fonte jornalística na pesquisa histórica. Para a historiadora,

o confronto das falas, que exprimem ideias e práticas, permite ao pesquisador captar, com riqueza de detalhes, o significado da atuação de diferentes grupos que se orientam por interesses específicos. [...] Os jornais oferecem vasto material para o estudo da vida cotidiana. Os costumes e práticas sociais, o folclore, enfim, todos os aspectos do dia a dia estão registrados em suas páginas (CAPELATO, 1994, p. 34).

Embora as menções ao educandário de Campo Vicente feitas ao longo do tempo sejam de caráter mais oficioso, trazendo decretos e nomeações, as considerações conceituais se fazem necessárias, pois essa dimensão permite fazer perguntas mais reflexivas e analisar mais criticamente os dados obtidos, contrapondo-os com outros, como os relatos orais.

Encerrando essa parte introdutória, onde apresentamos nosso objeto/local de pesquisa e alguns tópicos conceituais e metodológicos que julgamos pertinentes e importantes de serem compartilhados, a sequência deste capítulo desdobrará elementos que ajudam a entender – mesmo que em uma forma inicial e parcial – a trajetória e evolução do Grupo Escolar da localidade de Campo Vicente.

História da Educação e o grupo escolar de Campo Vicente

A História da Educação vem se desdobrando em novas abordagens e objetos de pesquisa, e, a cada história contada, a cada memória registrada, a cada trajetória recuperada, vai se compreendendo um pouco mais de todo este processo que envolve os mais diversos atores relacionados à educação, de forma a compreendermos sempre um pouco mais sobre este todo. A abordagem metodológica da História Cultural e da História Oral nos permite fazer uma ampla pesquisa e compreender os meandros deste campo de pesquisa.

No decorrer da pesquisa, um fator que nos limitou foi a dificuldade de acesso às fontes, especialmente em função da pandemia. Porém, com as fontes que tínhamos à disposição, buscamos reconstruir o cenário da educação em Campo Vicente, detendo-nos no que é o objeto do presente livro: o Grupo Escolar.

Em um primeiro momento, fizemos a coleta de dados em duas frentes: uma em que nos valem das fontes documentais tradicionais, o que nos levou aos arquivos em busca de documentos da administração pública (como é o caso da legislação) e matérias publicadas em jornais; e outra frente nos levou a buscar pessoas-fonte. Neste aspecto, foi preciso construir uma teia de relações em que uma informação nos levava à outra, até que fosse possível identificar os contatos e conversar com pessoas que tivessem sido alunos, professores e diretores do período em questão. Desta forma, fomos construindo nossa narrativa como quem monta um quebra-cabeça, conscientes de que neste quebra-cabeça faltam muitas peças, especialmente levando-se em conta este momento de pandemia que estamos vivendo, que nos impede de acessar presencialmente os arquivos e conversar pessoalmente com nossos depoentes, com nossas fontes orais. Todo o processo foi feito *online*, através de aplicativos de redes sociais, ligações telefônicas e acesso a sites de arquivos, o que torna o processo mais duro e não nos permite explorar todas as nuances presencialmente possíveis.

O prédio do Grupo Escolar Campo Vicente foi construído entre 1959 e 1963, durante o governo de Leonel Brizola, sendo, por tanto, uma “brizoleta”.² Não encontramos, em nossa pesquisa, nenhum documento que pudesse nos indicar a data exata da construção. De acordo com o depoimento da pro-

² Brizoletas foi o nome dado às escolas construídas pelo então governador Leonel Brizola (1959 a 1963) em todo o interior gaúcho; tinham como diferencial que as tornaram marcantes sua arquitetura, uma vez que eram feitas com madeiras na horizontal e por vezes contavam com um espaço para o(a) professor(a) e sua família morar.

fessora aposentada Nelci Dietrich (2021)³, em um momento da história da escola uma diretora da mesma decidiu queimar todos os papéis antigos. Isso nos deixa com um vácuo de informações que não pode ser dirimido tanto pela falta das informações que foram destruídas, quanto em função do tempo. Esperamos poder preencher muitas destas lacunas em futuros estudos.

Ao procurarmos informações nos arquivos, fomos encontrando menção a escolas na localidade de Campo Vicente nos jornais *A Federação*, *Diário de Notícias* e *Jornal do Dia*. A primeira menção encontrada foi em *A Federação*, datada de 29 de janeiro de 1904, ou seja, menos de 5 meses após o início da instalação da estação de trem no lugar. Trata-se de uma publicação que traz a relação das escolas da região dos municípios de São Leopoldo e Taquara, em que aparece “19ª Escola, mista, vaga, Estação Campo Vicente” (A FEDERAÇÃO, 1904), levando-nos a entender que a escola estava sem um professor para ministrar as aulas. Já na edição de 23 de janeiro de 1905, no mesmo jornal, aparece o nome da professora Justa Cidade Martins como professora da 19ª Escola. Na edição de 08 de maio de 1906, ainda no jornal *A Federação*, a Escola da “Estação Campo Vicente” passa a ser denominada de 7ª Escola.

Na edição 511 do *Jornal do Dia*, de 03 de outubro de 1948, encontramos pela primeira vez o termo Escola Isolada de Campo Vicente. Nesta edição, a professora Zélia Rocha Gomes é chamada para assumir uma vaga na escola.

No jornal *Diário de Notícias*, na edição 282, publicada em 04 de fevereiro de 1954, encontramos uma relação de vagas, publicada pela Secretaria de Estado da Educação e Cultura do Rio Grande do Sul. Entre as escolas listadas com vagas para professores no município de Taquara aparece a Escola Isolada de Campo Vicente. Note-se que deixa de ser utilizado o termo “Estação” no nome da escola de Campo Vicente. Desconhecemos a localização exata dos prédios destas escolas citadas até então.

A professora Maria Mathias escreve que, em 1956, a Escola Isolada passou a chamar-se Escola Reunida (MATHIAS, 2012, p. 539). Não encontramos a documentação que comprove isso, mas na edição do dia 01 de março de 1958, em uma publicação da Secretaria de Educação e Cultura do Estado, aparece a professora Lia Rejane Warkon sendo removida (ou seja, transferida) da Escola Reunida de Campo Vicente/Sapiranga. Se em 1954 a escola de Campo Vicente consta como pertencente ao município de Taquara, em 1958 já

³ Informação verbal via ligação telefônica, uma vez que a Sra. Nelci Dietrich não utiliza o aplicativo WhatsApp nem e-mail, e em função da pandemia não foi possível gravar o depoimento.

aparece vinculada ao município de Sapiranga, conforme o que foi escrito na introdução desta pesquisa.

Na edição 4.609 do *Jornal do Dia*, de 07 de março de 1964, na publicação do quadro de vagas para as escolas e dos professores aprovados no concurso promovido pela Secretaria de Educação do Estado, aparecem vagas para as EERR de Campo Vicente. Isto nos trouxe uma surpresa, uma vez que ainda não havíamos nos deparado com a sigla EERR. Essa sigla é uma abreviação do termo Escolas Reunidas no plural, utilizada até meados da década de 1950, pelo menos. Cabe ressaltar que esta sigla está bordada no uniforme escolar de Maria Isabel Kirsch (Figura 1), que estudou na escola em questão e sobre a qual falaremos mais adiante.

E, finalmente, o decreto estadual nº 19.818, de 13 de agosto de 1969, no seu artigo 1º, estabelece que “são considerados Grupos Escolares, constituindo a Rede de Escolas Primárias na Zona Urbana e Suburbana”. E entre estas escolas a Escola de Campo Vicente é renomeada como Grupo Escolar de Campo Vicente, que localmente receberá o nome de Grupo Escolar 28 de Fevereiro, em uma alusão à data de emancipação de Sapiranga, o município ao qual estava vinculada.

Desta forma, podemos compreender que na “brizoleta” funcionou a Escola Isolada, Escolas Reunidas e o Grupo Escolar. Após isso, o educandário também recebeu a denominação de Escola Estadual de 1º Grau Incompleta 28 de Fevereiro, Escola Estadual de 1º Grau 28 de Fevereiro. Em 1997, a escola, que até então fazia parte da Rede Estadual de Educação, foi municipalizada e passou a integrar a Rede Municipal de Ensino, agora do município de Nova Hartz. Em 1999, através do Decreto 083/99, passou se chamar Escola Municipal de Educação Infantil Dois de Dezembro e assim permanece até o presente momento. O nome, agora, faz alusão à data de emancipação de Nova Hartz.

Nossa outra fonte de pesquisa, as memórias de pessoas ligadas à história do grupo escolar, nos levou à senhora Cilze Nair Bauer Selzlein. Nascida em 1943 em Campo Pinheiro, hoje parte de Campo Vicente, e ainda moradora da localidade, é uma espécie de guardiã da história local. Além de nos contar detalhes sobre sua vida escolar, ainda nos indicou outras pessoas-fonte para darmos continuidade à pesquisa. A Sra. Cilze não chegou a estudar no grupo escolar. Estudou na Escola Isolada de Campo Vicente, de 1950 até 1953, escola que não estava localizada onde está nosso objeto de estudo, mas sim no entroncamento da Avenida da Integração com a Rua Val Paraíso, em Campo Vicente. Em 1954 e 1955, estudou na Escola Municipal Dom Pedro I, na localidade de Campo Pinheiro, próximo à sua casa. Isso nos mostra que havia

várias escolas no lugar, que não funcionavam em prédios especialmente construídos para este fim, mas em casas adaptadas para receber as turmas, mudando de lugar de acordo com as políticas públicas de educação em vigor no município ou no estado.

A senhora Cilze relata que em 1949, então com seis anos de idade, percorria três quilômetros a pé para ir à escola em Campo Vicente “[...] a aula iniciava às oito horas e terminava às onze horas e trinta minutos. No intervalo brincávamos de várias coisas: ovo podre, varinha queimada, pinica, gata-cega, telefone-sem-fio, sapata, estátua, pular corda, peteca, caracol, cinco Marias, passa passará [...]” (SELZLEIN; GEMELLI, 2012, p. 268). Esta fala nos indica que as escolas estavam distantes entre si, e que pequenas salas davam conta de atender as crianças que havia nas redondezas, sendo que em determinadas épocas, segundo a Sra. Cilze, as aulas chegaram a ser ministradas dentro da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) de Campo Pinheiro, que se localiza na frente de sua casa.

Já o senhor Arlindo Paulo dos Santos, que estudou na escola que mais tarde se chamaria Grupo Escolar, de 1962 a 1966, faz o seguinte relato “Lembro quando era a hora da merenda, que nós íamos até a tela (cercamento da escola) ver o trem e o carro motor [...]” (SANTOS, 2012, p. 174). Este relato nos fala sobre a localização da escola não tão distante dos trilhos e do fascínio que o meio de transporte exercia entre os moradores, mas especialmente entre as crianças.

Os relatos de Selzlein e Santos nos ajudam a recriar o contexto da educação na época, quando era preciso fazer certos sacrifícios para estudar; a mudança de nomes ou designação não alterava de fato a rotina das crianças que estudavam, a não ser pelo fato de que transformar algumas Escolas Isoladas em Grupo Escolar fazia com que mais crianças frequentassem um mesmo prédio escolar.

Em nossa busca por pessoas que tivessem estudado no então Grupo Escolar Campo Vicente, do qual tínhamos notícias somente pelos documentos, custando-nos identificar se se tratava de uma escola ainda em funcionamento, as conversas com a Sra. Cilze Selzlein nos levaram a uma professora aposentada, à Sra. Maria Isabel Kirsch.

Nascida em 1961, moradora da localidade de Campo Pinheiro, estudou na escola de 1967 a 1971, ou seja, da 1ª até a 5ª série⁴. Para seguir seus estudos, passou a estudar na escola que hoje se chama EEEM Elvira Jost, no centro da cidade. Através dos seus uniformes escolares, foi possível comprovar a mu-

⁴ A escola atendia somente até a 5ª série.

dança de Escola Rural (Imagem 1) para Grupo Escolar 28 de Fevereiro (Imagem 2). Colhemos seus depoimentos através do aplicativo WhatsApp e de ligações telefônicas.

Ela nos relatou alguns detalhes sobre a sala de aula e do cotidiano que envolvia a sua vida escolar. As classes escolares, de acordo com Kirsch (2021), eram como “bancos de praça”, onde os alunos se sentavam de dois em dois, e os livros e demais materiais didáticos eram comprados pelos pais. O recreio tinha duração de meia hora, e os alunos ficavam no pátio e se divertiam com brincadeiras de roda e de caçador. Embora houvesse uma pessoa para fazer a limpeza e a merenda, ela conta que a merenda fornecida pela escola era somente leite em pó e que “quando era algo mais elaborado, como sopa, bolinhos, os alunos levavam os ingredientes, e na hora de comer isso era distribuído somente aos que haviam contribuído com os ingredientes. Para controle, havia uma lista que era assinada e ao lado do nome se colocava o ingrediente trazido”. Esta prática também nos fala de formas sutis de exclusão, sempre presente nos diversos setores da sociedade.

Os alunos que frequentavam a escola eram moradores dos arredores, de Campo Vicente e Campo Pinheiro, e muitas crianças percorriam muitos quilômetros a pé para chegar até ela. No caso de Kirsch (2021), caminhava três quilômetros. Ela conta que andavam “(...) a pé, muitas vezes de chinelo de dedo, na chuva (...) e quando chovia, o guarda-pó tinha que chegar limpo na escola, então colocávamos na sacola”. O uso do guarda-pó era obrigatório e já na fila a professora verificava seu uso. Caso alguém tivesse vindo sem ele, não poderia assistir às aulas e teria que voltar para casa. Cabe destacar que isso significava um custo muito alto para a maioria das famílias, e que na maioria dos casos as crianças possuíam um único uniforme, usado com cuidado para que pudesse ser utilizado a semana toda.

Figura 1: Uniforme do Grupo Escolar de Campo Vicente



Fonte: Fotografia cedida por Maria Izabel Kirsch

Figura 2: Uniforme do Grupo Escolar 28 de Fevereiro



Fonte: Fotografia cedida por Maria Izabel Kirsch

Quando Maria Isabel Kirsch estava na 3ª série, o uniforme mudou, e esta é a única referência que ela, enquanto aluna, tem da mudança de denominação da escola. Ela lembra que as coisas eram passadas para os pais, em reuniões, e que as crianças em geral nem ficavam sabendo. Como isso não representou nenhuma mudança no cotidiano, não ficaram lembranças. Na 3ª série, a turma dividia a sala com a 4ª série, e a lembrança dela é que era mais difícil, porque os conteúdos eram mais complexos para as crianças e porque havia mais alunos na sala, mas que a professora conseguia manter a disciplina porque havia “muito respeito” com relação à figura do(a) professor(a).

Conclusão

No início do texto, nós nos detivemos na contextualização histórica, geográfica, econômica e social de Campo Vicente. Com isso, queríamos mostrar que foram estas especificidades que levaram Campo Vicente, e não as outras localidades que hoje compõem o município de Nova Hartz, a ter instalado um Grupo Escolar. Também esta contextualização explica o fato de que neste período estudado, final da década de 1960 e início da década de 1970,

diferentemente do que acontecia nas demais escolas das localidades que hoje formam Nova Hartz, nesta escola os alunos vinham para a aula entendendo e falando português, o que raramente acontecia nas demais escolas, onde as crianças muitas vezes tinham o primeiro contato com a língua portuguesa ao ingressar na escola, uma vez que em casa a língua usada era o Hunsrück⁵.

Ao encerrar esta escrita, ainda ficam muitas questões em aberto, o que não deixa de ser instigante, pois nos impulsiona a seguir as pesquisas e ir encontrando as peças que faltam neste complicado e lindo quebra-cabeças.

Referências

- A FEDERAÇÃO**, n. 25, ano XXI, 29/01/1904, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/388653/14991>>. Acesso em: 14 ago. 2021.
- A FEDERAÇÃO**, n. 20, Ano XXII, 23/01/1905, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/388653/16178>>. Acesso em: 14 ago. 2021.
- A FEDERAÇÃO**, n. 106, Ano XXIII, 08/05/1906, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/388653/17738>>. Acesso em: 14 ago. 2021.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1994.
- CHARTIER, R. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- COMUNIDADE Evangélica de Picada Hartz. **I Livro de Registros Eclesiásticos (1886-1953)**. Tradução Ernani Haag, 1999.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS**, n. 282, ano XXIX, 04/02/1954, p. 10. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093726_03/417>. Acesso em: 14 ago. 2021.
- HUNT, L. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades – Nova Hartz – População Estimada 2020. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/nova-hartz/panorama>>. Acesso em: 10 jul. 2021.
- JORNAL DO DIA**, n. 511, ano II, 03/10/1948, p. 11. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/098230/3743>>. Acesso em: 14 ago. 2021.
- JORNAL DO DIA**, n. 4.609, ano XVIII, 07/03/1964, p. 6. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/098230/10129>>. Acesso em: 14 ago. 2021.
- JOUTARD, P. **Esas voces que nos llegan del pasado**. Trad. Pasternac, n. 2. ed. Fondo de Cultura Económica, 1999.

⁵ Língua de Imigração Alemã no Brasil. Era falada em toda a região de colonização alemã nos atuais Vale do Rio dos Sinos e do Paranhana.

KIRSCH, M. I. [**Lembranças do período em que estudou no Grupo Escolar de Campo Vicente**]. WhatsApp. 10 maio 2021. 12:50. 1 mensagem de WhatsApp.

MATHIAS, M. C. Um Pouco de História: EMEI Dois de Dezembro. In: BARROSO, V. L. M. *et al.* (org.). **Raízes de Nova Hartz: XXII Encontro dos Municípios Originários de Santo Antônio da Patrulha**. Vol. I. Novo Hamburgo: Um Cultural, 2012.

MOEHLECKE, Germano Oscar. **Estrada de ferro** – contribuição para a história da primeira ferrovia do Rio Grande do Sul. São Leopoldo: Rotermond, 2004.

SANTOS, A. P. O Texto das saudades. In: BARROSO, V. L. M. *et al.* (org.). **Raízes de Nova Hartz: XXII Encontro dos Municípios Originários de Santo Antônio da Patrulha**. Vol. I. Novo Hamburgo: Um Cultural, 2012.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E CULTURA DO RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 19.818, de 13 de agosto de 1969.

SELZLEIN, C. N. B.; GEMELLI, R. M. Minhas Lembranças. In: BARROSO, V. L. M. *et al.* (org.). **Raízes de Nova Hartz: XXII Encontro dos Municípios Originários de Santo Antônio da Patrulha**. Vol I. Novo Hamburgo: Um Cultural, 2012.

SELZLEIN, C. N. B. [**Lembranças do período em que estudou em Campo Vicente e Campo Pinheiro**]. WhatsApp. 03 mar. 2021. 17:20. 1 mensagem de WhatsApp.

- 6 -

**A salvaguarda de uma história:
práticas e cultura escolar do Grupo Escolar
Antônio Vieira na cidade de Novo Hamburgo/RS
(1950-1967)**

Estela Denise Schütz Brito

Ariane dos Reis Duarte

Pedro Reinaldo Cipriani Manfroi

Introdução

Os estudos sobre a educação e a escola pública no Estado do Rio Grande do Sul estão presentes em diferentes pesquisas desenvolvidas e publicadas em variadas esferas, especialmente a partir do final do século XX. Destacamos aqui as obras de Grazziotin e Almeida (2016) e Souza (2020), que reúnem artigos que apresentam e discutem o ensino, as práticas, a cultura e a arquitetura escolar referentes à escola graduada, aos colégios elementares e aos grupos escolares distribuídos em diferentes regiões do Estado.

Sobre a formação dos grupos escolares na região sul do Brasil, Gil (2016), ao olhar para a legislação local, explica que estes foram criados no ano de 1914, a partir da junção de escolas isoladas¹. Seu funcionamento ocorria no sistema seriado, não possuíam frequência, e um de seus professores se apresentava na direção do grupo. Já no estudo realizado por Peres (2000), visualizamos que o determinante para uma escola ser classificada como escola elementar isolada, colégio elementar ou grupo escolar era o número de alunos e de docentes que lecionavam na instituição. Nesse sentido, um grupo de até 200 alunos era considerado grupo escolar: “[...] no caso dos colégios elementares, era necessário legalmente o número de 200 ou mais alunos matriculados” (2000, p. 85).

Na esteira destas observações iniciais sobre a caracterização da formação dos grupos escolares, o presente texto tem como objeto de análise o Grupo

¹ Segundo Gil (2016), refere-se às numerosas escolas do início do século XX, localizadas tanto na zona urbana quanto na rural, formadas por apenas uma sala de aula e que, apesar de sua precariedade em materiais escolares, salas de aulas e salário de professores, atendia a uma grande parte da população gaúcha.

Escolar Antônio Vieira, fundado em 1937 no bairro Hamburgo Velho, centro histórico do município de Novo Hamburgo/RS. Este grupo escolar foi criado a partir da junção de três escolas presentes na cidade, tendo como primeira diretora a professora Serlene Schimitz; atendia a crianças do jardim ao 5º ano primário, conforme consta em documento desenvolvido pela escola sobre a sua história. Não foi possível detectar quais eram as três escolas que deram origem ao GE Antônio Vieira, tampouco maiores informações sobre esta primeira diretora, mas consideramos pertinente a menção, uma vez que o histórico produzido pela instituição inicia sua narrativa dessa forma.

Conforme aponta o estudo de Souza (2018), o prédio onde se localiza o referido grupo escolar foi construído no ano de 1890 por Adão Adolfo Schmitt e, atualmente, é o local em que funciona a Fundação Ernesto Frederico Scheffel². Neste espaço, a escola permaneceu em atividade por trinta anos, transferindo-se no ano de 1967 para um novo prédio. Este episódio, como poderá ser visto nas próximas seções, é marcante na história da instituição. Hoje, a escola, que atende a turmas de ensino fundamental, segue em exercício no prédio inaugurado em fins da década de 1960, situado na rua Barão de Guaíba, no bairro Hamburgo Velho.

Desse modo, este estudo se propõe a problematizar aspectos da cultura escolar e práticas produzidas no Grupo Escolar Antônio Vieira, nas décadas de 1950 e 1960. Para isso, o texto se organiza em cinco partes. Na introdução, apresentamos o objeto de estudo, bem como elementos de sua história e formação. Em um segundo momento, tratamos sobre aspectos espaciais da localização do grupo escolar. Em seguida, discorremos acerca dos caminhos teóricos e metodológicos que sustentam este estudo, passando, logo após, para a apresentação e problematização da empiria construída para tratar do grupo escolar. Por fim, buscamos tecer algumas considerações sobre o estudo dos grupos escolares, em específico, o que aqui se apresenta.

A cidade de Novo Hamburgo e o bairro de Hamburgo Velho: prédios e histórias

O bairro de Hamburgo Velho é o centro histórico e cultural da cidade de Novo Hamburgo/RS, um lugar com marcos simbólicos que referenciam a colonização germânica da cidade. O núcleo de *Hamburger-Berg* surgiu no proces-

² A Fundação Ernesto Frederico Scheffel funciona em um antigo casarão situado na rua Gal. Daltro Filho, n. 911, no bairro Hamburgo Velho. O lugar consiste em um museu que abriga as obras do pintor que dá nome ao espaço e integra o circuito cultural do município de Novo Hamburgo. Cabe ainda destacar que Ernesto Frederico Scheffel foi aluno do Grupo Escolar Antônio Vieira, local em que cursou parte de seu ensino primário.

so de colonização do sul do Brasil, tendo o local denominado de Hamburgo Velho o seu eixo germinal. Leopoldo Petry (1959) apresenta alguns fatores para o desenvolvimento do distrito de *Hamburger-Berg*:

A antiga estrada comercial e de tropas, do nordeste do Rio Grande do Sul, descia a serra, na zona de Taquara, seguindo pela planície que se estende entre a margem direita do rio dos Sinos e os contrafortes da Serra Geral [...]. Após atravessar Hamburgo Velho, dividia-se em dois ramais: um, em rumo sul, entroncava no sistema rodoviário de Porto Alegre; o outro, seguia para oeste, rumo ao Caí, de onde continuava para o centro, norte e noroeste do estado (PETRY, 1959, p. 8).

A localização geográfica constituiu um dos fatores primordiais do desenvolvimento da antiga colônia, nomeada posteriormente de Novo Hamburgo. O nome da cidade, que à primeira vista aparenta ser uma homenagem à cidade alemã de Hamburgo, tem sua origem como referência ao comerciante Luiz Kersting, estabelecido no morro que viria a tornar-se Hamburgo Velho. Trata-se, portanto, de uma referência ao “velho hamburguês” (PETRY, 1959, p. 10). Assim, a cidade constituiu-se como uma sociedade de origem germânica, tornando-se um centro regional de indústria e comércio e estabelecendo um imaginário de que esse desenvolvimento econômico estaria linearmente atrelado ao que se convencionou chamar de empreendedorismo dos primeiros imigrantes germânicos.

O primeiro prédio ocupado pelo Grupo Escolar Antônio Vieira situava-se no corredor central do bairro de Hamburgo Velho, a antiga Estrada das Tropas (atual Avenida Gal. Daltro Filho), local de maior concentração de edificações que remetem ao período da colonização germânica da cidade. Este ponto é permeado por *lugares de memória* (NORA, 1993³), ou seja, espaços arquitetados para forjar um alinhamento no que diz respeito ao passado do município. Como evidenciado, a ênfase da manutenção de tais construções recai na colonização germânica, escolhida para ser o pilar de sustentação da memória da região do Vale do Rio dos Sinos, conforme aponta o estudo de Magalhães (2010).

O Grupo Escolar Antônio Vieira iniciou seus trabalhos no ano de 1937 em um prédio que, como mencionado anteriormente, não foi construído para

³ O termo *lugares de memória* refere-se a um conceito trabalhado pelo historiador Pierre Nora, que identifica, em seu estudo, uma busca, na França dos anos 1980, por ritualizar espaços e significar praças, museus e monumentos como lugares de memória para significar determinados momentos do passado do país, buscando enaltecer uma espécie de “memória nacional”. Nas palavras do autor, “[...] os lugares de memória se constituem em um jogo da memória e da história, uma interação dos dois fatores que leva à sua determinação recíproca – jogo que supõe um componente político – vontade de memória e a intenção de memória” (NORA, 1993, p. 22).

receber as instalações de uma escola⁴. Assim, um dos elementos que atravessa a fase inicial da instituição é a luta pela obtenção de um prédio próprio e adequado às demandas de um espaço escolar. Essa situação se arrasta por oito anos, evidenciando os entraves e dificuldades de negociação junto ao poder público, comunidade escolar e opinião pública. Segundo informações do *Jornal NH*⁵ de 05 de abril de 1968, em suas instalações originais, a escola dispunha de nove salas de aula e atendia a 391 estudantes. Não contava com uma sala destinada à secretaria, tampouco com espaço para atividades lúdicas e recreativas.

Desse modo, um dos episódios mais marcantes e trágicos do estado precário em que se encontrava o prédio inicial do GE é a morte de um aluno após escorregar nas poças de água que se formavam no pátio devido ao sistema de esgoto inapropriado do prédio em si e de seus arredores. De acordo com uma nota publicada no jornal *Folha da Tarde*⁶, em 26 de julho de 1963, a queda da criança fez com que ela batesse a cabeça e viesse a falecer dias depois do ocorrido. A publicação descreve e enfatiza as condições de conservação do pátio da instituição, ilustrando com fotografias a precariedade da situação.

Por meio da Lei Municipal nº 13/60 de 18 de junho de 1960 (NOVO HAMBURGO, 1960), a prefeitura havia conseguido autorização para mobilizar as verbas necessárias para aquisição do terreno escolhido a fim de sediar a construção do grupo escolar. No entanto, essa iniciativa foi apenas o início de um processo que, como visto até aqui, demoraria anos para se consolidar. Isto posto, observa-se, a partir das publicações dos periódicos, a discussão da opinião pública da cidade a respeito da transferência do prédio do GE Antônio Vieira para um local mais adequado, menos insalubre e com maior segurança. Esse item se sobrepõe a discussões sobre o próprio âmbito educacional e de acontecimentos relevantes do espaço escolar, configurando-se como foco cen-

⁴ Conforme apontam os estudos de Souza (2018), o prédio que recebeu o GE Antônio Vieira, em 1937, pertencia a Adão Adolfo Schmitt, e, antes do Grupo Escolar, a construção serviu como ponto de encontro da elite hamburguense, com encontros dançantes, um salão de bailes e até mesmo hospedando doentes, servindo como hospital durante a epidemia de tifo no início do século XX.

⁵ O *Jornal NH* foi fundado em 18 de março de 1960 e pertence ao Grupo Sinos, responsável por outros jornais da região metropolitana de Porto Alegre. Conforme informações disponíveis em: <<https://portal.camaranh.rs.gov.br/noticias/1476>>. Acesso em: 27 jul. 2021.

⁶ O jornal *Folha da Tarde* foi publicado pela Companhia Caldas Júnior em Porto Alegre/RS e esteve em circulação entre os anos de 1936 a 1984. A cidade de Novo Hamburgo/RS recebeu uma de suas filiais, sob a manutenção de Alceu Feijo e Vinicius Bossle, veiculando informações da região do Vale do Rio dos Sinos entre os anos de 1955 a 1981. Disponível em: Arquivo Público Municipal de Novo Hamburgo: <<http://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/arquivo-publico-municipal-de-novo-hamburgo>> e Wikipédia: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Folha_da_Tarde_\(Porto_Alegre\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Folha_da_Tarde_(Porto_Alegre))>. Acesso em: 29 jul. 2021.

tral dos periódicos a conclusão da construção de um novo prédio para o funcionamento do Grupo Escolar Antônio Vieira.

Outro elemento significativo deste movimento pela construção de um novo prédio e pela transferência do GE é que a cidade de Novo Hamburgo passa por uma profunda transição demográfica entre os anos de 1950 (quando tinha 29 mil habitantes) e 1970 (com a população ultrapassando 80 mil habitantes), impulsionada pelo fato de a cidade se tornar um dos principais polos industriais do Estado. Destacamos o ano de 1963, com a primeira edição da Feira Nacional do Calçado – FENAC, significando um reconhecimento das autoridades públicas do país para o *boom* demográfico e econômico de Novo Hamburgo, que construiu sua memória como a de uma cidade vocacionada ao progresso e ao desenvolvimento, espelhando-se em São Paulo e Manchester⁷. Assim, o desenvolvimento industrial de Novo Hamburgo se reflete no quadro educacional, de diferentes formas, sobretudo no que diz respeito à oferta de vagas nas escolas e nas condições de existência das mesmas.

Caminhos teóricos e metodológicos

Para compor este texto, trabalhamos com um acervo empírico organizado a partir do contato estabelecido com a instituição abordada e de levantamentos feitos na Hemeroteca Digital e arquivo histórico municipal. O movimento de produção deste material passou por alguns percalços em função do contexto de pandemia de Covid-19 vigente no momento de realização desta escrita. Logo, foi possível visitar a escola e fazer contato com a equipe diretiva da mesma a partir da flexibilização dos protocolos do quadro da pandemia. Fazemos estas considerações, pois entendemos serem pertinentes para esclarecer os limites da elaboração do acervo aqui mobilizado.

Além das limitações do contexto, entendemos ser oportuno mencionar a escassez de acervos e arquivos de cunho histórico em instituições escolares. Não é incomum que documentos, fotografias, resquícios do cotidiano escolar como um todo não sejam guardados ou salvos das ações do tempo em espaços adequados, como aponta Furtado (2011). A organização de um arquivo, como um espaço de memória, não é um elemento recorrente na realidade educacional brasileira, e muitos fatores contribuem para isso. Segundo Almeida e Gri-

⁷ São Paulo e Manchester aparecem como referência e modelo para o projeto de cidade que Novo Hamburgo gostaria de se tornar, pois são referências no processo de industrialização, como o citado nesta pesquisa: “[...] desnudar uma cidade assim, que queria fazer-se conhecida como a Manchester brasileira, é tentar dar sentido a uma modernidade da qual fazemos parte [...]” (SELBACH, 1999, p. 11).

maldi (2020, p. 05), “[...] arquivos são lugares que necessitam de tratamento adequado, com organização e descarte, entendidos como procedimentos complementares”. Desse modo, o ato de guardar, catalogar e proteger tais documentos requer uma série de ações específicas e pontuais, além de precisar de alguém que se proponha a realizar este empreendimento. Tais demandas não são facilmente viabilizadas, uma vez que requerem recursos humanos, espaço e investimento, aspectos que são difíceis de alcançar, visto que outras necessidades são consideradas prioritárias para o funcionamento das escolas.

Além disso, aquilo que, para os pesquisadores, é fonte para possíveis estudos, nem sempre é visto dessa forma pelos demais, pois, ao conduzir a operação historiográfica (CERTEAU, 2017), transformamos em documentos aquilo que é da ordem do comum, ordinário, já que, “[...] em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em ‘documentos’ certos objetos distribuídos de outra maneira” (CERTEAU, 2017, p. 69). Nessa perspectiva, o historiador monta uma coleção com materiais que passarão a ser escrutinados por meio das lentes teóricas escolhidas.

Ao visitar a escola em questão, tivemos acesso a alguns documentos organizados pela escola com uma breve narrativa da trajetória da instituição. Os textos foram digitados e impressos, o que indica um processo de produção mais recente. Segundo informações da equipe diretiva, estes documentos foram elaborados durante uma pesquisa realizada por uma professora da instituição. Um deles, intitulado “Histórico da escola”, apresenta uma concisa linha do tempo com dados da trajetória da instituição e foi produzido em agosto de 2001. Não foi possível obter maiores informações sobre os demais documentos, nem mesmo a motivação para sua produção.

Também tivemos acesso a um conjunto de fotografias de diferentes épocas e ocasiões. Estes registros, preservados pela instituição, encontravam-se em grande volume, sendo que algumas das fotografias achavam-se organizadas em álbuns, contendo o registro do ano e evento, enquanto que outras estavam soltas, reunidas em pastas. Nesse sentido, embora algumas fotografias não se encontrassem categorizadas na ocasião, estavam salvaguardadas pela escola por serem registros singulares e assinalarem cenas de atividades desenvolvidas pelo corpo discente e docente em tempos passados. Apesar da aleatoriedade do conjunto por nós angariado, tomamo-las por fontes históricas por entender que as mesmas possibilitam vislumbrar resquícios de práticas desenvolvidas na instituição pesquisada. Desse modo, compreendemos as fotografias como propõe Mauad (2008):

[...] há que se considerar a fotografia, simultaneamente, como imagem/documento e como imagem/monumento. No primeiro caso, considera-se a

fotografia como índice, como marca de uma materialidade passada, na qual objetos, pessoas, lugares nos informam sobre determinados aspectos desse passado – condições de vida, moda, infra-estrutura urbana ou rural, condições de trabalho etc. No segundo caso, a fotografia é um símbolo, aquilo que, no passado, a sociedade estabeleceu como a única imagem a ser perenizada para o futuro. Sem esquecer jamais que todo documento é monumento, se a fotografia informa, ela também conforma uma determinada visão de mundo (p. 37).

Pelo que pudemos observar, é possível inferir que as fotografias foram realizadas por profissionais, pois são cenas em que os indivíduos nelas retratados estão dispostos de forma ordenada, observando um mesmo ponto e com poses pouco naturais. Ainda que não sejam fotógrafos profissionais no sentido estrito do termo, é possível perceber que há uma intencionalidade na captura da cena, uma vez que não se trata de momentos e movimentos aleatórios. Como veremos na próxima seção do texto, tais produções, todas em preto e branco, remetem a turmas do GE Antônio Vieira em atividades comemorativas, como desfiles pela Semana da Pátria e celebrações como a Páscoa, que serão exploradas adiante.

Além dos registros fotográficos, realizamos uma busca junto à hemeroteca digital e ao Arquivo Histórico de Novo Hamburgo, à procura de documentos sobre o GE pesquisado. A partir dos contatos realizados, tivemos o retorno de trechos noticiados sobre a escola em periódicos locais, como o Jornal NH, Folha da Tarde, Jornal do Dia e Diário de Notícias. No levantamento feito junto à hemeroteca, os termos utilizados foram “Grupo Escolar Antônio Vieira” e “Grupo Escolar Novo Hamburgo”, de modo que encontramos três publicações que vinham ao encontro do escopo estabelecido neste estudo.

No momento em que escolhemos trabalhar com periódicos, fundamentamos as perspectivas com base nas provocações propostas pela pesquisadora Luca (2015, p. 140): “O pesquisador dos jornais e revistas trabalha com o que se tornou notícia, o que por si só já abarca um espectro de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa”. Assim, o estudo não se restringe ao que está dito e publicado no periódico, mas problematiza o todo, a intencionalidade de determinados temas e assuntos selecionados para se tornarem notícia. Além disso, como pontua Barros (2019), o periódico obedece a uma lógica de interação entre a informação e a opinião, baseando-se na relação entre a produção (redação do jornal, seus interesses), a mensagem (que busca também convencer e comover o leitor), bem como a recepção (a interpretação do leitor). Segundo Luca (2015), o trabalho de análise de periódicos requer percebê-los como fontes polifônicas, multiautorais e que representam determinados aspectos da sociedade de seu

período histórico, tendo um polo editor e um polo receptor que possuem interesses financeiros e publicitários ao selecionar o que e como será noticiado.

Cabe ainda enfatizar que as fontes distintas, nesse caso, as fotografias, os periódicos e os registros históricos organizados pela instituição, precisam ser analisadas metodologicamente dentro de suas especificidades, entretanto, temos o entendimento de que cada fonte por nós mobilizada não é a realidade do acontecimento em si, mas uma representação desse passado. Desse modo, encaramos essas representações conforme Chartier (2011. p. 23), que explica que “[...] as representações possuem uma energia própria, e tentam convencer que o mundo, a sociedade ou o passado é exatamente o que elas dizem que é”, e que elas são

[...] classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real [...]. As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros (CHARTIER, 2002, p. 17).

Sendo assim, ao olharmos para o acervo documental organizado para este estudo, constituído por 21 fotografias produzidas “nas décadas de 1950 e 1960, sete recortes de notícias sobre o GE Antônio Vieira, veiculadas em periódicos com circulação local, bem como os documentos historiográficos produzidos pela própria instituição, buscamos observar e problematizar as práticas, a cultura escolar e as memórias produzidas e preservadas pela escola, entendendo que estas representações são formas de apreensão, percepção e apreciação do real, e que as mesmas não são produtos e produtores de discursos neutros.

O grupo escolar Antônio Vieira em foco: memórias, práticas e cultura escolar

Os estudos voltados às instituições escolares recebem notório espaço, especialmente a partir da década de 1990, quando pesquisas dos cursos de pós-graduação se debruçam sobre as nuances internas dos espaços escolares, seus atores e autores de objetos, práticas e culturas. O conceito de cultura escolar, estudado por diferentes teóricos da História Cultural, evidencia aspectos que desvelam singularidades internas do espaço escolar. De forma metafórica, o pesquisador Dominique Julia caracterizou esse interior da escola como uma “caixa preta” que precisa ser aberta para “[...] buscar compreender o que ocorre nesse espaço particular” (JULIA, 2001, p. 13). Por conseguinte, práticas, objetos, rituais, disciplinas e demais elementos que circundam esse espaço particular nos ajudam a vislumbrar a cultura criada por determinada instituição. Para Viñao Frago (1995), a cultura escolar pode ser considerada um

[...] “conjunto de aspectos institucionalizados” – incluye prácticas y conductas, modos de vida, hábitos y ritos – la historia cotidiana del hacer escolar –, objetos materiales – función, uso, distribución y el espacio, materialidad física, simbología, introducción, transformación, desaparición (VIÑAO FRAGO, 1995, p. 68-69).

Ao voltarmos nossa atenção para a coleção empírica aqui analisada, percebemos práticas, organizações e aspectos sobre a cultura estabelecida durante as décadas de 1950 e 1960 nesta instituição. Ressaltamos esta temporalidade por entendermos que a cultura escolar é algo dinâmico, apresenta questões de um tempo e um espaço e, ao analisarmos tais pontos, podemos perceber mudanças e continuidades dentro da mesma instituição.

Figura 1: Práticas no Grupo Escolar Antônio Vieira
(décadas de 1950 e 1960)



Fonte: Arquivo escolar Antônio Vieira

A Figura 1, composta pela junção de quatro fotografias, marca um tempo e um espaço. As mesmas foram realizadas durante o recorte temporal aqui estabelecido e enquanto o GE se localizava em seu primeiro prédio. Por meio delas, podemos identificar práticas realizadas por docentes e discentes da instituição, vestimentas ditas “típicas” e que padronizavam seus alunos de forma unânime, celebrações de datas festivas e de feriados pátrios. De um modo ge-

ral, acreditamos que o registro realizado nas quatro imagens foi, de certa forma, um momento organizado, uma vez que não conseguimos perceber ações espontâneas de alunos ou professores. Ainda que, em duas das imagens, os alunos e professores estivessem participando de um desfile, os mesmos se encontravam organizados para esta ocasião. Feitas essas considerações gerais, nos próximos parágrafos desenvolvemos uma análise mais detalhada destas colocações.

Em um olhar mais pontual para os materiais aqui mobilizados, salientamos práticas que remetem a datas comemorativas como a Páscoa e as festas juninas. Quanto à primeira, os registros fotográficos evidenciam a celebração da data com atividades nas quais as crianças menores eram vestidas com roupas brancas e orelhas de coelho, como pode ser visto na segunda imagem à direita, constante na Figura 1. Observamos que as crianças estão em círculo ao redor de uma pessoa adulta vestida de “coelho da Páscoa”, em um momento em que, aparentemente, eram trocados cestos com guloseimas. A atividade é assistida por um grupo de crianças maiores, pelas professoras e por outras pessoas que parecem estar do lado de fora da escola, separados por uma cerca, acompanhando a cerimônia por curiosidade. No verso de uma destas fotografias relativas à comemoração de Páscoa, encontramos a inscrição “*Coelhinho Maroto – 1965*”. Percebemos ainda que esta atividade tem um caráter lúdico, que não remete ao simbolismo religioso presente na data celebrada.

Outras festas comemorativas também foram observadas nas fotografias preservadas pela escola, como festas juninas e o Dia do Gaúcho. Em relação às festas juninas, visualizamos um grande número de alunos, meninos e meninas, aparentemente de diferentes faixas etárias, juntamente com professoras organizadas em círculo e, ao centro, um grande volume de galhos de árvores, possivelmente representando a fogueira de São João. A mesma não se encontra acesa, podendo ser esse momento do registro o acendimento da fogueira. Alguns alunos utilizam chapéu de palha e roupas típicas juninas. Enquanto meninos trajam calça, camisa e lenço no pescoço, ao que parece ser típico do traje gaúcho, meninas vestem saias, vestidos juninos e, outras, vestidos com babados lembrando os vestidos de prenda, roupa tradicional feminina da região sul. Ainda observamos uma menina sentada que, ao que tudo indica, utiliza uma faixa na qual não conseguimos ler o que está escrito.

Sobre o Dia do Gaúcho, comemorado em 20 de setembro, podemos contemplar na Figura 1, na fotografia abaixo e à direita, a participação de alunos do GE e da professora em um possível desfile em comemoração a esta data. À frente do grupo de alunos, um menino trajado com roupas características, calça, camisa branca, lenço e chapéu pendurado no pescoço, aparece tocando sanfona, instrumento típico do gaúcho. Logo atrás, seguem outras

crianças, com as mãos dadas em duplas e trios, também com roupas típicas, os meninos com calça, camisa branca, lenço e botas, e as meninas com vestidos coloridos com babados, sapatilha com meias brancas de cano curto, flor no cabelo e lenço estilo xale preso sobre os ombros. Destaca-se nesta fotografia a figura da professora que acompanha o grupo ao lado das crianças, vestindo camisa branca, saia escura abaixo do joelho e sapato baixo. Junto à camisa, observamos um detalhe fixado, aparentemente como uma flâmula.

Pela coleção empírica analisada, é possível inferir que a participação em atividades deste segmento era uma prática recorrente no decorrer dos anos letivos do GE Antônio Vieira. A realização de desfiles cívicos está relacionada com a intenção de promover o sentimento de patriotismo em relação ao país, provendo suas datas célebres e símbolos, procurando produzir um sentimento de unidade nacional. Nesse sentido, as escolas passam a ser responsáveis pela difusão de ideais cívicos e nacionalistas. Desse modo, tal prática não é uma exclusividade da escola aqui abordada, porém, chamamos a atenção para o fato de que os registros que retratam os desfiles encontram espaço entre os materiais guardados para posteridade, relativos à história desta instituição.

Entre as fotografias constantes na coleção, duas remetem à Semana da Pátria de 1965. Convém lembrar que, naquele momento, a ditadura civil-militar já estava instalada há mais de um ano, embora não se assumisse como tal. O país vinha sendo governado por meio de Atos Institucionais⁸ e a instabilidade em relação às manifestações de cunho político já era uma realidade. As referidas imagens apresentam um grupo de jovens estudantes uniformizados com roupas brancas, ordenadamente enfileirados, tendo à sua frente as professoras, vestidas com um conjunto de blazer e saia de cores escuras. Diante de toda a cena, como podemos ver na primeira imagem que compõe a Figura 1, uma aluna segura uma bandeira do Brasil, seguida de outra, que porta uma flâmula com o nome da escola. Nesta imagem em específico, a professora encontra-se com uma camisa branca, tal como os estudantes. Muitas pessoas assistem ao desfile, posicionadas na calçada e, em frente a elas, fora da calçada, verificamos a presença de homens fardados que acompanham a passagem dos estudantes. Não foi possível identificar a rua pela qual o desfile passava no momento da captura da imagem, mas inferimos que se trata do centro da cidade.

⁸ Os Atos Institucionais marcaram a ruptura democrática brasileira, com o golpe civil-militar que destituiu, em 31 de março de 1964, o presidente João Goulart (1961-1964). Os Atos Institucionais em vigor na data da imagem (1965) eram o AI-1, “[...] que forneceu ao governo do General Castello Branco o instrumento jurídico que permitiu encarcerar milhares de pessoas”, e o AI-2, “[...] que suprimia as eleições por voto popular direto para presidente da República e extinguiu todos os partidos políticos então existentes” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 456-457).

A intenção de despertar o patriotismo e o sentimento de pertença em relação ao país se estende às celebrações relacionadas à cidade de Novo Hamburgo, que, no período aqui abordado, passava por um processo de urbanização e industrialização. Nesse sentido, há registro de um desfile alusivo ao aniversário de emancipação do município de Novo Hamburgo em relação à São Leopoldo no ano de 1952. Na ocasião, os estudantes do Grupo Escolar desfilarão portando uma faixa com os dizeres “*O G.E. Antônio Vieira saúda N. Hamburgo em sua data magna*”. Os meninos vestem camisas brancas e calças escuras, enquanto que as meninas usam vestidos brancos. As professoras estão vestidas com blazer e saias escuras, o que indica que esta era uma vestimenta recorrente neste tipo de celebração. Da mesma forma, evidencia-se a intenção em fazer uma composição destoante entre docentes e discentes.

Ainda observando a Figura 1, sobretudo a fotografia de baixo e à esquerda, percebemos a prática de exercícios físicos realizados por um grupo de alunos do GE em um espaço aberto, possivelmente no pátio da escola. Neste registro, aparecem apenas meninos vestindo uniforme padrão, bermuda escura e regata clara. Os mesmos não aparentam estar em uma aula de educação física comum, pois se encontram organizados e dispostos como em uma coreografia. Alguns alunos organizam com seus corpos uma espécie de base para erguer colegas que estão segurando duas bandeiras cada, as quais aparentam ser de países distintos. A partir dessa imagem, podemos perceber a forma como eram conduzidas as práticas envolvendo atividades físicas, indicando que a cultura escolar da instituição no período abordado era marcada por certa diversidade, mas também por elementos tradicionais e recorrentes no cenário do contexto.

Tecendo algumas palavras finais...

Ao refletirmos sobre a discussão desenvolvida neste artigo, observamos a potência em se pensar as instituições escolares por meio do conceito de cultura escolar e adjacentes. Embora tenha se detido em um recorte temporal enxuto, o estudo revela nuances da instituição que possibilitam perceber a diversidade de experiências e movimentos que acontecem em espaços como este. Nesse sentido, estudos como o nosso permitem perceber que o que acontece em uma escola vai muito além do que se passa em uma sala de aula, no sentido estrito do termo.

Assim, ao pesquisarmos a instituição em tempos passados, vemos práticas que destacam um fazer dinâmico e interligado a elementos que extrapolam as paredes e limites do Grupo Escolar. As imagens analisadas mostram práticas e atividades conectadas com datas festivas, assim como com celebrações nacionais e municipais. Certamente, tais ações não são exclusividade do

GE Antônio Vieira, mas os modos de conduzi-las e a preocupação em guardar tais registros se constituem como movimentos singulares.

Além disso, outro aspecto que chama a atenção ao abordar a história da escola neste período é a questão dos prédios de suas instalações. Observamos que, por muito tempo, o grupo escolar funcionou em um espaço inadequado, o que acabou por gerar uma tragédia inclassificável. Este fato é um exemplo do descaso que permeia o quadro educacional do país ao longo dos anos. A precariedade das instalações, somada ao descaso do poder público, é uma situação recorrente quando se trata da educação pública.

Estudos como o deste artigo e os demais presentes nesta pesquisa possibilitam um novo e atento olhar sobre a história das instituições escolares e a importância de salvaguardar momentos significativos que tornam o espaço escolar singular e central na vida de todas as sociedades. Esse movimento permite problematizar e articular as distintas culturas e experiências escolares, democratizando o acesso a este espaço e a construção de novas percepções.

Referências

- ALMEIDA, D. B.; GRIMALDI, L. C. Entre gestos de guardar e atos de testemunhar: O arquivo de memórias da Faculdade de Educação/UFRGS. **EDUR – Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 36, 223025, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/edur/a/pjkNXfCgYMNpp5q6rqmWkHb/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2021.
- BARROS, J. A. **Fontes históricas**: introdução aos seus usos historiográficos. Petrópolis: Vozes, 2019.
- CERTEAU, M. de. **A escrita da história**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.
- CHARTIER, R. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Memória e Sociedade. Algs: Difel, 2002.
- CHARTIER, R. Defesa e ilustração da noção de representação. **Fronteiras**, Dourados, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul./dez. 2011.
- FURTADO, A. C. Os arquivos escolares e sua documentação: possibilidades e limites para a pesquisa em História da Educação. **InCid: Revista da Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 2, p. 145-159, jul./dez. 2011.
- GIL, N. “Pequenos focos de luz”: as escolas isoladas no período de implantação do modelo escolar seriado no Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 16, n. 2 (41), p. 261-284, abr./jun. 2016.
- GRAZZIOTIN, L. S. S.; ALMEIDA, D. B. **Colégios elementares e grupos escolares no Rio Grande do Sul**: memórias e cultura escolar – séculos XIX e XX. São Leopoldo: Oikos, 2016.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, n.1, p. 9-43, jan./jun. 2001.

LUCA, T. R. de. Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 111-153.

MAGALHÃES, M. L. **Entre a Preteza e a Brancura Brilha o Cruzeiro do Sul**: Associativismo e Identidade Negra em Uma Localidade Teuto-Brasileira. 2010. 219 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo / RS.

MAUAD, A. M. **Poses e Flagrantes**: Ensaio sobre história e fotografias. Niterói: UFF, 2008.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

NOVO HAMBURGO. **Lei nº 13, de 18 de junho de 1960**. Autoriza o prefeito municipal a celebrar termo de acordo entre a comissão estadual de prédios escolares e a prefeitura municipal de Novo Hamburgo para aquisição, por desapropriação do terreno destinado a construção do prédio do Grupo Escolar “Antonio Vieira”. Disponível em: <<https://shortest.link/Bw9>>. Acesso em: 15 jul. 2021.

PERES, E. **Aprendendo formas de ensinar, de pensar e de agir** – a escola como oficina da vida: discursos pedagógicos e práticas escolares da escola pública primária gaúcha (1909-1959). 2000. 507 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

PETRY, L. **O município de Novo Hamburgo**. São Leopoldo: Rotermund, 1959.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SELBACH, Jeferson Francisco. **Novo Hamburgo 1927-1977**: os espaços de sociabilidade na gangorra da modernidade. 1999. 370 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

SOUZA, Q. K. G. de. **A bela rosa e seus espinhos**: semeando a preservação do bairro Hamburgo Velho (1970-1980). 2018. 122 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo/RS.

SOUZA, J. E. de (org.). **Escola no Rio Grande do Sul (1889-1950)**: Ensino, cultura e práticas escolares. Caxias do Sul/RS: Educs, 2020.

VIÑAO FRAGO, A. Historia de la educación y historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. **Revista Brasileira de Educação**. set./out./nov./dez. 1995.

II.

GRUPO ESCOLAR
NA SERRA GAÚCHA

Movimentos e a emergência do grupo escolar de Antônio Prado/RS (1918-1930)

Manuela Ciconetto Bernardi

Introdução

O começo da década de 1920, em Antônio Prado – RS, ficou marcado por ser um período diferenciado na escolarização pública (BERNARDI, 2020). A emergência, o rodízio e, posteriormente, a consolidação das aulas públicas passaram a se tornar realidade por ser a década de 1920 um momento de difusão das escolas e de uma educação pública acessível para as crianças moradoras da pequena localidade interiorana de Antônio Prado – RS, que até então sofria com a falta de escolas¹.

Nesse sentido, os movimentos para a criação do primeiro grupo escolar² foram realizados a partir de 1918. Apesar das trocas de gestão³, as ações contínuas das várias administrações culminaram na ascensão do grupo escolar em 1926 na sede de Antônio Prado – RS. Este é o objeto de estudo deste capítulo, visando analisar os movimentos para a sua emergência e primeiros anos. Esta instituição escolar foi escolhida por ter um significado social reconhecido (NOSELLA; BUFFA, 2013), tanto por ser o primeiro grupo escolar, como pela densidade histórica que assumiu no decorrer do tempo e por ainda existir atualmente como Colégio Estadual Professor Ulisses Cabral.

Para tal, penso na categoria que Santos e Vechia (2019, p. 2) também utilizaram e denominam como *temporal*, já que irá abranger “os surgimentos [...] na trajetória institucional”; aqui a utilizo pensando nos movimentos pré, a instalação em si e o período após a emergência. Como aporte teórico-metodológico utilizaram-se as abordagens da História da Educação e a História Cultural. A empiria provém de fontes que em sua maioria são do Arquivo

¹ Para informações sobre o surgimento das escolas em Antônio Prado até 1920, consultar Bernardi (2020).

² O Grupo Escolar a que este trabalho se refere é o Ulisses Cabral, denominação recebida somente em 1938.

³ Após mais de duas décadas de gestão da Administração de Innocencio de Mattos Miller, até findar o período de recorte dessa pesquisa, há mais duas trocas de gestão.

Histórico Municipal de Antônio Prado, valendo-me da utilização deles sob vários enfoques (NOSELLA; BUFFA, 2013).

O recorte temporal refere-se ao primeiro movimento localizado em documentos que citam a necessidade da criação de um Grupo Escolar na localidade em 1918; já o segundo corresponde à ênfase no movimento do Grupo sem incluir décadas de história, fixado pela carta do Diretor José Fialho de Vargas em 1930. Nesse período entram os movimentos e ações que incentivam a sua criação, a emergência dele e os quatro primeiros anos de sua existência.

O trabalho foi estruturado em seções; após esta introdução, contextualizo o local investigado, buscando compreender o contexto e principalmente as questões políticas e a Administração, por ser onde ocorreram os movimentos investigados e o acompanhamento do grupo escolar; sigo para os movimentos da criação do grupo, ocorridos com as movimentações, requerimentos e pedidos realizados bem antes da sua real efetivação; seguem a emergência e os anos iniciais do grupo, a localização, a frequência e a utilização. Por fim são realizadas as considerações finais.

Antônio Prado/RS: contexto histórico

Antônio Prado – RS é um município localizado na Serra Gaúcha. A sua emergência inicia em 1886, com o fluxo e a demanda por novas terras, já que localidades vizinhas da Região Colonial Italiana (RCI) estavam preenchidas e colaboraram para a emergência da “[...] colônia de Antônio Prado [que] foi fundada em 14 de maio de 1886, sendo a sexta e última das chamadas ‘antigas colônias da imigração italiana’” (BIAVASCHI, 2011, p. 174).

Em sua maioria, imigrantes italianos foram estabelecidos, assim como a colonização da RCI à qual pertence (COSTA, 2007). A ocupação territorial ocorreu de forma acelerada e “deve-se ao trabalho sério, intrépido e contínuo dos técnicos que constituíram a Medição de Lotes” (VELHO, 2008, p. 140); o local, pertencente à jurisdição do município de Vacaria – RS, atingiu autonomia administrativa e, por isso, foi emancipado em 11 de fevereiro de 1899 (BIAVASCHI, 2011).

Sob a administração do Intendente Innocencio de Mattos Miller, as primeiras décadas foram marcadas pela presença republicana por 24 anos no poder (BIAVASCHI, 2011). E, apesar do longo período em que administrou, licenciando-se apenas por três anos em favor do vice, é possível ver brigas políticas⁴ ao longo de todo o período.

⁴ Para um aprofundamento nessas questões cf. Biavaschi (2011) e Bernardi (2020).

No que se refere à educação, a emergência das escolas ocorreu de forma informal, principalmente devido à falta de aporte; com a emancipação em 1899 houve algumas melhorias, todavia, ela se caracteriza por sinuosidades tanto no que se refere à permanência de professores quanto ao deslocamento de escolas, situação que muda paulatinamente com o Decreto n. 1.895/1912, indutor e promotor de sucessivas subvenções para a localidade (BERNARDI, 2020).

Com certa estabilização nas escolas e professores, além do incremento de aulas públicas, em 1920 é criado um colégio pelos Irmãos Maristas, com aulas para meninos na sede. Assim, tem-se em meados da década de 1920 uma quantidade considerável de aulas públicas⁵, um colégio das Irmãs de São José e um Colégio Marista (BARBOSA, 1980).

Em termos políticos, após duas décadas no poder de Innocencio de Mattos Miller, intendente de Antônio Prado desde 1899, em meados de 1920 vê-se “a decadência política [...] [que] dá-se a partir de um constante processo de desprestígio” (BIAVASCHI, 2011, p. 180). Innocencio “deveria assumir o cargo até agosto de 1923 mas o entregou para o vice-intendente, ex-professor de Nova Roma, Caetano Reginatto [...] em dezembro de 1922” (BIAVASCHI, 2011, p. 181).

Deste momento em diante, Caetano teve seu mandato caracterizado por um período de entraves políticos e consequentes dificuldades administrativas em virtude da difícil situação financeira encontrada por ele (BIAVASCHI, 2011). Caetano administrou a localidade até a entrada de Francisco Marcantônio, que o fez de agosto de 1927 até julho de 1935 (COSTA, 2007); o mesmo autor explica que a gestão de Francisco foi caracterizada pela quantidade de obras, como usina e pontes.

E é com estes intendentess que florescem as discussões sobre a necessidade de um grupo escolar e a emergência de fato da instituição; dessa forma, entende-se que o contexto influencia o fenômeno educacional, mostrando a dimensão de um processo pedagógico em evolução que inclui os vários sujeitos envolvidos (GATTI JÚNIOR; PESSANHA, 2005), tanto no espaço interior como no exterior, pelo cenário social e político.

⁵ Prefiro não pontuar a quantidade, pois, apesar da sinuosidade ter diminuído, o incremento fez com que o número variasse; todavia, nesse período existiam mais de 20 aulas públicas em Antônio Prado.

Movimentos para a criação do grupo escolar

Foi possível estabelecer que os movimentos para a criação do grupo escolar iniciaram quase uma década antes da sua real efetivação. Em registros da Intendência de 1918, ainda da gestão de Innocencio de Mattos Miller, evidencia-se a necessidade da criação de um grupo escolar. A utilização de fontes de pesquisa como as utilizadas aqui é pautada pela abordagem decorrente da escola dos *Annales*, que extrapola a investigação de fontes tradicionais de pesquisa e considera outras fontes que apoiem a história da educação (NOSELLA; BUFFA, 2013). O documento localizado pode ser verificado a seguir

É uma necessidade para o desenvolvimento da instrução elementar da nova geração, ainda muito incipiente, a criação de **um colégio**, ou pelo menos de **um grupo escolar** na sede do Município. Por tal melhoramento, cuja falta é tão sensível, não tenho deixado de me empenhar, e confio que o benemérito Governo também neste ponto virá ao encontro das nossas aspirações e justos empenhos⁶ (AMHAP, grifo nosso, 1919).

Nesse período, a localidade contava com um colégio particular, o das Irmãs de São José na sede⁷, e com aulas públicas espalhadas pelo território, em sua maioria subvencionadas pelo Governo Estadual. A criação do Colégio Marista, já mencionado, ocorrida em 1920, possivelmente supriu parte da necessidade que já era apresentada por Innocencio em 1918. Assim, vemos que não surgem colégios ou grupos escolares de 1918 a 1920.

A emergência dos Maristas parte principalmente das ações que a comunidade assumiu ainda em 1919, quando se formou uma Comissão Pró-Colégio (CASAROTTO, 1988), que negociou a instalação junto ao Superior dos Irmãos Maristas. A Comissão auxiliou com os encargos, e a Intendência com a verba para a manutenção (BERNARDI, 2020). E, ao que tudo indica, o Colégio Marista supriu parte do déficit da instrução pelo menos até a emergência do grupo escolar estudado.

A situação permanece inalterada até que, investigando os registros, é possível ver, pelos relatórios anuais, o Intendente Caetano Reginato expor em 1924 “continuo a esforçar-me pelo aumento de escolas e da criação de um grupo escolar nesta vila” (AHMAP, 1925a, p. 4). Seis anos após o primeiro registro da necessidade pela Intendência, percebe-se que a questão permanece inalterada, e, em abril de 1925, uma carta de Caetano é endereçada ao Secretá-

⁶ Todas as citações diretas foram adaptadas para a ortografia vigente a fim de facilitar a compreensão do leitor.

⁷ Que atendia meninas e meninos até 10 anos (CASAROTTO, 1988).

rio do Interior e Exterior do Estado. Transcrevo-a em sua quase totalidade devido às informações contidas:

[...] Há vários anos esta Villa se ressentia seriamente de falta ou escassez de ensino, que vem sendo apenas administrado por dois colégios particulares, um de maristas outro de freiras, cuja maior preocupação é o ensino religioso, esquecendo por completo assim a cívica, que devido ao elevado preço hoje cobrado por estes dois estabelecimentos de ensino, uma média de cinco a oito mil reis por aluno, muitos pobres ficam privados da necessária instrução. Existe nos subúrbios da vila duas aulas estaduais, apenas que por falta de pessoal docente e mesmo pela não muita competência dos que nelas atualmente funcionam, longe estão de preencher os fins. Assim sendo e confiando em vosso sobejante e conhecido zelo, por tudo que diz respeito a Instrução da mocidade pede a valiosa interferência de V. E. junto ao Benemérito Governo do estado, **para criação aqui, com a possível brevidade, de um Grupo Escolar**, que poderá contar com a matrícula de uns duzentos alunos nunca menos. Esta Intendência em falta de um prédio apropriado obrigar-se-ia a ceder o andar superior do edifício para o grupo ali funcionar pelo tempo que se tornar necessário. Este local é amplo e bem arejado uma vez bem compartilhado prestar-se-ia admiravelmente ao fim (AHMAP, grifo nosso, 1925b).

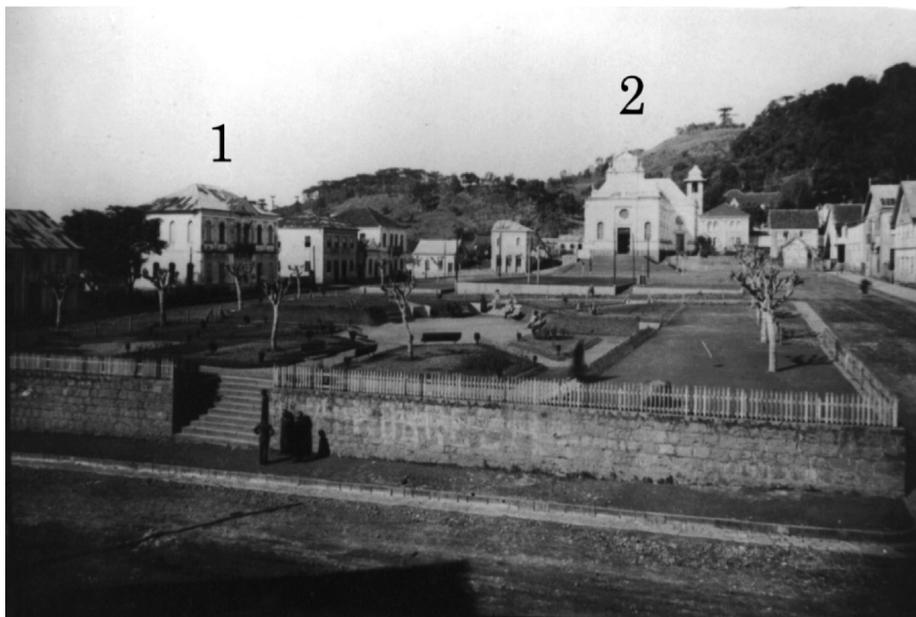
Essa carta nos mostra o quanto a Intendência estava empenhada na criação do Grupo Escolar, até disponibilizando o espaço da própria Administração; ao menos era uma intenção que gostaria de colocar – isso se pensarmos criticamente no documento apresentado como a História da Educação e a História Cultural propõem ao analisá-los (NOSELLA; BUFFA, 2013) – vemos também a intenção de questões cívicas, já que os colégios particulares eram de cunho religioso, o que convergia com a intenção da Administração e principalmente do Período ao inculcar normas e valores. A carta nos revela um pedido do Intendente, porém não localizei a resposta à sua solicitação, exceto o Relatório de 1925, em que se explica o desfecho:

Atendendo ainda a necessidade do ensino e consoante desejo unanime da população local, solicitei do Governo do estado a criação de um Grupo Escolar para a Sede, o qual sempre zeloso, especialmente no que concerne à instrução publica, **prometeu prontamente atender a esse desideratum**, devendo o Grupo ser aqui instalado em março do ano próximo. Não havendo atualmente prédio apropriado para tal fim, ofereci, de momento, o andar superior do prédio municipal, que após o exame regulamentar, espero será aceito (AMHAP, grifo nosso, 1926, p. 5-6).

Dessa forma, é possível compreender que o pedido foi acatado pelo governo estadual com a pretensão de efetivação para março de 1926, justamente como ocorreu. Com relação à localização, a instalação inicial foi feita em um prédio alugado pela intendência (BARBOSA, 1980), com localização a uma

quadra da praça central da sede. Logo, não foi aprovado o andar superior do prédio municipal, e a Intendência necessitou alugar um espaço para este fim. A praça pode ser visualizada na figura a seguir.

Figura 1: Praça de Antônio Prado [192-?]



Fonte: Reprodução de Foto Bernardi Ltda

O nº 1 indica a Intendência; o 2, a Igreja Matriz. Infelizmente não foi possível recuperar uma imagem da instalação do Grupo Escolar na época da inauguração. Quanto à localização, Barbosa (1980) explica que o Grupo Escolar passou por vários locais, todos próximos à sede, sendo o último e atual estabelecido em 07 de setembro de 1942, a uma quadra da praça. Infere-se então que houve um longo período entre as primeiras ações para a real efetivação da emergência do Grupo Escolar. Na seção seguinte, investigo sua emergência e os primeiros anos de funcionamento.

Grupo Escolar de Antônio Prado: a emergência e os anos iniciais

O grupo escolar foi criado durante a gestão de Caetano Reginato, em 25 de março de 1926 pelo Decreto nº 3.618/26 e iniciou suas atividades em 29 de abril, com a direção de José Fialho de Vargas. Cabe destacar dois pontos que chamam a atenção: Caetano foi professor em Antônio Prado e é uma figura

presente em diversas ações da Intendência; dessa forma, é possível imaginar a importância da criação do Grupo Escolar para ele como ex-professor, inclusive ao verificarmos os movimentos que ele realizou. O segundo ponto é que José, que assumiu como diretor, foi professor na década de 1910 em escolas estaduais públicas da localidade e, posteriormente, foi secretário da Intendência (BERNARDI, 2020); assim, compreendem-se as relações e uma possível motivação para a designação da função; retomarei essa questão ao tratar dos futuros diretores.

O Grupo Escolar Ulisses Cabral, na época apenas designado como Grupo Escolar de Antônio Prado – RS (BARBOSA, 1980), nos primeiros meses de funcionamento teve um total de 203 alunos matriculados, sendo 139 meninos e 64 meninas. A frequência total ficou em 183, sendo 123 meninos e 60 meninas (AHMAP, 1926). Essas informações o diretor José enviava diretamente à Intendência, já que esta auxiliava financeiramente na manutenção; estes registros eram arquivados pela mesma.

Cabe retomar brevemente a questão da matrícula; a promessa na carta do Intendente Caetano (AHMAP, 1925b) de manter no mínimo duzentos alunos foi cumprida nessa fase inicial e também pode ser pensada de modo a auxiliar na compreensão e supor o motivo das aulas não se desenvolverem no andar superior da Intendência, já que 200 alunos ou mais necessitavam de instalações apropriadas para o desenvolvimento das atividades de ensino.

Com a troca de Intendente, Francisco Marcantonio assume a gestão: em 1927, funcionavam 27 aulas municipais subvencionadas pelo Estado, uma aula isolada, o grupo escolar com um diretor e três professores, além de três colégios particulares (AHMAP, 1928). Após um ano, em 1928 Francisco declara que “é satisfatória a instrução pública neste município” (AHMAP, 1929, p. 4), mostrando que, de fato, o grupo escolar conseguiu abarcar, ao menos até o período, as crianças que necessitavam do ensino público.

No primeiro semestre de 1928, havia 185 matrículas, sendo 129 de meninos e de 56 meninas; já a frequência se manteve em 160, sendo 117 meninos e 43 meninas (AHMAP, 1929); um número pouco inferior do ano de inauguração, mas compatível com a quantidade de moradores, já que Antônio Prado possuía a especificidade de variação no número e êxodo da população (BARBOSA, 1980); mesmo assim, a quantidade mostra a importância da criação do grupo escolar. Foi localizada uma carta datada de 21 de julho de 1930 do diretor José Fialho de Vargas encaminhada ao delegado escolar; transcrevo-a abaixo:

Tendo-me o Sr. Inspetor Alfredo Avelino manifestado vivo empenho pela criação de aulas noturnas gratuitas para a extinção do analfabetismo, pron-

tificaram-se as Exmas. professoras a auxiliar-me neste serviço, leccionando **no edifício do Grupo Escolar**, a contar de 28 do corrente, grátis, duas vezes por semana, os analfabetos de um e outro sexo, de 1º e 2º livro, que vos dignardes encaminhar. De minha parte mantenho no curso noturno de minha direção, atualmente, dois alunos gratuitos e receberei grátis diariamente os analfabetos do sexo masculino, que o quiserem frequentar. Levo ao conhecimento de V. Senhoria, esta iniciativa, aliás generalizada em todo o Estado, certo que das dignas autoridades do ensino advirá para ela a maior cooperação possível. Saúde e fraternidade. O Diretor José Fialho de Vargas (AHMAP, 1930).

Ela permite ver que existia um movimento de erradicação do analfabetismo; é cabível pensar que o déficit de escolas até 1920 havia gerado uma quantidade substancial de analfabetos, apesar de estes não serem a maioria da população (BERNARDI, 2020). Assim, além da expansão das aulas e da criação do Colégio Marista e então do Grupo Escolar, era necessário atingir a população que não tivera acesso ao ensino em tenra idade.

Desta forma, supõe-se que, em virtude da estrutura disponível no edifício do Grupo Escolar, este foi disponibilizado para aulas duas vezes por semana aos analfabetos. Chama a atenção a iniciativa gratuita e a disponibilidade das professoras em dar as aulas; pela carta, percebe-se que isso não estava restrito ao município, mas era um movimento de cooperação para sua efetivação.

Com relação aos sujeitos, José Fialho de Vargas permaneceu na diretoria até 1938; posteriormente foram diretoras do grupo Maddalena Meneguzzo e Adolfina Wisintainer. Maddalena foi designada para as aulas públicas de Antônio Prado ainda em 1902, quando atuou, na sede, em escolas estaduais. Dessa forma, inferem-se as relações entre os sujeitos com o grupo escolar e principalmente entre os sujeitos que atuavam especificamente em escolas estaduais públicas do período.

Pelo Decreto n. 3.618, datado de 21.11.1938 (SEDUC-AP), o Grupo, em homenagem ao professor Ulisses José da Costa Cabral⁸, recebeu a denominação de Grupo Escolar Prof. Ulisses Cabral e depois de Escola Estadual de 1º Grau Professor Ulisses Cabral, designação feita pela Resolução n. 111/74-CEE, através do Decreto n. 28.314 de 16 de fevereiro de 1979 (SEDUC-AP).

⁸ Nascido em Porto Alegre em 24 de setembro de 1885, fundador do Ateneu Brasileiro, importante estabelecimento da época.

Conclusão

Neste capítulo, foi realizada a análise dos movimentos e da emergência do Grupo Escolar de Antônio Prado – RS entre os anos de 1918 e 1930, tendo como ênfase a fase prévia, durante e logo após a instalação do Grupo. O esforço de investigação das evidências históricas foi suficiente para uma construção inicial de interpretação e, por isso, permite e instiga para um aprofundamento da temática. O trabalho foi estruturado em seções, em que foram explorados o contexto histórico, questões políticas e da Administração. Também percorremos os movimentos para a criação do Grupo Escolar, os pedidos e requerimentos realizados antes da efetivação, seguido da sua emergência e dos quatro anos iniciais.

Foi possível que os movimentos para a criação do Grupo Escolar ocorreram entrelaçados por questões políticas e administrativas quase uma década antes da sua efetivação, sendo sua criação postergada por causa da criação do Colégio Marista em 1920, mas incentivada pela necessidade da ênfase no ensino cívico de forma gratuita.

Na emergência, que ocorreu em 1926, percebe-se uma constância na quantidade de alunos. Com relação à localização, o prédio, apesar da Intendência oferecer o andar superior para as atividades, localizou-se em estrutura própria, perto da praça, mudando diversas vezes de local até a sua permanência definitiva a uma quadra da praça. A estrutura também foi utilizada em 1930 para oferecer aulas noturnas a adultos analfabetos.

Referências

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO. Grupo Escolar de Antônio Prado. Carta de José Fialho de Vargas datada de 21 de julho de 1926. 1926.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO. Relatório apresentado ao Conselho Municipal na sessão ordinária de 12 de outubro de 1918 pelo intendente Innocencio de Mattos Miller e Lei do Orçamento as receita e despesa para o exercício de 1919. Porto Alegre: Oficinas gráficas d'A Federação, 1919.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Antônio Prado pelo Intendente Caetano Reginato em 23 de dezembro de 1924. Caxias: Typographia Mendes, 1925a.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO. Carta endereçada ao Exmo. Secretário do Interior e Exterior. 16.04.1925b.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Antônio Prado pelo Intendente Caetano Reginato em 12 de outubro de 1925. Porto Alegre: Oficinas gráficas d'A Federação, 1926.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Antônio Prado pelo Intendente Francisco Marcantonio em 1927. Caxias: Livraria Mendes, 1928.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Antônio Prado em 12 de outubro de 1928 pelo Intendente Francisco Marcantonio e Lei do Orçamento para 1929. Antônio Prado: Typographia Cesa, 1929.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO. Carta endereçada ao Delegado Escolar pelo Diretor José Fialho de Vargas. 21 jul. 1930.

BARBOSA, F. D. **Antônio Prado e sua história**. Porto Alegre: EST, 1980.

BERNARDI, M. C. **Processo de escolarização em Antônio Prado – RS (1886-1920): culturas e sujeitos**. Dissertação (Mestrado). Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul. 2020. Disponível em: <<https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/6728>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

BIAVASCHI, M. A. C. Coronelismo na região colonial italiana: Antônio Prado (1903-1928). **Historiae**, Rio Grande, v. 2, n. 3, p. 171-186, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/hist/article/view/2617/0>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

CASAROTTO, C. M. **Antônio Prado: 50 anos da presença Marista**. Porto Alegre: Dimensão, 1988.

COSTA, R. **Povoadores de Antônio Prado**. Porto Alegre: EST, 2007.

Decreto n. 1895, de 23 de dezembro de 1912. *In*: Relatório apresentado ao Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protasio Antonio Alves, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, 1913, p. 288-290. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/189956>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

GATTI JÚNIOR, D.; PESSANHA, E. C. História da educação, instituições e cultura escolar: conceitos, categorias e materiais históricos. In: **História da educação em perspectiva: ensino pesquisa, produção e novas investigações**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

NOSELLA, P.; BUFFA, E. **Instituições escolares: por que e como pesquisar**. Campinas, SP: Alínea, 2013.

SANTOS, A. V. DOS; VECHIA, A. As escolas que construímos: a história de instituições escolares na Revista Brasileira de História da Educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 19, p. e062, 16 jun. 2019. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/47235>>. Acesso em: 11 fev. 2021.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DE ANTÔNIO PRADO (SEDUC-AP). Registros arquivados sobre o Colégio Ulisses Cabral. [19—].

VELHO, A. Antônio Prado: três momentos importantes da sua história. In: ENCONTRO DOS MUNICÍPIOS ORIGINÁRIOS DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA, 17., 2006, Antônio Prado; GUZZO, D. B.; BACCARIN, O.; BARROSO, V. L. M. ANTÔNIO PRADO PREFEITURA MUNIC. **Anais...** Porto Alegre: EST, 2008. p. 139-166.

- 8 -

**De Collégio Ellementar (1914) a
Grupo Escolar Estadual José de Alencar (1918)
em São Francisco de Paula:
o contexto inicial dessa instituição escolar
nos Campos de Cima da Serra**

Dilnei Abel Daros

Ao escrever sobre os primeiros momentos de instalação do Grupo Escolar Estadual José de Alencar em São Francisco de Paula/RS, em 1918, levo em consideração o entrelaçamento de vários elementos; muitos deles não são aqui abordados com profundidade em razão do limite de espaço para a referida publicação, mas mesmo assim permeiam essa escrita. Considero relevante que o leitor possa também refletir sobre esse momento não como um fato ocorrido de maneira isolada, mas resultado das dinâmicas relacionadas com a instrução naquele período e município com seu contexto cultural, político, social, econômico, religioso e também territorial/geográfico.

O município de São Francisco de Paula está localizado na região nordeste do Rio Grande do Sul, microrregião dos Campos de Cima da Serra; como se observa no mapa da região, ela é caracterizada geomorfologicamente por elevada altitude, predomínio de vegetação rasteira constituída por gramíneas utilizadas na pecuária extensiva, bem como por extensas áreas de campos abertos e presença de plantios e reflorestamentos, fruticultura e horticultura.

Figura 1: O município de São Francisco de Paula no mapa do Rio Grande do Sul



Fonte: Elaborado por Samanta Vanz (2019)

A densidade populacional atual é de 6,27 hab./km² (IBGE, 2010); a população é de 21.801 habitantes (IBGE, 2020), o que indica vazios demográficos, visto que o tamanho do município é de 3.317,858 km². A condição de grandes distâncias entre a “vila” e as propriedades da maior parte da população (o maior percentual, na década estudada, residia na área rural), indica uma forma de hierarquia social característica daquela região, como mencionam Grazziotin e Almeida referindo-se ao município vizinho, Bom Jesus: “Os camponeses que foram os primeiros habitantes certamente viveram isolados e sujeitos aos donos das propriedades, em acordo com a matriz de oligarquia rural do estado e do país” (GRAZZIOTIN; ALMEIDA, 2012, p. 51).

O clima na região apresenta predomínio subtropical com invernos rigorosos e verões amenos, tendo boa distribuição de chuvas. Há nevoeiros constantes em função da localização, com contraste reconhecido de ar frio entre a proximidade dos cânions dos Aparados da Serra e parte da Serra Geral em direção ao município de Taquara, caracterizado pela presença de ar quente. O choque de massas de ar com temperaturas diferentes favorece o fenômeno da “cerração”, um nevoeiro espesso (AURÉLIO, 2021).

Observando o tamanho atual do município, percebe-se que, ele mesmo após os movimentos emancipacionistas e de anexações que fizeram parte dos contextos municipais pelo país até a década de 1990, continua com uma área extensa e características que apresentam certo grau de similaridade com o seu passado em relação aos aspectos dos setores produtivos, mantendo um percentual significativo de vínculo com atividades extrativistas ligadas à exploração da madeira, pecuária extensiva e fruticultura, sendo a agricultura de modelo extensivo agroexportador a última tendência chegada aos campos desse local. De acordo com os dados da Fundação de Economia e Estatística contidos na obra “Censos do Rio Grande do Sul 1803-1950”, no período em que o Grupo Escolar de São Francisco de Paula é inaugurado (1918), o município tinha 6.830 km², de população predominante na área rural. Índícios relacionados à instrução naquele local indicam a existência, em 1912, de casas particulares onde ocorria a instrução de estudantes, como faz menção Faria (1914): “contava com 12 aulas e 546 alunos¹”, por meio do atendimento de professores particulares.

Em 1914 é criado o Collegio Municipal Bento Gonçalves, que, a partir de 1918, tornou-se o Grupo Escolar Estadual José de Alencar, pelo decreto nº 2.333 de 22 de março de 1918, passando a ser gerido pelo Estado do Rio Grande do Sul. Esse fato nos remete necessariamente a identificar historicamente aquele período em que essa instalação vai ocorrer e também o contexto relacionado com a educação no Brasil, no Estado e na região daquele município. Em relação ao uso do nome grupo escolar, Souza (2016, p. 9) indica que “o termo nem sempre representou a estrutura institucional e arquitetônica destes tipos de escolas, pois o termo também foi utilizado [...] para designar escolas reunidas”. Essa escola, nos primeiros anos, atendeu a 200 alunos em média, como indicam os registros de matrícula encontrados.

Na fotografia do Grupo Escolar Estadual José de Alencar a seguir, percebem-se traços dessa localidade na época, como os uniformes dos meninos em sintonia com o estilo militar e a figura do Diretor no “centro” da imagem; há outros elementos presentes, como a postura das meninas ao sentar-se para a pose e os letreiros laterais indicando que era o mesmo prédio utilizado até 1918 como Collegio Municipal. Essa imagem também traz consigo elementos do contexto histórico da época, como a 1ª Guerra Mundial, que ocorreu nesse período, e o último e mais longo período de Borges de Medeiros à frente do Estado do Rio Grande do Sul.

¹ Optou-se por transcrever a grafia encontrada nas fontes documentais.

Figura 2: Grupo Escolar Estadual José de Alencar (1920)



Fonte: Acervo pessoal de Mamélia Souza da Rocha (2019)

A criação dos Grupos Escolares remete à Constituição de 1891, quando a responsabilidade pela instrução primária fica com os estados e os municípios em virtude da falta de verbas da União para tal empreitada. Olhando com lentes contemporâneas, esse fato nos indica que algumas regiões do Brasil, em virtude de seu desenvolvimento econômico e também de influências políticas, tiveram condições mais favoráveis do que outras não tão prósperas. Bencostta (2011) apresenta subsídios para essa interpretação, indicando em que local foi implantado pela primeira vez esse modelo escolar: São Paulo, no ano de 1893, “previa uma organização administrativo-pedagógica que estabelecia modificações profundas e precisas na didática, no currículo e na distribuição espacial de seus edifícios” (BENCOSTTA, 2011, p. 69).

O cenário de identificação dos grupos escolares, tanto em sua parte arquitetônica inovadora quanto nas práticas didático-pedagógicas que a princípio trariam uma ideia de inovação relacionada ao passado, do ambiente educacional imperial, nem sempre se concretizou, e, apesar de os discursos na época indicarem a educação como o pilar do desenvolvimento do país, assim como ocorria na Europa, havia certa distância entre a parte operacional e organizacional.

O panorama relacionado com a educação naquele município, nos primeiros anos após o último processo de emancipação (1903)², está diretamente ligado a aulas particulares que ocorriam nas residências dos professores, pelo menos até 1914, quando a Prefeitura vai subvencionar esses professores, e suas aulas passam a acontecer em uma casa comercial na Avenida Júlio de Castilhos, esquina com a D. Pedro II, onde atualmente está a Rua Henrique Lopes da Fonseca. Nesse ponto da cidade, foi instalado o primeiro Colégio Municipal, sendo o primeiro diretor Nestor Lopes Coelho.

Após quatro anos de existência, aquela escola tornou-se o Grupo Escolar Estadual José de Alencar, no dia 01 de abril de 1918, com base no Decreto nº 2.333 de 22 de março de 1918; então o referido prédio foi doado ao Estado pelo Intendente Odom Cavalcante Carneiro Monteiro, de acordo com a escritura pública que se encontra no Livro 24 de notas da Comarca, registrada em 19 de setembro de 1922. Nesse mesmo ano, parte das comemorações do centenário da independência foi realizada em frente ao Grupo Escolar, com um número expressivo de alunos.

As fontes documentais indicam que o espaço público utilizado para os eventos cívicos era em frente ao prédio do Grupo Escolar Estadual, em local amplo e de destaque, já que está localizado numa esquina central naquele período. O intendente representa o poder público e se “movimenta” naquele espaço, legitimando a existência desse poder; também é o “doador” do espaço físico para a existência da escola. A força dessa tradição vinculada aos símbolos de poder vai permanecer naquela comunidade e influenciar vários aspectos sociais e educacionais durante várias décadas, pois, como afirma Werle, “está envolvida a questão da autenticidade e o quanto uma tradição conforma indivíduos e grupos mediante práticas fixas e repetidas” (WERLE, 2012, p. 82).

Naquele momento, a escola contava com quatro professoras: Antonia Mattos, Alma Volkart, Marieta dos Santos Braga e Ursulina Paglioli de Lucena. O diretor era Anthero Gonçalves de Almeida. As aulas não foram ministradas naquele local imediatamente, em vista de problemas estruturais e da ausência de móveis para receber os alunos. As turmas passaram a ter suas aulas nas casas das professoras, e o porteiro da escola levava diariamente o livro-ponto às residências colhendo as assinaturas. Consta no Livro de Re-

² O município passou por momentos de emancipação e também de extinção, voltando a pertencer ao município-mãe, que era Taquara. Esses processos tiveram início em 24/05/1878 com a Lei nº 1152 que emancipava o município, mas em 15/03/1889 com a Lei nº 1750 foi extinto, sendo novamente emancipado pelo Decreto nº 23/12/1902 e comemorado em 07/01/1903.

gistro de Matrículas do Grupo Escolar São Francisco de Paula de nº 449.200, aberto pelo Diretor em 01 de junho de 1918, no canto superior direito, que “Este Grupo Escolar foi instalado em 10 de abril do corrente anno, mas só começou a funcionar com regularidade de maio em diante, razão porque também não se pode proceder com relação a matrícula em conformidade com as disposições dos arts. 18 e 19 do Regimento Interno e por falta de frequência”.

Nesse sentido, de acordo com registro feito em 10 de abril de 1918 pelo Diretor Antero Gonçalves de Almeida onde constam os objetos de uso com estudantes e da própria escola como móveis, é possível perceber a realidade que existe naquele momento de inauguração do Grupo Escolar Estadual e também das possíveis providências adotadas pelo Diretor a partir da mudança dos responsáveis pela manutenção daquela instituição.

Quadro 1: Mobiliário e objetos do Grupo Escolar Estadual (1918)

“Relação do mobiliário e outros objectos existentes no Grupo Escolar de São Francisco de Paula e que pertenciam ao extinto ‘Collegio Munnicipal da mesma villa’, 13 Carteiras antigas, 13 Bancos, 15 Carteiras americanas para um alumno, 2 mesas (Estas mesas pertencem à Intendência), 1 Estrado, 8 Cabides para 120 chapeos, 2 Talhas, 3 Quartinhas, 3 Quadros negros bastante usados, 3 Mappas do Rio Grande do Sul, 3 Ditos do Brasil, 1 Dito da America do Norte, 1 Dito da America do Sul, 1 Dito da Europa, 1 Dito da Africa, 1 Planisfério, 2 Quadros para o ensino de anatomia, 3 Quadros para o ensino do sistema métrico”

O Diretor

Antero Gonçalves de Almeida

Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

As fontes documentais indicam a chegada de materiais de ensino nessa instituição no ano de 1918 em quatro oportunidades, sendo registradas pelo Diretor em 11 de junho de 1918, julho de 1918, agosto de 1918 e 30 de setembro do mesmo ano. Pelo teor dos itens averbados nesses registros, bem como das quantidades e diversidade desses materiais em comparação com aqueles que foram encontrados no momento de transição entre o Collegio Ellementar e grupo escolar, percebe-se que mudanças dentro das rotinas de instrução daqueles estudantes podem ter ocorrido em virtude da quantidade de materiais didáticos recebidos no ano de instalação, em especial para a área da escrita e leitura.

O ensino apresenta como característica central alinhar leitura com linguagem materna, como corrobora Oliveira (1998): “se deve ensinar a ler como se ensina a falar”. Teve origem em Portugal, onde foi aplicado inicialmente pelo poeta e deputado de mesmo nome, e o objetivo era “aproximar ao máximo o ensino da leitura de forma maternal natural em que a mãe ensina o filho a falar” (FIGUEIREDO; VIEIRA; MONTALVÃO, 2016).

Além desse autor, observaram-se nas fontes obras de autoria de Clemente Pinto que, como menciona Tambara (2008), foi muito utilizado “no alvorecer da República e, de modo especial, no período da República Velha; vai constituir-se no livro de leitura, por excelência, da escola primária no Estado do Rio Grande do Sul”. Nesse mesmo período foram entregues 65 Leituras Escolhidas 3ª e 4ª séries, 74 Gramáticas 1º e 2º curso, 45 Língua Materna 1ª e 2ª séries e 18 Selectas Prosa e Verso, todos de autoria do referido autor.

Em relação ao número de matrículas dos primeiros anos de existência do Grupo Escolar de São Francisco de Paula, consta no Livro de Registro de Matrículas, feito pelo 1º Diretor, Antero Gonçalves de Almeida, que o número de matrículas na 1ª turma, no ano de 1918, é de 211 alunos. Esse número médio vai manter-se pelo menos na década de 1920 com alterações posteriores, como é indicado no quadro abaixo com os números obtidos nas análises dos primeiros livros de registros da Instituição.

Quadro 2: Matrículas 1918-1948

Ano	Matrículas	Ano	Matrículas	Ano	Matrículas
1918	211	1930	244	1943	392
1919	229	1931	257	1944	390
1920	223	1932	255	1945	391
1921	239	1933	213	1946	410
1922	211	1934	221	1947	423
1923	201	1935	235	1948	336
1924	142	1936	253		
1925	132	1937	261		
1926	165	1938	280		
1927	182	1939	295		
1928	190				
1929	229				

Fonte: Quadro elaborado pelo autor (2021)

Observando a quantidade de alunos que foram matriculados nas décadas indicadas no quadro anterior, percebe-se uma movimentação/oscilação de média descendente de estudantes durante a década de 20, nos primeiros 12 anos de existência daquela escola. Uma das possibilidades que explicam esses primeiros números é a adaptação de rotinas da instrução que vai se consolidando com o tempo em um único espaço e não mais nas residências como ocorria há muitos anos no ensino particular.

Nas duas décadas seguintes, os números de matrículas apresentam um incremento significativo que, conjugando esses números do grupo escolar com aqueles encontrados nas estatísticas em relação à população³ que também aumentou, podem indicar um reflexo direto; entretanto, também é necessário observar que, a partir da década de 1930, as políticas educacionais tiveram mudanças em nível nacional e, por consequência, dentro das fases que se apresentaram naquela gestão, também no estado do Rio Grande do Sul. É nesse período que ocorre a criação do Ministério da Educação e Saúde, organizando-se um sistema nacional de ensino público com reformas na área de instrução que pode ter contribuído para o aumento de estudantes naquela escola.

O primeiro diretor foi Antero Gonçalves de Almeida, que fará a transição entre Colégio Elementar Municipal e Grupo Escolar Estadual José de Alencar a partir de 1918. Essa transição não foi somente uma troca de gestores, pois percebeu-se que houve um reordenamento de vários aspectos para que a instituição pudesse funcionar. Entre esses indícios, temos a falta de verbas naquele momento, readaptação da parte física do prédio, do mobiliário e de materiais escolares, bem como a organização do funcionamento das aulas e do corpo docente.

O novo diretor é baiano de nascimento, e parte de suas primeiras responsabilidades foi fazer pedidos de empréstimo junto à comunidade da vila para a aquisição de materiais necessários para que efetivamente o prédio pudesse ser ocupado e iniciasse seu funcionamento. Puderam ser observados os registros de materiais de ensino e mobiliário pertencentes ao “Collégio Ellementar” encontrados e listados pelo primeiro diretor, em 10 de abril de 1918, bem como as primeiras listas de materiais mencionadas anteriormente, que chegaram ao Grupo Escolar em três momentos durante 1918,

³ De acordo com a Fundação Estadual de Estatística (FEE), a população de São Francisco de Paula na década de 1940 totalizava 29.389, sendo deste total 14.765 homens e 14.624 mulheres. Na década de 1950, esse número populacional está em 40.910, sendo 20.772 homens e 20.135 mulheres.

bem como sua descrição. Esses registros aqui inseridos têm a intenção de contribuir e chamar atenção, indicando que havia, de certa maneira, uma cultura escolar específica atrelada àquele cotidiano de instrução naquele tempo e comunidade específica que envolvia desde as dificuldades de administração/organização da escola no início por parte do diretor, bem como o dia a dia do corpo docente e estudantes, desde materiais, rotinas de deslocamentos, ordenado e práticas pedagógicas.

Observa-se que, pelos números do recenseamento de 1920, a maioria da população do município de São Francisco de Paula reside na área rural. Conforme o quadro a seguir e cruzando os números registrados nas primeiras turmas encontradas no Livro de Matrículas 1918/1939, confirmam-se esses indicativos. Isso nos leva a refletir sobre alguns aspectos locais como, por exemplo, se todos os alunos matriculados no grupo escolar frequentavam anteriormente o Colégio Elementar, bem como, no caso de aulas particulares, se havia espaços suficientes para essa quantidade de alunos, e como estavam distribuídas geograficamente essas residências, visto que havia predominância de população fora da área urbana.

Quadro 3: População Urbana e Rural de São Francisco de Paula (1920)

População	Quantitativo
Urbana	1.200
Rural	24.000

Fonte: Elaborado pelo autor (2021) a partir de censos 1903/1950 – FEE 1981, p. 128.

O primeiro diretor vai permanecer até outubro de 1918, e, após sua saída, o professor Adelino Pereira de Souza assume em seu lugar permanecendo até 1921 quando a primeira diretora Marieta Rita Job passou a conduzir a instituição. Entre a instalação do Grupo Escolar, em 1918, e o final da década de 1940 houve 12 trocas de direção, como mostra o quadro a seguir.

Quadro 4: Direções 1918-1948

Data de Posse	Nomes Diretoras/Diretores
22/03/1918	Anthero Gonçalves de Almeida Brito
07/10/1918	Adelino Pereira de Souza
26/09/1921	Marieta Rita Job
17/04/1922	Tácito Pires
22/04/1926	Hilda Bonher Weber
06/08/1928	Zaira Acauan Severo
11/03/1930	Sílvio Alvarez Rabelo
09/06/1937	Maria Cezira Paglioli de Lucena
03/04/1939	Luiza Wolf
15/02/1942	Horacina Borges
05/04/1943	Olinda Holmer
16/08/1948	Lélia Costa Gomes

Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

A partir das informações que o quadro indica percebeu-se que a duração das gestões estiveram alinhadas com os períodos de constituição dessa escola, sendo menores nos primeiros anos, quando ocorria a estruturação do estabelecimento, o que pode indicar dificuldades/instabilidades inerentes a momentos como aquele dentro do contexto vivido. Ao mesmo tempo há um número significativo da presença feminina nesse recorte, um total de oito diretoras, mas o tempo de permanência no cargo, pelo menos nas primeiras décadas, foi maior para os diretores. É um aspecto que, em futuros estudos, pode vir a ser respondido a partir do acionamento de mais fontes documentais.

De sua abertura como Grupo Escolar Estadual até o final da década de 1940, o “colegião”, como ficou conhecido pela comunidade, passou por algumas alterações que irão abranger, por exemplo, o estabelecimento do curso supletivo, entre 1946 e 1949 (Diretora Olinda Holmer), fechado por falta de frequência, abertura do Jardim da Infância (1949) (Diretora Lélia Costa Gomes), interrompido por falta de salas de aula, e a chegada de professoras nos cargos de direção, conforme lembra Luchese: “a historicidade das instituições escolares precisa ser entretida compreendendo-as como construções histórico-culturais” (LUCHESE, 2018, p. 56), é pertinente, como

fator agregador de conhecimentos e uma melhor visualização das quantidades de alunos que essa instituição possuía, que tenhamos os dados que estão nos Livros de Registros de Matrículas já mencionados, mas que também sejam observadas as relações de contexto da comunidade naquele período nas questões econômicas, políticas, sociais, religiosas, e geográficas.

Assim também se tem uma noção do que essa escola representou naquela comunidade em relação ao número de alunos atendidos nas décadas que antecederam a chegada do Curso Normal Regional (1953), quando a instituição se torna um centro de formação de Regentes de Ensino Primário. Percebe-se que o estabelecimento escolar manterá, com breves oscilações, a média da quantidade de alunos que o prédio permitia, sofrendo uma diminuição gradativa a partir de 1922 até 1928, sendo que o ano de 1925 é o momento que apresentou a maior defasagem de matrículas.

A partir da década de 1930, o número de alunos matriculados nessa escola passa a crescer, e a oscilação diminui, mantendo-se uma taxa de elevação em média de 10 alunos a cada ano. Observando os dados populacionais, é possível fazer uma análise superficial a partir da qual talvez se perceba que, mesmo com o aumento de matrículas na década de 1930 e o contínuo crescimento na década de 1940, como se vê no Quadro 2, ainda havia muitas crianças fora da escola.

A década de 1950 é outro momento significativo na trajetória dessa instituição, pois vai sediar a partir de então a Escola Normal Regional construída em prédio específico; em meados nos anos 1940, passou-se a oferecer o Curso Normal Regional, que supriu uma lacuna na área de formação de Regentes Primárias naquela região e no estado concretizando parte da Lei Orgânica do Ensino Normal no Brasil promulgada no final da década de 1940 e no Rio Grande do Sul do Decreto nº 3.885 de 01 de abril de 1953, através da qual são criadas cinco Escolas Normais de 1º grau, sendo uma delas em São Francisco de Paula. Esse momento da instituição, a partir dos anos 1950, não é parte desse estudo e será abordado em futuras escritas a partir de outro recorte temporal, bem como pelo acionamento de fontes documentais distintas das utilizadas nesse momento, em que o estabelecimento e os primeiros anos de existência do grupo escolar foram objetivo de pesquisa.

Considerações finais

É necessário salientar que a instalação do Grupo Escolar Estadual José de Alencar em São Francisco de Paula, no final dos anos 1910, marca o contexto da educação naquele município, bem como altera as estruturas vincula-

das à instrução que faziam parte do cotidiano até então. Considero pertinente registrar alguns elementos significativos para o campo da História da Educação e também indicar, juntamente com esses sinais que poderão surgir, novos indícios com o prosseguimento das pesquisas e novas fontes, bem como o aprofundamento de questionamentos que envolvem a instrução naquela região do Rio Grande do Sul.

O contexto histórico e econômico da emancipação do município pode ser considerado um dos motivos para a transição da gestão municipal da administração da escola para o Estado, pois talvez, naquele momento, os cofres municipais não contemplassem suporte necessário para a manutenção de despesas decorrentes de uma casa para uma escola e sua estrutura envolvendo materiais escolares, móveis, ordenado do corpo docente e adequações para aumento de demandas futuras de estudantes.

A instalação de um grupo escolar estadual vai alçar o segmento da educação naquele local para uma dimensão diferenciada. Como mencionado no parágrafo anterior, o custeio de manutenção daquela instituição pelo Estado pode ter favorecido a reposição de materiais utilizados no cotidiano escolar e a quantidade dos mesmos, bem como a chegada de móveis novos para o uso das rotinas estudantis.

Observando as listas de registros dos objetos que foram encontrados pelo novo diretor e as que sinalizam as quantidades e itens novos que chegam no decorrer do primeiro ano de funcionamento para estruturar a escola, percebe-se que existiam dificuldades significativas quando da manutenção da instituição pelo município, considerando o número de alunos que são registrados na primeira turma e que possivelmente migraram da antiga denominação, muitos deles não possuindo acesso aos materiais por uma questão de quantidades insuficientes.

Ao mesmo tempo, isso pode ser um indicativo para aprofundar estudos relacionados à compreensão da educação no período anterior e de como professores e alunos mantinham um cotidiano que envolveu processos de ensino e também de aprendizagem. Indica também como podemos analisar e entender os procedimentos da política pública local em relação a esse segmento.

Os registros que constam nas fontes documentais acionadas para esse estudo e recorte temporal indicam, entre outros, que podem ser revisitados futuramente com uma dinâmica de relações entre a oscilação do número de habitantes e de registro de matrículas, a possível influência das políticas públicas nacionais a partir da década de 1930 com a criação do Ministério da Educação e da Saúde e o fortalecimento e expansão dos Grupos Escolares

pelo Estado do Rio Grande do Sul. Também permanece, a partir desse estudo, margem para compreender o horizonte didático-pedagógico alinhado ou não à política educacional e estrutura mencionada anteriormente em relação aos materiais que chegaram à escola durante os primeiros anos de funcionamento do grupo escolar estadual em São Francisco de Paula, envolvendo autores e fornecedores específicos desses utensílios escolares.

Esse estudo não se encerra com esse capítulo, mas pode desencadear e promover futuros estudos que complementarão análises já existentes e ampliarão os questionamentos desse marco importante para a educação na região dos Campos de Cima da Serra, sendo também acionadas fontes documentais e recortes temporais distintos que colaboram para uma melhor compreensão dos contextos envolvendo a história dos Grupos Escolares.

Referências

BENCOSTTA, M. L. A. Grupos Escolares no Brasil: Um Novo Modelo de Escola Primária. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (orgs.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. Vol. III – Século XIX. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE** <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/sao-francisco-de-paula.html>>. Acesso em: 27 jul. 2021.

CAMILLO, L. C. C. **Histórico da Escola Estadual de 1º e 2º Graus José de Alencar**, 1. ed. São Francisco de Paula: Biblioteca Dr. Alfredo Lucena, 1991.

DICIONÁRIO DO AURÉLIO ONLINE. **Cerração**. 2021. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/cerracao/>>. Acesso em: 29 jul. 2021.

FIGUEIREDO, D. C.; VIEIRA, M. O.; MONTALVÃO, A. **Aspectos Didáticos e Metodológicos do Método João de Deus de Ensino de uma Escola em Portugal**. XVI Fórum de Pesquisa, ExpoUlbra; ULBRA, Canoas, 2016.

GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi S.; ALMEIDA, Dóris Bittencourt (orgs.). **Romagem do tempo e recantos da memória, reflexões metodológicas sobre história oral**. São Leopoldo: Oikos, 2012.

LUCHESE, T. A. História das instituições escolares, um olhar teórico-metodológico. In: LUCHESE, T. A.; FERNANDES, C. C.; BELUSSO, G. (orgs.). **Instituições, Histórias e Culturas Escolares**. Caxias do Sul: Educs, 2018.

OLIVEIRA, C. R. G. A. de. **João de Deus, a Cartilha Maternal e o Ensino da leitura em Portugal**; História da Educação, ASPHE/ Fae/ UFPEL, Pelotas (4): 49-56, set. 98.

TAMBARA, E. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 31, n. 17, p. 73-103, jan./abr. 2008.

WERLE, F. O. C. Invenções e tradições na história da educação. In: SIMÕES R. H. S.; GONDRA, J. G. (orgs.). **Invenções, Tradições e Escritas da História da Educação**. Vitória: EDUFES, 2012.

Grupo Escolar Frei Caneca de Flores da Cunha/RS: a presença da Caixa Escolar (1925-1940)

Rafael de Souza Pinheiro

José Edimar de Souza

Introdução

O processo migratório marca o desenvolvimento do povoado, através da chegada das primeiras levas de imigrantes italianos a partir de 1876. A presença da religiosidade torna-se um dos fatores que organizam o núcleo de Nova Trento (atual Flores da Cunha), com a construção da igreja matriz e diversos outros espaços públicos.

A educação nesse contexto é caracterizada por escolas isoladas, aulas mistas e pela presença de instituições religiosas que chegam à localidade tempos depois. Flores da Cunha, antiga Colônia de Caxias, se destaca por sua produção agrícola e de produtos, pagando altos impostos à Sede, com poucos investimentos e retornos para a localidade.

Os moradores, insatisfeitos com essas questões, perceberam que as eleições de 1924 seriam oportunidade para a conquista da emancipação política. Segundo Boscatto (1994), o momento foi aproveitado para estabelecer contatos junto ao Presidente do Estado. Por essa razão, a Comissão Emancipatória se desloca a Porto Alegre com o intuito de reiterar o pedido de emancipação, feito em outros momentos, porém sem resultado.

[...] Dr. A. A. Borges de Medeiros [...] O Presidente sabia analisar com precisão a situação política daquela época – esta argúcia o manteve no poder por mais de 30 anos – e era conhecedor, antecipadamente, de que o Partido Republicano seria derrotado em Caxias. Por isso fez a seguinte proposta ao Cap. Joaquim Mascarello e aos demais membros da Comissão Emancipacionista: “Se vocês derem a vitória ao Partido Republicano Riograndense em Nova Trento, na eleição de 3 de maio, prometo que este será por mim emancipado de Caxias” (BOSCATTO, 1994, p. 194).

Voltando a Nova Trento, e após a missa, Mascarello faz um discurso em que transmite para a comunidade ali presente as tratativas propostas por Borges

de Medeiros. Para ocorrer a emancipação, os moradores deveriam votar a favor do partido nas eleições para Presidente de Estado em fevereiro daquele ano.

Sendo assim, nas eleições, levou a vitória ao partido republicano, tendo expressivos votos em Nova Trento, como combinado com o Presidente do Estado. Em 17 de maio de 1924, Borges de Medeiros oficializa a criação do novo município pelo Decreto número 3.320. Todo esse processo político pode ser caracterizado como uma possível “troca de favores” entre o Presidente do Estado e o movimento emancipacionista.

Com a emancipação política em 1924, o Intendente Joaquim Mascarello se mobilizou junto à Secretaria e Instrução Pública para obtenção de uma instituição escolar, dando assim origem ao grupo escolar¹, inserido no núcleo de Nova Trento. De acordo com Boscatto (1994, p. 170), “em 1924, ocorre o processo de matrículas e em 1º de março de 1925 iniciam-se as aulas”. A inserção de uma construção para comportar o Grupo Escolar Frei Caneca altera a composição territorial, contemplado por outros espaços públicos. O espaço/terreno para a inserção dos grupos se caracteriza por serem lugares estratégicos, tendo uma localização privilegiada, integrando-se e distinguindo-se das demais estruturas presentes nas localidades (BUFFA; PINTO, 2002).

A representação dos grupos escolares – construída tendo como uma de suas bases a produção das escolas isoladas como símbolo de um passado que deveria ser ultrapassado, quando não esquecido – busca moldar práticas, os ritos, os símbolos escolares, produzindo e expressando, no mesmo movimento, uma nova identidade [...] (FARIA FILHO, 2014, p. 39).

Os grupos escolares podem ser caracterizados pelo agrupamento de escolas isoladas em um único prédio, objetivando diminuir gastos e aumentar a fiscalização da atividade docente e dos alunos, marcando, assim, a constituição e o desenvolvimento da escola primária. A construção de um espaço próprio para a instrução primária marca o desenvolvimento e o cuidado com os processos educacionais em Flores da Cunha.

De Grupo Escolar General Osório ao Grupo Escolar Frei Caneca

A proclamação da república no Brasil marcou o desenvolvimento dos grupos escolares em diversas regiões da Federação; segundo Faria Filho e Vidal (2000, p. 25), os grupos se “projetavam para o futuro, em que na república, o povo, reconciliado com a nação, plasmaria uma pátria ordeira e progressista”. A projeção para o futuro e o progresso torna-se uma das marcas da República, fortemente presentes no contexto educacional.

¹ Decreto nº 3.445 de março de 1925, assinado pelo governador do Estado, A.A. Borges de Medeiros.

De acordo com Faria Filho (2014, p. 39), os grupos escolares funcionam como “instrumento do progresso e da mudança” e também como forma de superação das escolas caracterizadas como ultrapassadas. A renovação do ensino por meio de seus processos e métodos faz dos grupos escolares uma construção republicana.

Introduziu uma série de modificações e inovações no ensino primário, ajudou a produzir uma nova cultura escolar, repercutiu na cultura da sociedade mais ampla e encarnou vários sentidos simbólicos da educação no meio urbano, entre eles a consagração da República (SOUZA, 1998, p. 30).

Sendo uma construção republicana, os grupos escolares se constituíram como instituição responsável pela difusão de ideais e signos do governo. A nomenclatura dos grupos deu-se como forma de homenagear os grandes homens e heróis por suas benfeitorias para o desenvolvimento e progresso da nação. No Quadro 1 é possível identificar as denominações que caracterizam o grupo escolar de Flores da Cunha ao longo de sua história e constituição.

Quadro 1: Designações do Grupo Escolar: 1925-1940

Denominações Período	
Grupo Escolar General Osório ²	1925-1927
Grupo Escolar Silva Jardim ³	1927-1936
Grupo Escolar Eduardo Marques ⁴	1936-1940
Grupo Escolar Frei Caneca ⁵	1940-1970
Escola Estadual Frei Caneca	1970-2000
Ensino Fundamental de 1º Grau Frei Caneca	
Escola Estadual de Ensino Fundamental Frei Caneca 2000-2012	
Escola Estadual de Ensino Médio Frei Caneca 2012 – até os dias atuais	

Fonte: Elaborado pelo autor (2021), a partir dos Livros de Atas

² Segundo Frazão (2021), General Osório, atuou em diversas guerras na região sul, como na Guerra dos Farrapos, Guerra do Prata e Guerra da Cisplatina. Foi eleito Senador em 1877, assumiu cargo de Ministro da Guerra e é considerado o Patrono da Arma de Cavalaria do Exército Brasileiro.

³ Antônio da Silva Jardim (1860-1891) foi um ativista político brasileiro, sendo o mais atuante propagandista da República (FRAZÃO, 2021).

⁴ Engenheiro Militar e político à frente da instalação do Estado Novo.

⁵ Opto por utilizar Frei Caneca como título da escrita por ser a identidade atual da instituição.

Por meio do Decreto⁶ Estadual de março de 1925, o Presidente do Estado autoriza o funcionamento do grupo. O Grupo Escolar General Osório foi criado em 1925, sendo instalado, no centro da localidade, na Avenida Parobé (atual Avenida 25 de Julho), próxima à Intendência Municipal, à cadeia, à praça central e à Igreja Matriz, em prédio próprio, caracterizado por uma arquitetura predominante na região, construída em madeira, apresentando-se em dois pavimentos; janelas e portas largas para melhor aproveitamento da luz natural e ventilação, conforme é possível verificar na Figura 1.

Figura 1: Dia de inspeção no Grupo Escolar, 1925



Fonte: Livro Histórias de Um Neto de Imigrantes Italianos

A criação de um espaço destinado para comportar o grupo escolar marca o desenvolvimento da localidade e o ensino público, pois até então existiam apenas as escolas isoladas e rurais, o seminário dos Freis Capuchinhos e o convento da Congregação das Irmãs São José Moûtiers, aulas subvencionadas e contratadas.

⁶ Decreto nº 3.445 de março de 1925, assinado pelo governador do Estado A.A. Borges de Medeiros.

Identifica-se que, ao longo da trajetória do Grupo Escolar até a denominação atual, nomes de generais e ativistas republicanos caracterizam e marcam o nome do grupo, como forma de perpetuar valores do governo.

A escola primária caracteriza os processos internos e organizativos, através da separação de classes (turmas) em diferentes salas, tendo à frente a figura do professor, e como responsável pela instituição o diretor. Em relação à estrutura pedagógica presente nos grupos escolares, a administração se estabelecia por meio do diretor do grupo, e era “monitorada por inspetores regionais e chefes escolares, que procuravam efetivar as determinações normativas do Estado” (TEIVE; DALLABRIDA, 2011, p. 21).

Outra característica que se apresenta nos grupos escolares é a criação do cargo de diretor, tornando-se uma novidade para o ensino. No cargo, predomina a figura masculina, que exerce papel de fiscalizador e orientador das práticas docentes, possuindo salas e espaços próprios de trabalho e sendo responsável pela administração e cuidado com o prédio escolar.

O papel do diretor se caracteriza por funções relacionadas a ordenar o cotidiano escolar, estando junto e debatendo com os docentes. Esse aparato estrutural se fazia como forma de fiscalizar os processos internos da instituição e disseminar valores da República (BENCOSTTA, 2005). O Quadro 2 apresenta os nomes dos diretores que permaneceram à frente do cargo desde sua origem até os anos 1940.

Quadro 2: Quadro de diretores(as) do Grupo Escolar (1925-1940)

Nomes dos(as) diretores(as)	Período
Apolinário Alves dos Santos	1925-1926
Pedro Emanuel de Lima	1926-1927
Amália Moro	1927-1928
Mário Costa	1928-1929
Adelaide Rios e Silva	1929-1930
Alda Maria Mascarello	1930-1931
Silvia Barone	1931-1934
Martins Costa	1934-1936
Oscar Bott	1936-1937
Reynaldo Santa'Anna	1937-1938
Oscar Rodrigues Dornelles	1938-1942

Fonte: Elaborado pelo autor (2021), a partir dos Livros de Atas

Segundo Bencosta (2005), as funções do cargo de diretor estavam relacionadas a ordenar o cotidiano escolar, estando junto e debatendo com os docentes, onde a presença feminina com o passar do tempo ganha espaço e notoriedade.

De acordo com Souza (1998, p. 48), o diretor torna-se uma “espécie de sinecura, um fator de honra e distinção. O diretor era visto como uma autoridade do governo”. Também era guardião da ordem e da disciplina entre os sujeitos da instituição, tendo como uma das medidas controlar o trabalho docente, através da instituição do Diário de Lições ou de Classe.

O primeiro diretor do Grupo Escolar Frei Caneca foi o professor Apolinário Alves dos Santos, que permaneceu no grupo por um curto período. Apolinário passou a ocupar essa função após sua transferência do município de Caxias; foi também o primeiro diretor do Colégio Elementar José Bonifácio na localidade, e em Flores da Cunha sua passagem é curta. Após esse período, torna-se Delegado Regional do Ensino da região.

Amália Mascarello Moro ou Dona Mimi, como também era conhecida, torna-se a primeira mulher a assumir o cargo de diretora no grupo escolar e merece destaque nesse contexto. Filha do Capitão Joaquim Mascarello, foi estudante no colégio de freiras na capital, Porto Alegre/RS, onde recebeu instrução de: “[...] aulas de prendas domésticas, constantes como arte da culinária, corte e costura, decoração de ambientes, bordados, música-piano-arranjos, administração doméstica e outras prendas, próprias do sexo feminino, [...], além do currículo escolar” (BOSCATTO, 1994, p. 223). Dona Mimi assumiu o cargo em 1927 e permaneceu nele até 1928.

Ao longo da constituição do Grupo Escolar Frei Caneca, seu espaço sofre modificações significativas (trocas de diretores, alterações de nomenclaturas); em 1940, o grupo recebe um novo espaço para comportar um maior número de estudantes e também uma nova denominação, tornando-se Grupo Escolar Frei Caneca. Na Figura 2, é possível verificar a nova construção escolar, ligada aos aspectos da modernidade.

Figura 2: Grupo Escolar Frei Caneca e o letreiro de identificação, 1940



Fonte: Álbum Comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul

A nova construção escolar instalada em Flores da Cunha é caracterizada a partir de movimentações do Governo do Estado. O secretário da Instrução e Saúde Pública, José Conceição Pereira Coelho de Souza, ou apenas Coelho de Souza (1937-1945)⁷, foi responsável por implantar um conjunto de escolas, tendo como principal característica “nacionalizar” os imigrantes e seus filhos. Elas foram “encabeçadas” pelo arquiteto João Baptista Pianca, que estava à frente da Secretaria de Obras do Estado (1930-1950). Seus projetos arquitetônicos dos grupos escolares foram difundidos em várias regiões do Estado (WEIMER, 2014).

Coelho de Souza visa em seu mandato a um projeto de educação estadual, enfatizando a nacionalização do ensino, que se fez a partir da construção de 49 instituições escolares (grupos escolares), na década de 1940, em

⁷ Assume a pasta da Secretaria da Educação e Saúde Pública (SESP/RS), que permanece à frente do cargo até 1945. Seu governo é marcado por um “intenso movimento de reforma do sistema educativo no Estado e a implantação do processo de nacionalização do ensino” (QUADROS, 2014, p. 119).

diferentes localidades⁸ do Estado, com o propósito de fomentar o espírito de identidade nacionalista. Esses modelos de escolas idealizados no governo de Getúlio Vargas possuíam linhas geométricas características da *Art Déco*, sustentando o conceito de eficiência, funcionalidade e economia (SEGAWA, 2002). As novas construções escolares se caracterizam por seus traços arquitetônicos, pela composição do espaço através de figuras geométricas (quadrados, retângulos), telhado reto, laterais envidraçadas, vitral central e disposição de inúmeras janelas para a entrada de luz natural e circulação de ar. Os novos espaços para comportar os grupos escolares, nesse período, são marcados por traços da modernidade, pelos espaços internos e sua localização privilegiada, tornando-se uma das principais características dos grupos.

A presença das caixas escolares: assistencialismo nos grupos escolares

Os grupos escolares se apresentam como instituições que, ao longo do tempo, foram responsáveis pela difusão de ideais republicanos, através de diversos rituais e momentos que marcam o calendário escolar. A Caixa Escolar⁹ surge como instrumento ligado ao assistencialismo, de arrecadação de diferentes materiais e objetos para doação aos estudantes pobres ou carentes, como meio de mantê-los nos grupos escolares. O artigo 130 da Constituição de 1937¹⁰ caracterizava ensino primário através da

gratuidade, porém, não exclui o dever de solidariedade dos menos para com os mais necessitados; assim, por ocasião da matrícula, será exigida aos que não alegarem, ou notoriamente não puderem alegar escassez de recursos, uma contribuição módica e mensal para a caixa escolar (CONSTITUIÇÃO, 1937).

A gratuidade do ensino possibilita a entrada de estudantes nos grupos escolares de diferentes classes sociais. Os mais abastados financeiramente deveriam efetuar uma contribuição anual para a Caixa Escolar. De acordo com Zonin, Silva e Petry (2018, p. 13), “a gratuidade do ensino era apresentada como um benefício às famílias e não como um direito de todo cidadão, independentemente de sua condição social”.

⁸ É possível localizar a tipologia dos grupos escolares em diversas cidades do Estado, como Caxias do Sul, Bom Jesus, Veranópolis, Jaguarão, São Lourenço do Sul, São José do Norte, Guaíba e outras localidades. Para saber mais, consultar: Colégios Elementares e Grupos Escolares no Rio Grande do Sul: memórias e cultura escolar – séculos XIX e XX.

⁹ Para saber mais sobre as Caixas Escolares, ver a dissertação de Sélia Ana Zonin (2017) intitulada *A Caixa escolar na escolarização da infância catarinense (1938-1945)*.

¹⁰ Conhecida também como Polaca, foi outorgada pelo Presidente da República Getúlio Vargas em 1937, marcando o início do Estado Novo.

As caixas escolares serviram como meio de inclusão de estudantes empobrecidos ou desfavorecidos, possibilitando sua entrada nos grupos escolares. As arrecadações para compor a Caixa Escolar se baseavam em contribuições, em doações espontâneas e também em formas de pagamento por meio das quais “os cidadãos poderiam se tornar sócios das caixas escolares por meio da doação de valor estipulado ou do pagamento de uma joia e de uma mensalidade” (TEIVE; DALLABRIDA, 2011, p. 167).

Conforme Bahiense (2014, p. 51), “o patrimônio das caixas deveria ser constituído pelas jóias e subvenções pagas pelos sócios, pelo produto das subscrições, quermesses, teatros, festas, donativos espontâneos e legados”; os sócios eram os pais dos alunos mais abastados.

Com as festividades de encerramento do ano letivo, através de exposições e entregas de certificados, outro momento característico do calendário escolar, dava-se em relação a sorteios de objetos e doações oriundos da caixa. No encerramento do ano letivo 1928, foram sorteados objetos da Caixa Escolar, conforme apresentado no fragmento transcrito abaixo:

[...] presentes o senhor inspetor escolar Alfredo Aneline; diretor e demais professoras, foi efetuada a cerimônia dos trabalhos do presente ano letivo. O senhor inspetor fez a leitura dos resultados dos exames finais de todas as seções, foram distribuídos prêmios para os alunos que obtiveram as melhores notas. Foi cantado o Hino nacional e canções patrióticas. Foi feito sorteio dos objetos pertencentes a caixa escolar no valor de 90 mil reis (Ata de encerramento do ano letivo, 21 de novembro de 1928).

Os recursos provenientes da caixa eram utilizados também para aquisição de brindes, prêmios e materiais diversos, sendo estes distribuídos e entregues aos alunos destaques (CARVALHO; BERNARDO, 2012) ao final do ano letivo. Segundo Bahiense (2014, p. 56), as Caixas Escolares se configuraram pela filantropia, através de “uma dupla dimensão – auxílio e premiação”. Aos alunos pobres:

[...] deveria ser proporcionado o auxílio com os seguintes elementos: fornecimento de alimentos; idem de vestuário e calçados; assistência médica e fornecimento de livros, papel, pena e tinta. Além disso, os recursos obtidos pela Caixa Escolar seriam utilizados na aquisição de livros, estojos, medalhas, brinquedos, etc, a serem distribuídos, como prêmio, aos alunos mais assíduos (CARVALHO; BERNARDO, 2012, p. 147).

De acordo com as autoras Zonin, Silva e Petry (2018, p. 11), a “caixa escolar deveria ser administrada por uma diretoria, composta de presidente, tesoureiro, secretário e três fiscais, eleitos em assembleia geral dos sócios”, sendo eles responsáveis por administrar, fiscalizar e entregar os donativos, tendo o diretor do grupo como membro integrante da diretoria.

A criação de estatutos próprios dentro dos grupos escolares permitiu controlar as Caixas Escolares, em relação ao “recebimento de recursos e sua aplicação; organização da mesa diretora; deveres e direitos dos sócios; eleições; assembleias e disposições gerais” (BAHISIENSE, 2014, p. 53).

A caixa, além de incluir os estudantes, se caracterizava como mecanismo para diminuir a evasão escolar, que, conforme apontam Zonin, Silva e Petry (2018, p. 38), era meio que visava viabilizar a “frequência de crianças empobrecidas”. Esse aparato em relação ao assistencialismo funcionava como meio para a manutenção e permanência dos estudantes dentro dos grupos.

Os recursos da Caixa Escolar se destinavam a alunos que seriam amparados com alimentos, remédios, materiais escolares, roupas; e os prêmios por mérito escolar, sempre recorrente, só eram oferecidos com os recursos do instituto caso não houvesse faltas para as demandas colocadas como primordiais (CARVALHO; BERNARDO, 2012, p. 154).

No fragmento do Jornal A FEDERAÇÃO, de 1928, o assistencialismo do grupo escolar Silva Jardim deu-se por meio da distribuição de roupas: [...] a alunos pobres, uma peça de pelúcia para fazerem camisas, afim de agasalharem-se. No mês passado já foram distribuídos 35 uniformes entre os mesmos alunos que não têm meios para adquiri-los. Percebe-se assim o movimento feito pelo grupo, por meio da entrega de donativos (roupas) aos estudantes. Dentro desse contexto político, o cuidado com as crianças, sendo elas o futuro da nação, ganha notoriedade e forma especial durante o Estado Novo.

Percebe-se, assim, que as Caixas Escolares foram responsáveis por oportunizar a entrada e permanência de estudantes pobres nos grupos escolares e pela distribuição de donativos diversos, visando com o assistencialismo a promoção de igualdade de acesso.

Considerações finais

Os grupos escolares, sendo uma construção republicana, marca o desenvolvimento do ensino primário em todo o país, em virtude de seus processos, métodos e instrumentos didáticos e inovações, ocorrendo ruptura com o velho e ultrapassado.

A escola primária se caracterizou por meio de seus processos internos e organizativos, com a separação de classes (turmas) em diferentes salas, tendo à frente a figura do professor e, como responsável pela administração, fiscalização e funcionamento dos grupos, o diretor.

Outro elemento que assinala os grupos escolares é a localização privilegiada de seus prédios, sendo dispostos em amplos terrenos de esquinas. O Grupo Escolar Frei Caneca, objeto dessa escrita, foi inserido ao núcleo de

Flores da Cunha, tendo a localização de seu prédio em um local de destaque em relação às demais construções públicas.

Percebe-se, assim, que os grupos escolares foram instituições onde os signos e ideais republicanos se fizeram presentes de forma bastante significativa, por meio do civismo, enaltecimento a símbolos nacionais, patriotismo, do disciplinamento e outras formas que marcam a vida e o calendário escolar, evidenciados por meio das festividades.

As festividades de encerramento do ano letivo, sendo elas as mais aguardadas pelos alunos, professores e comunidade em geral, tornava-se o momento quando o grupo mostrava suas potencialidades e produções do ano; entregas de certificados, brindes e objetos oriundos da Caixa Escolar faziam parte da cerimônia.

As Caixas Escolares, dentro dos grupos, caracterizaram a oportunidade de entrada/acesso e permanência de estudantes de classes menos abastadas, por meio de doações de materiais escolares, uniformes, alimentos e outros donativos, em forma de assistencialismo.

É oportuno relacionar as Caixas Escolares com as Associações que constituem o espaço escolar na atualidade, de forma especial o Círculo de Pais e Mestres (CPM), que emerge e se configura dentro desta abordagem por sua ação – recebimentos e repasses de verbas, doações e arrecadações.

Referências

- BACCHINI, P. N. “NÃO BASTA FORNECER O MESTRE”: O FUNCIONAMENTO DAS CAIXAS ESCOLARES EM BELO HORIZONTE (1911-1918). **Interfaces Científicas** – Educação Aracaju, v. 2, n. 3, p. 49-58, 2014.
- BENCOSTTA, M. L. Grupos escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária. In: STEPHANOU, M.; CAMARA BASTOS, M. H. **Histórias e memórias da educação no Brasil**, v. III: Séculos XX. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 68-76.
- BOSCATTO, C. A. **Memórias de um neto de imigrantes italianos: pioneiros de Nova Trento**. Flores da Cunha, RS: O Florense, 1994.
- BUFFA, E.; ALMEIDA PINTO, G. **Arquitetura e Educação: Organização do Espaço e Propostas Pedagógicas dos Grupos Escolares Paulistas, 1893/1971**. São Carlos: EDUCAR/INEP, 2002. 174 p.
- CARVALHO, R. A. de; BERNARDO, F. de O. Caixa Escolar: instituto inestimável para a execução do projeto de educação primária. **Educação em Foco**, Juiz de Fora, v. 16, n. 3, p. 141-158, 2012. Disponível em: <<https://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2012/08/Texto-061.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2021.
- CONSTITUIÇÃO, **CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1937**. Disponível em: <http://planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm>. Acesso em: 19 jul. 2021.

FARIA FILHO, L. M. de. **Dos pardieiros aos palácios: forma e culturas escolares em Belo Horizonte (1906-1918)**. 2. ed. Uberlândia: EDUFU, 2014.

FARIA FILHO, L. M. de; VIDAL, D. G. Os Tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 28-41, 2000.

FRAZÃO, D. Frei Caneca: religioso brasileiro. Disponível em: <http://www.ebiografia.com/frei_caneca/>. Acesso em: 15 maio 2021.

FRAZÃO, D. Antônio da Silva Jardim: Ativista político brasileiro. Disponível em: <http://www.ebiografia.com/silva_jardim/>. Acesso em: 17 maio 2021.

QUADROS, C. (org.). **Uma gota amarga: itinerários da nacionalização do ensino no Brasil**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2014.

SEGAWA, H. **Arquitetura no Brasil 1900-1990**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SOUZA, R. F. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: UNESP, 1998.

TEIVE, G. M. G.; DALLABRIDA, N. **A escola da república: os grupos escolares e modernização primária em Santa Catarina (1911-1918)**. Campinas: Mercado de Letras, 2011.

WEIMER, G. **Arquitetos e Construtores no RS 1892-1945**. Santa Maria. Editora Universidade Federal de Santa Maria, 2014.

ZONIN, S. A. **A caixa escolar na escolarização da infância catarinense (1938-1945)**. Dissertação (Mestrado). Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

ZONIN, S. A.; GASPARG DA SILVA, V. L.; PETRY, M. G. Assistência à Infância Escolarizada: a Caixa Escolar em cena. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 18, p. 01-27, 2018.

Livros de Atas:

FLORES DA CUNHA. **Livro de Registro de Atas do Grupo Escolar Silva Jardim, 1928**. Arquivo do acervo da EEEMFC (49 p. frente e verso), localizado em 2020.

Leis e Decretos:

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 3.445, de 19 de março de 1925. Institui o Grupo Escolar na vila de Nova Trento. **Jornal a Federação** (Hemeroteca Nacional Digital).

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 3.320, de 17 de maio de 1924. Criação do novo município. **Jornal A Federação** (Hemeroteca Nacional Digital).

- 10 -

**De Colégio Elementar a
Grupo Escolar Bento Gonçalves da Silva:
inventários de materiais e livros escolares
(Bento Gonçalves/RS, 1930-1939)**

Terciane Ângela Luchese

Palavras iniciais

“[...] que tipo de informação intrínseca podem os artefatos conter, especialmente de conteúdo histórico?” (MENESES, 1998, p. 90).

Com o questionamento de Ulpiano Meneses lançado há anos, eu me inspiro e proponho o presente texto. Informações intrínsecas, escreve Meneses (1998), são aquelas que descrevem suas propriedades de natureza físico-química. Outros atributos são produzidos pela significação, pelos sentidos construídos por meio das relações socioculturais, ou seja, “atributos são historicamente selecionados e mobilizados pelas sociedades e grupos nas operações de produção, circulação e consumo de sentido” (MENESES, 1998, p. 91). Tangenciando essas possibilidades, que informações podem ser apreendidas de um livro de inventário dos materiais escolares presente no acervo de uma instituição escolar que foi a mais importante escola pública do município de Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul, por muitos anos? Como vincular tais materiais com as prescrições, para pensar nuances do cotidiano institucional? Com essas questões postas, considero que o objetivo do presente texto é analisar um período de significativas transições para a história do Colégio Elementar Bento Gonçalves da Silva, sito no município de Bento Gonçalves, que, entre 1930 e 1939, vivenciou: (a) a mudança de um prédio improvisado para o funcionamento escolar em prédio próprio (1936) e (b) a transição legal de Colégio Elementar para Grupo Escolar. Quais as mudanças (se houve) na cultura material escolar (móveis e materiais) neste período?

Para Escolano Benito (2017, p. 35), é importante “mergulhar na observação sistemática do que se passa realmente dentro dos espaços que denominamos salas de aula” para compreendermos aspectos da cultura escolar, e a opção por pensá-la por meio da cultura material faz todo sentido. Desse modo, pretendo analisar as transições vividas por esta instituição escolar na década

de 1930; em especial, interessa entrecruzar as prescrições legais com relação às práticas docentes e métodos de ensino-aprendizagem com as condições materiais, em especial móveis, objetos e livros que compunham o ‘inventário’ do Colégio Elementar Bento Gonçalves da Silva. Mobilizando documentos diversificados que compõem o acervo da instituição como livros de atas, correspondências, inventários, fotografias, jornais e outros documentos inquiridos na perspectiva da análise documental histórica e embasada teoricamente na História Cultural e História da Educação, produzo as páginas que seguem.

Atentar para as minúcias do cotidiano que “se inventa com mil maneiras de *caça não autorizada*” (CERTEAU, 1994, p. 38) coloca o historiador na busca de evidências documentais do passado com sensibilidade interpretativa para os fios soltos desse tempo pretérito. Como afirmou Burke (1992, p. 28), a cultura material formada por móveis e objetos escolares, mesmo sendo do “campo de ação tradicional dos arqueólogos [...]”, agora se apresenta aos historiadores que passam a “se não escavando o passado [...] pelo menos prestando mais atenção aos objetos físicos”. Mais do que prestar atenção, trata-se de relacionar, vincular as materialidades com outros documentos que permitem pensar as culturas escolares. De que modo penso tal vinculação? Com a inspiração de Viñao Frago (1995, p. 68-69), que escreveu que “[...] objetos materiais – función, uso, distribución en el espacio, materialidad física, simbología, introducción, transformación, desaparición [...] Alguien dirá: todo. Y sí, es cierto, la cultura escolar es toda la vida escolar [...]”. E no entrecruzamento documental, pensando nas culturas escolares, quais as possibilidades para pensar a instituição escolar em foco nesta análise?

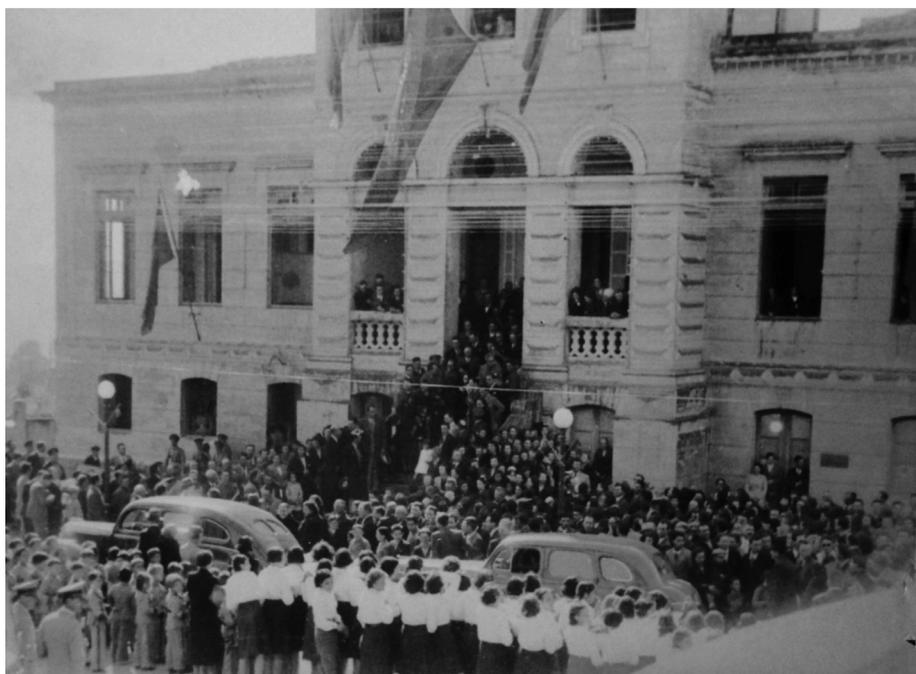
De Colégio Elementar a Grupo Escolar, algumas nuances da materialidade escolar

Em maio de 1909, pelo Decreto 1.479, o Presidente da Província do Rio Grande do Sul (RS) modificou o programa de ensino complementar e criou os colégios elementares no Estado. Em 1910, foram aprovados os programas de ensino (Decreto 1.576 de 27/01/1910) e o regimento interno desses Colégios (Decreto 1.575 de 27/01/1910), constituindo a base legal da instrução pública gaúcha na Primeira República. Em 1927, pelo Decreto 3.903 (de 14/10/1927), foi aprovado novo regimento interno dos estabelecimentos escolares. Na primeira leva de Colégios Elementares do RS, foi criado o Colégio Bento Gonçalves, que passou a funcionar junto ao prédio que abrigava a cadeia, o fórum e toda a administração do município.

Salas relativamente pequenas pelo elevado número de alunos, com uma frequência diária média acima de 220 crianças que estavam separadas em três

classes subdividas em seções, conforme os “graus de conhecimento a ministrar” (DECRETO 3.903, 14/10/1927, p. 539). As salas de aula estavam equipadas com carteiras norte-americanas¹, um quadro-negro, um estrado, uma mesa com uma cadeira de braço para o professor, um cabide e, algumas delas, com um armário. Localizado em frente à rua principal do município, o prédio em que a escola funcionava não tinha espaço para pátio, sendo a rua o espaço usufruído para o recreio dos escolares e exercícios físicos e ginásticos. Na imagem a seguir, o prédio que abrigou o Colégio Elementar entre os anos de 1910 e 1936:

Figura 1: Prédio da Intendência e do Colégio Elementar em momento festivo, início da década de 1930



Fonte: Acervo do Museu Casa do Imigrante, Bento Gonçalves

¹ Conforme Alcântara (2016, p. 120), baseado no estudo de Peyranne, “O modelo americano apresentado em Paris é de um lugar, descrevemos um banco sólido e confortável, cada carteira é fixada sobre um sólido suporte de ferro [...] uma das novidades é no banco, ele se eleva de maneira a deixar cada criança tomar seu lugar mais facilmente. Os suportes, munidos de um sistema de cremalheira, permitem ajustar a altura da mesa ao tamanho das crianças. É a primeira carteira de altura variável”.

Na imagem, vê-se o prédio da Intendência/Prefeitura inaugurado em 1902. Neste prédio, no térreo, como mencionado, de 1910 até 1936, funcionava o Colégio Elementar Bento Gonçalves da Silva. No térreo também ficavam o fórum e a cadeia. Nos andares superiores, toda a administração municipal. Na imagem, em primeiro plano, os estudantes do colégio preparados para a recepção de autoridades que chegavam ao município para comemoração festiva.

A prescrição legal que orientava o funcionamento escolar era o Decreto 3.903 (de 14/10/1927), nele, o método intuitivo “começando pela observação dos objetos simples para elevar-se depois à ideia abstrata, à comparação, à generalização e ao raciocínio” (DECRETO 3.903, 14/10/1927, p. 539), recomendando ainda o emprego do método simultâneo. Para pensar as condições concretas dos docentes do Colégio para seguir tais orientações, é relevante observar a listagem de móveis e materiais escolares constantes no levantamento realizado em fins de 1929.

Quadro 1: Relação de móveis, utensílios e material escolar,
26 de novembro de 1929

Quantidade	Espécie	Em bom estado	Em mau estado	Suscetível de concerto	Necessário para 1930	
Mobiliário						
131	Carteiras norte-americanas	126	5	4		Em diversos dos bons faltam parafusos
16	Banquinhos isolados					
7	Mesinhas	3	4	4		
11	Quadros-negros	7	4		2 grandes	
6	Estrados	6				
7	Cadeiras de braço	4	3	3		
12	Cadeiras simples ordinárias	6	6	5	8	
6	Cabides	5	1	1		
4	Armários	1	3	3		Faltam chaves e mais complementos
1	Relógio de parede	1				
2	Filtros	2				Faltam as velas (4)
1	Máquina de Costura			1		Carece de concerto
1	Escarradeira higiênica	1				
2	Lavatórios	2				

LUCHESE, T. A. • De Colégio Elementar a Grupo Escolar Bento Gonçalves da Silva:
inventários de materiais e livros escolares (Bento Gonçalves/RS, 1930-1939)

1	Talhas de barro		1			
1	Contador mecânico		1	1		
2	Aparelhos para mapas João de Deus					Faltam os suportes
3	Quartinhas de barro	3				
1	Contador mecânico		1	1	1	
1	Escudo médio	1				
2	Globo Geográfico médio	1	1			
1	Baldes	1			2	
3	Copos de alumínio	3			5	
2	Copos de vidro	2			6	
Material escolar						
1	Bandeira	1				
1	Bandeira em quadro	1				
2	Escovas para filtro	2			2	
1	Escovas para fato	1				
	Papel almaço				5 res	
20	Envelopes de ofício	20			50	
1 caixa	Penas de aço				10 caixas	
2	Lápis Faber	2			12	
	Lápis bicolor				24	
8	Tinta preta ordinária				20	
	Tinta preta para os professores				2 litros	
	Papel timbrado para ofício				50	
2	Tinta encarnada				4 vidros	
8	Tinteiro para professor	8				
6	Tinteiro para classe	36			24	
1	Giz				10	
3	Vassouras				18	
	Sabão				15	
4	Sabonete barras				12	
10	Papel secante folhas				50	
4	Toalhas de mão				12	
3 livros	Modelos para desenho				7	
livros	Modelos para trabalhos manuais				1 coleção	bordados
1/2	Creolina				1 lata	
6	Borrachas em pães				24	
100	Canetas de madeira				100	
1	Escova para lavar a casa				2	

Fonte: Transcrito pela autora a partir de INVENTÁRIO DO MATERIAL (1921 a 1947)

Interessante observar que a listagem de materiais permite ver os recursos utilizados pelos professores no trabalho cotidiano. E essa percepção se acentua quando se atenta para aqueles materiais solicitados como fundamentais para os trabalhos a serem efetuados no ano letivo seguinte – 1930. A listagem envolve o levantamento do pouco que havia, e se solicitava o fornecimento de novos materiais ao governo estadual. O rol para 1930 consta no quadro 2 a seguir:

Quadro 2: Materiais solicitados para o ano letivo de 1930

Quant.	Espécie	Em bom estado	Em mau estado	Necessário para 1930	
1/2rg	Goma arábica			1rg	
	Livro para escrita				
1/2	Penas para ardósia			10 caixas	
	Réguas métricas			12	
20	Ardósias			210	
	Espanador			1	
4	Toalhas	4		12	
1/2caixas	Penas de aço			8	
	Grampos de papel			1 caixa	
	Percevejos			2 caixas	
	Papel transmissor			24 folhas	
	Quadros de História do Brasil				Os que representam as datas principais
	Cartas, cartolina, papel para recorte, serpentinas para entrosas, trançado				
	Velas para filtro			4	
1	Baldes			2	
1	Bacias			2	
	Sinete ou carimbo para o Colégio			1	
	Livro ponto para os professores				
	Livro ponto para os alunos				
	Piano			1	
	Quadros de história natural				Zoologia – o corpo humano
1	Coleção de quadros para o ensino intuitivo	1			
2	Mapa novo do Rio Grande do Sul	2		4	
2	Mapa novo do Brasil	2		4	
	Mapa novo da Europa pós-guerra			2	
20	Mapa novo das 5 partes do mundo	20			
2	Mapa novo do sistema métrico	2		1	

Livros					
3	Segunda aritmética Souza Lobo	3		10	
2	Ciências Físicas Martel	2		10	
2	Seletas de Clemente Pinto	2		10	
3	Geometria Prática de O Freire	3		10	
6	Terceiro Livro Clemente Pinto	26		36	
4	Quarto Livro Clemente Pinto	14		24	
9	História do Brasil João V. Frankenberg	9			Por perguntas e respostas
2	História do Brasil de Lima	2		12	
0	Geografia Rio Grande Lima			12	
3	Geografia do Rio Grande João Maia	13			
2	A língua materna 1º curso Primário	52			
8	A língua materna 2º curso Primário	8		12	
9	Primeira aritmética Souza Lobo	29		11	
3	Segunda aritmética Souza Lobo	3		10	
9	Letra Manuscrita	9		12	
6	Lições de coisas Saffray		6	12	
3	Cartilhas	33		50	
78	Segundo livro	48		24	
60	Cadernetas P. Sabatina	60		300	
60	Cadernos			300	
2	Compêndio de Civilidade Cristã		2	6	
00	Boletins de notas anuais	1000			
2	Lições de Moral	2		6	
	Livro para o método sintético analítico			1	
	Dicionário		1	1	

Fonte: Transcrito pela autora a partir de INVENTÁRIO DO MATERIAL (1921 a 1947)

Dentre os materiais solicitados chama atenção a permanência do uso da ardósia para a alfabetização, e sua solicitação é justificada para a distribuição entre os alunos mais pobres do Colégio. Outros materiais também teriam o mesmo destino. E a relação de livros, suas quantias entre os existentes e aqueles necessários, bem como de quadros para o ensino intuitivo, mapas atualizados, quadros de História do Brasil e História Natural. Pelas solicitações se entrevê o desejo de ter disponíveis os materiais que pudessem subsidiar práticas na direção do disposto pelo Decreto 3.903 de 1927. Com a orientação que os professores oferecessem explicações orais acompanhadas por questões práticas (art. 5º) e a recomendação de usos de mapas murais, de mapas em Geografia (DECRETO 3.903, 14/10/1927, p. 540) percebe-se a correlação. Entre o solicitado para o ano letivo de 1930 e o disposto na legislação é possível pensar que “tomados como materialidade, esses objetos não apenas favorecem a percepção dos con-

teúdos ensinados [...] mas sobretudo suscitam o entendimento do conjunto de fazeres ativados no interior da escola” (VIDAL, 2005, p. 64). Ainda, conforme afirma Vidal, esses livros e materiais são potentes, pois “adquirem realce os usos, os modos como os sujeitos lidaram com os materiais que foram distribuídos e/ou impostos a eles, perceptíveis nos vestígios do tempo por vezes inscritos nos espaços estratégicos do poder” (VIDAL, 2005, p. 65).

Na relação de materiais solicitados para aquisição e envio ao Colégio, constam aqueles que subsidiariam os trabalhos manuais. A relação é apresentada tendo em conta as diferentes propostas:

Material para trabalhos manuais. Ferramenta: uma dúzia de arcos, uma grosa de serrinha, 6 martelos de diversos tamanhos, 6 torques, grampos, brocas de vários tamanhos, com as respectivas, esquadros grandes e pequenos, escala, canivetes, diversas limas grandes e pequenas, chatas, meia cana, triangulares, redondas, grossas e uma quadrada, facas, serrotes de cortar, uma serra riscador de osso, plainas, um torno pequeno de ferro para mecânico, dobradiças várias desde as mais pequenas, preguinhos, parafusos, riscadores, alças de arame, três ou quatro formões de marceneiro de diversos tamanhos. Fechaduras pequenas; pedra de amolar; pedra de afiar, mordente de louro cedro, havana verde ou cor de rosa, cola, garlopa, verniz; lixa nº 11 e 2, aguarrás, um fogareiro, uma panela especial para cola, papel para desenho; e modelos diversos. **Trabalhos de vime.** Ferramenta: tesoura, martelo, torquês, furadores, riscadores, canivetes e um ferro de envergar. Escala em metro para trabalho de vime, taxas e pregos de vários tamanhos, diversas qualidades de metros. **Trabalhos de arame** Ferramenta: martelo, torquês, alicates cortantes, redondas e chatas. **Modelagem.** Vários potes de gesso calcinado. Idem cera ou parafina, anilinas em pó de todos os matizes próprios para o referido trabalho; 1 litro de glicerina para modelagem em banho. Gaveta, 2 folhas de zinco. **Trabalhos a fantasia.** Rafia e contas. Assinatura para uma revista de bordados, cordão para trançados e borlas, pó para dourar e pratear, óleo em pó de várias cores e papel transmissor de várias cores. **Materiais para confecção de flores.** Tecidos em algodão, seda, veludo, papel crepom, cola, arame fino e grosso, papel P, folhas, fenos para corte de pétalas e folhas. **Trabalhos manuais.** Morim [tecido], linhas “Anchor, Bella”, etc., novelinhos de seda vegetal, brim pardo, novelos de lã e de linha de algodão grossa, agulhas para crochê (INVENTÁRIO DO MATERIAL, 1930).

Pelas normas vigentes já se estabelecia que, nos trabalhos manuais, “não há necessidades, assim, nem conveniência em empregar-se material de primeira qualidade na sua confecção” (DECRETO 3.903, 14/10/1927, p. 541) e que o que fosse confeccionado com o que era oferecido pelo Estado seria, ao final do ano, após exposição de encerramento do ano, vendido e o valor revertido à Caixa Escolar. Alguns mais interessantes seriam guardados no Museu Escolar. Chama atenção que, ao final do pedido, há o registro da seguinte observação: “é preciso pedir licença e crédito para adquirir aqui a madeira necessária para os

trabalhos, álcool, fósforos, papel transmissor e de seda branca” (INVENTÁRIO DO MATERIAL, 1930). As exposições dos trabalhos manuais, sua venda e os valores arrecadados ficaram registrados no livro da Caixa Escolar.

O recorrente processo de queixa quanto às limitações do espaço em que o Colégio funcionava, da ausência de um pátio adequado e do constante tensionamento entre o barulho dos estudantes e o desejo de silêncio das autoridades que administravam o município, além dos desgastes cotidianos, causava constrangimentos e alguns desentendimentos. A normatização de que “são vedados nas escolas os castigos corporais e os que possam prejudicar a saúde e dignidade dos alunos” disposto no artigo 32 (DECRETO 3.903, 14/10/1927, p. 549) foi letra morta no Colégio. As varinhas eram de uso recorrente para a manutenção da ordem, do silêncio, e a imposição de castigos físicos, um fato. Em 1936, um novo prédio, próprio para a instituição escolar, foi inaugurado e passou a abrigar o Colégio que, em 1939, com a mudança de legislação, passou a ser denominado Grupo Escolar Bento Gonçalves da Silva. A celebração inaugural foi significativa, e o prédio próprio, agora com pátio e melhores condições, um sinal de possibilidades pedagógicas futuras distintas. Na imagem a seguir, uma vista da rua central Marechal Floriano Peixoto no início da década de 1940. Sinalizado com uma seta, o prédio do Grupo Escolar, um dos mais imponentes da cidade, na época.

Figura 2: Rua Marechal Floriano Peixoto, ao fundo o Grupo Escolar Bento Gonçalves da Silva (1940)



Fonte: Acervo do Museu Casa do Imigrante, Bento Gonçalves

O novo edifício ampliou o total de alunos atendidos. E as demandas para equipar o colégio com os materiais necessários eram diversas. Em 1937, a diretora Genny de Campos Salvaterra apresenta a relação dos materiais disponíveis na instituição, conforme quadro 3:

Quadro 3: Relação do material existente no Colégio Elementar General Bento Gonçalves da Silva (1937)

1	Quadro a óleo com a fotografia do patrono do colégio
1	Quadro artístico doado pelo corpo discente
14	Crucifixos
5	Quadros com fotografias da “Semana da Raça” de 1933, 1934 e 1935 e da festa da “Árvore e da Primavera” de 1937
1	Quadro com a Bandeira Nacional
1	Quadro com a fotografia da rainha e das princesas do Colégio em 1936
1	Quadro de formatura do ano de 1936
1	Bandeira Nacional
10	Bandeiras nacionais, novas adquiridas pelo Colégio em novembro de 1937
30	Bandeirinhas nacionais usadas
10	Quadros didáticos de história pátria
3	Mapas da Europa
4	Estrados antigos
3	Bureau [escrivania]
3	Armários novos
6	Armários velhos
7	Mesas novas
7	Mesas velhas
8	Cadeiras velhas
10	Cadeiras velhas (oito de palhinha)
7	Quadros-negros novos
9	Quadros-negros velhos
7	Cavaletes novos (doados pelas professoras)
1	Máquina de costura inutilizada
1	Relógio de parede antigo
2	Pás
2	Enxadas
2	Taças de louça comum
1	Manteigueira de vidro
21	Banquinhos rústicos

Continua...

2	Campainhas inutilizadas
1	Sineta
8	Moldes de madeira para geometria (sólidos geométricos)
11	Toalhas de mão sendo 4 de aniagem
25	Tinteiros de louça para carteiras
4	Tacapes
178	Halteres (89 pares)
58	Varas para ginástica
2	Redes para jogos com o respetivo pedestal, uma está em mau estado de conservação
14	Diplomas para alunos. Atestado de terminação do curso.
1	Faixa de algodão com pares para a porta-bandeira
3	Dúzias de canetas
11	Cavaletes para mesas
1	Cabide
100	Cortinas novas tipo popular
90	Carteiras antigas
17	Carteiras em mau estado de conservação
1	Cesta para papéis
5	Cadeirinhas para jardim
6	Cortinas de brim pardo
37	Brisas de brim pardo (meio cortinas)
2 metros	Brim pardo
Biblioteca	
2	Seletas
13	Gramáticas (2º curso)
3	Aritméticas
1	História do Brasil
2	Livros de bordado para filó
1	Geografia
1	Leituras escolhidas
1	4º livro
2	Histórias do Rio Grande do Sul
3	Livros letra manuscrita (curso graduado)
4	Gramáticas (1º curso)
1	Mundo infantil
4	Caixotes para lixo

Fonte: Transcrito pela autora a partir de INVENTÁRIO DO MATERIAL (1921 a 1947)

O novo edifício dispunha agora de boa ventilação e iluminação, uma sala específica para biblioteca, e as demandas apresentadas para o novo ano letivo eram diversas. Em especial, móveis. Os móveis escolares eram fornecidos pela Casa de Correção e em alguns períodos foram importados. Em 1895 há notícias de que a importação de materiais escolares como carteiras, quadros-negros, mapas... para o ensino primário, tinham 60% de desconto na importação. Em 1911, no Jornal ‘A Federação’ (16/12/1911, p. 04) consta a notícia de importação de 3.000 carteiras escolares de Nova Iorque. Em 1929, a abertura de concorrência para o fornecimento desses móveis. “Diretoria Geral de Instrução Pública para o fornecimento de 5.000 carteiras escolares para os estabelecimentos de ensino do Estado” (JORNAL ‘A Federação’, 24/10/1929, p. 04). Previa a compra de carteiras de dois tipos – 500 individuais e 4.500 para dois alunos. Destas, 1.500 destinavam-se para alunos de 7 a 10 anos e 3.000 para alunos maiores de 10 anos. Como conclui Alcântara, o mobiliário escolar e outros materiais, “além de valores higiênico e comercial, há um valor cultural associado à aquisição de determinados bens. Esse valor cultural faz crer que mobiliário moderno é igual à escola moderna que é igual à qualidade de educação” (ALCÂNTARA, 2016, p. 154). A busca por condições materiais que equipassem o Colégio faz com que se elabore e envie uma listagem que pode ser percebida como bem significativa:

Quadro 4: Materiais solicitados para 1937 como necessidade para as demandas do Colégio

250	Carteiras das maiores
10	Mesas
12	Cadeiras
10	Armários
6	Quadros-negros
1	Relógio de parede
8	Compassos grandes e 15 pequenos
2	Coleções de sólidos geométricos
1	Tira-linhas
2	Livros-pontos dos funcionários
1	Livro de matrícula
15	Livros de chamada
1	Livro de atas 1 L. de Controle de matrícula e frequência. Boletins e fichas para matrícula

	Mapas geográficos (Não há sequer um mapa do Brasil no Colégio)
	Quadros geográficos
	Quadros de história Pátria
	Quadros de natural
	Quadros de higiene
	Quadros de linguagens
	Quadros de aritmética
	Um globo geográfico

Fonte: Transcrito pela autora a partir de INVENTÁRIO DO MATERIAL (1921 a 1947)

A menção a materiais doados por professores e a aquisição de outros por meio dos valores arrecadados com a Caixa Escolar são dignos de menção. A diretora Genny Campos Salvaterra ainda menciona uma outra lista de materiais para o ano letivo de 1938, constando de:

Tinta preta e encarnada, giz, lápis, mata-borrão, papel almaço. Um dicionário, alguns livros e modelos didáticos meios para o ensino do “Queres Ler”, plastilina, cartolina, madeira, arcos. Serrinhas. Mobiliário e material necessário ao Jardim de Infância. Uma bandeira Nacional. 600 bandeirinhas nacionais. Tinteiros e canetas para uso dos professores. Tinteiros e canetas para os alunos. Régua métrica. Cestos para passeio. Bolas e alguns materiais para a Ed. Física. Colégio Elementar General Bento Gonçalves da Silva, 24 de maio de 1938. Genny de Campos Salvaterra, Diretora.

A mudança de edifício não foi acompanhada por investimentos em móveis e demais materiais. Pelas correspondências e registros da diretora, a ausência de mobília suficiente, livros e outros diversos materiais de consumo e suporte didático eram necessidades prementes que demandavam envio. Entre o demandado entre 1930 e 1937, percebem-se algumas diferenças, mas também necessidades comuns, renovadas pelo consumo. Como referiu Meda (2015, p. 24), “os materiais didáticos, instrumentos de escrita e outros artigos de papelaria não são, no entanto, os únicos objetos de consumo escolar que se submetem com o tempo aos processos de codificação e homologação”. Havia necessidade de quadros-negros, mas também de materiais para suporte às práticas que eram demandadas como os mapas e quadros.

Palavras finais

O rico material elencado e aqui brevemente prescrutado dos objetos, materiais e livros escolares presentes no inventário do colégio e posterior Grupo Escolar General Bento Gonçalves da Silva faz parte de um conjunto de

documentos que permite aprofundamento e complexificação do conhecimento histórico acerca do cotidiano escolar. Concordo com o alerta escrito por Schueler e Magaldi (2009, p. 54) relativo aos grupos escolares, escolas graduadas e de ensino seriado ao afirmar ser necessário “analisar com mais cuidado as relações e tensões entre este modelo de escolarização e a permanência de práticas e formas diversas de educação e de escolarização”. Se a monotonia é parte da rotina escolar como escreve Escolano Benito (2017), como pensar as demandas por materiais, para além daqueles portados pelos estudantes? Ao pensar a vida escolar numa dimensão histórica, a cultura material apresenta potencialidade para “apreenderem-se concepções, objetos, espaços, processos e dinâmicas implícitas para tentar aprofundar a reflexão sobre as condutas, interações, apropriações, práticas e representações” como propõem Silva, Souza e Castro (2018, p. 15). E, desse modo, penso que as correspondências e os inventários materiais, para além de permitirem pensar os processos econômicos associados à escolarização como alguns historiadores têm pensado, são ponto de ancoragem para refletir a produção, a distribuição e os sentidos relacionados ao consumo de objetos didáticos, materiais e diversos suportes mobilizados na prática educativa escolar. A seleção de livros e seus usos, a distribuição e os critérios para fazê-lo entre os estudantes, a organização cotidiana das disciplinas e os fazeres a elas relacionados, são diversas possibilidades para mirar o passado histórico educacional pensando na cultura material e sua relação com as culturas escolares.

Referências

- ALCÂNTARA, W. A transnacionalização de objetos escolares no fim do século XIX. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, N. Sér., v. 24, n. 2, p. 115-159, maio/ago. 2016. <<http://dx.doi.org/10.1590/1982-02672016v24n0204>>.
- BURKE, P. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. **A escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1992.
- CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**. 1. Artes do fazer. 8. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1994.
- DECRETO nº 3903 de 14/10/1927. Aprova o regimento interno dos estabelecimentos de ensino público do Estado. In: **Leis, decretos e actos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Oficinas gráficas d’A Federação, 1928.
- ESCOLANO BENITO, A. **A escola como cultura**: experiência, memória e arqueologia. Campinas, SP: Alínea, 2017.
- INVENTÁRIO DO MATERIAL (1921 a 1947). Acervo do Colégio Bento Gonçalves da Silva.

JORNAL **A Federação**. Órgão do Partido Republicano. Porto Alegre, sábado, 16 de dezembro de 1911, ano XXVIII, n. 289, p. 04.

JORNAL **A Federação**. Órgão do Partido Republicano. Porto Alegre, quinta-feira, 24 de outubro de 1929, ano XLVI, n. 248, p. 04.

MEDA, J. A. “história material da escola” como fator de desenvolvimento da pesquisa histórico-educativa na Itália. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 16, n. 30, p. 07-28, jan./abr. 2015. Disponível em: <<http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723816302015007>>. Acesso em: 08 ag. 2021.

MENESES, U. T. B. de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 89-104, 1998.

SCHUELER, A. F. M. de; MAGALDI, A. M. B. de M. Educação escolar na primeira república: memória, história e perspectivas de pesquisa. **Tempo**, v. 13, n. 26, p. 32-55, 2009. <<https://doi.org/10.1590/S1413-77042009000100003>>.

SILVA, V. L. G. da; SOUZA, G. de; CASTRO, C. A. (org.). **Cultura material escolar em perspectiva histórica**: escritas e possibilidades. Vitória: UFES, 2018.

VIDAL, D. G. Cultura e prática escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. In: SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, V. T. (orgs.). **A cultura escolar em debate**: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 4-30.

VIDAL, D. G. No interior da sala de aula: ensaio sobre cultura e práticas escolares. **Currículo sem Fronteiras**, v. 9, n. 1, p. 25-41. jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol9iss1articles/2-vidal.pdf>>. Acesso em: 08 ag. 2021.

VIÑAO FRAGO, A. Historia de la educación y historia cultural: Posibilidades, problema, cuestiones. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas: SBHE, n. 0, p. 63-82, set./dez. 1995. Disponível em: <<http://educacao.uniso.br/pseletivo/docs/FRAGO.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2021.

- 11 -

**Uma instituição cívica:
representações do nacionalismo nos
grupos escolares estaduais de Caxias do Sul/RS
(1930-1950)**

Samanta Vanz

Elisângela Cândido da Silva Dewes

José Edimar de Souza

Considerações iniciais

O texto aqui apresentado faz uma breve análise das representações de civismo e nacionalismo nos grupos escolares estaduais de Caxias do Sul entre as décadas de 1930 e 1950, a partir da perspectiva da História Cultural, dialogando com Chartier (1990), Pesavento (2012), entre outros autores. Da abordagem sobre os fatos emerge uma nova maneira de relacionar História e cultura, instituindo-se a narrativa histórica: passa-se a “pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo” (PESAVENTO, 2012, p. 15). Entendemos que a análise é sempre um processo interpretativo e construído historicamente. Nesse sentido, foi utilizada a análise documental histórica, baseando-se em fontes como decretos, relatórios do Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais do Estado do Rio Grande do Sul (CPOE), correspondência expedida no período e mantida no Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSA) e exemplares de jornais locais que circularam no período.

A pesquisa historiográfica a respeito dos grupos escolares requer considerar algumas especificidades decorrentes da descentralização do poder decorrente do federalismo, que repercutiu diretamente na maneira como a escola graduada se desenvolveu em cada unidade federativa. Para Souza (2016), o modelo de escola graduada denominado grupo escolar foi implantado em momentos e ritmos distintos no país, entre os anos de 1983 e 1918, conforme organizado no Quadro 1:

Quadro 1: Implantação da escola graduada por unidade federativa

São Paulo	1893
Rio de Janeiro	1897
Maranhão	1903
Minas Gerais	1906
Rio Grande do Norte	1908
Mato Grosso	1910
Piauí	1910
Sergipe	1911
Bahia	1913
Acre	1915
Goiás	1918

Fonte: Organizado pelos autores a partir de Souza (2016)

O Rio Grande do Sul apresenta uma especificidade na organização da instrução pública: o Decreto nº 1.479, de 26 de maio de 1909, instituía na Província os colégios elementares, representando um novo modelo para a educação gaúcha. Houve um grande investimento do governo do estado para a criação dos colégios elementares, visto que as escolas graduadas foram estruturantes para a consolidação da ideologia positivista: já em 1910, havia 6 colégios elementares nas sedes de Bagé, Rio Pardo, Bento Gonçalves, São Sebastião do Caí, São Jerônimo; Encruzilhada (TAMBARA, 2016). Em Caxias do Sul, o primeiro colégio elementar é criado em 08 de março de 1912, chamado de Colégio Elementar de Caxias¹.

Em 1927², o ensino primário era dividido em escolas isoladas, grupos escolares e colégios elementares, sendo que a diferenciação entre cada modelo de ensino se estabelecia a partir da quantidade de alunos e da quantidade de professores. As escolas isoladas eram constituídas de uma só classe e de uma só professora, variando a quantidade de 45 alunos, nas áreas urbanas, e 15 nas rurais, sendo chamadas de aulas ou casa-escolas (GOUVEA; SHUELER, 2012). Os grupos escolares eram caracterizados pela reunião de diferentes escolas em um único prédio, contando com o trabalho de três ou mais professores para ensinar até 200 alunos; quando esse número de alunos era ultrapassa-

¹ Decreto nº 1.826, de 08 de março de 1912 (ADAMI, 1981).

² Decreto nº 3.903, de 14 de outubro de 1927.

do, a escola transformava-se em colégio elementar, contando então com um número de professores que variava de 5 a 8 (PERES, 2000).

A denominação de grupos escolares, para as escolas no Rio Grande do Sul, mesmo que ainda se configurassem como aulas reunidas (reunião de pelo menos três professores), começou a ser instituída, a partir de 1915, como uma forma de preparação para que um estabelecimento chegasse à condição dos colégios elementares. De acordo com Peres (2000), os grupos escolares substituíram a denominação colégios elementares definitivamente, a partir de 1939, e foram, aos poucos, sendo instalados nas cidades do Rio Grande do Sul. O Decreto nº 7.680, de 09 de janeiro de 1939, estabelece o ensino no Estado a partir de escolas isoladas e grupos escolares, sendo estes classificados de acordo com o número de classes existentes³. A denominação de colégios elementares e grupos escolares para os mesmos tipos de escolas como era feito anteriormente causava “pequena confusão e entraves ao funcionamento do aparelho administrativo” (DECRETO Nº 7.680, 1939).

Na década de 40, os grupos escolares ultrapassaram o número de escolas isoladas no estado gaúcho, firmando um modelo para o ensino. Peres (2000) explica que campanhas para a ampliação do número de matrículas eram realizadas. Isso porque o número de alunos nessas escolas, de certo modo, concedia à direção e professores algo como um comprovante de competência. Porém, fatores como a distância, exigência para o ingresso na escola, influenciavam os pais na escolha pela escola; desse modo, esses diferentes modelos de ensino se mantiveram, ainda que no espaço urbano:

Em 1939, os estabelecimentos de ensino público foram considerados de dois tipos apenas: escolas isoladas e grupos escolares. A partir de então, a denominação das classes passa a ser ano: 1º ano, 2º ano, 3º ano, 4º ano, 5º ano e 6º ano. Na prática, desde meados da década de 30, a denominação grupos escolares, de forma indiferenciada para os colégios elementares e os próprios grupos escolares, já estava em uso corrente. Nos anos 30, um fenômeno interessante a ser observado é o decréscimo das escolas isoladas e o aumento dos grupos escolares. Nos anos de 1937-1942, quando J. P. Coelho de Souza esteve à frente da Secretaria da Educação, houve um aumento de 348 grupos escolares no Estado (PERES, 2000, p. 117).

Para Peres (2000), a ampliação do ensino primário municipal, especialmente o que acontecia em escolas rurais, foi um fator importante para o aumento dos grupos escolares, com investimentos do estado em espaços escola-

³ Quarta categoria: os que contavam com até sete classes; terceira categoria, os que tinham entre oito e 15 classes; segunda categoria, os que contavam entre 16 e 25 classes; e de primeira categoria, os que contavam com mais de 25 classes (DECRETO 7.680).

res, nas áreas mais urbanas, para a constituição dos grupos escolares, que tinham como essência o modelo dos colégios elementares de 1909. De acordo com a pesquisadora, a partir da década de 1940, houve uma mudança, a extinção do 6º ano, nas escolas do estado e, em 1947, com a Lei Orgânica Federal de 1946, o estado gaúcho reorganizou o ensino em curso elementar (4 anos) e curso complementar (1 ano), e os modelos de escola passavam a ser identificados como escolas isoladas, escolas reunidas, grupos escolares e escolas supletivas. Esse novo modelo passou a definir que as escolas isoladas poderiam oferecer uma escolarização até o 4º ano, enquanto os grupos escolares mantinham o curso elementar e o complementar.

Grupos escolares em Caxias do Sul (1930-1950) e as relações com o civismo

A rede de ensino em Caxias do Sul entre as décadas de 1930 e 1950 era composta por diferentes modelos de escolas, de ensino público e privado, como as escolas isoladas (no início da década de 1930, ainda chamadas de aulas públicas) municipais e estaduais, os grupos escolares municipais e estaduais, as escolas complementares (ou normais), as escolas confessionais.

No que tange aos grupos escolares, objeto deste estudo, Roso (2012) apresenta uma das diferenças mais notáveis entre os grupos escolares da rede municipal e estadual, situados em Caxias do Sul: a estrutura dos prédios escolares. Os construídos pela esfera estadual mostravam mais imponência e eram mais bonitos se comparados aos prédios municipais. A pesquisadora explica que isso possivelmente acontecia porque os grupos escolares estaduais se destacavam no espaço urbano, enquanto os grupos escolares municipais, em sua maioria, se localizavam no espaço rural.

Neste sentido, é importante também destacar que Caxias do Sul era composta pela Sede e por diferentes distritos⁴, nos quais também se localizam grupos escolares, tanto municipais quanto estaduais. No Jornal A Época, de 25 de novembro de 1939, aparece em sua manchete uma afirmação que representa o ideal de desenvolvimento pelo qual o município passava: “A Marcha de Caxias no Sentido do Progresso”. Entre os setores destacados pelo jornal estavam a instrução pública e o investimento do município e do estado na construção de grupos escolares, tanto na sede quanto nos distritos.

⁴ Em 1951, o município estava dividido nos seguintes distritos: 2º Distrito – São Marcos; 3º Distrito – Galópolis; 4º Distrito – Ana Rech; 5º Distrito – Vila Seca e 6º Distrito – Santa Lúcia do Piaí.

Na década de 1940, Caxias do Sul contava com nove grupos escolares estaduais, sendo que o Decreto nº 297 de julho de 1941 apresenta uma lista com as categorias dos grupos escolares estaduais de acordo com o número de classes existentes, em consonância com o Decreto nº 7.929, de 30 de agosto de 1939 (QUADRO 2):

Quadro 2: Grupos escolares estaduais de Caxias do Sul, 1941

Grupo Escolar Emilio Meyer	3ª categoria
Grupo Escolar Pena de Moraes	3ª categoria
Grupo Escolar de Maguari	4ª categoria
Grupo Escolar da Conceição	4ª categoria
Grupo Escolar de São Marcos	4ª categoria
Grupo Escolar de Galópolis	4ª categoria
Grupo Escolar de Estação Forqueta	4ª categoria
Grupo Escolar do Frigorífico Rizzo	4ª categoria
Grupo Escolar Vila Seca	4ª categoria

Fonte: Decreto nº 297, julho de 1941

Na década de 1940, os grupos escolares funcionavam em diferentes locais da cidade, distritos e em diferentes modelos de estabelecimentos, com a participação do estado, da prefeitura e até mesmo da comunidade. O Grupo Escolar Emilio Meyer, localizado em uma área central da cidade – o bairro Guarani –, primeiramente funcionava em um edifício alugado, passando a ter seu edifício próprio construído pelo estado em terreno doado pela prefeitura em 1940. O Grupo Escolar Pena de Moraes funcionava no bairro São Pelegrino em prédio alugado, com arrendamento feito em partes iguais pelo estado e pela prefeitura; apenas em 1956 foram iniciadas as movimentações para a construção de um prédio próprio.

O Grupo Escolar Maguari funcionava no bairro de mesmo nome na 7ª légua, ao lado do curtume; tinha prédio próprio, construído pela empresa Davids & Cia, em colaboração com a prefeitura. O Grupo Escolar da Conceição funcionava em um prédio cedido pela Mitra Diocesana no núcleo colonial Conceição, área rural do município. O Grupo Escolar de São Marcos, localizado no 2º Distrito, e o Grupo Escolar de Galópolis, localizado no 3º Distrito, funcionavam, em 1940, em prédios arrendados pela prefeitura. O Grupo Escolar de Forqueta iniciou suas atividades na sede do Clube Forquetense e, pos-

teriormente, foi alocado em prédio próprio construído pelo estado em terreno doado pela prefeitura. O Grupo Escolar do Frigorífico Rizzo funcionava em prédio arrendado pela prefeitura, e o Grupo Escolar de Vila Seca, no 5º Distrito, funcionava em prédio próprio, construído pela prefeitura.

A partir da análise dos jornais e das correspondências trocadas entre a prefeitura, o secretário da educação do estado, J.P. Coelho de Souza, e entre a comunidade e professoras, percebe-se a influência e participação da prefeitura nos grupos escolares estaduais, seja por meio da participação com doação de terrenos ou com o pagamento do arrendamento, seja na intervenção com melhorias. Na correspondência enviada por Dante Paternoster⁵, proprietário do edifício onde se encontrava o Grupo Escolar Pena de Moraes, há o acordo de melhorias feitas no prédio solicitadas pela diretora do grupo:

As despesas com essa obra ocorrerão por minha conta, obrigando-se, entretanto, a Prefeitura, a adiantar o dinheiro, affectuando o pagamento da conta respectiva depois de revisada por mim e pela directora do Grupo, descontando a Prefeitura, mensalmente, para a sua amortização, cem mil réis (rs.100\$000) por mês, do aluguel que me cabe pelo arrendamento do predio em referencia (PATERNOSTER, 19/10/1939, officio).

A relação existente entre o governo do estado e a prefeitura resultou em ações positivas para a educação do município, culminando com investimentos em melhorias dos edifícios dos grupos escolares. Essa relação entre o Estado e o Município é exemplificada na inauguração de novos edifícios escolares, como exemplificado nesta matéria do jornal A Época, de 1954:

a) – não existe obrigação para o Municipio de concorrer com terrenos para edificios escolares na zona urbana, uma vez que a instrução primaria nessa zona, está a cargo do Estado; b) – não obstante isso, como em outras oportunidades, a Prefeitura, com o objetivo de cooperar com o Estado dentro de suas possibilidades, dispos-se a adquirir e doar um terreno para construção do Grupo Escolar Estadual Cel. Pena de Moraes; [...]

O povo de Caxias fique tranquilo porque dentro de suas possibilidades o municipio estará sempre pronto a ajudar o Governo Estadual a resolver o problema do ensino dentro de nossa cidade, de acordo com o convenio existente (A ÉPOCA, 1954, s.p.).

Em despacho fonográfico, o secretário da Educação J.P. Coelho de Souza felicita o prefeito Dante Marcucci pelo início das obras do edifício do Grupo Escolar Emilio Meyer, e este mesmo pronunciamento foi divulgado no jornal A Época de 20 de agosto de 1939:

⁵ Correspondência enviada em 19 de outubro de 1939 ao prefeito Dante Marcucci, com a anuência da diretora do grupo, Adelaide Rosa.

Autorizo o ilustre amigo a incluir no programa das comemorações da Semana da Pátria o lançamento da pedra fundamental do edifício escolar Bairro Guarani.

Infelizmente ocupações de toda natureza impedem-me de viajar nessa ocasião para a linda cidade, correspondendo o seu desejo de transformar o início dessa construção em uma manifestação de brasilidade de toda colônia italiana.

Mas esse espírito nacionalista está bem evidenciado. Caxias, graças à sua patriótica ação governamental, e de toda a região colonial italiana, graças à orientação do eminente d. José Baréa, que se antecipou às próprias leis de nacionalização, constituem hoje um padrão de civismo para todo o país (A ÉPOCA, 20/08/1939, s. p.).

No trecho acima, alguns elementos do discurso apresentado por Coelho de Souza, como as inaugurações dos grupos escolares coincidirem com as comemorações da semana da pátria; o reforço de eventos que invocavam a brasilidade em Caxias, um município onde a comunidade italiana é presente e atuante; as leis de nacionalização e um modelo padrão de civismo, serão abordados na próxima seção a partir do conceito de representação.

Neste contexto, podemos recuperar, por exemplo, o esforço promovido no início do século XX para a propagação dos valores relacionados a um “espírito” republicano que também preconizava o civismo. Para Souza (2012), com o advento da República, abriu-se um processo de mudanças estruturais do ponto de vista educacional, pois se pautava no trabalho assalariado e melhoramentos das condições de vida nos espaços urbanos promovidos pelo impulso na industrialização.

Segundo Azevedo (2011, p. 94), os grupos escolares tinham por missão cooperar para a constituição dos cidadãos republicanos com sentimentos patrióticos. Para isso, esses espaços de instrução trabalhavam aspectos como o uso de processos intuitivos, “exames públicos, festas escolares, visitas de personalidades ilustres, comemorações de datas cívicas, canto de hinos, cerimônias de homenagens, exposição de trabalhos de alunos, recepção de certificados”.

As estratégias de mobilizar os espaços escolares para a disseminação de mensagens que remetiam ao patriotismo e ao civismo, também foram evidenciadas durante o período do Estado Novo, com o governo de Getúlio Vargas. De forma semelhante ao que ocorreu no movimento de início da república, segundo Aguiar Junior (2013), as ações de disseminação da ideologia nacionalista contavam com o apoio de diferentes grupos (intelectuais, políticos e militares); e, novamente, da área da educação por meio do Ministério da Educação, coordenado por Gustavo Capanema. De acordo com o pesquisador, entre os meios mobilizados, o cinema, o teatro, a música, eventos populares e cívicos reverenciavam a pátria, a bandeira e a soberania nacional.

Desse modo, os grupos escolares em diferentes regiões do país pautavam-se no que para Faria Filho e Vidal (2000) era uma matriz pedagógica da Escola Nova, desenvolvendo ideais nacionalizantes como a criação de um sentido de brasilidade, tanto pela reverência às tradições quanto pela arquitetura em um estilo colonial dos prédios.

De acordo com Araújo (2007), o Programa de Reconstrução Nacional do Governo Vargas (1930-1954) definiu políticas que colocavam as unidades estaduais em uma posição de subordinação aos sistemas de saúde e educação. De modo especial, a escola deveria estar pautada por uma cultura nacional que prescrevia valores e características morais. Segundo a pesquisadora, as matrizes desses ensinamentos encontravam-se nas questões da língua, dos sentimentos e valores cívico-patrióticos, e da integração do povo para a busca do progresso social.

No que se refere ao desenvolvimento de políticas educacionais com influência nacionalista, evidenciou-se que, em Caxias do Sul, essas estratégias eram bastante semelhantes às descritas anteriormente. Os governos municipal e estadual apresentavam uma relação amistosa e de concordância, e o mesmo se percebe das duas instâncias em relação às propostas de caráter nacional. As negociações, especialmente as que estavam relacionadas com a ampliação dos espaços escolares e, neste estudo, mais especificamente, à instalação de novos grupos escolares na cidade, mostravam-se de apoio mútuo, o que pode ser observado em carta de agradecimento enviada pelo secretário estadual da educação, Coelho de Souza, ao prefeito de Caxias do Sul, Dante Marcucci, divulgada na imprensa local:

A Colaboração da Prefeitura em Pról da Instrução Pública Estadual em Caxias [...] Com grata satisfação, acuso o ofício que V. S. me dirigiu, em 13 do corrente mês, pelo qual me põe ao par das excelentes realizações da Prefeitura de Caxias, em ação de conjunto com o Govêrno do Estado, na instalação dos novos Grupos Escolares dêsse município [...] Venho, por isso, agradecer-lhe todo o empenho que empregou nessa colaboração, congratulando-me com o Govêrno de V. S., pelo alto significado que representa para o município, como célula da vida nacional, a criação e as boas condições de instalação em que se encontram as novas unidades escolares (A ÉPOCA, 14/04/1940, s.p.).

Em relação aos grupos escolares que tiveram a gestão transferida da instância municipal para a estadual, destaca-se o caso do Grupo Escolar Dr. Júlio Prates de Castilhos, nomeado então de Grupo Escolar Emilio Meyer. Infere-se que a situação conciliadora poderia ter sido amplificada pela relação fraterna entre a direção da escola e a gestão municipal. A diretora e fundadora, Ida Marcucci Zanelatto, era irmã do prefeito de Caxias do Sul, neste período.

do, Dante Marcucci (PIONEIRO, 2011, s.p.). Tomazoni (2011, p. 12) analisou os padrões temáticos do documento “Obras do Estado Novo Caxias – Alguns flagrantes de urbanização e saneamento”, o álbum fotográfico, um presente dos funcionários para o prefeito Dante Marcucci, apresenta “uma cidade onde fica evidente a questão da ruptura com o velho, onde a modernidade se impõe através da ordenação, higienização e circulação”. De acordo com o pesquisador, Dante Marcucci assumiu a prefeitura em 1935, convidado pelo General Flores da Cunha; sua ligação com o governo Vargas se evidencia pelo fato de ser um dos dois prefeitos “floristas” no estado após 1937, ano da instauração do Estado Novo.

Acredita-se que certas estratégias eram utilizadas pelo governo na tentativa de publicizar os feitos da administração, como, por exemplo, a visita de autoridades ou personalidades:

Constitui um acontecimento altamente significativo a visita oficial a este município do dr. Coelho de Souza, dd. Secretário da Educação e Saúde do nosso Governo Estadual. – que goza aqui de justa e merecida simpatia e apreço, pelo que tem feito em pról do ensino público. [...] Domingo pela manhã, às 9:00 unidade do lançamento da pedra fundamental do novo edifício do Grupo Escolar Emílio Meyer[...] estando presentes as altas autoridades civis, militares e eclesiásticas do município e os estabelecimentos de ensino professores e alunos [...] o dr. Coelho de Souza, a seguir, pronunciou importante discurso, enaltecendo os méritos de Caxias e seus homens, destacando a ação brilhante e patriótica da administração do dr. Dante Marcucci [...] ainda o alevantado civismo dos filhos deste pedaço do Brasil, teendo simpáticas considerações ao nosso Exército Nacional, representado em nossa cidade pelo brioso 9º Batalhão de Caçadores (A ÉPOCA, 5/11/1939, p. 2).

Destaca-se, no excerto, a presença do secretário de Estado, Coelho de Souza, na cerimônia realizada em Caxias do Sul. Conforme Neumann (2015, p. 207), o governo gaúcho sob a gestão de Coelho de Souza, na educação, promovia a nacionalização do ensino seguindo o propósito de criar o “maior número possível de unidades escolares públicas na região colonial, bem como o aperfeiçoamento daquele aparelho escolar, e a nacionalização dos estabelecimentos do ensino particular”. A sua vinda reforça esse ideal nacionalista, além de representar a aprovação do governo do estado ao que era realizado em Caxias e criar um sentimento favorável ao que era proposto na época pela esfera estadual, especialmente entre os sujeitos mobilizados pelos espaços escolares.

Nesse trecho, observa-se também a combinação de detalhes da cerimônia que fazem referência ao civismo, tais como a presença de autoridades militares, a menção ao exército, o uso do termo “patriótica” para engrandecer o

trabalho da gestão municipal; e, ainda, o reconhecimento, dado à cidade pelas demonstrações de civismo. Destaca-se, também, a informação da construção de um novo edifício para a instalação do Grupo Escolar Emílio Meyer, na ampliação do ensino público estadual.

De acordo com Vieira (2012), as manifestações de civismo objetivavam a constituição de cidadãos que preservassem sentimentos patrióticos e praticassem o patriotismo em vida pública. As atividades comemorativas da Pátria contavam com uma programação elaborada e divulgada pela imprensa local, para envolver um número significativo de pessoas, e eram elaboradas com modelos semelhantes ao do excerto a seguir:

Programa de Festejos da “Semana da Pátria” promovidos pelo Governo Municipal, Comando do 9º Batalhão de Caçadores e Núcleo da Liga de Defesa Nacional. Dia 2 de Setembro – Segunda-Feira. Às 9 horas – Hasteamento da Bandeira pelo dr. Dante Marcucci, prefeito municipal, com a presença do Grupo Escolar Emílio Meyer, que, com a inauguração do seu novo e modelar edifício, centralizará as festividades do dia – Representação do 9º B. C. [...] ÀS 17 horas – Inauguração festiva do Grupo Escolar “Emílio Meyer”, presidida por S. Excia. o snr. Cel. Interventor Federal no Estado que, na ocasião, inaugurará, também, simbolicamente, nove edifícios para Grupos Escolares [...] Côros orfeônicos abrilhantarão a cerimônia. As 18 horas – Solene arreamento do Pavilhão Nacional, por S. Excia. o snr. Cel. Osvaldo Cordeiro de Farias [...] (A ÉPOCA, 1/9/1940, s.p.).

Os desfiles da Pátria mobilizavam todas as esferas de ensino em Caxias do Sul e apresentavam uma programação elaborada em torno de rituais que valorizavam os símbolos nacionais; à imprensa local cabia a divulgação das atividades. Os alunos e professores eram envolvidos em diferentes momentos; além do tradicional desfile, participavam do hasteamento e arreamento da bandeira; os coros das escolas abrilhantavam o evento, e as escolas eram incentivadas a promover concursos entre os alunos.

Participar do desfile cívico que ocorria nas ruas centrais de Caxias também era uma atividade que contava com a participação dos grupos escolares; mesmo que as escolas estivessem sob gestões diferentes (municipal, estadual, particulares), acredita-se que determinadas práticas eram compartilhadas entre os diferentes grupos de alunos e professores locais, constituindo uma cultura escolar que transcendia a questão das instâncias administradoras. Na Figura 1, um registro da turma do Grupo Escolar Emílio Meyer participando das comemorações da Semana da Pátria de 1950:

Figura 1: Fotografia do desfile da Semana da Pátria



Fonte: Blog Museu Meyer (<https://www.gluseum.com/BR/Caxias-do-Sul/707680315925543/Museu-Meyer>)

Esse esforço por construir representações que se fixassem no imaginário social e fossem constituindo sentido a partir do exercício de certas práticas era pautado pelo desejo de formar uma nação consolidada por valores cívico-patrióticos. As ideologias de caráter nacional tinham uma influência importante sobre as políticas estaduais e municipais. Não havia uma objeção, neste período analisado, dos representantes do poder executivo para se fazer cumprir as orientações desejadas pelo ente federal. A organização do ensino era coordenada entre o governo estadual e o município no sentido de ampliar a rede escolar e, desse modo, parece estabelecer uma clara diferença, pelo menos no que se refere à imponência dos prédios e ao número de alunos que poderiam abrigar. Um modelo de escola a ser desejado e galgado.

Considerações finais

Em diferentes períodos da história do Brasil, percebe-se que a área da educação foi um campo essencial para a disseminação de valores e princípios dos diferentes movimentos políticos que se sucediam. A escola e seus sujeitos cooperavam no processo de consolidação de ideais. Ao participarem das ações propostas ou reproduzirem as mensagens disseminadas pelas esferas governa-

mentais, colaboravam para a criação de sentido ao que era prescrito, um significado partilhado entre os grupos sociais em que se inseriam. Conjugavam as suas práticas a determinadas condutas, como, por exemplo, as associadas ao civismo.

A análise realizada nas fontes documentais mobilizadas para este texto sugere que representações de nacionalismo, de civismo e de patriotismo eram constantes não apenas no contexto dos grupos escolares, mas na comunidade caxiense como um todo. O ideal de bom cidadão brasileiro, comprometido com uma consciência moral, cívica e patriótica, é uma construção que estava vinculada com a educação e o ambiente escolar, sendo evidenciada neste estudo por meio dos documentos que regiam as atividades escolares, a troca de correspondências oficiais entre o poder municipal e estadual, e também nas publicações dos jornais do período.

Nesse sentido, em Caxias do Sul há a urgência de instaurar, por meio de símbolos ideológicos e das comemorações cívicas, a disciplina e o patriotismo necessários para a construção da identidade nacional entre a comunidade com representatividade dos colonos italianos, utilizando para isso os grupos escolares estaduais situados, principalmente, nas áreas urbanas do município.

Referências

ADAMI, J. S. **História de Caxias do Sul**: Educação. Porto Alegre: EST, Caxias do Sul: UCS, 1981.

AGUIAR JUNIOR, A. F. Construção do Civismo e da Ordem: as festas oficiais comemoradas em Teresina no período de 1935 a 1945. In: ENCONTRO REGIONAL SUDESTE DE HISTÓRIA ORAL, 10, 2013, Campinas. **Anais [...]**, Campinas: ABHO-Regional Sudeste e CMU-Unicamp, 2013. Disponível em: <https://www.sudeste2013.historiaoral.org.br/resources/anais/4/1374340204_ARQUIVO_JosedeArimateaFreitasAguiarJunior.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2019.

ARAÚJO, M. M. **Plasticidade do plano de reconstrução educacional de Anísio Teixeira (1952-1964)**. Editora educ, Goiânia, v. 10, n. 1, p. 9-27, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/educativa/article/download/172/135>>. Acesso em: 22 jun. 2021.

AZEVEDO, C. B. Celebração do civismo e promoção da educação: o cotidiano ritualizado dos Grupos Escolares de Sergipe no início do século XX. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 31, n. 62, p. 93-115, 2011.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1990.

Editorial. **Jornal Pioneiro**, Caxias do Sul – RS, s.p, 09 de junho de 2011. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/geral/noticia/2011/06/conheca-a-historia-de-ida-marcucci-zanellato-fundadora-do-colegio-emilio-meyer-em-caxias-3342461.htm>>. Acesso em: 28 jun. 2021.

FARIA FILHO, L. M.; VIDAL, D. G. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, maio/jun./jul./ago. 2000.

GOUVEA, Maria Cristina Soares de; SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. Condições de instrução da infância: entre a universalização e a desigualdade. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; SOUZA, Rosa Fátima de; PINTO, Rubia-Mar Nunes. **Escola Primária na Primeira República (1889-1930):** subsídios para uma história comparada. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2012.

NEUMANN, R. M. A nacionalização do ensino na colonia neu-wurttemberg, noroeste do Rio Grande do Sul, durante o Estado Novo (1937-1945). **Revista História Unicap**, v. 2, n. 4, jul./dez. de 2015.

PERES, E. T. **Aprendendo formas de pensar, de sentir e de agir a escola como oficina da vida:** discursos pedagógicos e práticas escolares da escola pública primária gaúcha (1909-1959). Tese. Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2000. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/hisales/files/2015/02/Tese-Eliane-Peres.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2021.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. **História & História Cultural**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

ROSO, P. C. M. A estrutura das escolas municipais de Caxias do Sul-RS de 1937 e 1945. **IX ANPED Sul**. Seminário de Pesquisa em Educação da região Sul, Caxias do Sul, 2012. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/136/524>>. Acesso em: 23 jun. 2021.

SOUZA, J. E. **Memórias de professores:** histórias de ensino em Novo Hamburgo/RS (1940-2009). Porto Alegre: Evangraf, 2012.

SOUZA, R. F. Prefácio. In: GRAZIZIOTIN, L. S. S.; ALMEIDA, D. B. **Colégios elementares e grupos escolares no Rio Grande do Sul:** memórias e cultura escolar – século XIX e XX. São Leopoldo: Oikos, 2016. p. 7-10.

TAMBARA, E. A. C. Cartografia da gênese e consolidação do modelo republicano-cartilista de educação primária no Rio Grande do Sul: o papel do “intelectual operador” Manuel Pacheco Prates (1894-1911). In: GRAZIZIOTIN, L. S. S.; ALMEIDA, D. B. **Colégios elementares e grupos escolares no Rio Grande do Sul:** memórias e cultura escolar – século XIX e XX. São Leopoldo: Oikos, 2016. p. 12-29.

TOMAZONI, M. A. **Álbuns da cidade de Caxias (1935-1947):** As reformas urbanas fotografadas. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Ibéricas e Americanas), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/3785/1/000431125-Texto%2BCompleto-0.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2021.

VIEIRA, C. S. Civismo, República e manuais escolares. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 32, n. 63, p. 325-340, 2012.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

- EDITORIAL. **A Época**, Caxias do Sul – RS, s.p., 02, jun. 1940. Disponível em: <<http://arquivomunicipal.caxias.rs.gov.br/index.php/jornal-despertar-4>>. Acesso em: 20 jun. 2021.
- EDITORIAL. **A Época**, Caxias do Sul – RS, p. 2, 05, nov. 1939. Disponível em: <<http://arquivomunicipal.caxias.rs.gov.br/index.php/jornal-despertar-4>>. Acesso em: 20 jun. 2021.
- EDITORIAL. **A Época**, Caxias do Sul – RS, p. 1, 14, abr. 1940. Disponível em: <<http://arquivomunicipal.caxias.rs.gov.br/index.php/jornal-despertar-4>>. Acesso em: 20 jun. 2021.
- EDITORIAL. **A Época**, Caxias do Sul – RS, s.p., 12, abr. 1940. Disponível em: <<http://arquivomunicipal.caxias.rs.gov.br/index.php/jornal-despertar-4>>. Acesso em: 20 jun. 2021.
- EDITORIAL. **A Época**, Caxias do Sul – RS, s.p., 01, set. 1940. Disponível em: <<http://arquivomunicipal.caxias.rs.gov.br/index.php/jornal-despertar-4>>. Acesso em: 20 jun. 2021.
- EDITORIAL. **Despertar**, Caxias do Sul – RS, p. 7, set. 1948. Disponível em: <<http://arquivomunicipal.caxias.rs.gov.br/index.php/jornal-despertar-4>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

FONTES DOCUMENTAIS

- CAXIAS DO SUL. Ofício. Correspondência enviada por Dante Paternoster ao Prefeito Dante Marcucci. **Arquivo Histórico João Spadari Adami**. 10 de outubro de 1939.
- JORNAL. Jornal A Época, nº 47, ano I, 20 de agosto de 1939.
- JORNAL. Jornal A Época, nº 57, ano II, 5 de novembro de 1939.
- JORNAL. Jornal A Época, nº 78, ano II, 14 de abril de 1940.
- JORNAL. Jornal A Época, nº 104, ano III, 1 de novembro de 1940.
- JORNAL. Jornal A Época, nº 1.110, ano XVI, 28 de fevereiro de 1954.
- PIONEIRO, Caxias do Sul - RS, junho de 2011. Disponível em: <<https://www.google.com/amp/s/gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/geral/amp/2011/06/conheca-a-historia-de-ida-marcucci-zanellato-fundadora-do-colegio-emilio-meyer-em-caxias-3342461.html>>. Acesso em: 10 jun. 2021.
- RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 3.903. Regimentos interno dos estabelecimentos de ensino público do Estado. **Leis, Decretos e Atos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul**. 14 de outubro de 1927.
- RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 7.680. Estabelece os tipos de instituições de ensino primário comum e classifica os Grupos Escolares. **Leis, Decretos e Atos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul**. 09 de janeiro de 1939.
- RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 7.929. Regimento interno para os Grupos Escolares e Escolas Isoladas do estado do Rio Grande do Sul. **Leis, Decretos e Atos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul**. 30 de agosto de 1939.
- RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 297. Classificação dos Grupos Escolares. **Leis, Decretos e Atos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul**. 25 de julho de 1941.

O Grupo Escolar de Picada Velha: dinâmicas e culturas de uma escola estadual para a zona rural de Garibaldi/RS (1939-1952)

Cassiane Curtarelli Fernandes

Considerações iniciais

Nada na vida de uma instituição escolar acontece, ou aconteceu, por acaso, tanto o que se perdeu ou transformou, como aquilo que permaneceu.

(Justino P. de Magalhães, 2004, p. 155).

Em 07 de janeiro de 1939, por meio do Decreto n.º 7675, o governo do Rio Grande do Sul instituiu a criação de diversos grupos escolares pelo interior do Estado, estando entre estes o Grupo Escolar Rural de Picada Velha, instalado na Linha Boa Vista, zona rural de Garibaldi/RS. Rememoro que esse período condiz com o projeto de nacionalização do ensino implantado no Rio Grande do Sul durante o Estado Novo (1937-1945) e, nesse sentido, vale lembrar que José Pereira Coelho de Souza estava à frente da Secretaria da Educação e Saúde Pública do Estado.

Coelho de Souza foi um dos responsáveis por instaurar medidas preventivas e repressivas de nacionalização do ensino, entre elas o desdobramento da rede escolar estadual (KREUTZ, 2014), com ênfase nos grupos escolares que, de 1937 a 1942, passaram de 170 para 518 instituições, ou seja, “um surto de criação de ‘grupos escolares’ como jamais se conhecera”,¹ nas palavras do Interventor Federal do Rio Grande do Sul, General Oswaldo Cordeiro de Farias.

Neste período, o município de Garibaldi estava em pleno desenvolvimento econômico e social, contando com duas estações férreas, cinemas, hotéis, quatro agências bancárias, cantinas, casas de secos e molhados, ferrarias, fábri-

¹ A presente citação foi extraída da página 11 do *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Dorneles Vargas, D.D. Presidente da República, pelo General Oswaldo Cordeiro de Farias, Interventor Federal no Estado do Rio Grande do Sul, durante o período 1938-1943*. O documento foi produzido em 1943 e está localizado no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, na pasta *Documentos dos governantes, Relatório do Interventor Federal ao Presidente da República (1938/1943), Códice: A. 7. 36 (impresso)*.

cas de laticínios² que produziam leite, queijo e manteiga, assim como os moinhos hidráulicos que produziam em grande escala a farinha de milho e de trigo. Além da sede, mantinha outros três distritos, com diversas linhas coloniais.

O local escolhido para receber a nova instituição, em 1939, foi a comunidade de Boa Vista³, localizada na zona rural e povoada a partir de 1878 por imigrantes italianos (MIGOT, 2008). A denominação Boa Vista pode ter sido

Uma homenagem ao presidente da província do RS em 1865, o Conde de Boa Vista. Há quem diga que possa ter sido atribuída à bela visão da região montanhosa, cortada pelo arroio, deslumbrada pelos demarcadores de terras, em seus primórdios. Ressaltamos que a localidade de Boa Vista também era diferenciada de toda Linha, com o nome de Picada Velha, ou Boa Vista Nossa Senhora das Graças, nos escritos religiosos (SCARATTI, 2006, p. 24).

Migot (2008) sinaliza que essa comunidade se desenvolveu no entorno dos lotes de nº 11 e 12 da ala sul. Segundo o autor, em 1895, foi iniciada a construção da Capela Nossa Senhora das Graças nestes lotes. Próximo a ela, ficava, também, o cemitério. A partir de 1900, a economia da Linha passou a girar em torno dos produtos advindos da agricultura e da pecuária, bem como do comércio local e dos diferentes serviços. De acordo com Scaratti (2006), existiam, na comunidade, casas de secos e molhados, ferrarias, açougues, boteco, sapatarias, alfaiatarias, moinhos, carpintarias, selarias, fábricas de queijo, móveis e infláveis. Também havia um consultório médico, um time de futebol (1919)⁴, uma agência do Banco do Comércio (1922) e um hotel de madeira⁵.

Pela pesquisa empreendida por Scaratti (2006), compreendo que o hotel foi um importante espaço de sociabilidade da Linha Boa Vista e, de certo modo,

² As fábricas de laticínios instaladas nas zonas rurais de Garibaldi eram as seguintes: Fábrica de A. Franciosi (Linha Alencar Araripe, nº 7), Cooperativa de Laticínios (Azevedo e Castro), Filial da Companhia de Laticínios *Italo-Brazileira* (Azevedo e Castro), Filial da Cooperativa de Azevedo e Castro (São José), Fábrica de Victorio Bonfanti (Linha Garibaldina), Fábrica de Francisco Simon & Comp. (Estrada Geral), Companhia de Laticínios *Italo-Brazileira* (Borghetto), Fábrica de Domingos Pertile (Estrada Geral), Fábrica de Laticínios (São Miguel), Fábrica de Carlos Zibetti (Figueira de Mello, nº 43), Fábrica de Laticínios da Boa Vista, José Nicolau & Comp. (Boa Vista) e Fábrica de queijo, Tulio Tosi & Comp. Empresas que, juntas, se destacavam pela quantidade significativa de leite, manteiga e queijos produzidos. Eram consideradas pelo Intendente Affonso como a indústria do futuro. Fonte: Relatório do Intendente Municipal Affonso Aurélio Porto (1913, p. 5-6). AHMG – Garibaldi/RS.

³ “A Linha Boa Vista tinha 168 lotes rurais, sendo na 1ª Secção, 36 ao Norte e 31 ao Sul, e na 2ª Secção, 51 ao Norte e 50 ao Sul” (SCARATTI, 2006, p. 23). Em 1950, tornou-se o 5º distrito de Garibaldi, passando a identificar-se como Arcoverde. Atualmente, é o 2º Distrito do município de Carlos Barbosa/RS.

⁴ Em 1919, foi instalado o Sport Club Savóia de Boa Vista, primeiro time de futebol da localidade. (SCARATTI, 2006).

⁵ Até o momento, não foi possível identificar o nome do hotel.

ligado à história da educação local, uma vez que abrigava os “professores que vinham lecionar no novo grupo escolar a partir de 1939” (SCARATTI, 2006, p. 145). Ainda, o hotel sediou várias festas de casamento, bailes e almoços, que eram animados pelas bandas constituídas pelos moradores de Boa Vista.

No que se refere ao contexto educacional, além do Grupo Escolar Rural de Picada Velha, havia em Garibaldi mais dois grupos escolares, cinco escolas confessionais mantidas por congregações religiosas e mais de quarenta escolas isoladas subvencionadas pelo Estado e pelo Município.

Com essa breve contextualização, cabe referir que o presente texto é resultado de pesquisa desenvolvida no Curso de Doutorado em Educação da Universidade de Caxias do Sul, com apoio financeiro da Capes, e seu objetivo é apresentar o processo de institucionalização do Grupo Escolar Rural de Picada Velha, bem como as mudanças que aconteceram nos anos posteriores, atentando para alguns elementos constitutivos da(s) cultura(s) escolar(es). O recorte temporal finda em 1952, ano em que esta escola passou a identificar-se como Grupo Escolar Rural de Arcoverde, demarcando uma nova fase em torno de sua história. A metodologia utilizada foi a análise documental histórica, com base nos pressupostos da História Cultural. Analisaram-se para a composição do referido texto, em especial, fotografias e diversos documentos escolares, consultados no Acervo da Escola Estadual de Ensino Fundamental Cardeal Arcoverde (AEEEFCA), antigo Grupo Escolar.

O grupo escolar rural de Picada Velha

[...] Em seguida, retirando-se os presentes do recinto do Grupo, autoridades, convidados, alunos e o povo em geral, a comissão organizadora composta pelos snrs Stefano Mocellin, Orestes Caselani e Adelino Cauduro, ofereceu a todos um grande churrasco, entregando-se a população aos festejos em regozijo e em comemoração à tão magno acontecimento.

(Ata de inauguração no novo prédio do Grupo Escolar de Boa Vista (Picada Velha), 26 de julho de 1942).

O Grupo Escolar Rural de Picada Velha foi instalado em 1939, na comunidade de Boa Vista, como já explicitado anteriormente. Para o seu funcionamento foram reunidas as duas aulas isoladas municipais que existiam nesta comunidade, ambas subvencionadas pelo Estado, uma delas, aos cuidados da Professoras Luíza Maria Perazzoli Giacomelli. Ao que tudo indica, ele emergiu pela necessidade de nacionalização das zonas coloniais, resultado da ação conjunta entre prefeitura e governo estadual. Pelo que foi possível verificar até o momento, estas duas escolas continuaram funcionando como reunidas, independentes entre si, até o início da década de 40 do século XX.

Em 1942, há em definitivo a condensação das respectivas escolas, uma modificação importante que repercutiu em melhorias, sobretudo no espaço físico do Grupo Escolar de Picada Velha que, a partir de então, deixava de identificar-se como uma escola rural, ao menos na nomenclatura. No dia 26 de julho de 1942, ocorreu a inauguração do novo prédio, contando com a presença de moradores da comunidade de Boa Vista, professoras, alunos(as), pais e demais autoridades políticas, religiosas e educacionais, incluindo o Prefeito Olinto F. de Oliveira Freitas.

Como se pode ler em ata, o dia festivo demarcava a importância deste momento:

Teve solene inauguração, sendo pela Sra. Diretora deste Grupo, Edialeida Messina Rosa, convidado para cortar a fita inaugural o Dr. Olinto de Oliveira Freitas, que a fez ao som do Hino Nacional, cantado pelos alunos, mestras e todos os presentes. A seguir fez uso da palavra Dr. Olinto de O. Freitas, o qual agradeceu, sinceramente, a todos os que também o auxiliaram na obra de edificação. [...] Logo após o Rvdo. Padre Tarcísio abençoou todas as salas de aula. Após, o prédio foi franqueado a visitação pública, recebendo nesta ocasião a Sra. Diretora os mais merecidos encômios pela orientação sábia e pedagógica demonstrada na ornamentação das salas de aulas⁶.

Depois da bênção e da visitação ao prédio, os presentes foram convidados a participar de um churrasco em comemoração a “tão magno acontecimento”, como explicitado na documentação acima. Nesta mesma ata, é possível encontrar informações acerca do terreno, doado pelo agricultor José Giacomelli⁷. A construção foi custeada pelos governos estadual e municipal, bem como com o auxílio dos moradores locais que pagaram o fornecimento da madeira, conforme consta no Relatório do Prefeito Olinto F. de Oliveira Freitas, produzido em 1943. Neste mesmo documento, há o registro fotográfico do edifício construído, como se pode ver a seguir:

⁶ Livro de Atas (1942-1948). Ata de inauguração do novo prédio do Grupo Escolar de Boa Vista (Picada Velha). Garibaldi, 26 de julho de 1942. Acervo da Escola Estadual de Ensino Fundamental Cardeal Arcoverde – Carlos Barbosa/RS.

⁷ Acredito ser o esposo de Luíza M. P. Giacomelli, professora do Grupo Escolar de Picada Velha (SCARATTI, 2006).

Figura 1: Novo edifício do grupo escolar de Picada Velha (1943)



Fonte: Garibaldi (1943, s/p). AHMG – Garibaldi/RS

O prédio foi erguido em madeira e coberto com telhas de barro, sendo que as paredes eram duplas e pintadas a óleo, tanto na parte interna quanto externa (GARIBALDI, 1943). Os janelões de vidro ofereciam grande ventilação e iluminação ao ambiente, denotando, entre outras questões, a preocupação com a saúde de estudantes e docentes. O prédio comportava três salas de aula, uma secretaria e dois quartos para acomodação das professoras. Na foto, pode-se identificar o Inspetor Escolar Salvador Bordini, uma parte do corpo discente e, no canto direito, uma das professoras, que acredito ser Luiza P. Giacomelli. Um ano após a inauguração, houve o cercamento da escola com verba custeada pela *Caixa Escolar*. Em relação à parte interna, é possível inferir que o espaço era modesto e que faziam parte da mobília 2 mesas para professores, 60 carteiras bipessoais, 2 armários para livros, 3 banquetas, 9 cadeiras, 4 bancos, 5 quadros-negros e 4 cabides⁸.

Em 1942, estavam matriculados 83 alunos, assim distribuídos: 40 alunos no 1º ano, 29 no 2º ano, 11 no 3º ano e três alunos no 4º ano, sob a regência das professoras Edialedda Messina Rosa, Luiza P. Giacomelli e Odacyra Vargas Fortuna, sendo que esta última também respondia pela direção escolar.

⁸ Livro do Inventário (1949-1957). Acervo da Escola Estadual de Ensino Fundamental Cardeal Arcoverde – Carlos Barbosa/RS.

No Quadro 1, é possível acompanhar o número de matrículas entre os anos de 1943 e 1952:

Quadro 1: Número de matrículas no Grupo Escolar de Picada Velha (1943-1952)

Ano	Total de alunos matriculados	Classes	Ano	Total de alunos matriculados	Classes
1943	91	1 ^a a 4 ^a	1948	72	1 ^a a 5 ^a
1944	75	1 ^a a 5 ^a	1949	74	1 ^a a 5 ^a
1945	73	1 ^a a 5 ^a	1950	51	1 ^a a 5 ^a
1946	70	1 ^a a 5 ^a	1951	65	1 ^a a 5 ^a
1947	71	1 ^a a 5 ^a	1952	90	1 ^a a 5 ^a

Fonte: Livro Lançamento de Notas (1942 a 1968).
AEEEF Cardeal Arcoverde – Carlos Barbosa/RS

Ao longo dos anos contemplados neste estudo, observa-se um certo equilíbrio em torno do número de matrículas, com poucas oscilações. As turmas de alfabetização eram as mais numerosas, e o prolongamento dos estudos continuava sendo para poucos, especialmente na zona rural. O trabalho na roça, as tarefas domésticas e as exigências impostas pela escola fizeram com que muitas crianças e adolescentes abandonassem os estudos. A partir dos registros analisados, é possível inferir que eram poucos os que conseguiam concluir o Curso Primário, chegando até a 5^a classe.

Além de Edialedda Messina Rosa, Luiza P. Giacomelli e Odacyra Vargas Fortuna, exerceram a docência nesta escola, nos respectivos anos, as seguintes professoras: Afonsina Fortes, Luiza Gonçalves dos Santos, Alda Maria Nunes Rotta, Orphélia Milani, Ilka da Rosa, Júlia Tedesco, Leda Venzon, Ilze Fetter, Lygia Therezinha Rech, Maria de Lourdes Farias da Silveira, Hercília Santos Camargo, Odete Gonçalves, Alzira Lúcia Maufron e Maria Tempesta, como também o professor Calixto Bisinella. Pontuo que muitas destas professoras permaneceram por pouco tempo no Grupo Escolar, possivelmente, pela distância em que estava localizada a escola, se comparada às demais instituições estabelecidas na sede.

Destaco que, em 1948, a escola foi dirigida somente por Orphélia Milani e, em 1950, somente por Hercília Camargo. É difícil imaginar como estas professoras conseguiram administrar sozinhas cinco classes, com um número considerável de alunos(as) e, ao mesmo tempo, responder pela parte burocráti-

ca, já que também eram diretoras. Certamente, foram tempos desafiadores para ambas. No ano de 1948, por exemplo, a escola teve suas atividades interrompidas de 11 de setembro até 23 de novembro, em virtude do afastamento da Prof.^a Orphélia Milani para tratamento de saúde. As reprovações, naquele ano, foram muitas, e o motivo, segundo a ata de exames⁹, foi o pouco aproveitamento dos alunos, uma vez que, dos 72 alunos matriculados na escola, apenas seis tiveram condições de passar de ano.

Ao que tudo indica, o Grupo Escolar de Picada Velha funcionou sempre no turno da manhã, iniciando suas atividades em março e findando o período letivo, geralmente, no dia 15 de dezembro, após a realização dos exames finais, conforme determinações da Secretaria de Educação e Cultura do Estado. As festas de encerramento do ano letivo fechavam o calendário escolar cumprindo um papel de importância “na formação cívica e moral, nas quais se demonstrava a todos os estudantes e aos seus familiares a necessidade de aplicação nos estudos e de aprovação nos exames” (NASCIMENTO, 2006, p. 164). Em geral, eram abertas ao público, contando com a participação da comunidade escolar e das autoridades. Comumente iniciavam com o hasteamento da bandeira e canto do Hino Nacional, seguidos por alocução da diretora. Havia a divulgação das notas obtidas nos exames, entrega dos certificados aos concluintes do Curso Primário e premiações aos alunos que tinham se destacado. Na sequência, ocorriam apresentações, sendo o evento encerrado com o arriamento do pavilhão ao som do Hino Nacional.

Em 1943, as professoras do Grupo Escolar de Picada Velha optaram por suspender as festividades programadas para o fim do ano letivo em virtude da morte do aluno Wolmir Salvi¹⁰, ocorrida no dia 08 de dezembro. Nas memórias de Rodolfo Salvi, compartilhadas na obra de Scaratti (2006), há o relato deste dia:

As professoras que vinham lecionar no grupo escolar de Boa Vista eram de Porto Alegre e de Caxias. Precisávamos ir buscá-las em Barão, pois vinham de trem. Um dia, meu filho Valmir e o Henrique foram buscá-las. [...] Meu filho ia seguindo de cavalinho do Guerino. Levava um animal com o Henrique. Quando chegou perto daquela entrada, vem um trem e apitou. O cavalinho deu uma virada brusca, o guri caiu e o cavalo disparou. Arrastou ele uns duzentos metros. Morreu quase perto da estação. Lá ele caiu e ficou no chão. [...] Ficamos muito abalados. Meu pai e minha mãe tinham uma car-

⁹ Livro Lançamento de Notas (1942 a 1968). Ata dos exames finais do Grupo Escolar de Picada Velha, 1948. AEEEFCA – Carlos Barbosa/RS.

¹⁰ Durante a pesquisa, foram encontradas duas grafias diferentes para o nome do aluno em questão: Wolmir, no registro da escola, e Valmir, na transcrição de uma entrevista, como se pode ver na citação que segue, presente na obra de Scaratti (2006).

rocinha. Pegamos ela e com duas mulas fomos até Barão buscá-lo. Quando chegamos lá, estava cheio de gente. Colocamos ele na carroça e as duas professoras que ficaram esperando, também subiram e viemos. [...] No outro dia enterramos ele, com toda a gurizada do grupo escolar, as professoras e muita gente presente. Meu filho tinha de sete a oito anos (SCARATTI, 2006, p. 280-281).

A morte trágica do pequeno aluno abalou a comunidade de Boa Vista, assim como professoras e alunos(as) do Grupo Escolar. Não havia motivos para festejar o findar do período letivo; então optou-se por somente fazer a entrega dos boletins; afinal de contas, “a instituição educativa afeta a comunidade envolvente, pela relação com os públicos, muito particularmente como público-alvo, mas também é afetada pelas culturas, expectativas, representações, vivências e influências do meio local” (MAGALHÃES, 2004, p. 165).

Na organização do calendário escolar, as festividades tiveram um espaço privilegiado com a introdução de inúmeras datas comemorativas, sobretudo aquelas de caráter cívico-patriótico. Sendo assim, no cotidiano do Grupo Escolar de Picada Velha celebraram-se, todos os anos, as seguintes datas: Pan-americano, Tiradentes, Abolição da Escravatura, Independência do Brasil, Dia da Árvore, Revolução Farroupilha, Dia do Soldado, Proclamação da República e Dia da Bandeira.

Conforme previa o Art.º 44 do Regimento Interno de 1939, as datas nacionais deveriam ser comemoradas em todas as escolas com um programa especial, procurando “formar a consciência cívica nos escolares”. O mesmo documento previa, no Art.º 48, que o programa seria “submetido à apreciação do Delegado Regional de Ensino, não sendo permitida a inclusão de novos números depois de aprovado”. Dramatizações, audições literárias e musicais, bailados, exercícios de ginásticas, jogos, cinema educativo, leituras, palestras e relatórios dos trabalhos realizados em aula eram algumas das atividades sugeridas para as festas escolares, conforme o mesmo documento.

Sem dúvida, a Independência do Brasil era a principal festa deste período. Os festejos alusivos à Independência ganharam um amplo destaque no contexto escolar e social de Garibaldi, em especial, pelo caráter étnico do município, uma vez que fora colonizado, sobretudo, por imigrantes e descendentes de italianos. Entre as diversas atividades pensadas para as comemorações da Semana da Pátria, destaco o envio de alunos à capital Porto Alegre para comemorações da Independência do Brasil. Conforme explicou Luchese (2014, p. 219),

Esses coloninhos, também chamados de gauchinhos, eram recebidos pelo governador. Alguns permaneciam instalados no Palácio Piratini e em casas de famílias porto-alegrenses para que pudessem viver em ambiente de brasilidade, educando-se e levando consigo lembranças que seriam transmitidas para colegas e familiares.

Em 1944, o Delegado Regional do Ensino solicitou ao Prefeito de Garibaldi o encaminhamento de oito alunos para compor a equipe de gauchinhos da 4ª Região Escolar que iria até Porto Alegre. No documento, mencionava que deveriam ser dois alunos do Grupo Escolar de Picada Velha, dois alunos do Grupo Escolar de Daltro Filho, dois da Escola Santa Bárbara e dois das escolas municipais¹¹. Atento que a exigência do Delegado Regional recaía justamente sobre os dois grupos escolares mais afastados da cidade, onde a nacionalização esbarrava, ainda mais, na cultura local e familiar étnica.

Ressalto que os grupos escolares localizados nas zonas rurais tiveram comemorações mais modestas, sem tantas exposições. A seguir, leia-se a ata de comemoração da Independência do Brasil no Grupo Escolar de Picada Velha:

Aos sete dias do mês de setembro de mil novecentos e quarenta e cinco, às nove horas, reuniram-se as professoras e alunos do Grupo Escolar de “Picada Velha” para a comemoração do feriado “Independência do Brasil”. Foi apresentado o seguinte programa: 1º – Hasteamento da Bandeira Nacional com canto do Hino Nacional. 2º – Feitos do Corpo Expedicionário Brasileiro – preleção pela professora Orphélia Milani. 3º – O Brasil – poesia pela aluna do 5º ano – Clélia Piacentini. 4º – O grito do Ipiranga – declamação pela aluna do 4º ano – Lourdes Dameto. 5º – Soldado Expedicionário Brasileiro – poesia pela aluna do 3º ano – Olga Valezan. 6º – Semana da Pátria – preleção pela aluna do 4º ano – Odila Salvi. 7º – Minha Pátria – poesia pela aluna do 5º ano – Antonieta Dameto. 8º – Canto do “Hino à Bandeira” por todos os alunos do Grupo. 9º – Encerramento com o canto da marcha “Vitória! Vitória!” em saudação à Bandeira. Foi também escalada para a próxima “Hora Cívica” a professora Ilka da Rosa¹².

A partir desta e das demais atas analisadas, pode-se dizer que os festejos se restringiam principalmente aos espaços internos das instituições, seguindo um programa menos extenso e respeitando o período de aula. Como, normalmente, não havia desfiles nos distritos mais afastados, os alunos destes grupos eram levados para assistir a eles na cidade.

Por fim, abordo a organização da Primeira Comunhão no Grupo Escolar de Picada Velha, compreendendo-a como uma celebração religiosa que também fez parte da cultura escolar desta instituição. A Primeira Comunhão, enquanto rito de passagem, era um acontecimento importante para as famílias católicas da comunidade, e sua organização contou com o auxílio das professoras do respectivo Grupo Escolar.

¹¹ Ofício nº 392. Caxias, 10 de agosto de 1944. AHMG – Garibaldi/RS.

¹² Livro de Atas (1942-1948). Ata nº 3. Grupo Escolar de Picada Velha. AEEEFCA – Carlos Barbosa/RS.

No dia 04 de dezembro de 1943, realizou-se, nesta escola, uma reunião de mães para tratar, entre outros assuntos, das vestimentas “das meninas e dos meninos para a 1ª Comunhão solene”¹³, a ser realizada no dia 12 do corrente mês, na capela da localidade. Segundo a ata deste dia, “fizeram a 1ª Comunhão 20 alunos, 4 a Comunhão solene”¹⁴. Conforme descrito por Peres (2000, p. 373), esta celebração era algo comum nas escolas do Rio Grande do Sul, “um indicador de que o Estado e a Igreja Católica sempre atuaram conjuntamente na escola pública e, conseqüentemente, na formação de várias gerações”.

Na fotografia abaixo, produzida em 1947, há o registro da Primeira Comunhão dos alunos deste Grupo Escolar:

Figura 2: Primeira Comunhão, Grupo Escolar de Picada Velha, 1947



Fonte: Acervo da EEEFCA – Carlos Barbosa/RS

Como apontado anteriormente, esse momento era importante para as famílias e, por isso, havia um cuidado para que todos(as) estivessem devidamente vestidos(as) para a celebração, especialmente as meninas, que usavam o

¹³ Livro de Atas (1942-1948). Ata nº 28, Ata da reunião das mães dos alunos deste G. E. Grupo Escolar de Picada Velha, 04 de dezembro de 1943. AEEEFCA – Carlos Barbosa/RS.

¹⁴ Livro de Atas (1942-1948). Ata nº 29, Ata da 1ª Comunhão dos alunos do G.E. Grupo Escolar de Picada Velha, 12 de dezembro de 1943. AEEEFCA – Carlos Barbosa/RS.

tradicional vestido branco, complementado pelo véu. Diante da relevância da data, havia a presença do fotógrafo. Na feitura da imagem, o cuidado em centralizar a câmara nas crianças e a orientação, embora não seguida por todos, para que unissem as mãos em oração, simbolizando o sagrado.

A organização da Primeira Comunhão e o preparo dos(as) alunos(as) para essa celebração, assim como as missas, as orações diárias e as disposições dos crucifixos pelos diferentes espaços da escola, as bênçãos das salas e as aulas de religião são indicativos das práticas religiosas produzidas e vivenciadas no cotidiano deste grupo escolar.

Considerações finais

É mediando entre as memórias e o (s) arquivo (s) que o historiador entretece uma hermenêutica e um sentido para o seu trabalho e dessa dialética nasce o sentido para a história das instituições educativas.
(Justino P. de Magalhães, 2004, p. 155).

A inauguração do prédio do Grupo Escolar de Picada Velha em Boa Vista, zona rural de Garibaldi, no ano de 1942, foi um acontecimento importante e desejado pela comunidade; afinal, desde 1939, a escola funcionava de forma improvisada. Certamente, a conquista de um espaço próprio e construído para tal fim representou a possibilidade de um ensino com dignidade e segurança para alunos(as) e professoras. Neste momento, há em definitivo a condensação das duas escolas reunidas para a formação do Grupo.

Na produção das culturas escolares há silenciamentos, marcas e atravessamentos diversos que se relacionam aos múltiplos contextos que circundam as instituições educativas. Sendo assim, os documentos analisados permitem reconstruir a trajetória de uma escola que atendeu meninos e meninas de uma comunidade local, em sua maioria filhos e filhas de agricultores que, diante das necessidades impostas pelo trabalho na roça, não podiam prosseguir com os estudos. Uma escola que, ao longo dos anos privilegiados neste estudo, enfrentou desafios como a rotatividade e a falta de professores, assim como instituiu, perante as condições de que dispunha, festividades abertas à comunidade, sobretudo aquelas de caráter cívico-patriótico.

Pontuo que os grupos escolares se tornaram espaços privilegiados para a disseminação da cultura nacional; em especial, a partir da organização e da realização das festividades. O governo, ao instituir as datas cívicas no calendário escolar e a festa como forma de celebrá-las, deu vida ao projeto político que pretendia forjar uma identidade nacional e construir uma memória coletiva, unificada e proeminentemente brasileira. Valorizando personagens ilustres e seus feitos, apresentando tradições e riquezas do Brasil, instituindo virtudes

cívicas e sentimentos de pertencimento, usando símbolos e sinais de associação (HOBSBAWM, 1997), a escola e o Estado colocaram a festa na ordem do dia das aspirações e preocupações (CHARTIER, 2004).

Ainda, reforço a importância da religiosidade, sobretudo no entorno do Grupo Escolar de Picada Velha, onde a comunidade católica contava com o auxílio das professoras para a elaboração da celebração eucarística.

Referências

- ACERVO FOTOGRÁFICO. Escola Estadual de Ensino Fundamental Cardeal Arcoverde. Carlos Barbosa.
- CAXIAS. Secretaria da Educação e Cultura, 4ª Delegacia Regional de Ensino. **Ofício n. 392**. Caxias, 10 ago. 1944. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi. Garibaldi.
- CHARTIER, R. **Leituras e leitores na França do antigo regime**. Tradução Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- GARIBALDI. **Relatório de 1943 apresentado ao Exmo. Sr. Ten. Cel. Ernesto Dornelles, DD. Interventor Federal. Pelo Prefeito Olinto F. de Oliveira Freitas**. Garibaldi, 1943. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi. Garibaldi.
- GARIBALDI. **Relatório do Intendente Municipal Affonso Aurélio Porto**. Garibaldi, 1913. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi. Garibaldi.
- HOBSBAWM, E. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBSBAWM, E.; RANGER, T. (org.). **A invenção das tradições**. Tradução Celina Cardim Cavalcante. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra Ltda, 1997. p. 9-24.
- KREUTZ, L. A nacionalização do ensino no Rio Grande do Sul: medidas preventivas e repressivas. In: QUADROS, Claudemir de (org.). **Uma gota amarga: itinerário da nacionalização do ensino no Brasil**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2014. p. 153-190.
- LIVRO DE ATAS. Escola Estadual de Ensino Fundamental Cardeal Arcoverde. Carlos Barbosa (1942-1948).
- LIVRO DO INVENTÁRIO. Escola Estadual de Ensino Fundamental Cardeal Arcoverde. Carlos Barbosa (1949-1957).
- LIVRO LANÇAMENTO DE NOTAS. Escola Estadual de Ensino Fundamental Cardeal Arcoverde. Carlos Barbosa (1942 a 1956).
- LUCHESI, T. Â. Abrasileirar os coloninhos: histórias e memórias escolares na região colonial italiana do Rio Grande do Sul (1937-1945). In: QUADROS, C. de (org.). **Uma gota amarga: itinerário da nacionalização do ensino no Brasil**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2014. p. 191-232.
- MAGALHÃES, J. P. **Tecendo nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.
- MIGOT, A. F. **Carlos Barbosa: presente, primórdios e pioneiros**. Caxias do Sul, RS: Belas-Letras, 2008.

NASCIMENTO, J. C. A escola no espelho: São Paulo e a implantação dos grupos escolares no estado de Sergipe. In: VIDAL, D. G. (org.). **Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006. p. 153-171.

PERES, E. T. **Aprendendo formas de ensinar, de pensar e de agir**. A escola como oficina da vida: discursos pedagógicos e práticas escolares na escola pública primária gaúcha (1909-1959). 2000. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

RIO GRANDE DO SUL. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Dornelles Vargas, DD. Presidente da República, pelo General Osvaldo Cordeiro de Farias, Interventor Federal no Rio Grande do Sul, durante o período 1938-1943**. Oficina Gráfica da Imprensa Oficial: Porto Alegre, 1943. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 7.675, de 07 de janeiro de 1939**. Porto Alegre, RS: Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Saúde Pública, 07 de jan. 1939.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto n. 7.929, de 30 de agosto de 1939. Aprova o Regimento Interno que com este baixa. In: **Revista do Ensino**, Porto Alegre, v. 1, n. 3, p. 142-228, nov. 1939.

SCARATTI, S. A. **História de Arcoverde**. 2. ed. Porto Alegre: EST, 2006.

- 13 -

Grupo Escolar de São Marcos, Farroupilha/RS: uma análise das atas de exames escolares (1938-1948)

*Gisele Belusso
Fernando Ripe*

Considerações iniciais

Dentre os temas mais tradicionais no campo da História da Educação, a organização do sistema público de ensino, por meio dos grupos escolares, tem se apresentado como uma importante tendência de análise historiográfica, uma vez que tem possibilitado a compreensão simbólica da constituição da escola primária no Brasil.

Nas últimas décadas, temos percebido que os pesquisadores do campo da História da Educação têm se valido de uma significativa variabilidade de fontes para investigar as práticas educativas, concepções pedagógicas e significados da cultura escolar, bem como de seus sujeitos (alunos, professores, gestores, legisladores etc.) tanto nos espaços de educabilidade públicos como privados. Mais abrangentes e mais profundos do que os consagrados documentos escritos, oriundos unicamente do Estado ou daqueles de natureza legislativa, os objetos da cultura escolar ganharam relevância nas narrativas históricas da educação. E este é o caso de uma das principais fontes que nos está subsidiando, as atas de exames. A pertinência desses documentos, como fonte histórica, reside tanto na possibilidade de compreender o contexto geral na qual foram produzidas, estabelecendo nexos do processo de controle e de fiscalização dos professores sobre os estudantes de uma determinada época e em específica instituição, como na viabilidade de aferir enquadramentos específicos e quantitativos dos aproveitamentos e rendimentos dos educandos.

Nesse sentido, propomo-nos analisar o Grupo Escolar de São Marcos, da cidade de Farroupilha/RS,¹ na temporalidade de 1938 a 1948, apreenden-

¹ Município localizado na região metropolitana da Serra Gaúcha, caracterizado por ser o “berço” da colonização italiana no Estado do Rio Grande do Sul. A população de Farroupilha, conforme os dados do recenseamento do IBGE de 1940, em sua maioria pode ser caracterizada como brancos, solteiros, brasileiros natos e que sabem ler e escrever. Existe um certo equilíbrio entre

do esta instituição enquanto emergência de um acontecimento regionalizado. Busca-se compreender, para além do processo de criação e instalação da instituição escolar, as possíveis negociações locais, mediadas pela municipalidade com o governo estadual. A análise proposta se utiliza dos pressupostos da História Cultural e da metodologia da análise documental histórica. O *corpus* empírico foi composto por um livro de atas de exames escolares, correspondências emitidas e recebidas pela Prefeitura de Farroupilha/RS, empenhos de pagamento da municipalidade. Nessa linha investigativa, evidenciamos a prática organizacional da instituição para ordenar tempos e espaços, bem como para realizar os exames escolares. Além disso, compreende-se quem eram os principais sujeitos envolvidos na aplicação dos exames e suas formas de fazê-lo no cotidiano escolar do grupo em análise.

Para uma melhor abordagem deste texto, dividimo-lo do seguinte modo: primeiro, descrevemos e analisamos o conceito de grupo escolar, enquanto uma categoria institucional que se consolidou por todo o país desde a última década do oitocentos; segundo, damos a entender que os exames escolares se constituem como poderes disciplinadores a fim de garantir alunos bem-educados, instruídos e obedientes. Não obstante, o registro das notas de exames em atas configura um olhar hierárquico administrativo da escola; terceiro, realizamos a análise do processo constitutivo do Grupo de São Marcos cotejando-o com as atas de exames produzidas pela instituição; por fim, tecemos algumas considerações provisórias sobre esse processo de formação do Grupo Escolar e sua pertinência no campo da historiografia da educação gaúcha.

O processo histórico de criação dos grupos escolares

O alvorecer do regime republicano no Brasil não trouxe consigo somente o projeto de desenvolvimento industrial e de reestruturação da força de trabalho, não mais escravizada, mas a confrontação de diferentes ideais pedagó-

o número de habitantes homens (6.528) e mulheres (6.253). Com relação à faixa etária, 3.834 habitantes têm a idade de 0 a 9 anos; 3.108 habitantes a idade de 10 a 19 anos; 2.139 habitantes estão na faixa etária de 20 a 29 anos; e 3.430 habitantes têm 30 anos ou mais, o que apresenta uma população jovem, concentrada, em sua maioria (6.942), com até 19 anos. Declaram saber ler e escrever 7.764 pessoas, perfazendo assim um percentual de 62% da população. Comparando o índice de alfabetização de Farroupilha com municípios vizinhos, percebe-se que Farroupilha e Montenegro têm os maiores índices, com 62% da população que declaram saber ler e escrever; já Flores da Cunha tem 54%, Garibaldi, 57%, e Bento Gonçalves 58% da população (BELUSSO, 2020). Também é relevante observar que 205 habitantes (98 homens e 107 mulheres) com mais de 10 anos possuem curso completo ou diploma de estudos. No grau elementar, 141 habitantes; grau médio, 80, e grau superior, 18. Este concluído apenas por homens, ainda conforme Anuário Estatístico do IBGE de 1940, o que evidencia a condição financeira de algumas famílias de elite em enviar para outras cidades seus filhos para formação em nível superior.

gicos no campo educacional (positivistas e escolanovistas).² Sobretudo, fortaleceu ideias de que o ensino deveria ser um direito público, laico e para todos. Assim, a instrução institucionalizada passou a desempenhar um importante papel social no modelo moderno pretendido que proclamava o sentimento de patriotismo e de respeito ao próximo, portanto, deveres cívicos e humanitários. A escola, nesse sentido, ganhou relevância na propagação deste projeto civilizatório, sofrendo inúmeras reformas políticas – nos ensinos primário, secundário e superior – acordadas legislativamente pela Constituição de 1891. No período republicano, os grupos escolares, também conhecidos como escolas graduadas, foram encarregados por divulgar uma nova sistematização da instrução primária. Em 1893, em São Paulo, utilizava-se ‘grupo escolar’ para designar a reunião das antigas escolas isoladas de uma localidade. Esse modelo de agregação foi se consolidando ao longo do século XX em todo o país. De acordo com os historiadores da educação Faria Filho e Vidal, os grupos escolares,

[...] concebidos e construídos como verdadeiros templos do saber, encarnavam, a um só tempo, todo um conjunto de saberes, de projetos político-educativos, e punham em circulação o modelo definitivo da educação do século XIX, o das escolas seriadas. Apresentadas como prática e representação que permitiam aos republicanos romper com o passado imperial, os grupos escolares projetavam um futuro em que, na República, o povo, reconciliado com a nação, plasmaria uma pátria ordeira e progressista (FARIA FILHO; VIDAL, 2000, p. 25).

Todavia, no Brasil, os grupos escolares se mostraram, no contexto republicano de reformas políticas estruturais da sociedade, como uma alternativa de custo relativamente baixo para implantar seu projeto de modernidade. Uma vez que tais grupos, em sua maioria, possuíam arquitetura simples, predominantemente feitas de madeira, com poucas salas de aula, uma sala de professores e uma secretaria. Insuficientes eram os recursos pedagógicos, que centralizavam o ensino por meio de técnicas mnemônicas explanadas no quadro-negro, quase sempre recorrendo às cartilhas e aos livros didáticos. A construção e manutenção destes pequenos prédios escolares ficava a cargo das prefeituras ou, em alguns casos, sob a guarda do próprio Estado.

No que se refere ao modelo didático e pedagógico, utilizado no processo de ensino nos grupos escolares, os métodos e as instruções tendiam a ser uniformes e alinhados aos modelos educativos considerados modernos (PE-

² Sobre as diferentes reformas educacionais planejadas e implementadas durante o período republicano no Brasil, destacamos o trabalho de PALMA FILHO, J. C. **Pedagogia Cidadã**. Cadernos de Formação: História da Educação. 3. ed. São Paulo: PROGRAD/UNESP/ Santa Clara Editora, 2005. p. 49-60.

RES, 2000). As estruturas pedagógicas que davam referência e fundamentação a estes grupos escolares, geralmente, se valiam de “princípios como simplicidade, progressividade, a memorização e autoridade, fundamentada do poder do professor e em prêmios e castigos aos estudantes” (BADUY; RIBEIRO, 2020, p. 14). Assim, o exame passou a ser um importante mecanismo de controle e vigilância sobre a aprendizagem e conformação dos comportamentos dos alunos. Não obstante, as atas escolares produzidas nestes grupos são chaves de leitura para compreender a prática organizacional destas instituições para ordenar tempos e espaços. Nesse sentido, evidencia-se que os processos instrutivos nos grupos escolares apresentavam características marcadamente excludentes, uma vez que, como veremos mais adiante, tanto a reprovação como o abandono dos alunos comprovam o baixo rendimento de aprendizagem e as elevadas taxas de evasão.

O poder disciplinador dos exames registrados em atas

Os mecanismos de fiscalização e de avaliação do conhecimento dos educandos, presentes nas rotinas das escolas, podem ser entendidos enquanto procedimentos administrativos da cultura escolar que se valem da inspeção, do supervisionamento, do controle e da vigilância dos adultos sobre os infantis. Ainda que, aqui, o *corpus* empírico para análise seja constituído por um livro de atas de exames escolares, correspondências emitidas e recebidas pela Prefeitura de Farroupilha/RS, empenhos de pagamento da municipalidade, fica evidente que tais registros documentais não são suficientes para uma análise plena dos mecanismos reguladores e disciplinadores vivenciados na temporalidade indicada.³ Todavia, oferecem condições múltiplas e diferentes para interpretar os vestígios do passado, refletindo sobre o contexto geral em que ocorreram a produção destes registros – sobretudo, ao entender que não há relações sociais neutras e equidade de poderes. Assim, as atas de exames, produzidas com maior ou menor intencionalidade e consciência, registram acontecimentos da cultura escolar de uma determinada instituição atrelados a um *regime de educabilidade*⁴ mais amplo.

³ Importante lembrar que, no debate historiográfico contemporâneo, a História não tem por objetivo produzir e enunciar verdades absolutas, nem mesmo formular metanarrativas, mas ser uma disciplina analítica, possibilitar tão somente elaborar compreensões fragmentadas, parciais e infundáveis. Concordamos, assim, com Paul Ricoeur (1968) no que se refere à impossibilidade de haver um passado total a ser ‘resgatado’ pela história, propriamente porque a subjetividade do historiador deve ser pensada como um ‘julgamento de importância’ construído intencionalmente.

⁴ Importante esclarecer que cada sociedade, a seu tempo, admite seu próprio regime de educabilidade. Tais regimes são construídos por discursos de interesse institucional, político, econômico-

Numa perspectiva teórica foucaultiana, compreendemos que problematizar o poder disciplinar é percebê-lo como uma força que se torna invisível para quem governa e disciplina. Não somente pela utilização de mecanismos que permitem vigiar sem serem percebidos pelos vigiados, mas pela aplicabilidade de outros instrumentos disciplinadores, como, por exemplo, o exame, que “faz com que a individualidade de cada corpo entre para uma documentação administrativa, pois tudo é anotado. São registrados detalhes de todas as atitudes e comportamentos” (FOUCAULT, 2009, p. 3).

Sobre os exames, é importante identificar a existência de uma espécie de cerimônia de poder, uma vez que se constituem como uma técnica ritualizada. A instituição escolar foi, e ainda é, historicamente detentora do aparato disciplinar, no qual os exames cumpriram importante função ininterrupta, pois acompanhavam todo o processo de desenvolvimento cognitivo e comportamental dos sujeitos vigiados. Os exames são efeitos de uma racionalidade técnica estatística, uma vez que, ao mesmo tempo que medem e sancionam cada indivíduo, também o comparam, estabelecem semelhanças ou divergências, conferem e padronizam ou aferem e excluem, portanto, uniformizam dentro de uma suposta normalidade. Assim, o exame viabiliza transmitir conhecimentos ao mesmo tempo que levanta informações sobre os alunos e sobre o conjunto destes.

Por se tratar de uma forma de racionalidade e de regularidade, a prática dos exames escolares possui permanência e variações, portanto são configurações históricas. Como verificaremos no decorrer desta análise, os exames realizados no Grupo Escolar de São Marcos apresentam características sistemáticas, não somente no que se refere aos ritos de aplicabilidade (descritos com detalhes e minúcias em atas), mas também na organização estatística (por meio de quadros e gráficos) que contribui na parametrização dos educandos. Podemos, então, considerar que os exames, enquanto mecanismo de fiscalização e avaliação, além de colocar os sujeitos em um campo de vigilância, colocam-no em uma rede de anotações, circunscrevendo-os em documentos que os captam e os fixam. Não obstante, os procedimentos desse mecanismo contemplam um sistema de registro e de acumulação documental, de modo que as anotações, as escritas em atas, os registros em quadros, a produção de gráficos são

co e social. Dito de outra maneira, são modos de dizer e ver a educação de uma dada sociedade, através de um sistema microfísico de poder, cujo efeitos discursivos produzem um esperado resultado. Assim sendo, formam possibilidades de constituir modos de subjetivação. Sugere-se: a ideia de *regime de educabilidade* enunciada em MAGALHÃES, Justino. **O mural do tempo**: manuais escolares em Portugal. Lisboa: Editora Colibri, 2011; a noção de *regime de verdade* em FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

importantes elementos da técnica documentária, fazendo com que cada indivíduo seja um caso, ao mesmo tempo que este caso constitui um objeto para o conhecimento e uma tomada para o poder (FOUCAULT, 2009, p. 83).

O processo constitutivo do Grupo de São Marcos

Farroupilha é um município localizado na serra gaúcha do Rio Grande do Sul. Emancipado politicamente em 1934, herdou instituições escolares antes localizadas nos municípios de Caxias, de Montenegro e de Bento Gonçalves. Nesse contexto, inicialmente o município contava com 38 professores municipais; desses, 11 dispunham de contrapartidas subvencionadas pelo Estado, e somente um único professor era estritamente subvencionado pelo Estado, conforme consta no *Almanak Escolar do Estado do Rio Grande do Sul* de 1935.

A escolarização em Farroupilha, na década de 1930, era ofertada por instituições escolares municipais, estaduais e particulares nas modalidades de aula municipal, aula isolada, escola confessional e grupo escolar (BELUSSO, 2020). O até então único grupo escolar do município foi criado no ano de 1927 com a denominação de Grupo Escolar Rural de Nova Vicenza (FERNANDES, 2015).

Devido ao processo de emancipação, a área central do município foi reconfigurada, momento em que surgiram praças e prédios para acomodar a administração e os serviços públicos. Ainda nessa direção, houve a preocupação do governo municipal com a construção de um grandioso prédio para instalar o então Grupo Escolar Farroupilha, de forma a garantir uma nova composição para os contornos urbanos.

Figura 1: Grupo Escolar Farroupilha (1938)



Fonte: Fernandes (2015)

Além da intensa negociação da municipalidade para consolidação da obra, também ocorreu a articulação para a criação de outros grupos escolares na cidade. Observamos que a presença dessas novas instituições certamente garantiria um avanço no campo educacional no município, uma vez que esse modelo de escola representaria uma organização racionalizada e moderna da educação. Contudo, isso deve ser relativizado para os grupos escolares das áreas rurais, uma vez que estas mantinham uma estrutura bem mais simples do que aquela apresentada na Figura 1.

Diante disso, os grupos escolares de São Marcos e Jansen foram criados em setembro de 1937, entrando em funcionamento no ano de 1938. Nesse caso, o que chama a atenção é a proximidade entre as localidades; cerca de seis quilômetros separam os dois grupos escolares. Não foram localizadas, até o momento, fontes/documentos para justificar a relativa aproximação entre os dois primeiros grupos escolares criados na cidade. Ainda em 1937 foi criado o Grupo Escolar de Nova Milano, porém ele não chegou a ser instalado e foi transferido para a localidade de Nova Sardenha. Passou a atender alunos a partir de 1939, conforme sistematizado no quadro a seguir:

Quadro 1: Grupos escolares estaduais criados/inaugurados (1937-1940)

Grupo Escolar	Data de criação	Data de inauguração	Prédio Escolar	Observações
Grupo Escolar Jansen	Decreto nº 6.755, de 24 de setembro de 1937	1 de agosto de 1938	Salão da Sociedade Recreativa	–
Grupo Escolar São Marcos	Decreto nº 6.756, de 24 de setembro de 1937	2 de agosto de 1938	Salão da Sociedade Recreativa	–
Grupo Escolar de Nova Sardenha	Em 1939 foi transferido o Grupo Escolar de Nova Milano (dezembro de 1937) para Nova Sardenha	18 de março de 1939	Local alugado de Angelo Damiani	2 de setembro de 1941 – Capacidade total 150 alunos

Fonte: Elaborado a partir de correspondências emitidas e recebidas, AGPMF

Compreender a criação dessas instituições escolares estaduais significa perceber todo o processo que demandou intensa comunicação entre o município e o governo estadual. Entre pedidos, negociações, acordos, orientações, mudanças e comemorações, foram instalados os grupos escolares no município de Farroupilha, que pode ser caracterizado como um município pedagógico (MAGALHÃES, 2019). As iniciativas estaduais contaram com o apoio financeiro de implementação e logística do governo municipal (BELUSSO, 2020).

Em correspondência de 25 de janeiro de 1938, encaminhada a José Coelho de Souza, o prefeito, capitão Eudoro, prestou contas do andamento da instalação dos grupos escolares criados em 1937, em São Marcos e Vila Jansen, o que nos permite perceber as tarefas que tomava para si e como as realizava no âmbito local.

Grupo escolar de São Marcos: Está situado a 9 quilômetros da sede do município. Funcionará provisoriamente, no salão de uma Sociedade Recreativa, com capacidade para 80 alunos. A Prefeitura se obriga a construir, até o fim deste ano, um edifício de material destinado ao grupo. Grupo escolar da Vila Jansen: Está situado a 15 quilômetros da sede do município. Funcionará provisoriamente, no salão de uma Sociedade Recreativa, com capacidade para 80 a 100 alunos. A prefeitura se obriga também a mandar construir, até o final do ano, um edifício de material destinado ao referido grupo⁵.

Assim, constata-se que os grupos escolares foram inicialmente instalados em prédios improvisados, adaptados para atender o compromisso inicial de uma situação provisória, pois o município sinalizou a intenção de construir prédios escolares para as instituições. A partir de então, o que mereceu atenção foram as adaptações necessárias para entrarem em funcionamento os grupos escolares. Ao analisar os pagamentos do governo municipal, identificam-se as seguintes modificações: para o Grupo Escolar de São Marcos foram feitas divisões no prédio⁶ e construídas duas patentes,⁷ e para o Grupo Escolar da Vila Jansen foram feitas divisões⁸ no prédio da sociedade recreativa.

Em 30 de março de 1938, nova comunicação informava sobre o andamento das instalações. A correspondência do prefeito foi encaminhada a Julio Lebrun e versou sobre os espaços e os mobiliários a serem utilizados.

[...] Funcionarão provisoriamente [em] excelentes prédios Sociedades Recreativas onde já foram feitas as necessárias adaptações, correndo despesas conta Prefeitura, inclusive alugueres. Possuem ambos mobiliários toscos mas em condições assegurar funcionamento aulas, isto desde primeiro corrente mês. Convenientemente lustrados e concertados serão aproveitados grupos

⁵ **Correspondência** de Eudoro Lucas de Oliveira, prefeito, para José Coelho de Souza, Secretário Estadual de Educação e Saúde Pública, 25 de janeiro de 1938. Informa sobre o andamento da instalação dos grupos escolares Jansen e São Marcos. CER/AGPMF.

⁶ Empenhos s/nº – Investimento feito com a divisão do Grupo Escolar de São Marcos: 1 pacote de pregos 5\$600; 5 dúzias e 4 tábuas de foro, 177\$000; 16 pedaços de rodapé; 31\$600; transporte de madeiras e classes 20\$000; mão de obra 35\$000, total 269\$200. Despesas municipais (1937), AGPMF.

⁷ Empenho s/nº – a construção das patentes foi paga a Gelsomino Venzon, um total de 102\$300. Despesas municipais (1937), AGPMF.

⁸ Empenho s/nº – Celeste Mandeli foi o responsável por realizar as divisões na sociedade recreativa, total de 316\$500. Despesas municipais (1937), AGPMF.

acima, móveis velhos colégio esta vila assim seja inaugurado edificio escolar que será guarnecido mobiliário novo, conforme promessa Doutor secretário. Prefeitura pretende ainda este ano mandar construir edificios destinados grupos São Marcos e Linha Jansen⁹.

A partir de então, vemos que o investimento municipal foi nas adaptações necessárias e na manutenção do pagamento dos aluguéis para as sociedades recreativas. O aluguel de cada prédio custava 80\$000 mensais e era pago ao Grêmio Desportivo 7 de Setembro, em São Marcos, e ao Grêmio Esportivo Farroupilha, na Vila Jansen. Já o Estado se encarregou de enviar mobiliário escolar para que não fosse necessária a utilização dos móveis ‘toscos’ citados anteriormente. O fonograma, de 3 de novembro de 1938, especificou os itens que chegaram ao município destinados aos grupos escolares de São Marcos e Vila Jansen. Foram 120 bancos escolares, 8 mesas, 6 armários, 12 quadros-negros, 12 cadeiras, 6 cabides, 2 secretarias, 2 caixas com bacias e jarros esmaltados, 2 relógios de parede, 2 escudos nacionais e 8 lavatórios de metal, despachados pela empresa Aloysio Brinex.¹⁰ A despesa de transporte da capital até Farroupilha e depois de Farroupilha para as localidades de São Marcos e Vila Jansen também correu por conta da prefeitura.¹¹ Após mobiliados os grupos escolares, o município comunicou ao Estado a liberação para vistoria.

Assim que autorizado pelo Estado o início de seu funcionamento, ocorriam as inaugurações, um momento solene para marcar a abertura das escolas e o começo de seu funcionamento. As inaugurações dos grupos escolares de São Marcos e Jansen, no mês de agosto de 1938, foram comunicadas pelo prefeito por fonograma oficial diretamente a Coelho de Souza, destacando que tinham sido inaugurados “com grande assistência e entusiasmo”.¹²

Como já citado, os grupos escolares foram implementados em prédios adaptados, e, logo após as inaugurações, a municipalidade comunicou a intenção das comunidades de São Marcos e Jansen de oferecer terrenos para a construção das sedes dos grupos escolares com capacidade para 80 alunos cada. Nessa mesma comunicação, compromete-se em fazer ruas e calçamento se

⁹ **Fonograma** de Eudoro Lucas de Oliveira, prefeito, para Julio Lebrun, em 30 de março de 1938. CER/AGPMF.

¹⁰ Os móveis produzidos em Porto Alegre foram recebidos pela prefeitura, que o comunicou a Olga Acauan Gayer, 3 de novembro de 1938. CER/AGPMF

¹¹ Empenhos s/nº – o transporte de Porto Alegre a Farroupilha custou 65\$600, pago a Orlando de Nardi, e o transporte de Farroupilha para São Marcos e Vila Jansen custou 75\$000, sendo pago a Henrique Venzon. Despesas municipais (1938), AGPMF.

¹² Em 5 de julho de 1938, o **fonograma** informa a inauguração do Grupo Escolar de São Marcos, e, em 2 de agosto de 1938, a inauguração do Grupo Escolar da Vila Coronel Alfonso Massot (Jansen), ocorrida no dia anterior. CER/AGPMF.

assim for julgado necessário.¹³ As plantas foram solicitadas¹⁴ ao governo estadual, porém os prédios não foram construídos.¹⁵

A ritualística dos exames escolares

“Durante os trabalhos, a banca examinadora soube portar-se com todas as exigências pedidas, isto é, no maior silêncio”
(LIVRO DE ATAS DE EXAMES GESM, 1945, p. 54).

Estamos considerando, neste estudo, a prática do exame escolar como uma forma de poder disciplinador, cuja intencionalidade é sustentar um grupo específico de educandos bem-comportados nos tratos sociais e nas práticas consideradas civilizadas, instruídos e habilidosos na compreensão dos conhecimentos que lhes eram transmitidos e obedientes aos ordenamentos imputados. A epígrafe, um trecho de uma ata do ano de 1945, é ilustrativa desse controle disciplinar em que o silêncio é uma das práticas mais representativas. Não obstante, Michel Foucault caracterizou o mecanismo dos exames como sendo uma técnica fundamental do regime disciplinar. Não somente por funcionar como forma de controle normalizante, mas pelo fato de o exame instaurar vigilâncias avaliativas que possibilitam organizar, separar, juntar e segmentar (FOUCAULT, 2009, p. 155-156). Nesse sentido, será por meio do exame que o sujeito será administrado em uma organização serial na qual está incluído; neste caso, as escolas são exemplos significativos de instituição regida pela classificação, tanto para evoluir nesta tipologia de ordem como para redistribuir aqueles que não alcançarem os resultados esperados pelos avaliadores dos exames. Consequência disso é que o exame constitui uma prática altamente ritualizada, operada regularmente em espaços e tempos limitados, permitindo aos avaliadores fiscalizar individualmente, comparando cada um com todos.

¹³ **Fonograma** oficial para Coelho de Souza, Secretário Estadual de Educação e Saúde Pública, 5 de julho de 1938. CER/AGPMF.

¹⁴ **Correspondência 685-Mz**, de Eudoro Lucas de Oliveira, prefeito, para José Coelho de Souza, Secretário Estadual de Educação e Saúde Pública, 23 de fevereiro de 1938. Pede dois projetos de plantas para 150 alunos cada. As plantas foram encaminhadas por Julio Lebrun junto a correspondência 26.017 de abril de 1938. CER/AGPMF.

¹⁵ O Grupo Escolar de Vila Jansen somente teve a inauguração de um prédio próprio em 1958 (PILETTI, 2018). Já o Grupo Escolar de São Marcos, atualmente denominado Escola Estadual Isabel Venzon, teve seu prédio escolar inaugurado em 1960. Um prédio em madeira com 320 m² construído no terreno doado por Angelo Venzon Filho e sua esposa professora Celia Dillenburg Venzon, que foi diretora do Grupo Escolar por muitos anos. Histórico da Escola Estadual Izabel Venzon (BELUSSO, 2020).

Ao nos debruçarmos sobre o interior da instituição escolar, analisamos o livro para atas de exames do Grupo Escolar de São Marcos contendo as atas de exames do ano de 1938 até 1948. Além disso, o livro foi suporte para o registro de outras três tipologias de atas específicas, a saber: ata de transmissão de direção, de abertura e de encerramento do ano letivo. O livro teve seu termo de abertura lavrado pela diretora Silvia Jaconi em 12 de setembro de 1938, com 100 páginas numeradas e rubricadas; dessas foram utilizadas 77 páginas para o registro de 41 atas.

A produção dessa documentação era obrigatória e, assim, deve ser analisada com cuidado. Não era produzida ao acaso nem por escolha, e era passível de fiscalização, o que influencia diretamente o que ali deveria ou não estar registrado.

As citadas atas de exames escolares mantinham um padrão no qual se citavam a classe que passou pela avaliação, data, horário e local em que foram aplicadas as provas. Além disso, eram registrados dados como o nome das professoras, notas dos alunos por matérias, média da turma, número de alunos matriculados, presentes, ausentes e observações sobre as condutas e rituais durante a realização dos testes. Contudo, nota-se que diferentes professoras lavraram as atas, e, assim, existem variações nesses registros, bem como lacunas de informações em algumas delas.

Além disso, nota-se que os quadros-sínteses elaborados após as provas objetivas com o passar dos anos ficaram mais completos e incluíram informações como: idade, sexo, cor, nível de maturidade e escolaridade na classe, comparecimentos durante o ano, ajustamento à vida escolar contemplando três itens: a) iniciativa de cooperação nos objetivos da escola; b) aceitação desses objetivos; c) recusa de colaboração. A seguir, registram-se conteúdos e notas e, por fim, classificam-se os alunos em aprovados ou reprovados. Observa-se, assim, a dimensão do controle do comportamento e atitudes em conjunto ao das notas.

Quanto à organização temporal, os exames, entre os anos de 1938 e 1940, foram realizados em duas etapas e registrados como exames parciais. Por exemplo, no ano de 1938, foram realizados nos meses de setembro e dezembro e, no ano de 1940, nos meses de junho e dezembro. Nos demais anos, as atas referem-se somente aos exames finais e ocorreram nos meses de novembro ou dezembro, sempre pela manhã. Já o espaço destinado à avaliação era uma das salas de aula da instituição escolar. O ritual, nos primeiros anos de existência do grupo escolar, era conduzido somente pela professora; já a partir de 1944, o registro dos exames escolares foi feita pela observadora,

reflexo direto das ações implementadas pelo Centro de Pesquisa e Orientação Educacional do Rio Grande do Sul – CPOE/RS.¹⁶

É preciso considerar que, entre os anos de 1943 e 1965, o CPOE/RS foi o responsável pela elaboração das provas objetivas de aferição global de conhecimentos e, conseqüentemente, pela orientação da sua aplicação (QUADROS, 2006). Consoante ao contexto gaúcho, observa-se, em uma ata do ano de 1943, do 3º ano, a aplicação de testes que foram enviados pela Secretaria de Educação e Cultura e realizados a título de experiência. Tais testes eram pautados na cientificidade e em critérios padronizados e racionais. Além disso, buscavam eliminar a subjetividade docente do processo avaliativo na escolha de conteúdos e englobar os conhecimentos estabelecidos no Programa mínimo das escolas primárias.¹⁷ No Estado, nesse mesmo ano, 77.165 alunos realizaram essas provas, sendo promovidos 53.040 desses (QUADROS, 2006).

Os registros imputam à examinadora e à observadora o papel de orientar os alunos no procedimento para a realização das provas, como se pode ver no excerto a seguir:

Antes de iniciar as provas, a examinadora profa Lourdes M. Giugno e observadora profa Alda Simões falaram aos pequenos numa linguagem comunicativa e carinhosa e aos mais tímidos foram dadas expressões sugestivas; dessa maneira o exame foi iniciado justamente às 8 horas e findando às 11,10 horas. A examinadora L. Maria Giugno falou claramente e com bastante desembaraço; assim, as explorações necessárias foram ditas uma só vez (LIVRO DE ATAS DE EXAMES GESM, 1945, p. 54).

Ainda é perceptível a preocupação em registrar a adequação da linguagem à faixa etária dos alunos. O teste padronizado, com normas a serem seguidas para aplicação, fazia parte das formas de controle que o Estado implementou na época tanto para alunos como para professoras e instituições escolares, promovendo monitoramento, supervisão e avaliação que podiam ser quantificados e classificados.

¹⁶ O CPOE/RS foi criado em 1943, fruto da reestruturação administrativa da Secretaria de Educação e Cultura, com “o intuito de construir e assumir, de forma efetiva, o controle organizacional do sistema educativo” (QUADROS, 2006, p. 125). Caracterizou-se como órgão especializado, normatizador, fiscalizador e de orientação.

¹⁷ O texto aborda a forma como foi organizado o ensino, ou seja: por séries (primeiro, segundo, terceiro, quarto e quintos anos). Em seguida, focou a série por saberes de cada área (Linguagem, Matemática, Estudos Sociais, Estudos Naturais, Desenho e Artes Aplicadas e Música) de forma a propor objetivos gerais e específicos. Também apresentou a normativa (explicação de como o aluno aprenderia aqueles conteúdos determinados e sugestões de práticas pedagógicas). Além disso, estabeleceu também as diretrizes para o ensino de Moral e Civismo. O documento encontra-se disponível digitalmente no repositório da Universidade Federal de Santa Catarina, em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/122105>.

No entanto, sabe-se que um registro, em especial em um documento que é produzido para ser lido por outros que avaliarão seu trabalho, pode conter adequações, supressões ou acréscimos de informações pertinentes a essa função. Ainda não contemplam acordos orais ou apropriações nas formas de fazer no cotidiano escolar. Além disso, faz-se necessário modalizar ou até mesmo tensionar alguns aspectos. Um deles é o número de reprovações, pois, ao analisar o livro de atas, percebe-se que os alunos que não compareciam aos exames e/ou infrequentes eram automaticamente reprovados. Assim, mesmo sem respostas, é preciso pontuar que precisaríamos elucidar alguns pontos importantes para, de fato, compreender os rituais dos exames escolares. Deste modo, ficam questões a serem respondidas, tais como: Quais seriam os motivos de tantas ausências? Existiria por parte da instituição escolar alguma ação em virtude disso? Seria menos prejudicial para o grupo escolar ter mais reprovações por ausência do que pelo baixo rendimento escolar?

Nota-se, na análise, que as ausências eram corriqueiras, de modo a aumentar o índice de reprovação. A partir das atas de encerramento do ano letivo, é possível verificar a sistematização do número de aprovações e reprovações nos anos de 1938, 1939 e 1940.

Quadro 2: Atas de encerramento de ano letivo (1938-1939)

Ano	Aprovações	Reprovações
1938	1ª classe, 1ª seção – 8 1ª classe, 2ª seção – 15	1ª classe, 1ª seção – 30 1ª classe, 2ª seção – 6
1939	1º ano – 6 2º ano – 12 3º ano – 9	1º ano – 16 2º ano – 6 3º ano – 2
1940	1º ano – 11 (3 deles aprovados do 1º para o 3º ano) 2º ano – 6 3º ano – 6 4º ano – 4	1º ano – 18 4º ano – 4

Fonte: Quadro elaborado a partir do Livro de atas de exames do Grupo Escolar São Marcos (1938-1939)

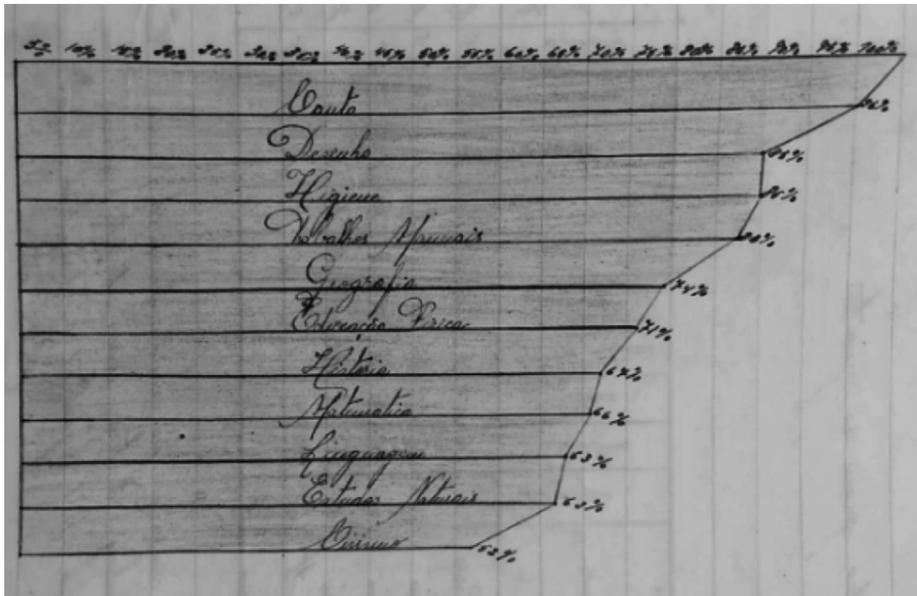
Nesses três anos, pode-se afirmar que, em 1938, foram reprovados 36 dos 59 alunos, em 1939 não foram aprovados 24 dos 51 discentes, e, por fim, em 1940, os dados de reprovações atestam que no 1º e 4º ano reprovaram 22 alunos. Ainda se destaca que 3 alunos aprovados no primeiro ano foram promovidos para o terceiro ano. Outra adequação foi percebida no ano de 1943

com relação às aprovações do 4º ano. Esses alunos concluintes frequentariam novamente o 4º ano, desta vez na condição de alunos assistentes, em virtude de o grupo escolar não ofertar o 5º ano em 1944.

O número de reprovações do Grupo Escolar de São Marcos não pode ser visto de forma isolada do contexto estadual. Conforme Quadros (2006), os índices de reprovação no Rio Grande do Sul eram expressivos no ensino estadual. Em 1948, por exemplo, era de 39,6%; assim, é possível afirmar que as reprovações não eram um fato isolado dessa instituição escolar.

Outro aspecto interessante são as representações gráficas que acompanham algumas das atas de exames. A exemplo apresenta-se o gráfico dos exames parciais do 1º ano de 1940.

Figura 2: Gráfico dos exames parciais do 1º ano (1940)



Fonte: Livro de atas de exames do Grupo Escolar São Marcos (1940, p. 18)

Na imagem, os conteúdos avaliados – Canto, Desenho, Higiene, Trabalhos Manuais, Geografia, Educação Física, História, Matemática, Linguagem, Estudos Naturais e Civismo – são acompanhados na parte superior por percentuais escalonados de 5 em 5%. Já, na lateral direita, consta o aproveitamento das provas objetivas, percentualmente registrado a cada componente avaliado em ordem decrescente. Sendo assim, Canto teve o maior percentual

tual de aproveitamento, e Civismo, o menor. Um claro exemplo de como o exame quantifica, compara e também generaliza os resultados de uma classe ou turma.

Apesar de não ser objeto de análise proposta para esse momento, as atas de encerramento de ano letivo complementam o ritual dos exames escolares ao divulgarem publicamente os resultados das aprovações e reprovações; a forma de fazer isso era lendo as atas de exames de todos os alunos. Além disso, o ritual contemplava a solicitação de afincos aos estudos aos alunos e o agradecimento à dedicação dos professores; ao final, cantava-se o Hino Nacional.

Considerações finais

Procuramos destacar ao longo deste capítulo como a historiografia da educação brasileira considerou os grupos escolares como sendo instituições singulares no processo de construção simbólica da escola primária no Brasil. Para tanto, identificamos, enquanto um acontecimento regionalizado, o movimento de criação do Grupo Escolar de São Marcos, da cidade de Farroupilha/RS, na temporalidade de 1938 a 1948, como fazendo parte de um amplo regime político de instalação dos grupos escolares no estado do Rio Grande do Sul.

Ao analisarmos o processo de criação e instalação do Grupo Escolar de São Marcos compreendemos as possíveis negociações locais, mediadas pela municipalidade com o governo estadual, identificando por meio de atas, livros de exames escolares correspondências emitidas e recebidas pela Prefeitura de Farroupilha/RS, empenhos de pagamentos, um conjunto de estratégias com que pretendiam gerenciar a educação de alunos, professores e grupos escolares. Ao nos subsidiarmos com os pressupostos da História Cultural, notadamente numa perspectiva foucaultiana, identificamos as possíveis representações simbólicas que os exames assumiram enquanto mecanismo de regulação, controle e punição, consistindo em uma técnica fundamental do regime disciplinar.

Por fim, cabe destacar que o estabelecimento de um conjunto de práticas organizacionais e de gerenciamento da instituição São Marcos pretendia não somente atender os padrões de ordenação racionalizada e da moderna Educação, como também determinar tempos, espaços, comportamentos e aprendizagens aplicadas no cotidiano escolar do grupo em análise. De tal modo, consideramos que os exames escolares foram parte significativa no regime de fiscalização ao longo de todo o processo educacional e institucional no período investigado.

Referências

- ANTUNHA, H. C. G. **A instrução pública no estado de São Paulo**. A reforma de 1920. Tese (doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 1976.
- BADUY, M.; RIBEIRO, B. O. L. Origens do grupo escolar e a modernização (educacional) no Brasil. **Intercursos Revista Científica**. Ciências Humanas, v. 19, n. 1, p. 5-17, 2020.
- BELUSSO, G. **Farroupilha/RS e a educação (1934-1948): um município pedagógico**. 2020. 505 f. Tese (Doutorado) – Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2020.
- FERNANDES, C. C. **Uma história do Grupo Escolar Farroupilha: sujeitos e práticas escolares (Farroupilha/RS, 1927-1949)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2015.
- FARIA FILHO, L. M.; VIDAL, D. G. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 19-34, maio/ago. 2003.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- MAGALHÃES, J. Municípios e História da Educação. **Cadernos de História da Educação**, v. 18, n. 1, p. 9-20, 2019. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/47611/25734>>. Acesso em: 1 out. 2020.
- MARTINY, C. Das presenças: as Atas da Câmara Municipal de São Sebastião do Caí (1875 a 1892) como fontes de pesquisa. **IX Encontro Estadual de História Associação Nacional de História – ANPUH**. Rio Grande do Sul. 2008. Disponível: <http://www.eeh2008.anpuhrs.org.br/resources/content/anais/1212285879_ARQUIVO_CarinaMartinyArtigoEncontroANPUH-RS.pdf>. Acesso em: 17 maio 2011.
- PERES, E. T. **Aprendendo formas de pensar, de sentir e de agir a escola da vida: discursos pedagógicos e práticas escolares da escola pública primária gaúcha (1909 – 1959)**. 2000. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.
- QUADROS, C. D. **Reforma, ciência e profissionalização da educação: o centro de pesquisas e orientação educacionais do Rio Grande do Sul**. 2006. 312 p. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.
- RICOEUR, P. **História e verdade**. Rio de Janeiro: Forense, 1968.
- SOUZA, R. F. **Templos de civilização: a implantação da escola graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: UNESP, 1998.
- VIDAL, D. G. **Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas: Mercado de Letras, 2006.

FONTES DOCUMENTAIS

Censo Demográfico (1º de julho de 1950), Estado do Rio Grande do Sul, seleção dos principais dados, organizada pelo Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1952). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/70/cd_1950_rs.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2019.

Correspondências emitidas e recebidas. Arquivo Geral da Prefeitura Municipal de Farroupilha.

Empenhos de pagamento. Despesas municipais. Arquivo Geral da Prefeitura Municipal de Farroupilha.

Fonogramas. Correspondências emitidas e recebidas. Arquivo Geral da Prefeitura Municipal de Farroupilha.

Livro de Atas de Exames do Grupo Escolar São Marcos (1938-1948). Arquivo escolar do Grupo Escolar São Marcos.

- 14 -

A trajetória do bairro Galópolis/Caxias do Sul-RS e o Grupo Escolar Paraná (1939 a 1977)

*Geovana Erlo
Luiza Horn Iotti*

Introdução

O processo de educação na Região Colonial italiana no Rio Grande do Sul está fortemente vinculado à questão da imigração italiana, ocorrida especialmente entre 1875 e 1914. Nesse cenário, inclui-se a formação do, atualmente, bairro de Galópolis com suas características específicas, mas fortemente vinculada ao movimento populacional ocorrido entre o final do século XIX e início do século XX. Assim, para atender ao objetivo deste capítulo, que é o de analisar as particularidades acerca da formação do bairro Galópolis (Caxias do Sul, Rio Grande do Sul – Brasil), sob a luz do seu processo de escolarização, em especial do Grupo Escolar Paraná, partiu-se da conjuntura em que o mesmo se deu. A questão inicial é: até que ponto o movimento imigratório brasileiro e a ocupação do território determinou o surgimento do Grupo Escolar Paraná e seus desdobramentos? A colonização da região por operários, que deram origem a um empreendimento fabril, pode ter alterado o tratamento dispensado às questões educacionais? Até que ponto essas questões influenciaram na implantação de grupos escolares na região?

Dessa forma, na primeira parte do capítulo, pretende-se contextualizar o processo imigratório para a região em questão, destacando o cenário diferenciado, que foi a colonização da região, que hoje se denomina Galópolis.

Imigração e colonização no Rio Grande do Sul e a colônia Caxias

A imigração italiana para o Rio Grande do Sul foi iniciativa do governo imperial brasileiro. O movimento tinha como objetivo “importar mão de obra” europeia e vender as terras devolutas do Império, visando aumentar tanto a população como a produção agrícola. A passagem da Europa ao Rio Grande do Sul era financiada pelas autoridades brasileiras. A maioria dos imigrantes

chegados ao sul do Brasil partiu do porto de Gênova. A travessia, que durava pouco mais de um mês, era feita em navios sobrecarregados. As doenças eram frequentes, e a mortalidade, elevada. Do Rio de Janeiro, após a quarentena na Casa dos Imigrantes, os viajantes eram transportados em vapores para Porto Alegre, numa viagem de dez ou mais dias. Ao chegarem à capital, eram alojados em um prédio precário ou dormiam nas ruas e praças próximas. De Porto Alegre, seguiam em pequenas embarcações para Montenegro, São Sebastião do Caí ou Rio Pardo. Os lotes e os eventuais subsídios governamentais – ferramentas, sementes, alimentos etc. – deveriam ser pagos no prazo de cinco a dez anos (IOTTI, 2010, p. 73-75).

O Rio Grande do Sul, de 1875 a 1914, recebeu 80 mil imigrantes, provenientes, sobretudo da Lombardia, do Vêneto e do Tirol, atraídos ao Novo Mundo pelo sonho da terra. Conde D’Eu (Garibaldi), Dona Isabel (Bento Gonçalves) e Caxias foram as três primeiras colônias italianas no RS. Em 1877, foi organizada uma quarta colônia, Silveira Martins, em terras próximas a Santa Maria, na região central do Estado. As colônias eram divididas em léguas, travessões e lotes. A légua era um quadrilátero, cortado no sentido longitudinal, por caminhos estreitos e irregulares, de uns 6 a 13 km, abertos no meio da mata – os travessões ou linhas. A medição e a demarcação das colônias e dos lotes coloniais eram feitas por engenheiros agrimensores. Em geral, as léguas possuíam 132 lotes, irregulares quanto ao tamanho – 5 a 60 ha –, à fertilidade, ao acesso aos mercados e à água.

A Colônia Caxias teve seu território delimitado em 17 léguas. Segundo Maria Abel Machado (2001, p. 48),

[...] o trabalho de divisão das terras foi realizado por engenheiros agrônomos, auxiliados por agrimensores contratados especialmente para tal finalidade, sob a supervisão dos diretores da Comissão de Terras. Concluída a demarcação das primeiras léguas e instalada a sede, deu-se início à ocupação dos lotes rurais [...]

O lote transformou-se na unidade de base da economia familiar colonial. Praticava-se uma divisão etária, sexual e familiar das tarefas. Os homens responsabilizavam-se pelos trabalhos ligados à agricultura e ao trato dos animais de maior porte. As mulheres, das tarefas caseiras e do cuidado da pequena criação. Entretanto, elas intervinham, ativamente, ao lado dos homens, nos trabalhos agrícolas. Segundo suas forças, as crianças labutavam desde os oito anos (IOTTI, 2010, p. 76). Os filhos se transformaram em braços indispensáveis nesse universo, onde parece evidente que a educação não poderia representar uma prioridade para os colonos. Conforme pode ser comprovado no relato do cônsul italiano Giovanni Beverini, segundo ele,

os colonos [...], na época dos trabalhos, não mandam mais seus filhos para a escola, afirmando precisar de todos os braços para sua colônia; assim, eles sacrificam o futuro dos seus filhos, tirando sua instrução, pela mísera ajuda que pode dar uma criança de oito ou dez anos (1913, p. 17).

Beverini ilustra o que considera uma falta de amor dos seus compatriotas pela educação, citando a resposta que, para seu espanto, ouviu de alguns pais: “eu, que não sei ler nem escrever, consegui viver e juntar algum dinheiro; meus filhos podem fazer o mesmo!!!” (1913, p. 17). Assim, pode-se perceber que a educação não ocupou papel primordial entre os moradores da zona rural. E, durante algum tempo, esse espírito permaneceu predominante na Região Colonial Italiana.

Mas será que esse foi o mesmo entrave enfrentado pelos moradores da Quarta Légua, conhecida como Galópolis? Quais as principais diferenças existentes entre Galópolis e as demais comunidades?

Formação de Galópolis e a presença operária

Galópolis ocupou majoritariamente o território destinado à Quarta Légua da Colônia Caxias, mais especificamente os Travessões Barata Góes e Veneto (MACHADO, 2001, p. 54). Porém, cabe salientar que a região possui uma história que a diferencia das demais comunidades de imigração italiana, em especial na Região Colonial do Nordeste do RS. Isso porque, entre os imigrantes que a colonizaram, um grupo era formado por ex-operários de uma antiga indústria têxtil da região norte da Itália, na cidade de Schio, o Lanificio Rossi. Com a grave crise política, econômica e social pela qual o país recém-unificado passava, a indústria também sofreu recessões e, por consequência, os tecelões, que entraram em greve. Segundo Verona (1997, p. 14),

desde 1873, jamais se vira uma movimentação de operários dessa natureza. Centenas de trabalhadores do setor de tecelagem haviam cruzado os braços, unânimes, em protesto contra o anúncio feito pela direção da empresa de um iminente rebaixamento do preço das horas trabalhadas.

É importante salientar que essa greve pode ser “entendida como propulsora imediata da imigração dos operários de Schio” (VERONA, 1997, p. 14). Principalmente pela inexistência de direitos trabalhistas institucionalizados e pela reação do Conde Rossi, proprietário da empresa, que foi a de dar duas opções aos grevistas: “aos jovens solteiros, prisão ou o Brasil!” (Livro-Tombo da paróquia de Galópolis, 1936, p. 1). Assim, parte dos operários do lanificio se dirigiram ao Rio Grande do Sul e, diferentemente da maior parte dos outros imigrantes, que eram agricultores, os recém-chegados de Schio eram tecelões e possuíam uma caminhada em termos de conscientização de classe social.

De acordo com Verona (1997, p. 14), esses trabalhadores “guardaram a lembrança de suas lutas e aplicaram sua experiência profissional”, como poderá se perceber no decorrer do texto.

Segundo informações do Livro-Tombo da Paróquia de Galópolis (1936, p. 1), chegaram à região do *valle del profundo* (primeiro nome de Galópolis) cerca de vinte e oito ex-operários do Lanificio Rossi. Inicialmente, começaram a se dedicar à agricultura de subsistência, mas o clima e o relevo da região não era propício para tal. Todavia, todos os lotes eram cortados por um rio, o que poderia ser útil para a geração de energia livre. Segundo Adami (1963, p. 262), em 1894, a ideia de fundar um lanificio semelhante àquele deixado na Itália começou a surgir entre esse grupo de emigrantes [...]”. Mas foi somente depois de enfrentar muitos processos burocráticos com a Intendência dos Fundos de Nova Palmira e do retorno de Giuseppe Berno, imigrante que foi ao país natal buscar teares para trazer à nova terra, que, em 1898, foi criada a cooperativa *Società Tevere*, considerada a primeira cooperativa têxtil da Região de Colonização Italiana (ERLO, 2019, p. 31).

Neste período, o Rio Grande do Sul começava a adquirir certa importância no cenário industrial nacional pela sua produção de matérias-primas que estimulava principalmente a tecelagem – de tal forma, muitos lanifícios (que utilizavam a lã da ovelha, criada extensivamente nas regiões mais planas do Estado) começaram a se desenvolver na região. Todavia, por causa da grande oferta e pouca procura, muitos desses empreendimentos acabaram falindo – como foi o caso da *Società Tevere*, dos primeiros operários que ocuparam o território em questão. Com problemas administrativos, baixo investimento de capital (feito majoritariamente pelos próprios membros da cooperativa) e o aumento da oferta de produtos de outras regiões para além da RCI, com o desenvolvimento do comércio, houve a falência da indústria dos operários de Schio (ERLO, 2019, p. 33).

Foi neste cenário de crise da indústria precursora da tecelagem na região que entrou em cena a figura de Hércules Galló. Filho de um industrial da área têxtil na cidade de Biella, na região italiana de Piemonte, veio para o Brasil em 1899. Galló e sua família passaram um tempo em outras indústrias têxteis no Rio de Janeiro e em Porto Alegre, expandindo ainda mais seu capital individual advindo da venda do parque fabril do pai na cidade natal (HERÉDIA, 2003, p. 40). Em 1904, ao tomar conhecimento da falência da cooperativa, adquiriu parte do empreendimento, implantando uma série de inovações tecnológicas que ampliaram a atuação da então Companhia dos Tecidos de Lã (nomenclatura dada após sua compra definitiva) no cenário comercial da RCI. Com o passar do tempo, expandiu seu parque fabril e incorporou

como sócios os irmãos Chaves e Almeida. Esses, por sua vez, a partir de 1912 passaram a coordenar a agora denominada Cia. Chaves & Almeida. Porém, cabe ressaltar que, até hoje, a figura de Hércules Galló permanece sendo cultuada como a do empreendedor patriarca da região, inclusive dando nome a ela (Galópolis = cidade de Galló) e apagando outra manifestação de poder externo à fábrica (ERLO, 2019, p. 36) – inclusive o próprio Estado.

A sociedade com os Chaves & Almeida representou o auge da atividade comercial da empresa, que, a partir de 1928, passou a se chamar Cia. Lanificio São Pedro – com o logo das chaves dos “portões do céu” – e se popularizou nacionalmente. Ao mesmo tempo, seus gestores passaram a adotar políticas paternalistas em relação ao operariado. Neste período, foi iniciada a construção da vila operária que garantiu a permanência e a reprodução da mão de obra – segundo Lopes (1987, p. 15), o objetivo principal de sua existência seria a imobilização da mão de obra, o que significaria menos custo com deslocamento e obrigaria os operários a permanecerem na empresa até quitarem suas dívidas pela ocupação de casas que não lhes pertenciam –, com a criação, inclusive, de elementos que iriam para além da moradia, como um Círculo Operário, Cooperativa de Consumo, Caixa de Mútuo Socorro, cinema, sindicato e instituições educativas diversas.

Os primórdios da escolarização em Galópolis e o Lanificio São Pedro

O Lanificio São Pedro, no decorrer do tempo, passou a preocupar-se com a vida social e a manutenção da força de trabalho na vila operária de Galópolis através de diversas intervenções. Entre elas, a criação e o financiamento das primeiras instituições educacionais – em especial, a partir de 1933, durante a gestão de João Laner Spinato. Conforme aponta Milano (2010, p. 111), baseada na publicação especial do jornal Pioneiro, “Fio da História: tramas de um século”, de 8 de junho de 2000,

No período em que ele esteve à frente da empresa, foram fundados a Cooperativa de Consumo, o Círculo Operário Ismael Chaves Barcellos, a Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, o Colégio Irmãos Chaves, o ambulatório, a farmácia, a cancha de bochas, a Escola Particular Dona Manoela Chaves, além da manutenção e construção de novas moradias.

Tal preocupação colaborou para a criação de escolas para o atendimento dos operários e seus filhos, que até o momento, com exceção dos grevistas do Lanificio Rossi, possuíam escolarização quase nula. Segundo os dados fornecidos pelas famílias de Valter Marchioro, Generino Nissola e Luiz Fellippi, em 1989 (*apud* HEREDIA, 2017, p. 241), os primeiros professores da vila fo-

ram Giácomo Menegotto e Giacomina Zatta, que ensinavam em casa os filhos dos imigrantes antes da criação dos cursos noturnos para trabalhadores adultos, porém de forma extraoficial.

Maria Lourdes Diligenti Comerlato¹, em depoimento, complementa, afirmando que Zulmira Dauber Comerlato, no auge dos seus quinze anos, foi a primeira professora a ensinar em um ambiente formal, espaço este que, na década de 1920, era chamado somente de “Escolinha” em Galópolis, seguindo um modelo próprio das escolas isoladas criadas pela municipalidade. Ela narra que, segundo a própria professora, com quem conviveu, “as aulas aconteciam num barracão de madeira que resistia bravamente aos tempos, situado à beira do arroio Pinhal, mas bem próximo à [atual] praça”. Quando o galpão não aguentou mais as avarias, a escolinha passou a ocupar uma “velha casa de madeira sita à rua Antônio Chaves”.

Embora se tenha conhecimento da existência de escolas étnicas e isoladas no interior de Galópolis, sabe-se que estas, juntamente com o ensino domiciliar e paroquial, apenas forneciam conceitos básicos, como “*leggere, scrivere e calcolare per essere alcuno nella vita*” (LUCHESE, 2007, p. 230) – nível de escolarização esperado para os moradores da vila.

Saber ler, escrever – em língua vernácula e em português – e calcular já era o suficiente para o trabalho no lanifício, que atribuía o processo de aprendizagem técnico de forma empírica, incorporando os filhos dos operários, que muitas vezes já o traziam de casa, no sistema produtivo. Porém, o baixo grau de escolarização, motivado sobretudo pela necessidade de controle ideológico, foi motivo de descontentamento entre as famílias de trabalhadores, que passaram a demandar à fábrica a criação de novas instituições escolares. Cabe destacar aqui que os responsáveis pela organização desse pedido foram justamente os operários oriundos do Lanifício Rossi, que, entre 1866 e 1872, organizou um rígido sistema escolar. Segundo Verona (1997, p. 27), essa iniciativa

¹ Maria Lourdes Diligenti Comerlato nasceu em Galópolis, onde vive até hoje. Alternou sua atuação como professora e diretora do Grupo Escolar Paraná ao longo de 33 anos. Mesmo após sua aposentadoria, dedicou-se à escrita de suas memórias sobre a educação no bairro que constantemente evoca ser seu lar. Cedendo depoimentos manuscritos que contêm dados oficiais e também suas impressões sobre o processo de escolarização na região, colaborou ativamente na escrita deste trabalho, que se valeu das fontes escritas já citadas para a construção do histórico do Grupo Escolar Paraná, bem como a sua legislação e elementos iconográficos que ilustram as suas múltiplas culturas escolares – aqui tidas como conjuntos de normas e práticas que orientam o processo educativo de acordo com a realidade presente em cada instituição escolar e, no caso do Grupo Escolar Paraná, que passou por variadas transformações durante sua atuação local, cabe utilizar o termo no plural (VIDAL, 2005, p. 26-27) –, inserindo este estudo no campo da História Cultural).

da indústria italiana “teria contribuído para reduzir os analfabetos de 65% para 22% entre os operários homens, e 85% para 35% entre as mulheres”. A adesão ao curso era obrigatória para os “analfabetos”, que replicavam a instrução moral e religiosa recebida no seu cotidiano, mesmo depois de cruzarem o oceano. Isso se transformou em um diferencial em relação aos demais imigrantes oriundos da Itália que se estabeleceram na zona rural: a preocupação com a educação dos seus filhos.

À manifestação dos grevistas do Lanifício Rossi juntaram-se os demais trabalhadores da fábrica. Diante da pressão, a partir de 1933, durante a gerência de João Laner Spinato, foram assinados contratos, prevendo a formação de duas escolas: uma destinada ao sexo masculino e outra ao público feminino. A primeira foi criada através da assinatura de um contrato com a Pia Sociedade de São José, que cederia padres *josefinos*. Denominou-se Colégio Chaves Irmãos, localizado na atual Escola Estadual de Ensino Fundamental Ismael Chaves Barcellos. A segunda resultou de contrato com as irmãs do Imaculado Coração de Maria, que administraram o Colégio Manoela Chaves, localizado ao lado da residência da família Galló, em frente ao Lanifício São Pedro. Segundo Machado (1998, p. 103),

no momento da instalação do Ginásio, a comunidade de Galópolis encontrou muitas dificuldades, porque a direção da fábrica era contra. Como não conseguiu evitar que o Ginásio fosse criado, passou a perseguir os operários que se matriculassem no ginásio (o ginásio era noturno) e não dava emprego àqueles que estivessem estudando no mesmo, quer dizer que tinha que estudar até o quinto ano e depois trabalhar na fábrica e acabava, e o mais grave, despedia, na primeira crise de serviço, os pais que tivessem filhos estudando no ginásio; eram pessoas que estavam contrariando os interesses e orientações da fábrica.

Além dos operários, os docentes religiosos também foram enquadrados pelo gerente. A gerência do Lanifício proporcionou a abertura dos ginásios aos moradores, mas com muita relutância, o que originou uma série de conflitos com as entidades que as administravam. Segundo o Livro-Tombo da Paróquia de Galópolis (1937, p. 7), os párocos da congregação josefina saíram da vila em função da decisão da gerência de fechar o Colégio Chaves Irmãos, motivada pela suposta disseminação de “ideais radicais” que questionavam a hierarquia fabril. Como ainda consta na fonte, os fabriqueiros e pais que tinham filhos estudantes tentaram organizar um Colégio Paroquial em Galópolis, pois se declaravam contrários à iniciativa dos dirigentes da fábrica. Mas para não prejudicar os paroquianos, quase todos operários, o vigário negou a solicitação.

Em 1937, o Colégio dos padres josefinos foi fechado, e o prédio do Colégio Manoela Chaves pegou fogo. No mesmo local, Spinato construiu sua

casa. Contudo, as irmãs do Imaculado Coração de Maria continuaram na comunidade e, pela demanda da população, foram realocadas para o prédio onde ficava o Colégio Chaves Irmãos, assumindo a administração da agora denominada “Escola Irmãos Chaves Barcellos”, mista. Segundo Adami (1981, p. 186), “[...] além das aulas comuns do curso primário, as Irmãs dão aulas especiais de religião, e de corte e costura e extremam-se não só em ensinar, sobretudo, em ministrar a mais esmerada educação [...]”.

Permaneceram em Galópolis até 1981, quando o prédio se tornou propriedade do Estado do Rio Grande do Sul, abrigoando o Grupo Escolar, que troca seu nome para Escola Estadual de 1º Grau Ismael Chaves Barcellos.

Grupo Escolar Paraná e a presença do Estado em Galópolis

Segundo Souza (1998, p. 16), os grupos escolares integravam o projeto educacional da República no Brasil e “[...] consistiram em escolas modelares onde era ministrado o ensino primário completo com o programa de ensino enriquecido e enciclopédico utilizando os mais modernos métodos e processos pedagógicos existentes na época”. Seguindo este modelo, surgiu o Grupo Escolar Paraná em Galópolis. Até o momento de criação da instituição em questão, o Estado, principalmente no âmbito municipal, atendeu aos interesses do lanifício, em função da pressão que o mesmo exercia para a continuidade do *status quo* – econômico e político. Dessa forma, sendo da esfera estadual, o grupo escolar em Galópolis contrariava a política da Intendência local, na época comandada por Celeste Gobbato, membro da Sociedade Italiana fascista Príncipe de Nápoles e defensor da *italianità*. Esta era estimulada na região através das Escolas Rurais ou Escolas Étnicas Italianas (GIRON, 2017, p. 144) e da criação da bolsa-escola, sendo que o filho do colono que permanecesse na escola ganhava um auxílio monetário – logo, tornava-se rentável para os pais, que, conseqüentemente, mandavam o filho para a escola com frequência, o que também acabava por disseminar o fascismo (LUCHESE, 2007, p. 255). Mas isso contrariava ainda mais o Lanifício, que não podia mais controlar técnica e ideologicamente a mão de obra local.

Contrariando a estrutura educacional tradicional do bairro, a intervenção do Estado em Galópolis pode ser dividida em três grandes fases, conforme aponta Maria Lourdes Diligenti Comerlato. A primeira delas parte da promulgação do Decreto Estadual nº 7.675, de 7 de janeiro de 1939, quando foi criado um Grupo Escolar na comunidade de Galópolis. A segunda iniciou com a troca de denominação, passando a se chamar Grupo Escolar Paraná, através do Decreto Estadual nº 2.233, de 25 de janeiro de 1947, nome mantido até 1976. A terceira e última fase, que se mantém até os dias de hoje, refere-se

novamente à troca de nome da escola: em 1977, passou a se chamar Escola Estadual de 1º Grau Ismael Chaves Barcellos pelo Decreto nº. 26.465 de 23 de dezembro; e, no início dos anos 2000, o termo “1º Grau” foi substituído por “de Ensino Fundamental”. Este capítulo enfocou somente as duas primeiras fases.

Esta periodização confere com a apresentada em outras fontes consultadas, como o PPP da Escola Estadual de Ensino Fundamental Ismael Chaves Barcellos, a resenha histórica feita em homenagem aos 50 anos da escola e o discurso de Kalil Sehbe – antigo proprietário do Lanifício Sehbe (criado no mesmo parque fabril do Lanifício São Pedro após sua falência em 1979) e deputado estadual, datado de 1999 – em homenagem aos sessenta anos da escola. Este último, durante a 20ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, realizada em 07 de abril de 1999, apontou que

Em 07 de janeiro de 1939 o Jornal do Estado, em Decreto de nº 7675, criou diversas unidades escolares. Através da Interventoria Federal do Estado do Rio Grande do Sul, com as atribuições transcritas no artigo 181 da Constituição Federal e de conformidade com o artigo 62, alínea 3, criavam-se Grupos Escolares. Um deles, citado no Jornal o Estado com o nº 6, localizava-se em Caxias do Sul, na sede do 3º distrito e denominava-se Grupo Escolar de Galópolis.

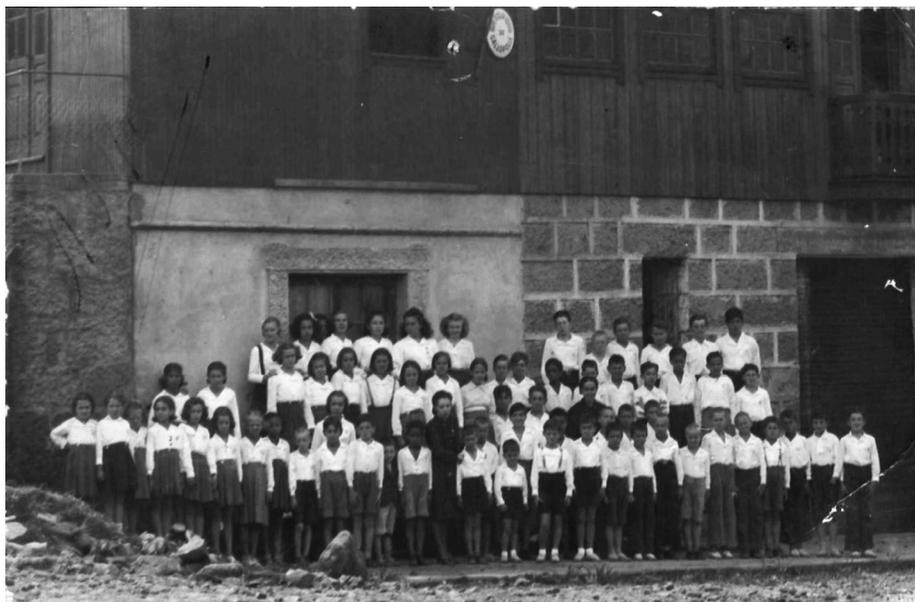
O primeiro grupo escolar estadual de Galópolis promoveu o ensino primário público, atendendo as crianças da região, mesmo as que não fossem filhas de operários do Lanifício – o que não acontecia no Colégio Ismael Chaves. Sua primeira sede foi no piso superior da Vinícola João Comerlato & Cia Ltda, à época conhecida pela marca de Vinhos Pranzo, em um espaço provisório cedido pelo proprietário da cantina. Segundo Maria de Lourdes Diligenti Comerlato, o prédio não possuía o espaço adequado para a acolhida das crianças e “[...] durante o período da colheita da uva, o odor característico da fermentação da uva tomava conta das salas de aula”. Helena Tergolina Dalprá, na época professora (assumiu a direção de 1962 até 1968), complementa que “em época de safra, a fermentação das uvas exalavam um odor insuportável acompanhado de insetos (mosquitinhos), provocando desmaios nas crianças. Tivemos até suspensão de aulas motivada pelo tóxico das fermentações”; além disso, no piso inferior eram organizadas festas durante o turno escolar.

As diretoras desta primeira fase do Grupo Escolar foram Clari Bracagioli (1939), Eloah Roth de Castro (1940) e Zuleika Braga Santos (1942), que manteve a gestão até 1947 juntamente com a professora Zulmira, que fora incorporada à nova escola. Em 1940, conforme levantamento disponibilizado por Comerlato, a escola contava com 57 alunos; destes, 31 meninos e 26 meninas entre 6 e 12 anos de idade, distribuídos em seis anos seriados e sequenciais; a média foi sendo ampliada conforme os jovens das léguas próximas também

passaram a frequentá-lo. O histórico organizado pela Escola no ano de 1989 aponta que, ao longo da década de 1940, o número máximo de estudantes alcançou os 152 estudantes (em 1946), voltando a baixar nos anos 50, com a ocupação máxima de 97 (em 1954); o nº de alunos cresceu exponencialmente entre 1960 e 1977, contemplando 629 crianças nesta última data.

O grupo escolar, com o acréscimo do nome “Paraná”, foi oficializado em 1947. A justificativa para a escolha do nome – que, segundo Comerlato, foi bem acolhido pelos discentes – era homenagem ao estado vizinho e sua árvore característica, o pinheiro (ou *Araucária augustifolia*), também presente no bairro. Os primeiros anos da nova etapa não significaram uma melhoria estrutural na sede escolar, mas ao menos trouxeram o característico uniforme da rede estadual de ensino, “avental branco com laços marinhos para as meninas e jaleco branco com gravata marinho para os meninos. Quando todos estavam juntos, assemelhavam-se a um bando de avezinhas expressivas”, aponta Comerlato.

Figura 1: Estudantes do Grupo Escolar e professora Zulmira em frente à sua sede, no piso superior da Vinícola João Comerlato Cia. & Ltda., onde se lê a placa “Grupo Escolar Estadual de Galópolis”, em 1940



Fonte: Autor não identificado. Acervo da Escola Estadual de Ensino Fundamental Ismael Chaves Barcellos, 2016

Zulmira assumiu a direção do Paraná em 1948 e, a partir de então, passou a buscar um espaço mais adequado às demandas de escolarização. As constantes solicitações feitas ao Lanifício São Pedro para doação de um terreno para abrigar a escola não tiveram resultado. Mas foram atendidas pelo descendente do proprietário da Cantina. Em 1950, Olímpio Comerlato² permutou com o Município um lote de 3.325 m² às margens do arroio Pinhal, para a construção do prédio do Grupo Escolar Paraná, mediante pagamento de vinte e cinco mil cruzeiros, segundo Lei Municipal nº 301, de 21 de dezembro de 1950. O Município, por meio da mesma legislação, doou o terreno ao Governo do Estado no ano seguinte, quando é iniciada a construção do novo prédio, inaugurado em 1954 – edificação que desde 1977 abriga a Escola Estadual de 2º Grau Galópolis, atual Ensino Médio Galópolis.

A nova edificação contou com cinco salas de aula, duas salas administrativas, uma pequena cozinha, sanitários e, segundo depoimento de Comerlato, um bloco anexo para colônia de férias, onde ocorriam os tradicionais festejos juninos. Conforme consta em seu depoimento, o modelo de ensino

[...] era rígido, com padrões estabelecidos por autoridades superiores, com programas de ensino exigindo muito planejamento, que eram obedecidos à risca. Como exemplo, para entender, as provas finais eram elaboradas pela Secretaria Estadual de Educação e chegavam na escola na hora da aplicação, lacradas até este momento e só então eram abertas. No final as provas eram corrigidas e revisadas retornando à 4ª Delegacia de Ensino em envelopes fechados. O uso de borracha era proibido. Aprovação com mínimo de 50% de acerto em cada matéria.

Embora a rigidez do método aplicado até então permanecesse, a reforma de ensino pela Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, trouxe mudanças curriculares determinantes. Segundo Mazzante (2005, p. 71), esta “articulava-se politicamente com a bandeira desenvolvimentista defendida pelo militarismo, em um período em que estava em perspectiva a integração da nação brasileira [pelo] desenvolvimento econômico”. Assim, também foi colocada em prática no Grupo Escolar Paraná, que passou a se caracterizar como escola de 1º grau, a educação profissional – expressa pelas aulas de técnicas industriais e técnicas comerciais, bem como por atividades extracurriculares.

Maria Lourdes Diligenti Comerlato, que desde 1969 integrava a direção do Grupo Escolar Paraná, reforça que os “novos conceitos, novos currículos

² Existem informações conflitantes quanto à doação do terreno ao Poder Público. Em depoimento de Maria Lourdes Diligenti Comerlato, consta que o doador foi Antônio Comerlato III. Já na legislação apontada, Antônio apenas doou uma “gleba [...] para abertura de ruas naquela sede distrital”.

por atividades, currículo por áreas de estudo surpreenderam a todos”; prossegue seu depoimento, afirmando que

A partir de 1972, o início do ano letivo era uma preocupação constante. Nesse primeiro ano não tínhamos salas de aula suficientes para atender a nova demanda principalmente para as turmas do noturno constituídas por alunos egressos de outros anos e que agora podiam frequentar a 5^o e 6^o série, muitos deles já incorporados ao trabalho durante o dia. A essa altura, o número de alunos passou de 247 a 465. A escola funcionava nos três turnos e os alunos da manhã foram atendidos no Salão Paroquial. Felizmente o Sindicato de Fiação e Tecelagem de Galópolis, na pessoa de seu presidente Elmo Rippel, cedeu as dependências de sua antiga sede na Rua Ismael Chaves Barcellos para que fossem acomodados os alunos do noturno e diurno. Muito lentamente o quadro de professores foi sendo preenchido.

Quadro 1: Levantamento das horas/aulas semanais de acordo com a série (1972)

Séries	DIURNO				NOTURNO			
	5 ^a	6 ^a	7 ^a	8 ^a	5 ^a	6 ^a	7 ^a	8 ^a
Nº de turmas	4	3	2	-	1	1	2	-
Língua Portuguesa	16	12	8	-	4	4	8	-
Música	4	3	2	-	1	1	2	-
Desenho	4	3	2	-	1	1	2	-
Educação Física	12	9	6	-	2	2	2	-
Matemática	16	12	8	-	4	4	8	-
Ciências	8	6	4	-	3	3	4	-
História	8	6	4	-	3	3	4	-
Geografia	8	6	4	-	2	2	4	-
Moral e Civismo	4	3	2	-	1	1	2	-
Ed. Religiosa e Interação Grupal	4	3	2	-	1	1	2	-
Técnicas Industriais	-	-	4	-	-	-	4	-
Técnicas Comerciais	-	-	4	-	-	-	4	-
Total	88	66	52	-	23	23	48	-

Fonte: Depoimento de Maria Lourdes Diligenti Comerlato, 2021

Recém-superado o processo de adaptação ao novo modelo de escolarização, foi implementada no Grupo Escolar a demanda de “absorver” os estudantes do Colégio Particular Ismael Chaves. Conforme informa Comerlato, em 1974 “nos foi comunicado pelo Delegado de Educação que deveríamos

dar atendimento aos alunos da Escola Particular Chaves Irmãos, em virtude do fechamento da mesma, pela saída voluntária das Irmãs do Imaculado Coração de Maria”. A partir de então, houve o aumento do número de estudantes, passando dos 513, em 1973, para 713 no ano seguinte. Conforme histórico em homenagem ao cinquentenário da escola, as aulas passaram a ocorrer em quatro prédios diferentes: na sede inaugurada em 1954, no salão paroquial, na sala cedida pelo Sindicato e, agora, no prédio do Lanifício, cedido por comodato e ocupado gradualmente.

Com a transferência para o novo prédio ainda em 1974, as 14 salas deixadas pelas irmãs, distribuídas em dois prédios distintos, foram reformadas, passando a receber a função de salas de aula. A essas, somou-se a criação de salas especializadas (onde ocorriam as oficinas de técnicas industriais, comerciais e, em função do amplo espaço, houve a incorporação das técnicas agrícolas). Também foram criadas salas para os clubes, para os professores, direção e serviço de orientação pedagógica e educacional, além do auditório, refeitório, biblioteca, quadra esportiva, sanitários, e corredores que despertavam a imaginação das crianças com histórias de terror.

Conseqüentemente, o número de professores também cresceu. De acordo com o histórico alusivo ao cinquentenário da instituição, aproximadamente 288 professores lecionaram na escola entre 1939 e 1989, responsabilizando-se pelas aulas previstas no quadro 1, mas também pela organização de atividades extracurriculares, como era o caso dos clubes.

Ainda de acordo com o histórico citado, ao longo da década de 1970 foram criados diversos clubes que atendiam os estudantes no contraturno. A sua maioria foi criada a partir da Reforma Escolar de 1971, sendo eles: Clube de Leitura (1972), de Teatro (fundado em 1973, desativado dois anos depois e reativado em 1985 pela professora Terezinha Tibolla), de Artes (1975), de Inglês (1975), o Clube de Mães “La Mamma” (1976), de violão (1976) e de flauta (1986). Além dos clubes foram criados outros projetos, como a biblioteca Machado de Assis, o museu Oswaldo Cruz e o pelotão de saúde Cardoso Fontes (todos em 1954), o CTG mirim Porteirinha da Amizade (1965), o Grêmio Estudantil Paraná (1972), o grupo de atletismo (1972), o coral (1973), o Centro Cívico Hércules Galló (1974) e dois jornais elaborados e distribuídos pelos estudantes, respectivamente o “Jóia” (1972) e o “Erupção” (1976).

Comerlato relembra que a escola estava presente em todos os grandes eventos organizados em Galópolis, como é o caso da mostra de arte e técnicas industriais, realizada no salão do Círculo Operário, em função da primeira Semana de Galópolis, em 1975. As feiras de ciências, as gincanas, as festas juninas, a Roda de Chimarrão e campeonatos de futebol organizados pela escola

mobilizavam toda a comunidade da vila, enfatizando o papel de sociabilidade desempenhado pela escola na comunidade local. Isso colabora para comprovar o que a professora e ex-diretora afirma em seu depoimento: “suas raízes profundas serviam de base de sustentação em sua evolução sempre considerando sua meta principal, o aluno inserido numa comunidade. Este foi o lema que sempre respeitamos em todas as tomadas de decisões”.

Mas o que significa estar inserido na comunidade em uma Galópolis dos anos 70? Ainda baseada em um sistema de políticas paternalistas que regiam a localidade há mais de 60 anos, a vila operária de Galópolis ainda se encontrava totalmente dependente do Lanifício São Pedro. Sendo uma verdadeira potência nacional, a indústria têxtil conseguiu subordinar o Poder Público aos seus interesses, incluindo a esfera estadual que até então se apresentava como dissidente. Pode-se comprovar tal teoria com o histórico do Grupo Escolar Paraná pós-1976, quando, por meio do Decreto nº 26.465, de 23 de dezembro de 1977, o Governo do Rio Grande do Sul reorganizou o Grupo Escolar Paraná atribuindo-lhe a 8ª série e, desde então, passou a ser denominada Escola Estadual de 1º Grau Ismael Chaves Barcellos. Assim, o ensino voltou a fazer alusão aos proprietários do Lanifício.

Considerações finais

Galópolis possui uma história que a diferencia das demais comunidades de imigração italiana, conforme se pode perceber no decorrer deste capítulo. Entre seus colonizadores, encontravam-se operários que deram origem a um empreendimento fabril, enquanto a maioria dos colonos se dedicava ao trabalho rural. Essas características também se refletem nas questões educacionais.

Dessa forma, pode-se perceber que a educação, para além do “ler, escrever e calcular”, surgiu a partir da pressão exercida pelos operários politizados oriundos de Schio. E, em função disso, os dirigentes do Lanifício assinaram contratos, criando escolas para os operários e seus descendentes. Mas, evidentemente, dentro de limites que evitassem o questionamento às autoridades e sua forma de conduzir a empresa. Precisava-se de operários cordatos, trabalhadores, que se mantivessem longe de greves ou de manifestações contrárias.

Quando o Estado intervém, através da criação do Grupo Escolar, aos poucos ele também vai se inserindo na dinâmica dos interesses da fábrica, a ponto da história tradicional praticamente apagar a existência do Grupo Escolar Paraná e destacar o papel do Lanifício em promover a educação dos operários e seus filhos. O papel do Estado também é apagado na história oficial, que necessariamente passa pelo crivo dos grandes industriais locais, só sendo

ênfático quando este está de acordo com seus interesses – como quando renomeou a escola para homenagear Ismael Chaves Barcellos.

Outras questões também permeiam a relação trabalhador-proprietário-Estado, como as políticas, envolvendo o fascismo, que também estiveram presentes na dinâmica industrial de Galópolis. Mas esse pode ser tema para um próximo artigo.

Referências

- ADAMI, J. S. **História de Caxias do Sul** (educação). Porto Alegre: EST, 1981.
- ADAMI, J. S. **História de Caxias do Sul** (1864-1962). Caxias do Sul: São Miguel, 1963.
- ERLO, G. **Museu de Território de Galópolis: estratégia para a preservação do Patrimônio Industrial e Identidade local**. Monografia. Caxias do Sul: UCS, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/5912>>. Acesso em: 14 ago. 2021.
- GIRON, L. S. **Caxias do Sul: Evolução Histórica**. Caxias do Sul/Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1977.
- GIRON, L. S. **As sombras do Littório: o fascismo no Rio Grande do Sul**. 2. ed., rev. Caxias do Sul: Educs, 2017.
- HERÉDIA, V. B. M. **Processo de industrialização da Zona Colonial Italiana**. 2. ed., ampl. Caxias do Sul: Educs, 2017.
- HERÉDIA, V. B. M.; PAVIANI, N. M. S. **Língua, cultura e valores: um estudo da presença do humanismo latino na produção científica sobre a imigração italiana no Sul do Brasil**. Porto Alegre: EST, 2003.
- IOTTI, L. H. **Imigração e poder: a palavra oficial sobre os imigrantes italianos no Rio Grande do Sul (1875-1914)**. 2. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2010.
- LOPES, J. S. L. (org.). **Cultura e Identidade Operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora no Brasil**. São Paulo, Rio de Janeiro: Editora Marco Zero/Editora da UFRJ, 1987.
- LUCHESE, T. A. **O processo escolar entre imigrantes na região colonial italiana do Rio Grande do Sul, 1875 a 1930**. Leggere, scrivere e calcolare per essere alcuno nella vita. 2007. Tese. São Leopoldo: Universidade do Rio dos Sinos, 2007.
- MACHADO, M. A. **Construindo uma cidade: história de Caxias do Sul (1875-1950)**. Caxias do Sul: Maneco – Livraria & Editora, 2001.
- MACHADO, M. A. **Mulheres sem rosto: operárias de Caxias do Sul**. Caxias do Sul: Maneco – Livraria & Editora, 1998.
- MAZZANTE, F. P. O currículo escolar nas leis 5692/71 e 9394/96: questões teóricas e de história. In: **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 18, p. 71-81, set. 2005.

MILANO, D. K. **Uma vila operária na colônia italiana**: o caso Galópolis (1906-1941). Dissertação. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica, 2010.

SOUZA, J. E. A escola isolada: contribuições e processos de escolarização em Novo Hamburgo, RS (1940-1952). **Série-Estudos**, Campo Grande, MS, v. 24, n. 50, p. 219-238, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://www.serie-estudos.ucdb.br/serie-estudos/article/view/1131/pdf_1>. Acesso em: 14 ago. 2021.

SOUZA, R. F. **Templos de Civilização**: a implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1889-1910). São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

VERONA, A. F. Pacto Social e Luta Operária em Schio. **Revista Brasileira de História**, v. 17, n. 34, p. 13-52, 1997. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbh/a/mWChcm3B5R5bcgKKc5TBZXD/?format=html&lang=pt#>>. Acesso em: 14 ago. 2021.

VIDAL, D. G. Cultura e prática escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. In: SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, V. T. (orgs.). **A cultura escolar em debate**: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 4-30.

VIDAL, D. G. Tecendo história (e recriando memória) da escola primária e da infância no Brasil: os Grupos Escolares em Foco. In: VIDAL, D. G. (org.). **Grupos escolares**: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas: Mercado de Letras, 2006.

FONTES

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Homagem aos 60 anos da Escola Ismael Chaves Barcellos**, de Galópolis. pronunciamento do 2º Secretário da Assembleia, Kalil Sehbe. Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 07 de abr. 1999. Disponível em: <<http://www2.al.rs.gov.br/taquigrafia/Transcri%C3%A7%C3%B5es/tabid/5477/Default.aspx>>.

BEVERINI, G. B. Nella zona coloniale agricola del Rio Grande del Sud. In: **Bollettino dell'Emigrazione**. Roma: Tip. Società Cartiere Centrale, ano XII, n. 10, 1913.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Reforma do ensino. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 24 ago. 2021.

CAXIAS DO SUL. **Lei nº 301, de 21 de dezembro de 1950**. Autoriza permuta e doação de terrenos no distrito de Galópolis, para a construção de Grupo Escolar Estadual, bem como abre um crédito especial de Cr\$ 25.000,00 para cobrir diferença de valor dos imóveis. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/rs/c/caxias-do-sul/lei-ordinaria/1950/31/301/lei-ordinaria-n-301-1950-autoriza-permuta-e-doacao-de-terrenos-para-a-construcao-de-um-grupo-escolar-no-distrito-de-galopolis-autoriza-recebimento-por-doacao-de-faixas-de-terras-para-a-abertura-de-ruas-concede-isencao-de-impostos-e-abre-credito-especial?q=escola%20gal%F3polis>>. Acesso em: 14 ago. 2021.

CAXIAS DO SUL. **Lei 2.061 de 25 de setembro de 1976**. Autoriza declaração de utilidade pública ao – Círculo de Pais e Mestres – do Grupo Escolar Paraná, localizado no distrito de Galópolis. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/rs/c/caxias-do-sul/lei-ordinaria/1972/207/2061/lei-ordinaria-n-2061-1972-declara-de-utilidade-publica-o-circulo-de-pais-e-mestres-do-grupo-escolar-parana?q=escola+gal%C3%B3polis>>. Acesso em: 14 ago. 2021.

COMERLATO, M. L. D. **Depoimento escrito cedido a Geovana Erlo**. Caxias do Sul, jun. 2021. Arquivo .docx (11 p.).

COMERLATO, M. L. D. **Prévia de capítulo de livro autobiográfico cedido a Geovana Erlo**. Caxias do Sul, jun. 2021. Arquivo .docx (57 p.).

I. C. B. Escola Estadual de Ensino Fundamental. **Projeto Político Pedagógico**. 2016.

I. C. B. Escola Estadual de Ensino Fundamental. **Resenha Histórica – 50 anos**. 1989.

I. C. B. Escola Estadual de ensino Fundamental. **Álbum fotográfico 1939-1947**. 2016.

Livro-Tombo da Paróquia de Galópolis. Galópolis, 1936, 1937.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 26.465, de 23 de dezembro de 1977**. Reorganiza e denomina o Grupo Escolar Paraná, no Município de Caxias do Sul, o qual passará a ser Escola Estadual de 1º Grau Ismael Chaves Barcellos. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100018.asp?Hid_IdNorma=30144&Texto=&Origem=1>. Acesso em: 14 ago. 2021.

SPINATO, J. L. **E assim eles contavam**. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1998.

- 15 -

**Professora Ida Marcucci Zanellato:
das aulas em sua casa ao Grupo Escolar
Henrique Emílio Meyer
(Caxias do Sul/RS, 1931 a 1968)**

*Elise Testolin de Abreu
Cristian Giacomoni*

Considerações iniciais

As pesquisas que possuem como objetivo historicizar instituições escolares possibilitam a ampliação dos horizontes e perspectivas do campo da história da educação, em relação aos espaços, aos tempos, aos sujeitos, aos materiais e a todas as relações que constituem a vida escolar. Dessa forma, podemos perceber os inúmeros elementos formadores das suas práticas, das suas culturas e também das representações das diversas concepções presentes na criação e no funcionamento das diferentes instituições educativas que integram um sistema escolar, a partir de uma instituição específica.

Nesse sentido, o principal objetivo deste estudo é analisar e compreender como se desenvolveu a educação no município de Caxias do Sul-RS, na zona urbana, especificamente com a constituição do Grupo Escolar Henrique Emílio Meyer. Para tal, estabelecemos um recorte temporal que inicia em 1931, ano de origem do grupo escolar, e finda em 1968 em decorrência da implementação do Colégio Comercial de Segundo Grau, que passou a funcionar em anexo ao grupo escolar.

O Grupo Escolar Henrique Emílio Meyer teve sua origem a partir de aulas ministradas pela professora Ida Marcucci Zanellato em sua residência no ano de 1931. Porém, um vendaval fez com que a escola fosse transferida para a metade de um estábulo, cedido por Alberto Diligenti. A instituição passou por outros espaços e denominações ao longo da década de 1930, até que, em 1939, o governo estadual deu início às obras de construção de um novo prédio para abrigar a escola. As obras terminaram em 1940 com um novo espaço que abrigaria aproximadamente 500 alunos, sendo, então, considerada uma escola modelo para época; a solenidade de inauguração ocorreu

em 2 de setembro do mesmo ano, contando com a presença de figuras importantes do meio social e político (CAXIAS DO SUL, 2012).

A pesquisa ancora-se nos pressupostos teóricos da *História Cultural*, em Chartier (1988) e Burke (2008), pelas possibilidades de identificar como uma história é constituída e representada nos seus diferentes contextos, nas experiências cotidianas, nos espaços e nos tempos. Desse modo, entende-se que toda realidade não é um dado em si, mas uma construção social conjectural, resultado de estratégias, táticas, negociações, tensões e práticas. Mediante essa forma de pensar é que a *História da Educação* também ganha destaque e sustentação, principalmente ao tratar dos processos de constituição de instituições escolares e das práticas e culturas desenvolvidas na escola.

A metodologia adotada é de *Análise Documental Histórica*, sobretudo em Luchese (2014) e Bacellar (2010), pois possibilita aos pesquisadores colocar em questão e análise a produção, a intenção, o sentido e tantos outros fatores atribuídos aos documentos históricos. Dessa forma se permite “[...] desdobrar as reflexões sobre o tempo vivido nesse espaço, produzindo uma historicidade possível dos indícios encontrados nos diferentes documentos” (SOUZA, 2011, p. 21). Para compor o estudo, utilizamos diferentes documentos provenientes do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, do Jornal Pioneiro e também entrevistas do banco de memória oral do referido arquivo.

Compartilhamos do princípio de que cada contexto escolar, social e cultural desses espaços, por mais heterogêneo que possa parecer, possui singularidades, e são nelas que os pesquisadores encontram “[...] um arsenal de fontes e de informações fundamentais para formulação de interpretações sobre elas próprias [...]” (GATTI JÚNIOR, 2002, p. 4). Nesse sentido, compreendemos que a escola é uma instituição que produz seus próprios saberes, práticas e culturas que acabam caracterizando uma comunidade de pertencimento (MAGALHÃES, 1996).

Ressaltamos que as instituições escolares e seus espaços não são formados apenas de alunos, de professores, de funcionários, mas também de objetos e materiais, com inter-relações, vínculos, sentidos que são empregados por esses sujeitos nesses espaços (GATTI JÚNIOR, 2000). Assim, o estudo sobre uma instituição escolar, mesmo que de caráter local, é uma das formas de pesquisar a história da educação brasileira no momento em que essa instituição integra um sistema escolar mais amplo e está permeada pelos valores de cada período histórico (BUFFA, 2002).

Portanto, a investigação está dividida em duas partes, além das considerações iniciais. A primeira parte visa a apresentar Ida Marcucci Zanellato, professora que dedicou muitos anos de sua vida para a educação, sendo uma das

figuras responsáveis pela constituição do Grupo Escolar Henrique Emílio Meyer. Além disso, buscamos evidenciar as motivações, as necessidades, os movimentos sociais e políticos para a implementação da referida instituição escolar, assim como dar voz a alguns dos sujeitos que participaram desses processos. E, para concluir, apresentamos as considerações finais, discutindo os principais achados deste estudo e apontando possibilidades para novas pesquisas.

Professora Ida Marcucci Zanellato e a constituição do grupo escolar Henrique Emílio Meyer

Na aurora do ano de 1931, a professora Ida Marcucci começou a lecionar na sala de estar da sua própria residência, por amor e dedicação à educação, para um grupo de 12 crianças. Os indícios apontam para uma época em que a professora Ida Marcucci teve que enfrentar muitos desafios e tensões para obter o reconhecimento enquanto docente, bem como o crescimento da escola, por acreditar que a educação seria um meio de transformação social. Ressaltamos que Ida perdeu o pai muito jovem e, além disso, viu-se viúva com três filhas ainda meninas para criar, Wanda, Lavínia e Yolanda (LOPES, 2021a).

Tais elementos são importantes, pois a família caxiense era a base de referência ética e moral para os ensinamentos de uma vida em sociedade, mediante a prática do exemplo, da disciplina, da obediência, da responsabilidade, do auxílio com as tarefas domésticas, bem como com as práticas religiosas (LUCHESE, 2016). Além disso, o pensamento do contexto histórico “[...] que junto com a dominação de classe passava a dominação do sexo masculino sobre o feminino, vinha pela imprensa, pela escola, pela igreja, dissolvidas nas instituições políticas e sociais” (LOURO, 1986, p. 29).

Foi nesse contexto histórico que o Grupo Escolar Henrique Emílio Meyer, atual Colégio Estadual Henrique Emílio Meyer, (GEHEM) teve início em 1931, com aulas ministradas pela professora Ida Marcucci em sua residência localizada na esquina das Ruas Sinimbu e Treze de Maio em Caxias do Sul. Mudanças chegaram; um forte vendaval destruiu a escola, e ela passou a funcionar de forma improvisada na metade de um estábulo; a outra metade servia de pouso aos tropeiros que vinham dos Campos de Cima da Serra¹. O espaço foi oferecido pelo comerciante Alberto Diligenti, que se comoveu com o esforço da professora Ida Marcucci, solicitando prontamente ajuda aos moradores do local para reerguer a instituição (CAXIAS DO SUL, 2012). A se-

¹ A região é denominada de Campos de Cima da Serra, em virtude da geomorfologia característica onde predominam maiores altitudes e os campos de gramíneas são presença constante.

guir, apresentamos na Figura 1 a professora Ida Marcucci Zanellato, indicada pela seta branca, cercada por suas três filhas:

Figura 1: Ida Marcucci Zanellato cercada pelas filhas Vanda, Yolanda e Lavínia

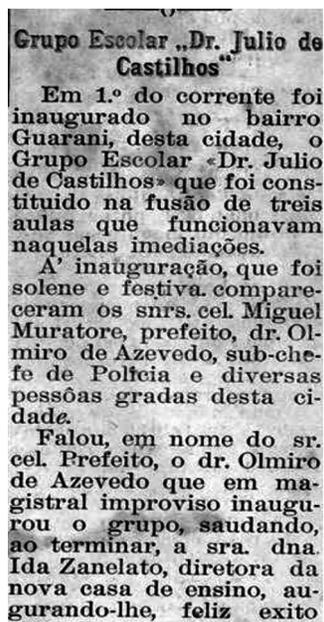


Fonte: Lopes (2021a)

Ao longo dos anos de 1931 e 1932, o número de alunos foi crescendo de forma considerável; logo, a professora Ida Marcucci percebeu a necessidade de solicitar ao intendente municipal Sr. Miguel Muratore que fosse cedido um novo local apropriado para as aulas. Surge nesse contexto o “Grupo Escolar Dr. Júlio Prates de Castilhos”, como relata a reportagem do jornal a seguir, na Figura 2. O grupo foi inaugurado no dia 1º de maio de 1933 em um prédio alugado próximo à esquina da Rua Vereador Mário Pezzi com a Avenida Júlio de Castilhos, no bairro Guarani².

² O bairro Guarani é agora denominado de bairro Nossa Senhora de Lourdes. Atualmente o Colégio Estadual Henrique Emílio Meyer está localizado na Rua Vereador Mario Pezzi, bairro Exposição.

Figura 2: Jornal O Momento – Grupo Escolar Dr. Julio de Castilhos (1933)



Fonte: O Momento (1933, p. 2). Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira, Rio de Janeiro/RJ

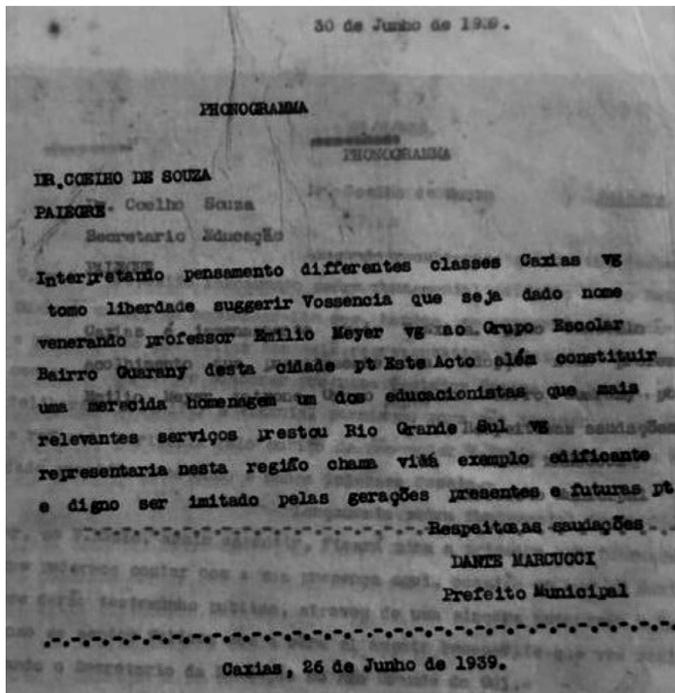
O Grupo Escolar Dr. Júlio de Castilhos, localizado no bairro Guarani, foi constituído da união de três aulas existentes no local, pertencentes ao ensino municipal. O bairro Guarani teve seu desenvolvimento diretamente associado ao movimento dos tropeiros, que chegavam pela Estrada Conselheiro Dantas para realizar suas compras nos armazéns locais. Considerado o segundo bairro de Caxias do Sul, teve uma rápida ampliação devido ao grande número de estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços que se formaram. Com o desenvolvimento do bairro, aumentou o número de alunos; logo o prédio onde se localizava o Grupo Escolar Dr. Júlio Prates de Castilhos não comportava tal demanda (CAXIAS DO SUL, 2012).

Nesse contexto, Ida Marcucci entra novamente em cena. Em 1936, o prefeito Dante Marcucci, seu irmão, pediu a estadualização da instituição, que já contava com cerca de 300 alunos. No mês de outubro do mesmo ano, assume como diretora a filha da professora Ida, Wanda Zanellato. O número de alunos continuava aumentando e, após dois anos, via-se, ainda, o mesmo problema de falta de espaço. Novamente, Ida Marcucci mobilizou a comunidade para reivindicar a construção de um novo espaço, à altura da demanda

crescente. Com a mobilização e a persistência da comunidade local, o governo municipal fez a doação de um terreno, localizado à Rua Vereador Mário Pezzi (CAXIAS DO SUL, 2012).

A construção deste terceiro espaço ficou a cargo do governo estadual em 1939. Assim, o GEHEM foi inaugurado em 2 de setembro de 1940, denominação escolhida pela comunidade caxiense para homenagear o professor que dedicou 51 anos de sua vida à educação no Estado do Rio Grande do Sul. A seguir, apresentamos o registro de um fonograma sugerindo a denominação de Grupo Escolar Henrique Emílio Meyer e enviado ao Secretário da Educação e Saúde Pública do Estado, Dr. Coelho Souza, pelo Prefeito Municipal Dante Marcucci.

Figura 3: Fonograma do Prefeito Municipal Dante Marcucci sugerindo o nome Henrique Emílio Meyer (1939)



Fonte: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami

Finalmente, após nove anos de muita dedicação e persistência, a professora Ida Marcucci conseguiu um lugar definitivo para a escola que idealizara. O local escolhido para a construção do GEHEM foi um terreno que ocupa

toda a frente de uma quadra, na rua Vereador Mário Pezzi, entre as ruas Santos Dumont e Plácido de Castro, com fácil acessibilidade, o que favorece a visibilidade e imponência do prédio. Os grupos escolares desse contexto foram construídos em regiões nobres e, segundo Buffa e Almeida Pinto (2002, p. 43-44), era característico que ocupassem “[...] quadras inteiras ou grandes lotes de esquina que proporcionassem uma visualização completa do edifício e permitissem múltiplos acessos”.

Nesse sentido, o prédio do GEHEM fez parte do cenário da simbolização do moderno e do progresso em Caxias do Sul. É uma construção com características do *Art Déco*³, estilo em voga no cenário brasileiro que refletia a política de modernização do governo Getúlio Vargas, constituindo-se como um prédio modelo dos anos 1940, como demonstra a Figura abaixo (MACHADO *et al.*, 2017).

Figura 4: Prédio do Grupo Escolar Henrique Emílio Meyer



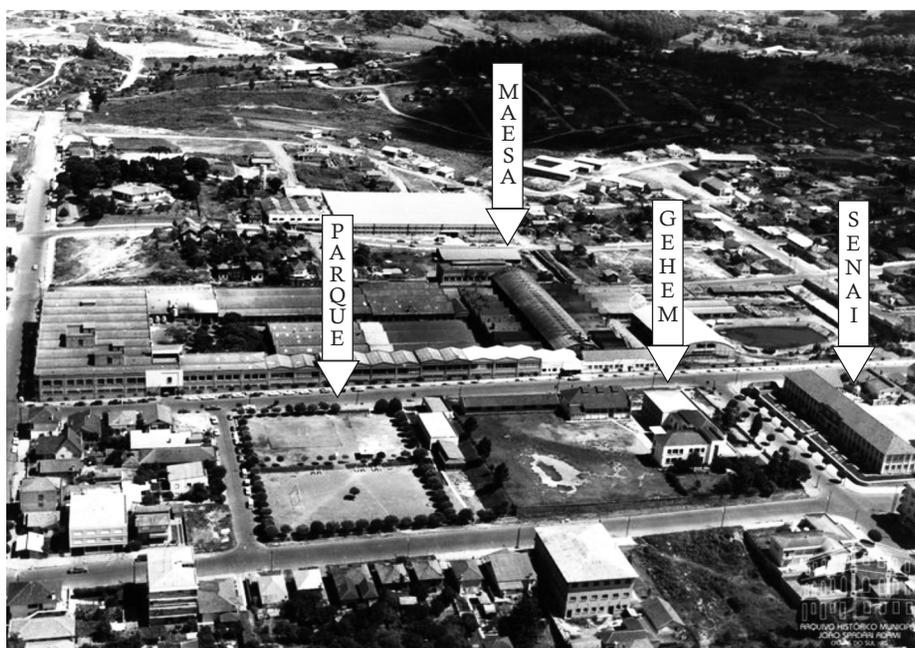
Fonte: Machado *et al.* (2011)

A escola ganha um prédio moderno que vai compor no território um cenário simbólico do moderno e do progresso municipal, mediante construções imponentes para o desenvolvimento econômico, cultural e urbano de Ca-

³ As construções no estilo *Art Déco* possuem como principais características uma maior iluminação natural e ventilação dos ambientes, mediante a instalação de amplas janelas. Além disso, este estilo arquitetônico é caracterizado pela pouca ornamentação e decoração, pelo realce nas construções em esquinas, marcação de base, corpo e coroamento, bem como pela presença de terraços (MACHADO *et al.*, 2011).

xias do Sul. Neste mesmo bairro, foram projetados e edificados prédios, estradas, monumentos importantes até a contemporaneidade como o Grupo Escolar Henrique Emilio Meyer em 1940; a BR-116 em 1941; o Pórtico em homenagem a Getúlio Vargas em 1941; o prédio do SENAI⁴, denominado Nilo Peçanha, em 1944; a Praça Vestibular em 1946; o prédio da MAESA⁵ em 1948; o Parque Monteiro Lobato, considerado o primeiro parque infantil municipal, em 1953, e o Monumento ao Imigrante em 1954 (CAXIAS DO SUL, 2012). Na sequência, apresentamos um panorama aéreo com indicativos destas construções:

Figura 5: Panorama urbano do entorno do Grupo Henrique Emilio Meyer (Década de 1950)



Fonte: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami

⁴ A fundação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) ocorreu em 1º de agosto de 1944. Ela foi a segunda unidade instalada no RS e oferecia cursos profissionalizantes nas áreas de ajustagem, tornearia mecânica, eletricidade e marcenaria, destinados a jovens de Caxias do Sul e região (LOPES, 2021b).

⁵ Esta foi a segunda planta fabril da Metalúrgica Abramo Eberle SA que passou a funcionar neste local no ano de 1948, com seções de forjaria, fundição, mecânica e ferramentaria (CAXIAS DO SUL, 2012).

Analisando a imagem, é possível perceber a intencionalidade das construções no mesmo território. O bairro Guarani, atual bairro de Nossa de Lourdes e parte do Exposição, estava se constituindo como um bairro operário do município. A construção da MAESA foi um símbolo do desenvolvimento industrial para a cidade e também um grande atrativo para a mão de obra das regiões vizinhas. Já o SENAI foi instituído com o compromisso de preparar a mão de obra especializada, e o parque infantil era destinado aos filhos dos moradores do bairro. O GEHEM atendia os filhos dos operários, mas também acolhia os filhos da elite caxiense pelo trabalho de excelência que desenvolvia na educação. Nota-se intencionalidade, desde o atendimento da criança no GEHEM e no Parque Infantil Monteiro Lobato, de uma preparação e formação do cidadão caxiense.

Em busca de outros indícios sobre a constituição do grupo escolar, consultamos o Arquivo Histórico Municipal João Adami Spadari (AHMJAS) e o Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira (AHDB). Nesses locais, encontramos entrevistas, fotografias e documentos que revelaram o lugar ocupado pela instituição escolar na sociedade caxiense, jornais que registraram os acontecimentos relevantes do Grupo Escolar, dando maior visibilidade às festividades, desfiles e formaturas comemoradas pela comunidade que compunha aquela instituição.

O GEHEM foi considerado uma escola modelo por ter sido projetado para atender 500 alunos, mas também pelas iniciativas de incentivo à leitura, práticas esportivas e educação cívica, iniciativas que marcaram o ensino no GEHEM e são lembradas de forma mais significativa pelos ex-alunos.

Em relação ao incentivo à leitura no espaço da biblioteca, emergem lembranças cheias de detalhes e sentimentos, como do ex-aluno Rafael (2012), ao destacar que *“A biblioteca era bonita, era grande [...] tinha o disquinho colorido [...]”*. Os discos de histórias infantis também são recordados por outros ex-alunos, além das histórias contadas pela professora da biblioteca, *“[...] tinha uns discos de histórias eles eram coloridos, tinham azul, amarelo, então a gente ouvia história com toca-disco [...]”* (SÔNIA, 2021). Sônia também recorda que frequentava a biblioteca semanalmente:

[...] mais de uma vez por semana contato com a biblioteca, era hora da biblioteca. Isso no Emílio sempre, eu estudei até a quinta série [...] sempre teve o momento da biblioteca e no jardim já tinha [...] a professora da biblioteca já deixava livros com mais figuras (SÔNIA, 2021).

Do mesmo modo, as práticas esportivas estiveram presentes no cotidiano dos alunos do GEHEM; a Educação Física fazia parte do currículo escolar com professoras formadas pela Escola Superior de Educação Física (ESEF)

de Porto Alegre. Na ESEF, em seus primórdios, grande parcela dos professores eram militares e adotavam o Método Ginástico Francês para orientar metodologicamente suas aulas. As práticas dos professores de Educação Física no GEHEM foram influenciadas pelo contexto histórico, político e social, fazendo com que tivessem características higienistas e esportivas, em outros momentos tendências militaristas, pela própria formação dos professores, visto que

A educação física vinculava-se fortemente à ideia de Segurança Nacional, sentida na preocupação com a eugenia ou o adestramento físico necessário tanto para a defesa da Pátria quanto para assegurar o processo de industrialização recém-implantado no país, mão de obra fisicamente capacitada (CORRÊA, 2006, p. 4).

O principal intuito de tais práticas era preparar a juventude, preferencialmente a masculina, para defender a Pátria, com coragem, vitalidade e heroísmo, ao desenvolver um caráter disciplinador e nacionalista. Nos depoimentos em relação aos desfiles da Semana da Pátria do GEHEM, toda a organização e treinamento eram de responsabilidade do professor de Educação Física, com orientações de sujeitos ligados ao Exército. A disciplina e o ordenamento eram critérios de avaliação da escola no desfile; por isso, os ensaios já começavam no mês de agosto. Os depoentes, quando questionados sobre os desfiles de Sete de Setembro, prontamente afirmavam: “[...] *Sim, a gente ia, treinava um mês antes*” (RAFAEL, 2012). As lembranças surgem com detalhes misturados ao sentimento de recordações, pois nos

[...] desfiles, as professoras eram muito dedicadas, a gente começava ensaiar para o dia Sete de Setembro, mais de um mês antes, todos perfilados, [...] se fazia acrobacias também, com os bastões compridos, essas acrobacias a gente fazia na frente do palanque oficial. O jardim desfilava, os meninos iam com bicicleta, carrinho de mão pequeno de madeira, e as meninas iam com bonecas e carrinhos de vime, levavam as bonequinhas (SÔNIA, 2021).

Tais memórias dos aspectos relacionados às práticas cívicas e à Educação Física possivelmente foram constituintes de um sentimento de pertencimento e identidade, reforçadas pela convivência com outros sujeitos e grupos que vivenciaram experiências semelhantes, pois, como argumenta Halbwachs (2006, p. 49), “[...] os acontecimentos de nossa vida que estão sempre mais presentes são também os mais gravados na memória dos grupos chegados a nós”. A partir de tais indícios, podemos perceber como se dava a organização e o lugar que o GEHEM ocupava na sociedade caxiense pelas lembranças, mas também pela narrativa da professora de Educação Física, Zilca Rossi Montanari, visto que

[...] Lá no Emílio Meyer sim, eu já peguei um colégio bem organizado, um colégio muito bom na época em que lectionei lá, a diretora era a Ida Tronquini, e existia a diretora, a vice-diretora, biblioteca, já existiam as merendas escolares. [...] 1945, 46 já existia uma biblioteca, já existia a professora de música, um gabinete dentário. Todas ocupadas, desde o pré, todas elas [...] Foi um colégio que também ponteu o ensino em Caxias, o Emílio Meyer, durante muito tempo, não sei como está agora (ZILCA, 1991).

Salientamos que o GEHEM foi, e ainda é, uma instituição educativa de grande importância para o cenário caxiense. Esta instituição foi evoluindo e acompanhando o contexto das mudanças educacionais a nível nacional, agregando, gradativamente no campo da educação municipal, as políticas, as práticas e as culturas que as instituições dos grandes centros urbanos instituíam. Além disso, a partir da construção do novo prédio e do aumento de seus espaços institucionais, outras demandas educacionais foram absorvidas pela escola.

Nesse sentido, destacamos a criação do Jardim de Infância, em 1946; o Ginásio do Bairro Guarany, em 1966; o Colégio Comercial de Segundo Grau, em 1968, todos funcionando anexos ao Grupo Escolar. Entre as décadas de 1940 a 1970, o prédio original foi ampliado, adotando a grade curricular nos três turnos (manhã, tarde e noite). No ano de 1976, ocorreu a unificação das três entidades em uma só, recebendo a denominação de Escola Estadual de 1º e 2º Graus Henrique Emílio Meyer, atualmente identificada como Colégio Estadual Henrique Emílio Meyer (CAXIAS DO SUL, 2012).

Desse modo, podemos conjecturar que o GEHEM permaneceu nas lembranças dos sujeitos escolares como uma instituição de excelência no ensino, mas também de afeto e de bons momentos vivenciados entre todos que frequentavam a escola. Diferentes espaços, materiais, aulas e práticas foram evidenciados nos documentos e nas memórias de Sônia, Rafael e Zilca, como, por exemplo, a biblioteca, os desfiles de Sete de Setembro, a hora cívica, as aulas de Educação Física e as aulas de Música.

Considerações finais

Da origem do GEHEM até a contemporaneidade, o Colégio Estadual Henrique Emílio Meyer permanece ocupando um espaço de destaque em diferentes setores públicos e privados do município. Frequentemente é homenageado na Câmara de Vereadores de Caxias do Sul, marca participação nos desfiles da Semana da Pátria, cultiva as tradições gaúchas mediante apresentações e gincanas alusivas à data, e também participa de eventos municipais e estaduais de cunho esportivo. Além disso, as novas gerações de alunos do Emílio Meyer

representam a diversidade social e cultural que Caxias do Sul ganhou com o passar dos anos, pois acolhe alunos de diversas regiões do município.

Desse modo, podemos conjecturar que a constituição do GEHEM possivelmente aconteceu mediante diferentes movimentos: o primeiro deles foi decorrente das motivações da professora Ida Marcucci, que, como educadora, identificou as necessidades da comunidade local e instituiu uma escola de forma improvisada em sua própria residência. Salientamos que Ida Marcucci somente deixou as salas de aula por recomendação médica nos anos 1940. O segundo movimento, para ampliação e construção do próprio prédio, ocorreu em função de seu irmão, Dante Marcucci, ser o prefeito municipal e ter contribuído tanto de maneira política para a estadualização do grupo como mediante a doação de um terreno para a construção do novo prédio.

Também destacamos que a instituição escolar sempre buscou atender as demandas educacionais que cresciam juntamente com a prosperidade do bairro e do município. Dentro destes aspectos, destacamos os projetos de iniciação à leitura, o incentivo às práticas de Educação Física, às participações nos eventos cívicos e à criação do Jardim de Infância, que não atendeu apenas as crianças do bairro, mas também as crianças de regiões próximas, tendo em vista que a escola era bem vista pela comunidade geral. Além disso, por consequência de sua localização, a escola atendeu as demandas das empresas que se situavam em seu entorno, e as empresas, em contrapartida, proporcionavam a inserção desses jovens no mercado de trabalho.

Ressaltamos ainda que esta pesquisa buscou abordar, mediante documentos escritos e orais, os primeiros tempos do GEHEM e alguns dos movimentos para sua ampliação, evidenciar alguns sujeitos que compuseram essa história, mas deixando evidente que ainda existem muitas possibilidades de pesquisa sobre a instituição. Ademais, esta é uma das possíveis histórias narradas sobre o GEHEM, a partir de escolhas teóricas e metodológicas, pois não desejamos esgotar as possibilidades de análises, mas despertar o interesse de outros pesquisadores sobre as temáticas apresentadas, sempre pensando em contribuir com articulações possíveis entre os diferentes campos do conhecimento.

Referências

- BACELLAR, C. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, C. B. (org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 23-80.
- BUFFA, E. História e filosofia das instituições escolares. In: ARAÚJO, J. C. S.; GATTI JUNIOR, D. (orgs.). **Novos temas em história da educação brasileira**: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas: Editora Autores Associados, 2002. p. 25-38.

BUFFA, E.; ALMEIDA PINTO, G. **Arquitetura e educação**: organização dos espaços e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas, 1893/1971. São Carlos, Brasília: EDUFSCar/INEP, 2002.

BURKE, P. **O que é História Cultural?** Tradução de Sergio Goes de Paula. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008.

CAXIAS DO SUL. **Fonograma do Prefeito Municipal Dante Marcucci sugerindo nome Henrique Emílio Meyer**. Caxias do Sul-RS, Arquivo Histórico João Spadari Adami, 1939.

CAXIAS DO SUL. **Fotografia do panorama urbano do entorno do Grupo Henrique Emílio Meyer (Década de 1950)**. Caxias do Sul-RS, Arquivo Histórico João Spadari Adami, 195[?].

CAXIAS DO SUL. **A antiga MAESA e entorno**. Prefeitura de Caxias do Sul-RS, Arquivo Histórico João Spadari Adami, 2012.

CHARTIER, R. **A história cultural**: entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

CORRÊA, D. A. Ensinar e aprender educação física na “era Vargas”: lembranças de velhos professores. In: VI EDUCERE – Congresso Nacional de Educação – PUCPR – PRAXIS, 2006, Curitiba. **Anais...** Curitiba: PUCPR, 2006. v. 1.

GATTI JÚNIOR, D. Reflexões teóricas sobre a história das instituições educacionais. **Revista Ícone**, Uberlândia, v. 6, n. 2, p. 131-147, jul./dez. 2000.

GATTI JÚNIOR, D. A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In: ARAUJO, J. C. S.; JÚNIOR, D. G. (orgs.). **Novos temas em história da educação brasileira**: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas: Editora Autores Associados, 2002. p. 3-24.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

LOPES, R. **Conheça a história de Ida Marcucci Zanellato, fundadora do Colégio Emílio Meyer, em Caxias**. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/geral/noticia/2011/06/conheca-a-historia-de-ida-marcucci-zanellato-fundadora-do-colegio-emilio-meyer-em-caxias-3342461.html>>. Acesso em: 22 mar. 2021a.

LOPES, R. **Oficina de marcenaria do Senai em 1951**. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/cultura-e-lazer/memoria/noticia/2019/03/oficina-de-marcenaria-do-senai-em-1951-10879840.html>>. Acesso em: 15 abr. 2021b.

LOURO, G. L. Prendas e antiprendas: educando a mulher gaúcha. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 25-56, jul./dez. 1986.

LUCHESE, T. A. Modos de fazer história da educação: pensando a operação historiográfica em temas regionais. **História da Educação**, Porto Alegre, v. 18, n. 43, p. 145-161, maio/ago. 2014.

LUCHESE, T. A. Entre tons e matizes de memórias: itinerários de docentes no ensino primário em Caxias do Sul/RS (1920-1960). **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 15, n. 3, p. 926-952, set./dez. 2016.

MACHADO M. B. P.; RADÜNZ, R.; STUMPP M. M.; SARTORI, R. A arquitetura escolar na Serra Gaúcha no contexto da Modernidade. **Anais do 9º Seminário Docomomo Brasil: interdisciplinaridade e experiências em documentação e preservação do patrimônio recente**, Fundação Oswaldo Cruz, Brasília, jun. de 2011. Disponível em: <http://docomomo.org.br/wp-content/uploads/2016/01/088_M03_RM-AArquiteturaEscolarNaSerraGaucha-ART_maria_machado.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2021.

MAGALHÃES, J. P. Um contributo para a história do processo de escolarização da sociedade portuguesa na transição do antigo regime. **Educação, Sociedade & Culturas**, Lisboa, n. 5, p. 7-34, 1996.

O MOMENTO. Grupo Escolar Dr. Julio de Castilhos. **Jornal O Momento**, Caxias do Sul-RS, ano I, ed. 35, p. 1, 16 out. 1933. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira, Rio de Janeiro-RJ, 1933. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/882615/46>>. Acesso em: 18 jun. 2021.

SOUZA, J. E. **Trajetória de professores de classes multisseriadas: memórias do ensino rural em Novo Hamburgo/RS (1940 a 2009)**. 346 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

NARRATIVAS ORAIS

SÔNIA, I. S. **Entrevista oral sobre o Jardim de Infância no Grupo Escolar Henrique Emílio Meyer**. Entrevista concedida a Elise Testolin de Abreu. Caxias do Sul, 30 abr. 2021. Entrevista.

DOCUMENTOS PESQUISADOS NO ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL JOÃO SPADARI ADAMI

RAFAEL, C. **Educação** – Indústria: Metalúrgica Abramo Eberle. Entrevista concedida a Sônia Storchi Fries e Suzana Storchi Grigoletto. Banco de Memória do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, CD163 e CD166. Caxias do Sul-RS, 31 ago. 2012.

ZILCA, R. M. **Educação**. Entrevista concedida a Gilmar Marcílio, Jovita Galeão e Suzana Storchi Grigoletto. Transcrição de Sônia Storchi Fries. Banco de Memória do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, Fita 214 e 215. Caxias do Sul-RS, 14 nov. 1991.

Posfácio

Depois do último capítulo: um livro memorável

Os lugares habitados são, por excelência, memoráveis.
(Paul Ricoeur, 2007, p. 59)¹

Este livro concebido e organizado pelo Professor Doutor José Edimar de Souza da Universidade de Caxias do Sul/ RS reúne, em sua segunda edição, agora em forma de e-book, distintos autores e autoras que trazem reflexões sobre os grupos escolares no Rio Grande do Sul desde o início do século XX. Envolvidos nos caminhos da modernidade da escolarização e do progresso que trariam, os grupos escolares foram considerados como operadores simbólicos de fácil apreensão pelas comunidades onde se instalavam e, assim, recebiam o reconhecimento daquelas sociedades.

Em formato digital e em pleno uso das novas ferramentas de comunicação e interação humanas, este livro provoca outras formas de possibilidades de leitura, usando modernas condições informáticas e permite, assim, um contato quase instantâneo com seus conteúdos. Na página que rola no computador, pode-se realizar o ritual festivo da leitura para conhecer as pesquisas realizadas e aprender, pelos conteúdos analisados, as práticas culturais relatadas em seus contornos específicos, caracterizando-se como culturas escolares alimentadas, igualmente, pelas diferentes culturas de vários grupos étnicos e sociais que conviviam no interior daquela forma escolar, no Rio Grande do Sul.

Pedagógico e inovador, apoiado em ampla gama de fontes, seus autores e autoras abordam, no presente, um passado extenso e o fazem em uma abordagem historiográfica que se insere no campo da memória e da história, considerando a primeira, problematizada, como uma certa garantia para acesso à segunda, interpretada. Vale destacar que há análise histórica como ferramenta para compreender experiências singulares e extremo comprometimento entre as questões inerentes a esta relação delicada entre memória e história que en-

¹ RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

volve o estudo dos grupos escolares pois que a totalidade dos textos se indaga sobre as representações que as constituem e assim contribuem para entrelaçar temporalidades múltiplas. Dessa maneira, o livro traz uma forma peculiar de construir história da educação ao historiar os grupos escolares a partir da captura sensível de traços objetivos deixados, sob várias formas,

Para além da esfera acadêmica, os textos aqui reunidos nos presenteiam com uma narrativa muito bem tecida que nos incentiva a enxergar a nós mesmos, não como simples leitores/as pesquisadores/as da área, mas como personagens desta mesma história que reconhece os grupos escolares como tradutores e adaptadores de políticas educativas. As histórias narradas aqui, enfim, não estão apenas encapsuladas nos prédios, ela habita outros espaços e, como mostra Ricoeur, estes são *memoráveis*, pois que a lembrança ligada a eles foi acionada em inúmeros documentos e entrevistas que os evocaram, descreveram e permitiram construir história neste espaço escolar de convivência e experimentação.

O que nos fica pela leitura? Neste alentado estudo, os grupos escolares anunciam histórias ligadas ao processo de escolarização e neles convive a vida pública e privada de quem nos precedeu – a vida escolar do país, vista do sul. O termo regional desde o título guarda, sim, um sentido político, uma estratégia de deslocá-lo da centralidade do nacional, mas não significa hierarquicamente menor, de vez que a escrita e a análise extrapolam o apenas regional, para abarcar o global. Os estudos aqui reunidos apresentam um aparato teórico-metodológico, substantivado por autores renomados, vindos de campos disciplinares diferentes (da Educação, da História, da Filosofia, do Patrimônio) que estudam a memória, a história da educação, o patrimônio histórico-educativo presente nos prédios seculares que abrigam, não raro, estas instituições escolares no Rio Grande do Sul. É possível encontrar nestes estudos, por exemplo, rastros de legados pedagógicos, possibilidades para escritas de biografias escolares e reconhecimento de discursos pedagógicos que modelaram outras épocas

Caçar vestígios, perseguir rastros, colher memórias, construir histórias foi e é o empreendimento mais que elogiável deste grupo de pesquisadores/as que realiza este trabalho que dá ao livro. agora em forma de e-book, a perspectiva de um caráter de perenidade para escapar á trituração inexorável do tempo. Enquanto isso, no turbilhão do instante a leitura pode nos devolver a emoção que cria possibilidades para reviver. em sossego, dimensões simbólicas materializadas pela pesquisa bibliográfica seja em arquivos consultados, seja pelas entrevistas feitas que rememoraram situações e vivências ao romperem barreiras espaço-temporais para, pela memória, se tornarem histórias.

Vida longa e leitura festiva a este livro que ocupa um lugar habitado por tantos trabalhos e que, assim, torna-se memorável. Aqui é meu desejo e é nossa obrigação dar-lhe voz e vista para conhecer as experiências que viveram, pela pesquisa, plenas de sentido, emoção e história. Ele clama por leitura!

Profa. Dra. Maria Teresa Santos Cunha
Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC
Florianópolis, novembro de 2021.

Sobre os autores e as autoras

Ariane dos Reis Duarte

Graduada em História. Mestre e Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), onde atualmente cursa estágio pós-doutoral. Professora substituta na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e professora da educação básica na área das Ciências Humanas na rede privada de ensino. E-mail: ariane.reisd@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6599-5393>

Cassiane Curtarelli Fernandes

Graduada em Pedagogia. Mestre em Educação pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Acadêmica do Curso de Doutorado em Educação na (UCS). Professora da rede pública municipal de Farroupilha/RS. Membro do Grupo de Pesquisa História da Educação, Imigração e Memória (GRUPHEIM). E-mail: cassianecfernandes@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5347-6067>

Cristian Giacconi

Graduado em Bacharelado em Educação Física e Mestre e Doutor em Educação pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Bolsista CAPES/PROSUC. Membro do Grupo de Pesquisa História da Educação, Imigração e Memória (GRUPHEIM). E-mail: cgiacconi@ucs.br; Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9598-2750>

Dilnei Abel Daros

Graduado em História pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Acadêmico do curso de Licenciatura em Geografia. Mestre em História e Doutor em Educação UCS. Membro do Grupo de Pesquisa História da Educação, Imigração e Memória (GRUPHEIM). E-mail: ddilnei@hotmail.com; Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0957-4687>

Elisângela Cândido da Silva Dewes

Graduada em Comunicação pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Mestre em Educação pela UCS. Membro do Grupo de Pesquisa História da Educação, Imigração e Memória (GRUPHEIM). E-mail: elisangela.silva@ucs.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2281-7017>

Elise Testolin de Abreu

Graduada em Pedagogia pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Mestranda em Educação na (UCS). Professora Municipal de Caxias do Sul. Membro do Grupo de Pesquisa História da Educação, Imigração e Memória (GRUPHEIM). E-mail: etabreu@ucs.br; Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0562-3595>

Estela Denise Schütz Brito

Graduada em Pedagogia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Mestra e Doutoranda em Educação na (UNISINOS), com bolsa Capes-PROEX. Atua como professora na Educação Infantil da rede privada no município de São Leopoldo/RS. Integra o grupo de pesquisa Educação no Brasil: memória, instituições e cultura escolar (EBRAMIC). E-mail: schutzbrito@gmail.com; Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3311-9975>

Fernando Ripe

Graduado em Matemática pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e em História pelo Centro Universitário de Maringá (UNICESUMAR). Mestre em Educação pela (UFRGS) e doutor em Educação pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel) com período sanduíche na Universidade de Lisboa (ULisboa). Docente na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas (FaE/UFPel). Membro do Centro de Estudos e Investigações. E-mail: fernandoripe@yahoo.com.br; Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-0007-0597>

Geovana Erlo

Graduada em História pela Universidade de Caxias do Sul (UCS) e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da UFRGS. Voluntária no projeto de pesquisa “O Campo dos Museus Brasileiro: uma história dos museus a partir da atuação de seus agentes” e no Podcast Farol: Conexões da Informação. Mediadora Cultural do Instituto Hércules Galló e educadora para o patrimônio do Museu de Território de Galópolis. E-mail: geovana.erlo@ufrgs.br; Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6913-4021>

Gisele Belusso

Graduada em Pedagogia, Mestra e Doutora em Educação pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Membro do Grupo de Pesquisa História da Educação, Imigração e Memória (GRUPHEIM). Docente do curso de Pedagogia no Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), campus Alvorada. E-mail: giselebelusso@hotmail.com; Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-1721-477X>.

Isabel Rosa Gritti

Graduada em Estudos Sociais pelo Centro de Ensino Superior de Erechim (CESE). Mestra e Doutora em História do Brasil pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS). Professora Associada da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS/Erechim/RS). Professora do Programa de Pós-Graduação em História (UFFS/Chapécó) e Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação (UFFS/Erechim). E-mail: isabel.gritti@uffs.edu.br; Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3208-3309>.

Jauri dos Santos Sá

Graduado em Ciências Contábeis e Arquitetura. Diploma de Estudos Avançados (DEA/Espanha). Doutor em Arquitetura pela ETSAB-UPC (Barcelona – Espanha), com diploma revalidado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Estágio de pós-doutorado em Educação na Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS). Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES). Coordenador do Projeto de Extensão Patrimônio Vivo. E-mail: jauri.sa@univates.br; Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5268-3566>

José Edimar de Souza

Graduado em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS); Pedagogia pelo Centro Universitário Claretiano e Geografia pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Acadêmico do Curso de Bacharelado em Biblioteconomia na UCS. Mestre e Doutor em Educação com estágio de pós-doutorado em Educação na UNISINOS. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Caxias do Sul. Vice-líder do Líder do Grupo de Pesquisa História da Educação, Imigração e Memória (GRUPHEIM). Coordenador do Projeto: Instituições Escolares no Vale do Rio dos Sinos e na Serra Gaúcha: práticas e processos de escolarização na primeira metade do século XX, Edital ARD 04/2019. Processo número: 19.2551.00013035. E-mail: jesouza1@ucs.br; Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1104-9347>

Luíza Horn Iotti

Graduada em Estudos Sociais e em História pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Mestra e Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professora do Programa de Pós-Graduação em História jubilada pela UCS E-mail: iotti.luiza@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3766-309X>

Paulo Daniel Spolier

Graduado em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e pós-graduado em História do Rio Grande do Sul pela UNISINOS. Professor de História na Rede Municipal de Ensino de Novo Hamburgo e no Instituto Ivoti. Historiador do Arquivo Público Municipal de Novo Hamburgo. E-mail: danielspolier@gmail.com; Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5455-9748>

Pedro Reinaldo Cipriani Manfroi

Graduado em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). Coordenador Pedagógico do Colégio Marista Pio XII (Novo Hamburgo/RS). Vinculado ao grupo de pesquisa GEPRACO (Grupo de pesquisa em práticas corporais). E-mail: pedro-manfroi@uergs.edu.br; Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-7407-4518>

Rafael de Souza Pinheiro

Graduado em História e Mestre em Educação pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Membro do Grupo de Pesquisa História da Educação, Imigração e Memória (GRUPHEIM). Analista de Ensino a Distância da (UCS) e professor no Centro Educacional Mutirão/Question do Ensino de Jovens e Adultos (EJA). E-mail: rspinheiro@ucs.br; Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4396-2651>

Rodrigo Luis dos Santos

Graduado, Mestre e Doutor em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Membro do Instituto Histórico de São Leopoldo e professor da Rede Notre Dame – Colégio Santa Teresinha (Taquara). E-mail: rluis.historia@gmail.com; Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3447-6026>

Samanta Vanz

Graduada em Design. Mestra e doutoranda em Educação pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Professora de Design pelo Centro Universitário da Serra Gaúcha (FSG). Integrante do GRUPHEIM. E-mail: svanz1@ucs.br; Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3883-0224>

Silvana Maria Gritti

Graduada em Pedagogia pelo Centro de Ensino Superior de Erechim (CESE), Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Professora Associada da UNIPAMPA Campus – Jaguarão e Professora do quadro permanente do Mestrado Profissional em Educação da UNIPAMPA Campus – Jaguarão. Vice-líder do grupo de pesquisa Movimentos Sociais e Educação (MOVSE). E-mail: silvanagritti@unipampa.edu.br; Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8914-7847>.

Terciane Ângela Luchese

Graduada em História pela Universidade de Caxias do Sul (UCS), mestra em História Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), doutora em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e com pós-doutorado pela Università degli Studi del Molise e Università degli Studi di Macerata. Professora na (UCS), atua nos Programas de Pós-Graduação em Educação e Programa de Pós-Graduação em História. Pesquisadora PQ CNPq e Pesquisadora Gaúcha FAPERGS. Líder do Grupo de Pesquisa História da Educação, Imigração e Memória (GRUPHEIM). E-mail: taluches@ucs.br; Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6608-9728>

Vania Inês Avila Priamo

Graduada e Mestra em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professora da Rede Municipal de Ensino de Nova Hartz. Museu Municipal de Parobé. Email: vaniainespriamo@gmail.com; Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0181-0884>

O ensino primário ministrado nos grupos escolares, elementares e escolas complementares é escrutinado nos diversos textos desta obra, cujo maior mérito é aproximar o leitor desse potente e inquietante universo escolar. Interrogando práticas, representações e culturas, o livro põe em evidência a história local, atores sociais e políticos que estiveram implicados na expansão das oportunidades educacionais no interior do estado, além de agraciar o leitor com a história institucional que ganha narrativas vívidas e instigantes no fértil exame das culturas escolares.

Rosa Fátima de Souza Chaloba



ISBN 978-65-5974-072-7

